

iKRITIKA

Estudos críticos em informação

Arthur Coelho Bezerra

Marco Schneider

Ricardo M. Pimenta

Gustavo Silva Saldanha

COMITÊ CIENTÍFICO AD HOC

Carlos Alberto Ávila Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Giulia Crippa (Universidade de Bolonha - Itália)

Lucas Melgaço (Universidade Livre de Bruxelas - Bélgica - VUB)

Marco Antônio Almeida (Universidade de São Paulo - USP)

Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM)

Rafael Capurro (Unesco)

Rodrigo Moreno Marques (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Regina Maria Marteleto (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI IBICT UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Michel Misse

Adilson Cabral

Ricardo Musse

Cristovam Buarque

iKRITIKA

*Estudos críticos
em informação*

Arthur Coelho Bezerra

Marco Schneider

Ricardo M. Pimenta

Gustavo Silva Saldanha

G a r a m o n d

Copyright © dos autores

Direitos reservados para esta edição

Editora Garamond Ltda

Caixa Postal: 40.854

20261-970 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel/fax: (21) 2504-9211

www.garamond.com.br

editora@garamond.com.br

Editoração Estúdio Garamond

Capa Estúdio Garamond

sobre “B&aW optical fibers”, disponível em https://live.staticflickr.com/8610/16087248629_b24dafde5b_k.jpg sob licença Creative Commons “Atribuição”.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

I26

iKritika: estudos críticos em informação / Arthur Coelho Bezerra ... [et al.]. - Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019.

252 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 9788576174875

1. Informação. 2. Teoria Crítica da Informação. 3. Ciência da informação. 4. Visibilidade informacional. I. Schneider, Marco. II. Pimenta, Ricardo M. III. Saldanha, Gustavo Silva. IV. Título.

2019-1808

CDD 020

CDU 02

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

- 7 **Apresentação**
- 9 **Prefácio**
Regina Maria Marteleto
- 15 **Teoria Crítica da Informação:**
proposta teórico-metodológica de integração
entre os conceitos de regime de informação
e competência crítica em informação
Arthur Coelho Bezerra
- 73 **CCI/7: Competência crítica em informação**
(em 7 níveis) como dispositivo de combate
à pós-verdade
Marco Schneider
- 117 **Cultura da visibilidade informacional**
Estética e política da técnica no regime
global de informação
Ricardo M. Pimenta
- 171 **Sem e cem teorias críticas**
em ciência da informação:
Autorretrato da teoria social e o método da
crítica nos estudos informacionais, uma
bibliografia benjaminiana aberta
Gustavo Silva Saldanha
- 241 **Posfácio**
Carlos Alberto Ávila Araújo
- 247 **Sobre os autores**

Apresentação

Ainda não sabíamos, mas este livro começa a ser escrito em 2013. O ano das Jornadas de Junho e do apito de Edward Snowden é também o ano em que nos conhecemos, em meio aos ritos de posse no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Aprovados no mesmo concurso para pesquisador e com trajetórias acadêmicas distintas, partilhávamos uma fundamental semelhança: a formação concentrada no campo das Ciências Humanas e Sociais. Graduações em História, Biblioteconomia, Produção Cultural e Produção Editorial e pós-graduações em Sociologia, Memória Social, Estudos Culturais, Comunicação Social, Filosofia Medieval e Ciência da Informação compõem a formação multidisciplinar do quarteto.

A amizade foi selada no Barril, popularmente alcunhado Mosca ou Bigode, estabelecimento comercial hoje extinto (como vimos acontecer com uma série de micro-empresendimentos da região nos últimos seis anos, diferentemente da multiplicação de bancos, de igrejas e de drogarias). Com sua própria seleção de fármacos, o Bigode era um dos últimos botequins remanescentes das cercanias do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, na Urca, onde permanece acomodada a Coordenação de Ensino e Pesquisa (COEPE) do IBICT.

Apresentar a lista de acontecimentos político-socio-econômicos no período 2013-2019 seria recompor uma década de enormes transformações na luta pelos direitos humanos e pela cidadania, em meio ao recuo dos avanços sociais no mundo e no Brasil. Entre a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e o assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, em 2018, a democracia mundial tem sido abalada por fatos cada vez mais relacionados de modo definitivo à dimensão informacional. A economia política da informação passara a ditar, muito antes, as relações sociais, das micro a macro formas de interação na *urbes*, colocando na década, de modo escancarado, a capacidade de controle dos sistemas judicial, legislativo e executivo dos mais diferentes países, sociedades, culturas, todos à mercê dos grandes conglomerados de comércio de

dados. Esta obra tem, pois, compromisso direto com as contradições de uma sociedade que marcha, de modo absurdamente cego, no caminho do mal.

Durante a nossa trajetória no Instituto, simultânea à participação como docentes permanentes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI, fruto do convênio entre o IBICT e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro), foram muitas as pessoas com quem desenvolvemos laços de amizade, de admiração e de respeito profissional e pessoal. É a elas a quem dirigimos nossos sinceros agradecimentos pela história que construímos juntos ao longo desses quase sete anos.

Agradecemos, pois, diretamente, àquelas e àqueles que nos receberam e tanto incentivaram e deram suporte ao nosso desenvolvimento na casa; à diretora do Instituto, Cecília Leite e a todos(as) os colegas das demais coordenações do IBICT; aos idealizadores do concurso para quatro postos de pesquisador na COEPE/IBICT, Emir Suaiden e Alfredo Tolmasquim, respectivamente diretor do IBICT e coordenador da COEPE por ocasião do nosso ingresso; e à toda a equipe da COEPE, a partir de Sarita Albagli, coordenadora do PPGCI quando ingressamos no Programa, e Lena Vania Ribeiro Pinheiro, coordenadora da COEPE na sequência de Tolmasquim, além dos colegas docentes da ECO e das demais unidades da UFRJ e de outras instituições que compõem a equipe multidisciplinar do PPGCI.

Queremos agradecer, por fim, a todos os nossos alunos, alunas, orientandas e orientandos do PPGCI, da UFF e da UNIRIO, bem como aos participantes dos grupos de pesquisa *Ecce Liber*, Informação, Memória e Sociedade (IMeS), *Perspectivas Filosóficas em Informação* (Perfil-i) e *Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social* (Escritos). O *iKRITIKA* é uma iniciativa plural, fundada em laços de amizade e comprometida com a consciência crítica, a práxis emancipatória e a resistência ético-política, dentro e fora do ambiente acadêmico-científico.

Arthur, Gustavo, Marco e Ricardo.

Rio de Janeiro, agosto de 2019.

Prefácio

É motivo de imensa satisfação poder prefaciador esta obra coletiva iKRITIKA – Estudos críticos em informação.

Em primeiro lugar, é uma satisfação pessoal. Isto porque, como já foi lembrado por outros prefaciadores, existe uma relação de confiança e amizade entre o prefaciador e o trabalho do autor de uma obra, na qual o primeiro busca compartilhar o esforço empreendido pelos segundos, nesse caso. Aqui, os autores são colegas próximos, docentes e pesquisadores no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibiict-UFRJ. São pares da Ciência da informação, oriundos por formação desse mesmo campo ou da Comunicação, História, Ciências Sociais. Com eles compartilho vivências acadêmicas, alguns desde outros tempos e contextos institucionais.

Em segundo lugar, a satisfação de perceber que uma abordagem a um só tempo tão complexa e relevante para a Ciência da Informação – os estudos críticos a respeito do seu objeto – merece acolhida e esforço de sistematização. Entre outras abordagens que têm norteados a (re) construção epistemológica, teórica e prática do objeto informacional em seus diferentes espaços e temporalidades, talvez seja essa sobre a qual repousam os maiores desafios nos tempos atuais, para a efetiva compreensão e ação sobre os regimes e os dispositivos info-comunicacionais no contexto das sociedades do conhecimento, da informação e da comunicação.

Se partimos da premissa comum de que os conhecimentos são sempre produzidos num contexto histórico e social, este é bem o caso desta coletânea. Mesmo tratando-se de uma importante ferramenta intelectual para os leitores de hoje, está marcada pela história que a tornou possível. Por isso a leitura de autores influentes do campo informacional, enriquecida pelo diálogo constante com teorias, conceitos e categorias vindos de outras disciplinas próximas (a teoria crítica, o materialismo histórico, as sociologias do conhecimento, os estudos culturais, a filosofia), a fim de fornecer espessura às abordagens selecionadas. Trata-se de um esforço crítico-reflexivo precioso para o campo de estudos e

práticas da informação, marcado historicamente pelas mediações das tecnologias e pontuado por um saber-pensar e um saber-fazer muitas vezes instrumentalizados por políticas, programas e projetos transnacionais, de modo que muitas vezes tal campo se configure como uma coleção de “*savoir-faire*”, mais do que de construções originais sobre o seu objeto – a informação. Todavia, há que se considerar, no caso brasileiro, o ganho de qualidade das pesquisas no campo, desde o final dos anos de 1990, com o fortalecimento dos Programas de pós-graduação, da Ancib e seus grupos de trabalho, a constituição de redes de pesquisadores no plano internacional, a maior qualificação das publicações.

Uma primeira visão geral da obra coletiva produzida pelos autores-organizadores apresenta-nos um naipe de termos e conceitos – vigilância, controle, regime de informação, ética e informação, competência crítica em informação, pós-verdade, *fake news*, humanidades digitais, etc – característico dos dilemas que nos confrontam nesta nossa sociedade do século XXI. Da etimologia da palavra crítica, oriunda do grego *kritikos* – capacidade intelectual de julgamento e discernimento –, à teoria crítica formulada no seio da Escola de Frankfurt, chega-se ao que J. Habermas denominou “consciência de si da modernidade”, qual seja, a irreversibilidade dos processos sociais, políticos e econômicos calcados nas ideias de progresso, emancipação e liberdade, pela racionalidade. Tanto quanto o seu reverso, o rumo perigoso que tomaram as próprias utopias da modernidade.

Numa via bourdieusiana, lembra-se que é necessário submeter a razão e a ciência a uma análise histórica e sociológica, a fim de se indagar como é possível que uma atividade inscrita na história, como a atividade científica, produza verdades trans-históricas, independentes da história, desligadas dos elos com o lugar e o momento, logo válidas eterna e universalmente. Esse parece ser o caminho tomado pelos autores da obra conjunta, ao retomarem as bases teóricas e metodológicas da teoria crítica, por meio da releitura de dois conceitos presentes na literatura da Ciência da informação: “regime de informação” (B. Frohmann; M.N. González de Gómez) e “competência em informação” (expressão e concepção da *information literacy*, de linhagem norte-americana), renomeando este último como “competência crítica em informação”. As raízes do primeiro encontram-se no próprio conceito de “regimes de verdade” vigentes na sociedade disciplinar (M. Foucault), relacionado ao modo de produção, às técnicas de objetivação, controle e normalização. Tais regimes de verdade perpetuam os regimes de saber-poder, criam verdades (e não-verdades) operacionalizadas em dispositivos de informação e comunicação mediados pelas tecnologias. A competência informacional (*information literacy*), iniciada nos EUA nos anos de

1970, retoma e atualiza uma linha de práticas e estudos voltados à educação para o uso de recursos, ferramentas e ambientes da informação, agora digitais, com ampla participação dos profissionais em seus contextos institucionais de ação. A proposta teórico-aplicada de uma teoria crítica da informação estaria orientada pelas seguintes questões, extraídas da sua concepção-raiz (M. Horkheimer; H. Marcuse): “a) por que os regimes de informação são como são e não de outra forma? b) quais os obstáculos que impedem que os regimes de informação sejam melhores do que são? c) como agir para vencer tais obstáculos e transformar os regimes de informação?”

Uma nova faceta dos regimes de informação aludida na obra seriam os “regimes de visibilidade” ou de condições de acesso à informação no meio digital. Neste, acrescentamos, as microformas documentárias (J. Le Marec; Y. Jeanneret) delimitam os espaços e as formas da escrita operando por meio de dispositivos de informação e comunicação. Lembrando M. Foucault, G. Deleuze, G. Agamben, os dispositivos tanto se expressam em sua dimensão coercitiva e de poder, inerente à vida social dos dispositivos em geral, quanto podem ser considerados como “seres culturais” (Y. Jeanneret). Ou seja, um complexo que associa objetos materiais, textos, representações e que resulta na produção e no compartilhamento de ideias, informações, saberes e julgamentos. Essa panóplia de objetos, representações e práticas fornecem as suas referências de interpretação e de valor às formas culturais de uma sociedade, sem no entanto se reduzir a um único registro técnico. No ambiente digital a comunicação estaria associada à interatividade e à expressão da linguagem, enquanto a informação às formas escritas que asseguram a permanência dos registros, da memória e dos sinais de uso das mídias digitais mediadas pelo dispositivo técnico e pelas formas simbólicas, culturais e sociais.

Afinal, a questão candente de uma ciência social aplicada e implicada nas práticas sociais, enunciada no último capítulo da obra – “Afinal: qual é a teoria crítica em Ciência da Informação?”. Qual é o meio vital (wittgensteiniano) dessa disciplina, quais são seus atores, seus objetos, seus territórios de aplicação. Numa vertente bourdieusiana, como foi possível historicamente formular a informação como objeto social e científico. De que forma se estruturou e legitimou-se ao longo do tempo um campo científico formado por redes híbridas configuradas entre a pesquisa e os meios profissionais, lembrando as questões de V. Couzinet sobre a constituição do campo na França. Citando trecho do último capítulo da iKRITIKA: “Só podem sair daqui suas vertentes críticas e sua transformação permanente como campo social, ou seja, em uma teoria social comprometida com a emancipação”.

Nos períodos históricos em que ocorrem grandes mudanças sociais, políticas e científicas (os novos paradigmas, T. Kuhn; as rupturas epistemológicas, Boaventura Santos; as sociedades da informação, M. Castells), recuperam-se certas noções que pareciam perdidas no ar do tempo e do imaginário social e científico. Parece ser o caso, por exemplo, da expressão “epistemologia social” (J. SHERA), uma vertente teórico-aplicada do campo de estudos da informação, orientada pela pergunta sobre “como uma pessoa adquire conhecimento de outra pessoa” e centrada no objeto de “estudar quais são as práticas sociais que facilitam a aquisição do conhecimento”. A epistemologia social trata da construção individual e coletiva dos conhecimentos na sociedade, ampliando a rede conceitual e empírica da organização e da representação dos conhecimentos, área núcleo dos estudos informacionais. Dessa forma antecipou, desde os anos de 1950, os estudos da informação como construto para a compreensão sobre a circulação, a mediação e a apropriação social dos conhecimentos, agora em suas configurações digitais.

Apêndice (dic.: parte anexa, acréscimo ou prolongamento de uma parte principal). Nessa parte da coletânea listam-se 148 correntes teóricas e teórico-aplicadas de estudos da Ciência da Informação, uma espécie de desembalagem de uma biblioteca nos termos benjaminianos, para apontar as possíveis direções de uma teoria crítica no campo. Mais ou menos alinhadas ao materialismo histórico (G. F. Hegel; K. Marx; A. Gramsci), às sociologias da cultura e do conhecimento (P. Bourdieu; M. de Certeau; W. Benjamin), ou à teoria crítica em suas formulações canônicas (M. Horkheimer e a Escola de Frankfurt), dentre outras, orientam-se por conceitos como emancipação, dominação, poder, violência simbólica, identidade, linguagem e ação. E dirigem-se a múltiplas questões e lugares informacionais – os movimentos sociais e culturais, as bibliotecas comunitárias e indígenas, a saúde como direito, a educação popular. Um acervo a ser explorado para uma outra sistematização dos estudos críticos em informação? Para a fundamentação dos regimes de informação e da competência crítica em informação?

Por fim lembra-se a linha tênue que separa as abordagens dos sujeitos de uma competência crítica em informação. A pedagógica (o sujeito leitor e usuário dos espaços informacionais. Qual leitor? Quais leituras? Quais espaços?); a racional (o sujeito burguês, indivíduo capaz de tomar decisões a partir da boa informação); a abordagem das mediações (os sujeitos pedagogicamente e racionalmente informados, no sentido freiriano) que produzem e se apropriam dos dispositivos info-comunicacionais, hoje no meio digital (além dos seus territórios próprios de saberes e vivências). Logo, competência crítica em informação seria um estado e um *modus operandi* cognitivo, ético, político, social, cultural para a reflexão e a

ação sobre os regimes de informação nos quais estamos envolvidos. Nesse sentido, recupero para os leitores a mensagem que percorre esta obra coletiva, extraída de um de seus capítulos: “a forma mais segura de se pensar a verdade é partindo da crítica à mentira, assim como a forma mais segura de se pensar a liberdade é partindo da crítica à opressão”.

Regina Maria Marteleto

Rio de Janeiro, julho de 2019.

Teoria Crítica da Informação

proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação

Arthur Coelho Bezerra

Nota introdutória

Investido da tarefa de apresentar a leitoras e leitores o projeto de uma teoria crítica da informação¹, busco reunir, nas próximas páginas, algumas reflexões desenvolvidas e publicadas em periódicos acadêmicos e anais de congressos ao longo dos últimos anos, acrescidas de novas considerações analíticas forjadas nas dobras em que se encontram, desobedientemente imiscuídas, a ciência da informação, a sociologia, a filosofia, a história e a comunicação social. O intuito desse esforço é realizar uma operação antropofágica, nos termos de Oswald de Andrade, sob condições específicas: nesta proposta, os estudos informacionais configuram-se como um manancial conceitual dotado de um repertório heteróclito de elementos teóricos, à disposição do pesquisador *bricoleur*. Feita a colheita, os conceitos selecionados podem ser absorvidos (ou deglutidos, na gramática oswaldiana) e, em certa medida, ressignificados segundo a orientação epistemológica do antropófago. No presente caso, a rosa dos ventos é a teoria crítica da sociedade, forma de materialismo interdisciplinar desenvolvida em meados do século XX por um grupo de filósofos da chamada Escola de Frankfurt. Os pontos cardeais, que ao nortear também desvelam um sul possível, são os conceitos de regime de informação e de competência crítica em informação, ambos caros ao campo da ciência da informação brasileira, aqui tratados de forma integrada para direcionar a proposta teórico-metodológica apresentada neste capítulo.

¹ Ao falar de “uma” teoria crítica da informação, busco desvencilhar a presente proposta de qualquer pretensão totalizante, apontando apenas um dos possíveis caminhos para a reflexão crítica dentre outros existentes, muitos dos quais listados no apêndice que encerra este livro.

O percurso a ser trilhado é composto por três etapas: a primeira, Teoria, traz uma abordagem dos fundamentos da teoria crítica frankfurtiana, contrapondo-os aos contornos da teoria matemática da comunicação, considerada fundamental para a consolidação epistemológica do campo da ciência da informação nos Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil e em outros países². Na segunda parte, Método, o conceito de regime de informação é apresentado como ferramenta para se pensar, à luz da teoria crítica, a estrutura do ecossistema informacional contemporâneo, bem como suas tensões e contradições. Finalmente, na terceira parte, Práxis, chega-se ao conceito de competência crítica em informação sob a ótica de uma práxis transformadora, que busca extrair da relação dialética entre teoria e prática as condições de emancipação necessárias para a produção de novas formas sociais de vida.

² Embora as pesquisas norte-americanas exerçam grande influência no campo científico mundial, nações como União Soviética e França possuem centenárias trajetórias de desenvolvimento de estudos da informação, exploradas no capítulo de Gustavo Silva Saldanha que integra este livro.

Parte I – Teoria

Teoria matemática e teoria crítica da informação

A ciência observa, calcula e teoriza a partir de uma posição nesse universo. As estrelas que Galileu observou eram as mesmas na antiguidade clássica, mas o universo diferente de discurso e ação – em resumo, a realidade social – inaugurou uma nova direção e o novo alcance da observação, e as possibilidades de ordenar os dados observados.

Herbert Marcuse, *O Homem Unidimensional*

Durante o quarto de século que compreende o hiato entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e as crises econômicas e políticas da década de 1970, muitos países vivenciaram uma época gloriosa. Em seu livro sobre o “breve século XX”, o historiador Eric Hobsbawm conta que, no período do pós guerra conhecido como “Era de Ouro”, investimentos em pesquisa e desenvolvimento tornam-se fundamentais para o crescimento econômico almejado por nações ao redor do mundo, reforçando a vantagem das economias de mercado desenvolvidas sobre as demais. Ao mesmo tempo, o processo de inovação impulsionado pelas grandes guerras passa a ser visto como algo contínuo, aumentando a fração dos custos de produção que empresas e indústrias dedicam ao desenvolvimento de novos produtos. De acordo com um documento assinado no início dos anos 1970 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), naquele momento empenhada na criação de políticas de informação científica e tecnológica para os países em desenvolvimento, o considerado típico “país desenvolvido” deveria contar com mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes – o Brasil de então tinha cerca de um quarto disso (HOBSBAWM, 1995, p. 261).

Embora a Era de Ouro tenha sido um fenômeno mundial, Hobsbawm ressalta que a riqueza produzida na época não contemplou a maioria da

população do mundo, deixando evidente que os tais anos dourados pertenceram, essencialmente, aos países capitalistas desenvolvidos (HOBSBAWM, 1995, p. 255). A afirmação torna-se ainda mais veemente nos casos de Estados Unidos e União Soviética, potências que saem vitoriosas da Segunda Guerra e se lançam na aventura da Guerra Fria, iniciando uma disputa por hegemonia nos mais diversos campos, dentre os quais o científico e o tecnológico. Nesses países, a carreira de cientista estava em alta: “mais que em qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos” (HOBSBAWM, 1995, p. 260).

Grande parte do cenário favorável à ciência no período se deve às demandas de alta tecnologia surgidas durante a guerra. Isso vale tanto para os conceitos de algoritmo e computação do matemático inglês Alan Turing, criador da máquina utilizada para descriptografar mensagens cifradas da frota naval alemã, quanto para a tecnologia de cartões perfurados da IBM, que foi fundamental para a organização e catalogação da informação nos campos de concentração de judeus durante o holocausto conduzido pelo regime nazista. Muitas das inovações tecnológicas desenvolvidas em âmbito militar naquela época, seja em engenharia eletrônica, sistemas de controle, inteligência artificial ou tecnologia da informação, foram posteriormente utilizadas em ambientes universitários, comerciais e domésticos, sendo a rede mundial de computadores um dos exemplos mais cotidianos do uso civil de tecnologia militar.

Os anos de guerra, nas palavras de Hobsbawm, foram “singularmente bon-dosos” com os Estados Unidos, país que chegou ao fim do conflito sem grandes danos, com crescimento do PIB em dois terços e responsável por dois terços da produção industrial do mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 254). O sucesso da tecnologia norte-americana na Segunda Guerra, bem como o estímulo para a pesquisa científica e tecnológica do país nos anos dourados que a sucedem, contou com a contribuição de um grande número de cientistas, dentre os quais dois matemáticos que se tornariam referência para o campo da ciência da informação: Claude Shannon e Warren Weaver.

Weaver, o mais velho, nasceu em 1894, mesmo ano do criador da cibernética, Norbert Wiener, também um matemático estadunidense de grande relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Ambos, Weaver e Wiener, desenvolveram trabalhos em computação, automação e controle, temas caros à ciência e ao comando militar norte-americano da época. Suas trajetórias, no entanto, são distintas: se Wiener possui um perfil mais engajado com a

crítica filosófica, levantando preocupações a respeito da militarização da ciência, das implicações éticas do trabalho de seus colegas e da interferência política na pesquisa científica, Weaver se aproxima da figura do gestor institucional dotado de traquejo político, tendo sido chefe da Natural Sciences Division, da Rockefeller Foundation, e membro do National Defense Research Committee (NDRC), criado por Vannevar Bush em 1940 para sensibilizar a universidade e a pesquisa industrial para a resolução de problemas militares. Em seus anos de atividade durante a guerra, o NDRC financiou dezenas de projetos científicos e tecnológicos, de veículos anfíbios a bombas nucleares (o chamado Projeto Manhattan).

Na Rockefeller Foundation, a gestão de Weaver foi responsável pela aprovação de projetos em pesquisa médica, genética, engenharia molecular e agricultura. No entanto, não foram as habilidades administrativas que o tornaram conhecido na comunidade acadêmica internacional, e sim a coautoria do livro *The Mathematical Theory of Communication*, escrito em 1949 em parceria com Claude Shannon, um prodígio matemático e engenheiro elétrico, 22 anos mais jovem que Weaver.

Assim como Weaver, Shannon colaborou com a defesa nacional dos EUA durante a Segunda Guerra, escrevendo o memorando *A Mathematical Theory of Cryptography* para o NDRC, em 1945. Após algumas restrições de confidencialidade, o documento foi disponibilizado ao público com o título *Communication Theory of Secrecy Systems*, mantendo as mesmas formulações e conceitos matemáticos de computação e criptografia que o autor utiliza no famoso artigo *Mathematical Theory of Communication*, de 1948. O livro de Shannon e Weaver, publicado no ano seguinte, contém uma reprodução deste artigo de Shannon, precedido por um capítulo inédito de Weaver que consiste em uma exposição introdutória dos conceitos propostos por seu jovem colega.

Uma teoria unidimensional

Desde a introdução do artigo, Shannon deixa claro o recorte epistemológico que propõe para a sua teoria da comunicação:

O problema fundamental da comunicação é reproduzir em um ponto exatamente ou aproximadamente uma mensagem selecionada em outro ponto. Frequentemente as mensagens têm significado; isto é, elas se referem ou são correlacionadas a algum sistema com certas entidades físicas ou conceituais.

Esses aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema de engenharia (SHANNON; WEAVER, 1964, p. 31)³

O alcance teórico proposto por Shannon é comentado no capítulo introdutório de Weaver, que divide os problemas da comunicação em três níveis: o primeiro refere-se à precisão com a qual os símbolos de comunicação podem ser transmitidos, caracterizando-se como um problema *técnico*; o segundo diz respeito à precisão com a qual os símbolos transmitidos carregam o significado desejado, configurando-se em um problema *semântico*; e o último está relacionado ao grau de eficácia com que o significado recebido afeta a conduta da maneira desejada, sendo, portanto, um problema de *eficácia* (SHANNON; WEAVER, 1964, p. 4). A opção do matemático em concentrar seus esforços apenas no primeiro nível de análise, ou seja, no que chamou de “problema de engenharia”, permitiu-o utilizar conceitos matemáticos (como os de entropia e probabilidade) para mensurar, a partir de um esquema linear que conecta uma fonte a um receptor, a máxima quantidade de informação possível de ser selecionada e enviada através de determinado canal. Nos limites da teoria de Shannon, conforme esclarece Weaver, “duas mensagens, uma das quais é fortemente carregada de significado e a outra é puro *nonsense*, podem ser exatamente equivalentes, do ponto de vista presente, em relação à informação” (SHANNON; WEAVER, 1964, p. 8).

Por tratar, de uma maneira original, de processos como quantificação, seleção e comunicação de mensagens provenientes do espectro informacional, os estudos de Shannon tiveram grande aplicabilidade técnica e garantiram-lhe o reconhecimento da comunidade científica. Segundo Lena Vania Pinheiro e José Mauro Loureiro (1995), os trabalhos de Shannon e Weaver, junto aos de Wiener, prenunciam o advento da ciência da informação, num contexto que a autora, em outro lugar, relaciona não apenas ao avanço científico e tecnológico impulsionado pela Segunda Guerra (que, por sua vez, resulta no que chama de “explosão bibliográfica”), mas também ao surgimento de novas tecnologias (como o computador) e à “necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos e informações, produto do processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia” (PINHEIRO, 2002, p. 8). Conforme aponta Carlos Alberto Araújo (2018), durante o pós guerra são criados os periódicos, eventos e associações que inauguram o projeto de construção de uma ciência da informação, que encontra na teoria de Shannon o referencial necessário para

3 Todas as traduções de textos em língua estrangeira foram feitas pelo autor deste capítulo.

a fundamentação de uma nova disciplina “profundamente envolvida com as problemáticas da época: a necessidade militar, o clima de competição entre os países, a informação como recurso a ser usado no conflito, a necessidade de um uso instrumental e a busca por eficácia e eficiência” (ARAÚJO, 2018, p. 6).

Embora a bibliografia, a biblioteconomia e a documentação tenham desenvolvido construtos teóricos no campo dos estudos informacionais que remontam a épocas anteriores ao século XX, a maioria das historiografias da ciência da informação aponta a década de 1960 como o momento em que se elaboram os primeiros conceitos e se propõem as primeiras definições, despertando o debate a respeito das origens e fundamentos teóricos da nova área (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 1). Para Pinheiro, que atribui a primeira definição formal de ciência da informação aos encontros ocorridos no Georgia Institute of Technology dos EUA em 1961 e 1962, trata-se do período de “reconhecimento do alvorecer de um novo campo científico” (PINHEIRO, 2005, p. 17), que se daria mediante a filiação majoritária dos estudos informacionais ao que Miguel Ángel Rendón Rojas (1996) chama de “teoria sintática” e Rafael Capurro (2003) de “paradigma físico” ou “epistemologia fisicista”. Conforme argumenta Gustavo Saldanha:

Em suas cartografias epistemológicas da CI, Rafael Capurro e Miguel Ángel Rendón Rojas partem de um pressuposto positivista como racionalidade pioneira do “campo informacional”. (...) Aproxima-se, em ambas as cartografias, à visão inicial de que o positivismo estaria na base da construção do olhar sobre a informação, pautado na busca de uma regularidade para a “organização do conhecimento”. Seguindo esse viés, teríamos a equivalência da teoria sintática no olhar do pesquisador mexicano, e o paradigma físico no viés Capurriano (BEZERRA; SALDANHA, 2013, p. 45).

Entendida como fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada “cientificamente”, a informação assim caracterizada desprende-se dos aspectos semânticos e pragmáticos a ela relacionados, eliminando o papel ativo do sujeito cognoscente (CAPURRO, 2003, s/p). No entendimento de Araújo, ao descartar a subjetividade e a contingência como elementos componentes da informação e manter o foco na resolução de problemas técnicos, a ciência da informação opera uma redução de seu objeto de pesquisa, “considerando apenas os aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da informação, inserindo-se na perspectiva em voga nos contextos de pesquisa da época da Guerra Fria sintonizados com objetivos estratégicos militares” (ARAÚJO,

2018, p. 22). Como ciência da organização do conhecimento, cujo “objeto” é a classificação e indexação dos saberes, cabe indagar se a ciência da informação não correria o risco de assumir para si “um ponto de vista ‘de Estado’, que busca impor sua lógica aos campos de produção cultural e ao campo científico, em particular, para não mencionar sua vinculação, por assim dizer, originária com os aparatos tecnológicos de controle e ‘segurança’ ou mesmo de censura e repressão” (SCHNEIDER, BEZERRA, CASTRO, 2017, p. 51).

A colonização da ciência pela racionalidade instrumental, fenômeno característico da era moderna que se encontra a todo vapor em meados do século XX, produz o que Herbert Marcuse (2015) chama de “pensamento unidimensional”. Crítico da mesma racionalidade técnica sobre a qual a jovem ciência da informação assenta sua base teórica, Marcuse publica, em 1964, o livro *O Homem Unidimensional*, no qual lamenta a extinção da “cultura bidimensional” produzida a partir do antagonismo entre a realidade social (com seus mecanismos de alienação e conformismo) e a cultura (lugar de potencial transcendência das formas de dominação e de luta por autonomia). Para o filósofo, isso acontece pela completa incorporação da cultura à ordem estabelecida e aceitação acrítica e conformista das estruturas dominantes, fenômenos que caracterizam a ideologia da sociedade industrial avançada, alvo da análise de Marcuse.

A razão teórica, permanecendo pura e neutra, se colocou a serviço da razão prática. A aliança provou ser benéfica para ambas. Hoje, a dominação perpetua e se amplia não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e a última fornece a grande legitimação do poder político em expansão, que absorve todas as esferas da cultura (MARCUSE, 2015, p. 164).

A pretensão de neutralidade axiológica alimentada por Shannon, no entanto, esbarra justamente nas dimensões semânticas e pragmáticas que sua teoria fez questão de ignorar. Conforme apontam as pesquisas de Mindell, Segal e Gerovitch (2003) sobre a recepção da cibernética e da teoria da informação nos Estados Unidos, França e União Soviética, se num segundo momento as teorias de Wiener e Shannon ganham espaço na comunidade científica internacional e o trabalho dos matemáticos norte-americanos acaba sendo reconhecido e utilizado, à época da tradução alguns cientistas franceses consideraram tanto as pesquisas de Shannon quanto as de Wiener “conjecturas burguesas, cheias de mitologia e mistificação”. Na União Soviética de Stalin, uma campanha anticibernética acusou as obras de Wiener e Shannon de serem “incorporações da idealista e reacionária pseudociência

americana”. Ainda segundo os autores, a tradução para o russo do artigo de Shannon, ocorrida somente em 1953, traz o texto original radicalmente modificado, sob o título de *The Statistical Theory of Electrical Signal Transmission* e contando com a substituição de palavras essenciais ao texto, em uma tentativa de eliminar qualquer conexão da teoria de Shannon com os campos da biologia ou das ciências sociais (pretensão jamais alimentada pelo matemático). O episódio, concluem, demonstra a “tensa relação da teoria da informação, e sua prima da Guerra Fria, a cibernética, com a ideologia e as ciências sociais nos mundos cultural e político das décadas de 1940 e 50” (MINDELL; SEGAL; GEROVITCH, 2003, s/p).

Distintas versões nacionais da cibernética e da teoria da informação não diferiram muito na gama de aplicações cibernéticas ou nos tipos de modelos matemáticos utilizados, considerando a troca ativa das mais recentes técnicas e tecnologias entre os países industrializados. A principal diferença reside nos significados políticos e culturais ligados às ideias cibernéticas (MINDELL; SEGAL; GEROVITCH, 2003, s/p)

A narrativa mostra como a ilusão de uma ciência pura e neutra pode desmanchar-se no ar diante das formas como suas premissas serão interpretadas por diferentes culturas e em diferentes territórios, revelando a limitação hermenêutica à qual está fadada qualquer teoria que descarte as dimensões semânticas e pragmáticas de seu repertório. Não obstante, conforme já mencionado, ainda que campos como o da biblioteconomia e o da documentação já contassem com estudos dedicados aos predicados sociais da informação antes de 1945, o desenvolvimento da computação nos processos informacionais teve um impacto decisivo na predominância da “teoria sintática” e do “paradigma físico” nos anos iniciais da Guerra Fria.

Com o passar do tempo, a preocupação de cientistas e teóricos da informação com as dimensões cognitivas e sociais – ou semânticas e pragmáticas – dos estudos informacionais deu aso a uma série de perspectivas epistemológicas, que ganharam abrigo na ciência da informação especialmente a partir da década de 1970. A epistemologia social de Jesse Shera, o neodocumentalismo de Bernd Frohmann e a hermenêutica de Rafael Capurro são alguns dos diversos caminhos de que cientistas da informação dispõem nos dias de hoje para trilhar suas pesquisas. A *teoria crítica da informação* que será aqui apresentada pretende trazer mais uma contribuição para essa já extensa gramática de saberes.

Fundamentos teórico-metodológicos da teoria crítica⁴

O que é possível saber? Quais as potencialidades e limites do conhecimento humano? A busca de respostas para tais perguntas navega nos caminhos abertos pela filosofia ocidental e deságua na Europa moderna a partir de dois principais afluentes: o racionalismo continental de Descartes, Spinoza e Leibniz, que admitia que o conhecimento poderia ser alcançado puramente pela razão, e o empirismo insular de Hume, Locke e Berkeley, para quem o conhecimento só pode ser alcançado a partir da experiência. Empenhado em construir uma síntese que contemplasse as virtudes e identificasse os limites de ambas as perspectivas epistemológicas, o filósofo alemão Immanuel Kant dedicou uma década inteira de sua vida a produzir uma teoria do conhecimento que desse conta de tal tarefa. O resultado de seu esforço é apresentado na obra *Crítica da Razão Pura*, de 1781, que se tornaria um dos trabalhos mais influentes da bibliografia filosófica iluminista, concedendo a Kant a alcunha de pai da filosofia crítica.

A etimologia caracteriza a palavra “crítica”, oriunda do grego *kritikos* (*κριτικός*), como a capacidade intelectual de julgamento e discernimento. Na teoria do conhecimento de Kant, a “crítica” é personificada em uma espécie de juiz, a arbitrar sobre as potencialidades e limitações da faculdade humana de conhecer. Ao convidar a razão para “empreender a mais difícil de suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas”, Kant conclui que “esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura*” (KANT, 2001, p. 32, *grifos do autor*).

Além da *Crítica da Razão Pura*, as obras *Crítica da Razão Prática* (que se debruça sobre a questão moral) e *Crítica da Faculdade de Julgar* (que se detém no juízo sobre o belo na natureza e na arte) se tornam determinantes para o pensamento de Georg Hegel; à Hegel, por sua vez, caberia a reação dos jovens filósofos Karl Marx e Friedrich Engels: antes de completarem trinta anos, Marx e Engels escrevem *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica – contra Bruno Bauer e consortes* (1844), em que atacam a linha de pensamento dos jovens hegelianos Bruno, Edgar e Egbert Bauer, e *A Ideologia Alemã – crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1846), que só seria publicado integralmente em 1933. Nesse mesmo ano, a ascensão do nazismo na Alemanha leva ao exílio um grupo de intelectuais associados à Universidade de Frankfurt, então engajados no estudo

⁴ Alguns argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2018a).

do pensamento de Marx e Engels (e de autores marxianos como György Lukács) com vistas à construção de uma *teoria crítica da sociedade*.

Conforme a pesquisa histórica de Axel Honneth, a teoria crítica surge “sob a direção de um único homem e como a obra de um círculo de intelectuais” (1999, p. 503). O referido círculo inclui os filósofos Max Horkheimer, Theodor Adorno, o já citado Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, Jürgen Habermas, o próprio Honneth (os dois últimos de gerações mais recentes) e demais membros do Instituto para Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), fundado na Universidade de Frankfurt em 1923 e conhecido pela comunidade acadêmica mundial como Escola de Frankfurt. O “único homem” mencionado por Honneth é Horkheimer, que, em 1930, ao assumir a direção do Instituto, faz de seu discurso inaugural uma plataforma para apresentar, pela primeira vez ao público, o programa de uma teoria crítica da sociedade (HONNETH, 1999, p. 506).

A chegada de Hitler ao poder na Alemanha leva o instituto e a maioria de seus membros a se refugiar em Genebra, em 1933, e dois anos depois em Nova Iorque, onde filiam-se à Universidade de Columbia⁵. Em 1937, ainda à frente da direção do instituto, Horkheimer publica o artigo “*Teoria tradicional e teoria crítica*”, que se torna uma espécie de documento inaugural da teoria crítica. Nele, estão fundamentados os princípios teóricos que irão orientar as pesquisas do instituto de Frankfurt: a *historicidade* dos sujeitos cognoscentes, a *totalidade* dos fenômenos sociais e a *tensionalidade* presente na sociedade. As três características, já presentes em Hegel e em Marx, podem ser encontradas nestas passagens de Horkheimer:

É preciso passar para uma concepção que elimine a parcialidade que resulta necessariamente do fato de retirar os processos parciais da totalidade da *práxis* social. (...) O mesmo mundo que, para o indivíduo, é algo em si existente e que tem que captar e tomar em consideração é, por outro lado, na figura que existe e se mantém, produto da *práxis* social geral. (...) Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como veem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. (...) A existência da sociedade se baseou

5 À exceção de Walter Benjamin, cujo destino seria trágico: ao invés de Genebra, Benjamin se fixa em Paris, e relatos dão conta de seu suicídio em setembro de 1940, após ser encurralado em uma tentativa de fuga da França (ocupada por Hitler em maio daquele ano) pela fronteira espanhola.

sempre na oposição direta, ou é resultado de forças contrárias; de qualquer modo não é resultado de uma espontaneidade consciente de indivíduos livres (HORKHEIMER, 1980, p. 125)

As correntes dominantes do pensamento ocidental moderno enxergam o conhecimento científico como uma forma de compreender a realidade para prever acontecimentos e, com base nesse caráter profético, orientar a ação. Assim é a perspectiva positivista do que Horkheimer chama de “teoria tradicional”, característica de uma forma de cientificismo com raízes no pensamento de Descartes que atravessa todo o período da modernidade e que se caracteriza por conceber a realidade com base em dualidades entre sujeito e objeto, teoria e prática, indivíduo e sociedade.

A teoria crítica de Horkheimer, por sua vez, pressupõe a eliminação da separação cartesiana entre pesquisa empírica e filosofia. Preservando a dialética hegeliana, porém substituindo a visão idealista por uma concepção de história em torno da luta de classes, a perspectiva materialista dialética de Marx – que serve de cimento para a teoria crítica – recusa a separação entre indivíduo e sociedade, “em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade” (HORKHEIMER, 1980, p.130). O processo de desnaturalização das determinações básicas de existência dos indivíduos é alcançado através do “reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social [que] contém ao mesmo tempo a sua condenação” (HORKHEIMER, 1980, p. 131). A menção à “condenação” deixa clara a recusa à perspectiva de neutralidade da ciência e a convicção da necessidade de uma postura política explícita por parte dos cientistas. Cabe à teoria crítica identificar os obstáculos que impedem que as potencialidades da vida social se realizem e, ato contínuo, posicionar-se contra esses obstáculos.

Convidado a integrar o corpo de pesquisadores do Instituto para a Pesquisa Social em 1933, Herbert Marcuse foi, ao lado de Horkheimer, um dos mais empenhados frankfurtianos a esquadrihar os princípios teóricos e metodológicos da teoria crítica, descrita pelo autor como “uma teoria que analisa a sociedade à luz de suas capacidades – usadas e não usadas ou abusadas – de melhorar a condição humana” (MARCUSE, 2015, p. 32).

A fim de identificar e definir as possibilidades de um melhor desenvolvimento, a teoria crítica deve realizar uma abstração a partir da atual organização e utilização dos recursos da sociedade e dos resultados dessa organização e

utilização. Tal abstração que se recusa a aceitar o universo dado dos fatos como o contexto final de validação, tal análise “transcendente” dos fatos à luz de suas possibilidades, impedidas e negadas, pertence à ampla estrutura da teoria social. Ela se opõe a toda metafísica em virtude do caráter rigorosamente histórico da transcendência. As “possibilidades” devem estar ao alcance da respectiva sociedade; elas devem ser metas definíveis na prática (MARCUSE, 2015, p. 33).

A perspectiva de transcendência, embora ultrapasse o universo material estabelecido no presente, aponta para alternativas reais de emancipação. Douglas Kellner, pesquisador e divulgador da obra de Marcuse, conta que o filósofo de Frankfurt condenava a sociedade pelo seu fracasso em aplicar a tecnologia de maneiras mais emancipatórias e humanas, uma vez que defendia que “as contradições entre ‘o que é’ e ‘o que poderia ser’ fornecem um ímpeto para a mudança social” (KELLNER, 2007, p. 15). Marcuse atribui à teoria crítica a tarefa de não apenas entender por que as coisas são como são, objetivo da teoria tradicional, mas ocupar-se, também, de uma análise que transcenda a realidade a partir de suas condições imanentes e descubra que as coisas poderiam ser de outra forma – mas não são. Isso ocorre porque há obstáculos de diversas ordens (dentre elas, e talvez principalmente, as de ordem humana, quer seja no âmbito econômico, cultural, social ou político) que impedem que as coisas sejam melhores do que são. Identificar tais obstáculos é tarefa de ordem metodológica.

Na introdução de *Towards a Critical Theory of Society*, um dos seis volumes organizados por Kellner que compõem uma vasta coleção de textos de Marcuse, a metodologia da teoria crítica é sintetizada em três atos: “compreender a sociedade dada, criticar suas contradições e fracassos e construir alternativas” (KELLNER, 2007, p. 15). Para Honneth, são os percursos metodológicos – mais do que os princípios teóricos – que distinguem a teoria crítica de outras teorias: “epistemologicamente, os artigos de Horkheimer e Marcuse estavam voltados para uma crítica sistemática do positivismo; metodologicamente, eles visavam um conceito de pesquisa interdisciplinar” (HONNETH, 1999, p. 508).

Para lidar com as questões que coloca, a teoria crítica se propõe a realizar diagnósticos da realidade em âmbito histórico-filosófico, acrescentando a pesquisa empírica como uma segunda corrente de reflexão, em cooperação com outras disciplinas (HONNETH, 1999, p. 510). Conforme esclarece Rúrion Melo, tratava-se de “fundamentar, de um ponto de vista imanente ao próprio objeto social, suas análises e diagnósticos sobre as condições de possibilidade e sobre os obstáculos existentes à emancipação” (MELO, 2011, p. 249).

Assim é que, partindo dos fundamentos apresentados, Horkheimer se lança na aventura do que seria posteriormente chamado de “materialismo interdisciplinar”, que assume como espinha dorsal a economia política (cuja crítica é feita por Marx em sua principal obra, *O Capital*), acrescida das contribuições da psicologia de Freud (incorporada ao pensamento de diversos frankfurtianos, como Marcuse, Benjamin e Fromm) e de uma teoria da cultura que permita analisar as condições culturais sob as quais ocorre a socialização dos indivíduos no sistema capitalista. Além da tarefa de formular diagnósticos, cabe à teoria crítica o desafio de renovar constantemente esses diagnósticos, de maneira a “tornar possível que continuemos formulando uma perspectiva a partir da qual os obstáculos à emancipação ou potenciais emancipatórios, quando presentes numa dada sociedade, sejam considerados e analisados de modo crítico” (MELO, 2011, p.249).

Ainda no século XIX, Marx (2002, 2003) formula um diagnóstico de grande fôlego a respeito do capitalismo. Na *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1947, Adorno e Horkheimer (1985) lançam-se no desafio de propor um diagnóstico da indústria cultural dos Estados Unidos, em efervescência na época em que os frankfurtianos chegam àquele país. Alguns anos depois, a citada obra de Marcuse se debruça sobre o fenômeno da racionalidade instrumental para propor um diagnóstico da sociedade industrial daquele momento. No mesmo diapasão, a proposta metodológica de uma teoria crítica da informação deve contemplar a realização de diagnósticos interdisciplinares que tenham como foco o ambiente informacional e as perspectivas de produção, circulação, mediação, organização, recuperação e acessibilidade da informação, identificando as potencialidades e os obstáculos à liberdade e à autonomia informacional que se colocam no cenário a ser investigado.

Programa para uma teoria crítica da informação

Por que as coisas são como são e não de outra forma? Quais os obstáculos que impedem que as coisas sejam melhores do que são? Como agir para vencer tais obstáculos e transformar o mundo? É sobre esses três pilares que se ergue o edifício filosófico da teoria crítica.

Conforme visto, a primeira pergunta traça um horizonte fundamentalmente distinto da perspectiva teórica positivista (ou tradicional, nos termos de Horkheimer). A teoria tradicional dedica-se a investigar e observar o mundo como ele é, para estabelecer leis e padrões que permitam a previsão de fenômenos e comportamentos. A teoria crítica, por sua vez, possui um caráter transcendente: além de compreender o mundo tal como ele é, propõe um exercício de imaginação

a respeito de como o mundo poderia ser. Tal exercício nada tem de utópico; antes, é construído a partir das possibilidades imanentes do mundo material. A busca por uma resposta revela que, dadas as condições reais de existência, as coisas poderiam ser melhores, mas não são. Assim, passa-se para a segunda pergunta, a respeito dos obstáculos que fazem com que as coisas sejam como são e não de outra forma. Essa pergunta, complementar à primeira, é acolhida pela teoria crítica mediante uma proposição metodológica: a realização de *diagnósticos de época*. Ao identificar os obstáculos que impedem que as coisas sejam melhores, o processo analítico realizado no diagnóstico pretende dar respostas a ambas as perguntas.

Por fim, a pergunta sobre o que deve ser feito para superar tais obstáculos exige uma resposta de ordem prática, fornecida pela teoria crítica através da perspectiva da *práxis transformadora*, ou seja, de que a proposição de diagnósticos de época seja capaz de revelar não apenas as contradições existentes, mas também os elementos que orientam a ação no sentido da superação de tais obstáculos. Nesse sentido, o objetivo final da teoria crítica não é de ordem filosófica e intelectual, e sim ética; repousa no alcance de uma vida melhor, através de maior liberdade e autonomia dos indivíduos.

A teoria crítica da informação que propomos segue os mesmos passos teóricos e metodológicos da teoria crítica, adaptando-os ao campo de investigação dos estudos informacionais por meio da absorção e integração de dois importantes conceitos da área: o conceito de *regime de informação* e o conceito de *competência crítica em informação*, que serão abordados, respectivamente, na segunda e na terceira parte deste estudo.

Embora a inspiração para o conceito de regime de informação, conforme se verá, venha de autores franceses ligados ao pós-estruturalismo, ao construtivismo social e aos *Science and Technology Studies* (STS), não há qualquer impedimento em propor uma abordagem metodológica que preserve a matriz conceitual do termo, utilizando-a segundo a perspectiva frankfurtiana. Em nossa teoria crítica da informação, o conceito de regime de informação servirá de orientação para a proposição de diagnósticos de época que sejam capazes de, conforme afirma Frohmann, “mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (1995, s/p). Em tais diagnósticos, fenômenos como vigilância digital, mineração de dados pessoais e invasão de privacidade, filtragem algorítmica da informação, desinformação e circulação de *fake news* serão analisados sob a ótica da *crítica negativa*, na medida em que

se constituam como obstáculos que impedem que o regime de informação em vigor seja melhor do que poderia ser, tendo em vista o interesse dos indivíduos.

Já o conceito de competência crítica em informação aponta para as perspectivas de emancipação social, colocando-se como um dos possíveis caminhos para a práxis transformadora no cerne do regime de informação em vigor. Aqui, são destacadas as propostas teóricas que trazem, ainda que indiretamente, a presença dos preceitos da teoria crítica, como no caso dos estudos da *critical information literacy* que dialogam com a pedagogia crítica de Paulo Freire.

Com o reforço integrado dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação, a teoria crítica da informação, aqui apresentada na forma de um programa teórico-metodológico, tem a pretensão de atingir a musculatura necessária para hipertrofiar, com as armas da crítica, a academia de saberes da ciência da informação, respeitando o legado das pesquisadoras e pesquisadores que atuaram ou têm atuado nesse sentido. Para tanto, faz-se necessário reformular as problemáticas da teoria crítica, tal como foram apresentadas, de modo a adaptá-las às questões sugeridas como inspiração para futuras pesquisas e estudos críticos em informação:

- 1) Por que os regimes de informação são como são e não de outra forma?
- 2) Quais os obstáculos que impedem que os regimes de informação sejam melhores do que são?
- 3) Como agir para vencer tais obstáculos e transformar os regimes de informação?

Parte II – Método

Regime de informação: proposta de diagnóstico crítico

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente.

George Orwell, 1984

Em um artigo sobre regimes de verdade e poder, escrito em parceria com Rafael Capurro e Marco Schneider, chamo a atenção para um fato curioso que surpreende o mercado editorial norte-americano recente: o romance distópico *1984*, escrito por George Orwell em 1948 e publicado no ano seguinte, retorna ao topo das listas de livros mais vendidos nos Estados Unidos em 2017, levando a editora a imprimir uma nova tiragem da obra. A demanda pelo livro, quase 70 anos após a sua primeira edição, não se dá apenas por conta da assustadora atualidade dos artefatos orwellianos de vigilância e controle (vide a teletela descrita na epígrafe), mas também pela repercussão de uma declaração à imprensa de Kellyanne Conway, conselheira do então recém-empossado presidente norte-americano, Donald Trump. Ao ser questionada a respeito das estimativas de comparecimento da população ao discurso de posse do presidente, divulgadas pelo governo de forma

inflacionada e desmentidas pelas imagens das redes locais de televisão, Conway informa aos jornalistas que o governo Trump trabalha com “fatos alternativos” (*apud* BEZERRA, CAPURRO, SCHNEIDER, 2017, p. 372)⁶.

No mesmo ano, o departamento responsável pelos dicionários da Universidade de Oxford elege o termo “pós-verdade” (*post-truth*) como a “palavra do ano” de 2016, em um contexto no qual a ampla desinformação e circulação de notícias falsas em redes sociais passa a escrever um capítulo fundamental nas eleições presidenciais, governamentais e municipais em diversos países ao redor do mundo – inclusive no Brasil. O uso de contas falsas (*bots*) para disseminação de conteúdo político-partidário, que já vinha sendo percebido desde as eleições presidenciais brasileiras de 2014, torna-se ainda mais agressivo nas campanhas de 2018, com a inovadora (e, para alguns, decisiva) prática de disseminação massiva de notícias falsas por meio da rede social criptografada Whatsapp.

De acordo com a singela metáfora do escritor israelense Yuval Noah Harari, “a tartaruga governamental não é capaz de se emparelhar com a lebre tecnológica” (2016, p. 377): de fato, o dinamismo da inovação em ciência e tecnologia e a rápida multiplicação de práticas informacionais criam um problema para o necessário processo democrático de construção de políticas de informação, que deveria orientar a definição de marcos regulatórios que protejam os indivíduos de possíveis perdas de privacidade, liberdade e autonomia. Um exemplo é o Marco Civil da Internet, cuja importância como instrumento para o estabelecimento de parâmetros legais para a internet no Brasil – incidindo não apenas sobre proteções pessoais, mas também sobre questões econômicas e de infraestrutura – vinha sendo debatida no âmbito dos órgãos de direito internacional desde 2004. O projeto, entretanto, só é efetivamente aprovado em 2014, após a revelação de Edward Snowden sobre a espionagem norte-americana a chefes de Estado como Dilma Rousseff, Angela Merkel e outras autoridades (BEZERRA; WALTZ, 2014). A longevidade da lei brasileira de direito autoral de 1998, que atravessa incólume décadas de profundas inovações tecnológicas, é outro lamentável exemplo do *jetlag* governamental.

A promessa do desenvolvimento científico e tecnológico é a de um mundo melhor; não obstante, novos canais, novas redes, novos aparelhos eletrônicos e

⁶ Na distopia orwelliana, o governo conta com um Ministério da Verdade, cuja principal função é reescrever continuamente qualquer fato histórico, “retificando documentos sobre os números de previsões governamentais para a economia (de modo a estarem adequados aos resultados de fato) e destruindo narrativas históricas sobre antigos aliados quando estes se tornam inimigos” (BEZERRA, CAPURRO, SCHNEIDER, 2017, p. 372).

novas formas de acesso a informação trazem consigo novos problemas e questões até então inexistentes, invisíveis ou inofensivas, que agora ganham vigor e espalham-se por nossas vidas, alterando comportamentos e juízos. Conforme se verá, a adoção de práticas de monitoramento e vigilância digital, por parte de governos, empresas e indivíduos, e a mediação algorítmica da informação, adotada pelas plataformas mais acessadas na internet, são exemplos de inovações tecnológicas que, para a entrega dos benefícios que oferecem, impõem restrições à autonomia dos indivíduos, criando mecanismos de exclusão e opressão. Em outro lugar, chamei o fenômeno de “dialética da liberdade sociotécnica” (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2013).

No alvorecer do emergente ecossistema informacional que se espraia mundo afora por cabos, satélites e “nuvens”, o despertar da teoria crítica da informação é orientado para a tarefa de esfregar os olhos, observar o regime de informação ao redor e analisar as inovações tecnológicas, leis e políticas de informação, as perspectivas de acessibilidade à tecnologia, seus efetivos usos e práticas informacionais e as consequências que pesam sobre a vida material e psicológica dos indivíduos, para produzir um diagnóstico crítico que permita desvendar os mecanismos de controle e opressão e os obstáculos que se colocam no caminho da emancipação social e da autonomia informacional.

O conceito de regime de informação⁷

“Talvez seja mais importante, antes de se empenhar em como melhorar o carburador, perguntar para onde o carro está indo, ou mesmo se deveríamos estar dirigindo carros, para começar”. A metáfora, digna de um ensaio sobre teoria crítica, foi escrita por Bernd Frohmann para uma conferência em ciência da informação, ministrada em 1995. Na ocasião, o filósofo apresentou o conceito de regime de informação (*régime of information*) como uma forma de criticar a falta de atenção de pesquisadores da área à dimensão efetivamente política dos estudos sobre políticas de informação. Ciente do clamor de diversos pesquisadores por uma maior qualificação do debate – avaliado pelo autor como superficial e ingênuo – sobre o tema na literatura científica, Frohmann argumenta que, para identificar os múltiplos pontos que permitem intervenções inteligentes e socialmente responsáveis nas políticas de informação, é necessário empreender uma análise rica sobre o desenvolvimento, a estabilidade e a manutenção daquilo que chamou de “regime de informação”.

⁷ Alguns argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2017, 2018a).

... quando pensamos sobre os fluxos de informação que giram em torno de nós, sejam culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Vamos, portanto, chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos, de regime de informação. Difusão de rádio e televisão, publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, infoestradas emergentes: estes todos são os nós de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação. Um objetivo legítimo e premente da pesquisa sobre política de informação é a representação perspicaz dos regimes de informação: como se originam e se estabilizam; como determinam as relações sociais, e como formas específicas de poder são exercidas neles e através deles. A descrição de uma política de informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação (FROHMANN, 1995, s/p)

Os alicerces do regime de informação de Frohmann, como admite o próprio autor em sua conferência, encontram-se na Teoria Ator-Rede (TAR, ou ANT em inglês) desenvolvida por Bruno Latour, Michel Callon e outros cientistas sociais franceses associados aos chamados *Science and Technology Studies* (STS). A TAR pode ser descrita como uma metodologia sociológica construtivista de conhecimento de artefatos científicos e tecnológicos, que parte da recusa da separação analítica em categorias explicativas de ordem natural ou social. Ao destacar a interação entre indivíduos (chamados por Latour de “actantes”), organizações e dispositivos, a TAR chama a atenção para o caráter híbrido dos artefatos, “quase-objetos” que são ao mesmo tempo vistos como reais, sociais e discursivos (LATOURE, 1994, p. 64).

Para Frohmann, conforme antecipado na primeira parte deste texto, “descrever um regime de informação significa mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos”. Com isso, o autor deseja fugir de uma visão instrumental que se preocupa apenas com a eficiência de fluxos informacionais, sem considerar a mútua implicação e dependência entre ciência, tecnologia, relações sociais e discursos. É nesse sentido que o autor justifica a contribuição da TAR para seus propósitos, uma vez que “a rica análise dos fatores reais, sociais e discursivos que estão implicados na construção de qualquer rede científica ou tecnológica ratifica a interpretação de política de

informação como o conjunto de práticas que estabilizam e mantêm um regime de informação” (1995, s/p). As preocupações de Frohmann, portanto, voltam-se para os *processos* pelos quais os artefatos, as redes e suas relações são construídas no bojo do regime de informação vigente.

Na conclusão de seu texto, Frohmann argumenta que o olhar construtivista presente na TAR contribui para a ampliação do escopo dos estudos de políticas de informação, já que contempla o conjunto de relações conflituosas de poder que estão presentes no regime de informação. Ainda que o construtivismo social de Latour represente a declarada influência de Frohmann para pensar o conceito de regime de informação, é possível compreendê-lo, também, como um recurso para o estabelecimento de diagnósticos a respeito do ecossistema informacional que se quer investigar, levando em conta não apenas a eficiência de fluxos informacionais – as coisas como são – mas também as desigualdades na distribuição de poderes entre os agentes envolvidos – por que as coisas são como são e não de outra forma, questão pouco contemplada pelos estudos sobre políticas de informação, conforme crítica do autor:

O foco em problemas instrumentais e questões epistemológicas relacionadas ao estabelecimento e policiamento de fronteiras entre disciplinas desvia a atenção de questões sobre como o poder é exercido nas relações sociais mediadas pela informação, como a dominância da informação é alcançada e mantida por grupos específicos e como específicas formas de dominação – especialmente as de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMANN, 1995, s/p).

A concepção de Frohmann aproxima-se das reflexões de outras pesquisas que se debruçam sobre os conceitos de regime e de políticas de informação, como as exaustivamente levadas a cabo por Maria Nélica González de Gómez, filósofa que elege como uma das principais atribuições dos estudos sobre regimes de informação “colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 56).

Em artigo publicado no Brasil poucos anos após a citada conferência de Frohmann, época em que a discussão sobre a chamada “sociedade da informação” é capitaneada pelo governo federal (vide a publicação do Livro Verde pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia), González de Gómez afirma que o “conceito de regime de informação, de inspiração foucaultiana, nos permite falar de política

e de poder sem ficarmos restritos ao Estado e as Políticas Públicas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 27). Em 2002, a autora volta a utilizar a expressão “regime de informação”, recuperando-a a partir de Frohmann e valendo-se de um recorte mais amplo e flexível, o que permite conceber tal regime “pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 40).

Optamos por utilizar, nessa direção, o conceito de ‘regime de informação’, que designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34)

Dez anos mais tarde, a autora reformula uma vez mais o conceito, incorporando as abordagens de Mark Poster e Sandra Braman sobre, respectivamente, as expressões “modo de informação” e “emergente regime global de políticas de informação”. As experiências da linguagem que surgem a partir do uso social das novas tecnologias de informação e comunicação constituem o “modo de informação” de Poster, que está interessado em discutir as novas formações linguísticas que alteram a rede de relações sociais. Daí a importância que o autor confere ao estudo das formas de armazenamento e recuperação de informações, seja de pinturas rupestres e tábuas de argila ou de bancos de dados de computadores e satélites de comunicações, uma vez que “cada método de preservar e transmitir informações intervém profundamente na rede das relações que constituem uma sociedade” (POSTER, 2001, p. 8). Braman, por sua vez, se detém no que chama de global (por envolver atores estatais e não estatais de diferentes partes do mundo) e emergente (por estar em formação e desenvolvimento) regime de informação, que entrelaça as políticas de

informação, de cultura e de comunicação e que interfere tanto na construção de novas subjetividades quanto nos processos formais e informais de elaboração de políticas de informação (BRAMAN, 2004). Ao reconhecer que as redes de comunicação em geral (e a internet em particular) são necessariamente socio-técnicas, Braman destaca, em texto posterior, a “responsabilidade de se pensar tais redes através da perspectiva de como elas influenciam – e/ou são – formas de poder e governança” (BRAMAN, 2013, p. 277).

Absorvendo a contribuição dos citados autores, e dando proeminente destaque às relações de poder que Foucault (2013) enxerga não só no direito e na política, mas também nas formas e instituições mais regionais e locais, González de Gómez chega à seguinte definição:

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 28)

Em outro artigo, publicado no mesmo ano, González de Gómez (2012b) se empenha em uma nova construção do conceito de regime de informação; nessa investida, são incorporadas as ideias de “cadeia de produção de informação” (voltada para a projeção de ações administrativas e políticas) e “infraestrutura de informação” (focada na transversalidade econômica, social e cultural das ações de informação e comunicação), além de trazer à baila a perspectiva de “regimes de valor” que o cientista da computação iraniano Hamid Ekbia, por sua vez, toma emprestado dos sociólogos franceses Luc Boltanski e Laurent Thévenot para considerar a existência de diferentes regimes de informação, correspondentes a diferentes regimes de valor (EKBIA, 2009).

No ano em que estas linhas são escritas, a “professora Nélide” (como é conhecida por alunos e colegas de profissão) segue publicando suas reflexões sobre o que chama de “genealogia dos regimes de informação”, destacando, em seu mais recente artigo, que a visibilidade do cenário histórico que contextualiza os usos do conceito permite observar “traços das potencialidades e

fragilidades das concepções das sociedades-redes”, atualizando as discussões acerca das “arquiteturas regulatórias das sociedades contemporâneas” (2019, p. 156). Os esforços da filósofa em trazer distintos construtos teóricos para esquadriñar a sua genealogia justificam-se pela responsabilidade depositada no uso do conceito de regime de informação, que deve ter, entre suas atribuições, a de permitir “associar a ancoragem espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 56).

Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência a “tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadológicas, que visam a sobredeterminar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 56).

Em termos gerais, González de Gómez contribui para uma concepção que, evitando enxergar as estruturas de um regime de informação de forma desen-carnada, opere com este conceito como uma espécie de “recurso interpretativo” para investigar as relações entre política, informação e poder. Frohmann, atento ao caráter social da informação, alimenta semelhantes pretensões ao enfatizar a importância da análise das práticas que conformam desigualdades e formas de dominação em regimes específicos de informação.

As características, inquietações e tarefas que autora e autor depositam no conceito servem de inspiração para o diagnóstico que será apresentado a seguir, como parte do programa proposto para uma teoria crítica da informação. Em tal programa, os fenômenos de vigilância e monitoramento de dados privados, filtragem algorítmica da informação, circulação de notícias falsas e demais técnicas de desinformação que grassam no regime de informação contemporâneo são consideradas a partir de suas perspectivas negativas de controle, manipulação, exclusão e opressão de indivíduos e grupos sociais, que representam obstáculos à privacidade, liberdade e autonomia informacional dos indivíduos.

O fenômeno da vigilância digital⁸

No capitalismo industrial do século XX, era comum encontrar setores comerciais nos quais cerca de quatro empresas dominavam uma fatia superior a três quartos de seus respectivos mercados, sejam tênis ou automóveis, produtos de limpeza ou relógios de pulso, bebidas alcoólicas ou eletrodomésticos. O mesmo acontecia com as indústrias que atuavam no mercado cultural: poucas gravadoras e estúdios dominavam, respectivamente, o mercado fonográfico e cinematográfico mundial. A internet, por sua vez, engendra um tipo de monopólio incentivado pelo que economistas chamam de “efeitos de rede”, no qual as pessoas tendem a seguir a liderança dos outros, criando uma espécie de “comportamento de manada” (ANDERSON, 2009). Nesses casos, ao invés de termos um punhado de empresas disputando um oligopólio, passa a ser possível a concentração de cerca de 90% de um segmento de mercado por uma única empresa, como é o caso do Google (criado em 1998) no serviço de buscador *online* e do Facebook (criado em 2004) no negócio de redes sociais digitais. Atualmente, ambas as empresas possuem plataformas que são visitadas por mais de um bilhão de pessoas, em muitos casos diariamente.

Dispondo de redes de bilhões de usuários, tais empresas valem-se da oportunidade de utilizar os dados da navegação digital desses usuários para fins comerciais, obtendo a maior parte de seus lucros a partir da distribuição personalizada de publicidade. No caso das plataformas comerciais citadas, tais fórmulas matemáticas procuram, através dos dados pessoais coletados durante navegações prévias dos usuários, prever que tipo de informação será do interesse de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, utilizar essas mesmas informações para direcionar publicidade para esse usuário. Nesse ambiente, cada comentário, acesso, clique ou mera visualização de conteúdos é indexado por websites, provedores, empresas de telefonia celular, sistemas operacionais, navegadores e uma série de outros intermediários, que podem utilizar essas informações para fins econômicos, políticos ou pessoais. A prática de monitoramento para o alcance desses fins caracteriza o fenômeno de *vigilância digital*.

No editorial do primeiro número da revista *Surveillance & Society*, o sociólogo David Lyon afirma que os estudos de vigilância são uma “iniciativa interdisciplinar para entender as cada vez mais complexas formas em que dados pessoais são coletados, armazenados, transmitidos, verificados e utilizados como meio de influenciar e gerir pessoas e populações” (LYON, 2002, p. 1). Em 2007, Lyon

⁸ Alguns argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2014, 2017).

propõe uma definição mais ampla do termo “vigilância”: “é o monitoramento do comportamento, atividades ou outras informações, geralmente de pessoas, com o objetivo de influenciar, gerir, dirigir, ou protegê-las” (LYON, 2007, p. 1).

Os debates em torno do tema da vigilância no ambiente digital ganham força após a divulgação, amplamente noticiada pelos veículos de comunicação, de práticas de espionagem perpetradas pela Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA, na sigla em inglês), tendo como foco o acesso a mensagens que circulam pela internet e o armazenamento de metadados de comunicações entre cidadãos, governos e empresas. Tais abusos do poder de vigilância do governo norte-americano vieram à tona por meio de denúncias do ex-analista de segurança da NSA, Edward Snowden, ao jornalista Glenn Greenwald, do periódico inglês *The Guardian*. O programa de vigilância Prism, usado pela agência de espionagem, coletaria dados de provedores *online*, como e-mail, chats, vídeos, fotos e toda a sorte de dados armazenados na internet, com o envolvimento de gigantes da internet, como Google e Facebook (GREENWALD, 2013).

As práticas de vigilância por parte do governo norte-americano intensificaram-se após os ataques às torres gêmeas em 11 de Setembro de 2001, que tiveram como resposta do governo de George W. Bush a assinatura do Patriot Act, um decreto que permite que órgãos de segurança e de inteligência dos EUA interceptem ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem necessidade de qualquer autorização da Justiça, sejam elas estrangeiras ou norte-americanas. O recrudescimento da vigilância governamental é acompanhado pelo interesse da academia pelo tema, que, não obstante, há muito desperta a atenção de filósofos, juristas e cientistas sociais.

Uma das referências mais conhecidas dos estudos sobre vigilância é o modelo do “panóptico”, invenção arquitetônica que o jurista inglês Jeremy Bentham apresenta em uma série de cartas escritas em 1787. No subtítulo do texto que reúne as cartas, Bentham descreve o panóptico como uma “casa de inspeção” que contém “um princípio de construção aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção” (BENTHAM, 2008, p. 15). A ideia de solucionar o crime, a violência e demais conflitos presentes na sociedade através de uma disciplinarização radical poderia, para o autor, ser alcançada através da ampliação do poder de vigilância – daí a perspectiva da visão de 360 graus que subjaz o termo “panóptico”. Segundo o sociólogo Bruno Cardoso (2014), o poder da mente sobre a mente almejado pelo projeto de Bentham viria a substituir o poder do corpo sobre o corpo, e a racionalidade e o espírito seriam muito mais eficazes e menos custosos do que a

força física, operando a dominação e transformação da natureza pelo social. O próprio Bentham não economiza suas expectativas em relação ao seu invento, conforme escreve:

A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples ideia de arquitetura! (...) Tratava-se de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em grau nunca antes demonstrado; e em grau igualmente incomparável, para quem assim o desejar, de garantia contra o exagero (BENTHAM, 2008, p. 17)

Cerca de dois séculos após as cartas benthamianas, Michel Foucault redescobre o panóptico ao estudar as origens da medicina clínica e, posteriormente, os problemas da penalidade. Segundo conta em entrevista, “eram poucos os textos, os projetos referentes às prisões em que o ‘troço’ de Bentham não se encontrasse” (FOUCAULT, 2013, p. 319). Na série de conferências ministradas no Rio de Janeiro, na década de 1970, o filósofo se detém no período histórico que considera o momento de constituição do que chama de “sociedade disciplinar” (na passagem do século XVIII para o XIX), para a qual concorrem profundas alterações nos sistemas judiciário e penal de diferentes países da Europa. É quando surge uma rede de instituições dedicada a controlar os indivíduos através da vigilância e da correção. Nesse contexto, Foucault retoma a máquina benthamiana para ilustrar a emergência dos sonhos e mecanismos de recriação planejada dos indivíduos, presentes na sociedade disciplinar que foi capaz de realizar a utopia do panoptismo (FOUCAULT, 2005).

As questões referentes ao tema da vigilância são aprofundadas no livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2012), publicado em 1975. De lá para cá, a evolução tecnológica dos mecanismos de vigilância (das impressões digitais à biometria) indica que a perspectiva do Estado de controlar seus cidadãos manteve-se praticamente inalterada durante o passar do tempo. Para Anthony Giddens, as dimensões institucionais da modernidade estão intrinsecamente relacionadas ao controle da informação pelo poder público. Tal concentração administrativa, segundo o sociólogo, depende do desenvolvimento de condições de vigilância bem além daquelas características das civilizações tradicionais, sendo o aparato de vigilância constitutivo de uma dimensão institucional associada, como o capitalismo e o industrialismo, à ascensão da modernidade (GIDDENS, 1991, p.

63). Nesse contexto de ampla vigilância e monitoramento de dados e metadados de cidadãos por governos, bem como de consumidores por empresas, definham as perspectivas de privacidade, intimidade e inviolabilidade de informações pessoais dos indivíduos.

A privacidade refere-se a tudo o que o indivíduo não pretende que seja de conhecimento público, reservado apenas aos integrantes de seu círculo de convivência particular, enquanto a intimidade diz respeito única e exclusivamente ao indivíduo. Essas dimensões, que se estendem ao domicílio, à correspondência, às comunicações e aos dados pessoais, representam direitos fundamentais presentes tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU quanto na Constituição brasileira de 1988, que classifica como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

O advento das tecnologias digitais é acompanhado por uma gradual restrição à proteção desses direitos. O fluxo e o armazenamento de comunicações e informações pessoais na rede abrem brechas a vigilância estatal indevida, uso impróprio de dados de clientes por empresas, ataque de *hackers* mal-intencionados a *data centers* e a dispositivos pessoais, vazamento de informações sigilosas por pessoas interessadas em ferir a imagem de terceiros e várias outras ameaças inerentes à rede de computadores. Como afirmam Assange, Müller-Maguhn, Appelbaum e Zimmermann (ASSANGE et al, 2013), em nome do combate ao que chamam de “Cavaleiros do Infoapocalipse” – pornografia infantil, terrorismo, lavagem de dinheiro e tráfico internacional de drogas – erigiu-se um sistema de vigilância de alcance global que, sem embargo, vem sendo utilizado para fins que transbordam o combate ao crime internacional, como revelam as citadas denúncias de Snowden sobre o monitoramento da NSA de comunicações pessoais de líderes mundiais e de mensagens corporativas de empresas estratégicas.

Para Julian Assange, fundador do Wikileaks, o armazenamento em massa das informações transmitidas por serviços de telecomunicações é uma das estratégias que integra o processo de militarização do ciberespaço. Se antes havia uma seleção dos indivíduos que se queria interceptar, a estratégia hoje é a de interceptação e armazenamento geral de dados, ou o que Müller-Maguhn chama de “armazenamento em massa – o armazenamento de todas as telecomunicações, todas as chamadas de voz, todo o tráfego de dados, todas as maneiras pelas quais se consomem serviços de mensagem de texto (SMS), bem como conexões à internet” (*apud* ASSANGE et al., 2013, p. 56). Para Appelbaum, trata-se de “uma questão de controle por meio da vigilância. Em certos aspectos, é o panóptico perfeito” (*apud* ASSANGE et al., 2013, p. 39).

Há alguns importantes pontos a serem destacados. O primeiro é que, embora as informações sobre usuários possam ser em parte agrupadas por agências governamentais de espionagem (como no caso do programa Prism da NSA, capaz de cruzar dados de empresas como Apple, Microsoft, Facebook e Google), a vigilância nas redes digitais é estruturalmente exercida de forma distribuída, ou seja, incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, e que monitoram um determinado conjunto de dados de maneira descentralizada, não hierárquica e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores (BRUNO, 2013). Tal panorama aproxima-se do uso que Braman (2006) faz do termo *panspectron*, originalmente usado por Manuel DeLanda (1991). Segundo a autora, todos os usos de conteúdo aberto feitos nas redes digitais tendem a tornar-se uma contribuição voluntária para o *panspectron*, gerando informações que podem ser posteriormente recuperadas para a identificação de indivíduos que passem a ser considerados politicamente perigosos (BRAMAN, 2006).

No *panopticon* benthamiano descrito por Foucault, a vigilância exercia-se de forma centralizada (na figura do vigilante ou de uma torre central de comando e controle) e limitava-se a determinados indivíduos, circunscritos a espaços de instituições como presídios e manicômios. A perspectiva que DeLanda apresenta é bem diferente:

Há muitas diferenças entre o Panopticon e o Panspectron (...). Em vez de posicionar alguns corpos humanos em torno de um sensor central, uma multiplicidade de sensores é implantada em torno de todos os corpos: suas fazendas de antenas, seus satélites espíões e suas interceptações de cabos de tráfego de dados alimentam seus computadores com todas as informações que podem ser coletadas. Estas são então processadas por uma série de “filtros” ou listas de observação de palavras-chave. O Panspectron não se limita a selecionar determinados organismos e certos dados (visuais) sobre eles. Em vez disso, ele compila informações sobre tudo ao mesmo tempo, usando computadores para selecionar os segmentos de dados relevantes para as suas tarefas de vigilância (DeLANDA, 1991, p. 206)

A estrutura de vigilância do comportamento dos indivíduos que navegam pelas redes digitais é muitas vezes ignorada pelos usuários, ou seja, difere-se do *panopticon* tanto por seu aspecto distribuído quanto pela sua ação muitas vezes invisível, distanciando-se da ideia de autodisciplina e aproximando-se da

perspectiva deleuziana de controle. Quando não ignorada, essa vigilância é muitas vezes consentida pelos indivíduos, seja por questões de segurança pública (LYON, 2010; CARDOSO, 2014) ou pelas vantagens que promete na customização de ofertas de bens de consumo (ANDERSON, 2009). A privacidade, tão importante para o individualismo forjado ao longo do período moderno, torna-se refém dos usos das técnicas de vigilância digital.

Privacidade e distopia⁹

No repertório de possibilidades filosóficas para a literatura de ficção científica, a representação distópica das sociedades destaca-se como um de seus vetores mais criativos. As distopias, às quais um número de escritores e roteiristas se dedica desde o século passado, têm seu principal mote forjado na extrapolação de usos perversos das tecnologias por governos, indivíduos (sejam terrestres ou alienígenas) e organizações, mantendo, por via de regra, a ancoragem em suposições cientificamente plausíveis.

Práticas de vigilância e monitoramento de pessoas, para o exercício de algum tipo de controle individual ou social, são comumente descritas em narrativas distópicas, partindo das possibilidades reais e virtuais dos usos das tecnologias de informação e comunicação. A teletela orwelliana, descrita na epígrafe, é ambientada em uma realidade em que um único grupo político exerce um rígido controle sobre a conduta dos indivíduos. Nesse universo, o fíctício objeto encarna o principal instrumento técnico de vigilância, partindo de uma perspectiva panóptica ao estilo benthamiano e ampliando-a para as ruas e os ambientes privados. Assim como o computador algorítmico heurísticamente programado (*Heuristically programmed Algorithmic Computer* – HAL 9000) do filme *2001*, a teletela é capaz de ler lábios e expressões faciais, a ponto de levar o personagem principal da trama, Winston Smith, a compor a própria fisionomia “de modo a ostentar a expressão de tranquilo otimismo que convinha ter no rosto sempre que se encarasse a teletela” (ORWELL, 2009, p. 15). Essa tecnologia, imaginada na ficção de Orwell há 70 anos, está atualmente disponível e já vem integrada aos espelhos pretos¹⁰ que possuímos em nossas mesas, paredes e bolsos.

⁹ Os argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2018b).

¹⁰ Três dias antes da estreia na TV inglesa, o produtor e escritor Charlie Brooker publicou um artigo no jornal *The Guardian* sobre a sua nova série dramática, intitulada *Black Mirror*. “O ‘espelho preto’ do título”, escreveu Brooker, “é o que você encontrará em cada parede, em cada mesa, na palma de cada mão: a tela fria e brilhante

A distopia orwelliana é baseada em uma realidade totalitária com contornos kafkianos, na qual os indivíduos estão submetidos ao controle constante de teletelas e expostos a cartazes com os dizeres “o Grande Irmão está de olho em você”. Anos antes de Orwell, em 1932, outro escritor inglês, Aldous Huxley, havia publicado a obra *Admirável mundo novo*, em que apresenta sua própria distopia futurista; nessa história, entretanto, o adiestramento da sociedade é feito não por violência e lavagem cerebral, mas através de hipnose, uso de drogas e seleção biológica em incubadoras (HUXLEY, 2000).

Pela proximidade temática, geográfica e histórica, as obras de Orwell e Huxley foram objeto de muitas análises e se tornaram tema de artigos, livros, músicas e histórias em quadrinhos¹¹. Na comparação inevitável, muitos autores argumentam que Huxley teria sido mais profético, ou seja, teria imaginado um futuro mais parecido com o que vivemos hoje do que o criado por Orwell. Segundo Postman, “o que Huxley ensina é que, na era da tecnologia avançada, a devastação espiritual é mais provável de vir de um inimigo com um rosto sorridente do que de um cujo rosto exala suspeita e ódio” (POSTMAN, 2006, p. 155).

O próprio Huxley, em carta escrita para Orwell pouco após o lançamento de 1984, vaticina, sem recorrer à modéstia:

Dentro da próxima geração, acredito que os governantes do mundo descobrirão que as hipnoses infantil e narcótica são mais eficientes, como instrumentos do governo, do que clubes e prisões, e que a ânsia de poder pode ser tão completamente satisfeita sugerindo que as pessoas amem sua servidão quanto por açoita-los e chuta-los em obediência. Em outras palavras, eu sinto que o pesadelo de 1984 está destinado a modular-se rumo ao pesadelo de um mundo que tem mais semelhança com o que eu imaginava em *Admirável mundo novo*.¹²

Na avaliação de Postman, as profecias de Orwell são de pequena relevância nos Estados Unidos, enquanto as de Huxley estão bem encaminhadas para

de uma TV, um monitor, um smartphone”. É o mesmo espelho preto que usamos para assistir a série de Brooker e para ler e escrever textos como este, além de manter contato com outras pessoas e realizar um número incomensurável de atividades pessoais e profissionais.

11 Baseada em passagens do livro *Amusing ourselves to death*, de Neil Postman, as comparações entre Huxley e Orwell em formato HQ estão disponíveis na internet.

12 Imagem e transcrição da carta (no original, em inglês) podem ser encontradas na internet.

serem realizadas (2006, p. 156). A distopia orwelliana, em análises como essa, parece aproximar-se da realidade de países com regimes considerados menos democráticos. No entanto, como faz questão de destacar Rebecca MacKinnon, que atuou como jornalista tanto nos EUA como na China, “*todos os governos, de ditaduras a democracias, estão aprendendo rapidamente a usar a tecnologia para defender seus interesses*”; segundo MacKinnon, “*a internet é um espaço politicamente contestado, dotado de novas e instáveis relações de poder entre governos, cidadãos e empresas. As batalhas de hoje sobre liberdade e controle estão atravessando simultaneamente democracias e ditaduras; através de linhas econômicas, ideológicas e culturais*” (MACKINNON, 2013, p. 5. *Grifo da autora*).

Bauman também se aventurou a tecer comentários sobre os dois clássicos da literatura. Para o sociólogo polonês, embora as visões futuristas de Orwell e Huxley diverjam, a vigilância revela-se o principal ponto em comum entre as narrativas, que compartilham o pressentimento de um mundo estritamente controlado por uma pequena elite, no qual a liberdade individual seria “*não apenas reduzida a nada ou quase nada, mas agudamente rejeitada por pessoas treinadas a obedecer a ordens e seguir rotinas estabelecidas*”; ao esboçar os contornos do trágico futuro, Huxley e Orwell “*sentiram que a tragédia do mundo era seu ostensivo e incontrolável progresso rumo à separação entre os cada vez mais poderosos e remotos controladores e o resto, cada vez mais destituído de poder e controlado*” (BAUMAN, 2001, p. 64-65).

Filtragem algorítmica da informação¹³

A tecnologia de *microtargeting*, implantada pioneiramente pela Amazon para indicar livros para cada usuário de sua plataforma com base em pesquisas semelhantes de outros usuários, é fruto de uma organização algorítmica da informação que usa princípios de inteligência artificial para classificar o massivo volume de dados (*big data*) coletados a partir da navegação dos indivíduos na internet. Atualmente, a filtragem algorítmica é usada nas mais diversas plataformas, como Facebook, Google, Netflix, Spotify e outras.

Os *inputs* que alimentam os algoritmos das citadas empresas são extraídos da navegação dos usuários em suas plataformas *online* ou a partir de navegadores de internet, sistemas operacionais, aplicativos para *smartphone* e outros dispositivos de armazenamento de dados, que permitem a identificação de um gigantesco volume de informações pessoais como localização, hora do acesso, dispositivo usado

¹³ Alguns argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2015, 2018a).

(desktop, notebook ou smartphone) e tudo que puder ser rastreado considerando as pesquisas, os cliques, o tempo transcorrido entre cada clique, a relevância dos primeiros resultados de pesquisa (no caso do uso de buscadores como o Google, por exemplo) e uma infinidade de outros fatores. Posteriormente, todo esse monitoramento alimenta fórmulas matemáticas que, utilizando princípios de inteligência artificial como *machine learning* e *deep learning*, constroem um perfil de preferências de cada usuário, com informações precisas sobre idade, identidade de gênero, hábitos de consumo, orientação política, práticas culturais e esportivas, classe econômica, orientação sexual, participação em grupos sociais e minorias étnicas, dentre outros. Cada plataforma tem acesso a um certo conjunto dessas informações e as utiliza para criar um processo de filtragem algorítmica orientado para a sugestão de conteúdo (de filmes na Netflix, de músicas no Spotify, de vídeos no Youtube, de livros na Amazon, de postagens no Facebook), de modo a atrair a atenção do usuário e mantê-lo na plataforma, atualizando constantemente o banco de dados. Ricardo Pimenta aponta a existência de uma “tecnopolítica do algoritmo”, que dá sentido aos dados coletados segundo os interesses das empresas de tecnologia detentoras das plataformas digitais, cujos proprietários, em última instância, “representam a continuidade do sistema capitalista e de sua dinâmica acumulativa” (PIMENTA, 2016, p. 85).

Nos modelos de negócio da Google e do Facebook, a informação captada pelo *big data* é utilizada no direcionamento de publicidade para os usuários, indicando produtos e serviços a partir de suas pegadas digitais. Segundo Eli Pariser, ativista de meios digitais e autor da expressão “bolha de filtros” (*filter bubble*), trata-se do uso de mecanismos construídos para prever o que vamos fazer ou desejar a seguir, “com o objetivo de forjar um universo de informações exclusivo para cada um de nós” (PARISER, 2012, p. 14).

A fórmula dos gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos. E a fórmula funciona. A Amazon vende bilhões de dólares em produtos prevendo o que cada cliente procura e colocando esses produtos na página principal de sua loja virtual. Até 60% dos filmes alugados pela Netflix vêm de palpites personalizados feitos pelo site sobre as preferências dos clientes (...). A personalização é uma estratégia fundamental para os cinco maiores sites da internet – Yahoo, Google, Facebook, YouTube e Microsoft Live – e também para muitos outros (PARISER, 2012, p. 13).

No século passado, as empresas de marketing e publicidade tinham na pesquisa de hábitos de consumo um expediente para orientar suas estratégias de negócio. Atualmente, e cada vez mais, torna-se desnecessário contratar pesquisadores para entrevistar pessoas aleatoriamente nas ruas e descobrir suas marcas preferidas de variados produtos, uma vez que nós mesmos, através de nossa navegação na internet, indicamos quais são nossos interesses. Não importa que estejamos usando nosso tempo livre para pesquisar destinos para as férias e preços de passagens aéreas; do ponto de vista da empresa que monitora nossos dados, estamos realizando uma atividade que tem como resultado a produção de informação que, filtrada pelos algoritmos, orientará a publicidade a ser direcionada aos usuários, exibindo promoções de bens e serviços em anúncios espalhados pela constelação das redes digitais.

Em entrevista ao jornal *The Guardian*, em 2010, o líder executivo da Google, Eric Schmidt, exaltou o poder do direcionamento individual de informação ao declarar que, no futuro, “a tecnologia será tão boa que será muito difícil para as pessoas assistirem ou consumirem algo que não tenha sido de alguma forma feito sob medida para elas”. A inserção da mentalidade de customização individual da internet no design dos algoritmos que filtram a informação a ser exibida engendra a forma de mediação que se tornou característica do regime de informação contemporâneo. Tal filtragem algorítmica interfere diretamente no tipo de informação ao qual os usuários terão acesso na rede, criando ambientes aparentemente confortáveis que, na verdade, encapsulam os usuários em horizontes egóicos, autorreferenciados e desprovidos de diversidade, o que cria óbvios limites e obstáculos para a autonomia e a liberdade.

As bolhas de filtros forjadas pelos algoritmos criam ilusórias zonas de conforto, mas também erguem barreiras invisíveis. Ao dialogar com David Lyon sobre o caráter “pós-pan-óptico” das sociedades contemporâneas, Zygmunt Bauman argumenta que “a tecnologia de vigilância hoje se desenvolve em duas frentes que servem a dois objetivos estratégicos opostos: numa das frentes, o confinamento (ou ‘cercar do lado de dentro’), na outra, a exclusão (ou ‘cercar do lado de fora’), que o autor chama de “ban-óptico” (BAUMAN, 2013, p. 65). A realização de tais objetivos mediante o uso de tecnologia digital (cartões de crédito, senhas de acesso, dados biométricos) é uma das principais características que marcam, segundo o filósofo francês Gilles Deleuze, a passagem das sociedades disciplinares (situadas por Foucault nos séculos XVIII e XIX) para as sociedades de controle:

As sociedades disciplinares têm dois pólos: a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa. (...) Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos” (DELEUZE, 1992, p. 222).

Se a sociedade de controle se revela aos olhos de Deleuze no início dos anos 1990, o filósofo Byung-Chul Han (2018, p. 91) considera que, no século XXI, “os *big data* inauguram uma nova *sociedade de classes digital*”, que monitora e inclui os economicamente interessantes, oferecendo-lhes oportunidades de compras e serviços, e exclui os indivíduos com baixo valor econômico, negando-lhes empréstimos e oportunidades de emprego e encarecendo seus seguros por conta de seus locais de moradia. A matemática norte-americana Cathy O’Neil (2016) chama esses usos de *big data*, que reforçam preconceitos e perpetuam desigualdades, de armas de destruição matemática (*weapons of math destruction*).

O escândalo da empresa Cambridge Analytica (que levou o criador do Facebook a depor perante o congresso norte-americano) revela um novo e perverso uso do *big data*: a prática de *microtargeting*, no âmbito de disputas políticas, para o direcionamento de notícias falsas com o intuito de manipular eleitores e interferir no resultado de eleições. A denúncia de um ex-funcionário revelou a obtenção, pela empresa, dos dados digitais dos perfis de Facebook de dezenas de milhões de pessoas nos EUA, usados sem autorização no início de 2014 para construir um sistema de informação e avaliação individual de eleitores, mediante o cruzamento metodológico de ciência comportamental e psicometria (que permite a elaboração de perfis psicológicos através de análise de curtidas no Facebook) a fim de personalizar a propaganda política a ser enviada para eleitores indecisos, o que teria contribuído (para alguns, de forma decisiva) para a vitória de Donald Trump nas últimas eleições.

Além da campanha de Trump, a empresa atuou na saída da Inglaterra da União Europeia (Brexit) e em eleições na Nigéria, República Tcheca, Índia, Quênia e Argentina. A participação nas eleições brasileiras só não ocorreu por conta do escândalo que levou a empresa a encerrar suas atividades (e fechar o escritório

que havia aberto em São Paulo), o que não quer dizer que semelhantes ações, orientadas por diferentes fins políticos, não estejam sendo empreendidas por outros agentes e através de outros canais de circulação de informação, como no citado caso brasileiro de compartilhamento de notícias falsas por meio de redes sociais criptografadas. Tais expedientes destilam novas fórmulas venenosas no regime de informação contemporâneo, que desafiam a farmacopeia dos estudos informacionais. Como sugestão profilática, a teoria crítica da informação almeja oferecer um antídoto de ordem *praxiológica*.

Parte III – Práxis

Competência crítica em informação: na rota da emancipação

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.

Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach*

O conceito de práxis é de fundamental importância para a construção do sistema filosófico marxiano, cuja formulação remete-se aos escritos de sua juventude. Desde os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, Marx já compreende o ser humano como a única espécie que “faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e consciência”, concebendo o processo de formação humana a partir do entendimento do trabalho enquanto atividade de mediação entre o homem e a natureza, sendo o objeto do trabalho “a *objetivação da vida genérica do homem*” (MARX, 2010, p. 84-85, grifos do autor). A práxis, em sentido geral, representa a interação entre consciência e atividade, configurando um ciclo teórico-prático em que a teoria, posta à prova na prática, estimula a reflexão que, a partir das contradições observadas, tem o condão de alterar a teoria inicial; esta, por sua vez, é novamente posta em prática, porém sob novas circunstâncias que trazem outros desafios, e assim é submetida a uma nova reflexão, fazendo desse movimento dialético o próprio motor da história.

Com esse entendimento, Marx observa que é a partir da realidade material que os indivíduos criam suas instituições e seus deuses, e que a moral, o direito, a política e a economia são forjados por homens e mulheres a partir de circunstâncias reais e não em um plano metafísico. Em resumo, Marx compreende que

é o ser social que determina a consciência, e não o contrário, como supunham os filósofos alemães perante os quais Marx estabelece um afastamento epistemológico. A distância se revela de maneira explícita nas *Teses sobre Feuerbach*, escritas em 1845, em que Marx afirma, para além do trecho citado na epígrafe, que “toda vida social é essencialmente *prática*”; que “todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis”; e que “a coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou auto mudança só pode ser tomada e compreendida racionalmente entendida como práxis *revolucionária*” (MARX, 1998, p. 99-103, grifos do autor).

Na conhecida tese onze, Marx escreve: “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*” (grifos do autor). Compreendendo o chamado, Horkheimer afirma que a função da teoria crítica não é ser apenas “uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma” (HORKHEIMER, 1980, p. 136); para o filósofo, “a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber. Ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora” (HORKHEIMER, 1980, p. 156).

Dentre os pensadores que se filiaram à concepção filosófica marxiana na segunda metade do século XX, o educador brasileiro Paulo Freire destaca-se por seu explícito engajamento com a “práxis revolucionária”. A pedagogia crítica desenvolvida por Freire não apenas oferece um diagnóstico do sistema educacional brasileiro, apontando os obstáculos que o projeto do que chama de “educação bancária” impõe para a emancipação dos indivíduos, como também propõe um modelo de alfabetização centrado na realidade dos educandos, constantemente posto à prova na prática. Conforme se verá, a adoção dos construtos da teoria e da “práxis libertadora” freireana por um considerável número de pesquisas em competência crítica em informação (*critical information literacy*) sugere uma perspectiva de absorção e aproveitamento de tal conceito na composição de uma teoria crítica da informação, de forma a complementar o diagnóstico apresentado neste capítulo com uma proposta de implementação prática de seus princípios teórico-metodológicos.

A competência em informação¹⁴

Pesquisadores e estudantes dos campos da ciência da informação, da biblioteconomia e da educação concordam em discordar da melhor forma de converter para o português o termo *information literacy*. Sônia Elisa Caregnato (2000), autora daquele que é considerado o primeiro artigo brasileiro sobre o tema, traduz *information literacy* para “alfabetização informacional”; Elisabeth Dudziak (2003, 2008, 2016), por sua vez, prefere “competência em informação”. Se Elizete Vitorino e Daniela Piantola (2009) já usaram o termo “competência informacional”, enquanto a opção de Kelley Gasque (2010) é pelo “letramento informacional”, Bernadete Campello (2003) adota ambos, considerando a palavra “letramento” mais apropriada para o ensino da leitura e da escrita. Finalmente, a tradução para “literacia da informação” é mais comumente encontrada em Portugal, ao passo que a expressão “alfabetización informacional” aparece em publicações de língua espanhola. No presente texto, opto pela utilização do termo “competência em informação”, presente na maioria das publicações, eventos acadêmicos, grupos e linhas de pesquisa sobre o tema da *information literacy* no Brasil – o que não impedirá que a necessária crítica à ideia de “competência” seja oportunamente apresentada.

Em sua historiografia sobre “os primórdios e a visão dos pioneiros da *information literacy*”, Dudziak afirma que “não é possível ignorar a história como variável explicativa relevante para os movimentos sociais e econômicos, seja em âmbito geral, seja no âmbito da biblioteconomia e ciência da informação” (DUDZIAK, 2016, p. 45); para a autora, as políticas norte-americanas sobre a competência em informação devem ser compreendidas no contexto (e como resultado) da “trajetória social, econômica e política que conduziu ao estabelecimento de um novo regime de informação nos Estados Unidos” (DUDZIAK, 2016, p. 20).

Conforme visto na primeira parte deste capítulo, a Segunda Guerra concede à economia norte-americana um virtuoso período de crescimento econômico, e a prosperidade financeira das décadas de 1930 e 1940 alavanca a expansão das bibliotecas no território dos EUA, que se fortalecem como agentes apoiadores da guerra num contexto em que a administração dos recursos informacionais e

14 Alguns argumentos desta e da próxima seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2015, 2018a) e em Bezerra e Beloni (2019). Agradeço a Aneli Beloni, então bolsista de Iniciação Científica, pela pesquisa e sistematização dos dados disponíveis em bases digitais sobre a literatura de competência em informação e de *critical information literacy*.

dos meios de comunicação torna-se fundamental (DUDZIAK, 2016). Durante o período de intenso desenvolvimento tecnológico do pós-guerra, alterações nos vínculos entre bibliotecas e a indústria da informação norte-americana mobilizam a realização de estudos e avaliações do papel das bibliotecas como recursos para atividades acadêmicas e como centros de disseminação de conhecimento. Para atender a tais demandas, em 1970 é criada a Comissão Nacional de Bibliotecas e de Ciência da Informação (National Commission on Libraries and Information Science – NCLIS), que seria responsável, em 1974, pela publicação do relatório *The information service environment relationships and priorities – related paper nº. 5*. Assinado por Paul G. Zurkowski, o documento torna-se pioneiro no uso da expressão *information literacy* ao propor uma discussão acerca das relações do Programa Nacional de Bibliotecas e Serviços de Informação com a competência em informação e a informação industrial.

Preocupado com os novos serviços de informação e com os novos suportes a ela relacionados, Zurkowski apresenta a *information literacy* como resposta para a preocupação do autor com o excesso de informação que comprometeria a capacidade de seleção dos indivíduos, propondo o desenvolvimento da estrutura da economia da informação existente a fim de “alcançar a competência em informação para toda a população” (ZURKOWSKI, 1974, p. 11). Segundo o documento, indivíduos competentes em informação (*information literates*) seriam aqueles que “aprenderam técnicas e habilidades para a utilização da vasta gama de ferramentas de informação, bem como de fontes primárias para moldar soluções de informação para seus problemas” (ZURKOWSKI, 1974, p. 9).

Nos anos posteriores à publicação da NCLIS, pesquisadores e profissionais da informação se dedicam a contribuir para desenvolver o conceito e instituir novas práticas, no sentido de atender às demandas de desempenho de bibliotecas e serviços de informação. A racionalidade técnica que subjaz a chamada “era da informação” faz com que a perspectiva crítica permaneça à sombra dos objetivos instrumentais da *information literacy*, e é este caráter unidimensional do neoliberalismo da gestão de Ronald Reagan que irá iluminar o caminho do Presidential Committee on Information Literacy.

Criado pela American Library Association em 1987 para definir o conceito de competência de informação e projetar modelos para o desenvolvimento de suas inerentes habilidades, o comitê publica em 1989 o seu relatório final, que se tornaria referência para a vasta maioria dos pesquisadores da área. Eis o vaticínio do amplamente citado documento:

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme, ou qualquer outra fonte possível (ACRL, 1989, s/p)

Ao longo de muitos anos, as linhas gerais dessa definição não sofreram grandes alterações. O *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, aprovado em 2000 pela Association for College and Research Libraries (ACRL, uma divisão da ALA), define a competência em informação como um “conjunto de habilidades que permite que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a habilidade de localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz” (ACRL, 2000, s/p). Documentos da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), como a *Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida* (IFLA, 2005), as *Recomendações da IFLA sobre a Literacia Informacional e Mediática* (IFLA, 2011) e a *Moscow Declaration on Media and Information Literacy* (IFLA, 2012), reforçam as ações de busca, acesso, avaliação e utilização no espectro da competência em informação, destacando: i) o caráter ativo da busca; ii) a eficiência do acesso; iii) o componente crítico da avaliação; e iv) a postura ética na utilização da informação.

Em que pese a contribuição de pesquisadoras como Carol Kuhlthau para a inserção do “pensamento crítico” no rol de habilidades da competência em informação (cf. DUDZIAK, 2016), sua ênfase nos documentos da ALA e da IFLA acaba se mostrando relacionada à ideia de aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*), no sentido de “enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem-estar de todos” (IFLA, 2011, s/p). O aparentemente inofensivo foco na “aprendizagem centrada no indivíduo” responde ao desiderato do neoliberalismo dos anos 1980, responsável pela desregulamentação de empresas e instituições financeiras em detrimento das garantias laborais conquistadas pelos trabalhadores ao longo do século XX. Em tal contexto, aos indivíduos é concedida a liberdade do empreendedorismo e imputada a responsabilidade pelo eventual fracasso de seus projetos de vida. Para enfrentar desafios tecnológicos e reverter desvantagens, cabe ao indivíduo ser “competente” em informação, estando isentos de qualquer prestação de contas os verdadeiros responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais que se abatem sobre o indivíduo considerado “incompetente”.

Para a bibliotecária Maura Seale, tal ideologia leva ao entendimento de que, se uma pessoa não consegue um trabalho bem pago, é porque não adquiriu competência em informação suficiente (SEALE, 2013, p. 49)¹⁵.

As noções dominantes de competência em informação reforçam e reproduzem a ideologia neoliberal, que investe na consolidação de riqueza e de poder da classe alta, através da espoliação e opressão das não-elites. O neoliberalismo é fundamentalmente antidemocrático e desinteressado na justiça social; um engajamento com críticas da produção de conhecimento e do neoliberalismo por teóricos críticos e estudiosos da educação é o primeiro passo no desenvolvimento de uma noção de competência em informação que seja criticamente envolvida, contextualizada e promova a justiça social (SEALE, 2013, p. 40)

Em 2016, a ACRL rescinde a vigência do documento de 2000 e adota uma nova visão sobre competência em informação, que substitui a noção de padrões (*standards*) de competência, presente no documento anterior, por um enquadramento (*framework*) para o desenvolvimento contínuo da *information literacy* nos membros da comunidade acadêmica, incorporando à definição de competência em informação a “descoberta reflexiva da informação”, o “entendimento da maneira com que a informação é produzida” e a “participação ética em comunidades de aprendizagem” (ACRL, 2015, s/p). Em meio a avanços em relação ao reconhecimento das estruturas de poder no ambiente informacional e problemas resultantes da redução da dimensão ética a questões de *copyright* (cf. BEZERRA; DOYLE, 2017; BEZERRA; SANCHES, 2018), permanece o uso estéril de expressões como “avaliação crítica” e “pensamento crítico” sem o devido convite às reflexões que estimulem indivíduos a analisar as tensões e contradições do regime de informação contemporâneo.

Competência crítica em informação

A expressão *critical information literacy* é encontrada em artigos publicados no início do século XXI, como nos trabalhos de Michelle Simmons (2005), John J. Doherty e Kevin Ketchner (2005), James Elmborg (2006, 2012), Heidi Jacobs (2008) e outras autoras e autores. Ao adicionar a palavra “*critical*” à *information*

15 A crítica ao que Marilena Chauí chama de “ideologia da competência” é desenvolvida em artigo inédito, escrito em parceria com Marco Schneider e Gustavo Silva Saldanha, a ser publicado ainda em 2019 no periódico Informação e Sociedade: estudos.

literacy, Elmborg diz guardar duas intenções: a primeira seria reconhecer como “crítica” (no sentido de “urgente”) a necessidade de práticas menos mecânicas e entendimentos mais centrados nos indivíduos; a segunda estaria voltada para a adoção de uma perspectiva “crítica” às atuais práticas, no sentido de questionar a concepção de competência em informação como uma “coisa” que temos, mas que não sabemos como usar – entendimento este que o autor credita aos padrões estabelecidos pela ACRL (ELMBORG, 2012, p. 78). Para Elmborg, a adoção de uma perspectiva como a proposta pela referida associação faz com que a ideia de que “reconhecemos a necessidade de informação” soe mecânica, e distancia o acesso às informações necessárias “de forma eficaz e eficiente” da maneira lenta e paciente com que conhecimentos são construídos pelas pessoas. Além disso, a “correta avaliação da informação e suas fontes” causa desconforto ao formular julgamentos de “certo” e “errado”, e o entendimento das questões econômicas, legais e sociais que cercam o uso da informação, considerado urgente pelo autor, parece estar longe das perspectivas reais (ELMBORG, 2012, p. 93).

Doherty e Ketchner (2005) reforçam a crítica ao modelo de regras prescrito pela ACRL que, segundo acreditam, mascara uma ideologia de exclusão, e recorrem ao caráter emancipatório da educação para definir a competência crítica em informação como uma ferramenta de “empoderamento” e “libertação” dos indivíduos, trazendo à baila uma proposta (infelizmente não desenvolvida pelos autores) de uso da “teoria crítica”, entendida como “o olhar sociológico que enxerga o mundo através de lentes que personificam questões de poder e privilégio nas relações sociais” (DOHERTY & KETCHNER, 2005, p. 1).

Ao revisitar dez anos de literatura sobre a *critical information literacy*, Eamon Tewell argumenta que um dos principais engajamentos da competência crítica em informação encontra-se na perspectiva de avaliação crítica das convenções e normas da competência em informação, desde a “falta de envolvimento com a dinâmica sociopolítica que molda a aprendizagem e a informação acadêmica” até a “noção de que a competência em informação é um obstáculo educacional que pode ser conquistado” (TEWELL, 2015, p. 25):

A literatura de competência crítica em informação questiona muitas suposições amplamente aceitas sobre competência em informação e a própria natureza da educação em ambientes bibliotecários, abordando tópicos como a impossibilidade de neutralidade pedagógica e a incompatibilidade da instrução baseada em habilidades com o envolvimento do aluno no processo de aprendizagem. A competência crítica em informação considera de

que maneira os bibliotecários podem incentivar os alunos a se engajarem e agirem tendo em vista as estruturas de poder que sustentam a produção e a disseminação da informação (TEWELL, 2015, p. 25).

Ainda que sem referência explícita a Marx ou aos filósofos frankfurtianos, diversos estudos estrangeiros de competência crítica em informação publicados na última década se aproximam da teoria crítica de matriz marxiana por meio da pedagogia crítica de Paulo Freire (ELMBORG, 2006; JACOBS, 2008; TEWELL, 2015). Segundo James Elmborg, “ao desenvolver a consciência crítica, os estudantes aprendem a assumir o controle de suas vidas e de seu próprio aprendizado para se tornarem agentes ativos, perguntando e respondendo questões que são importantes para eles e para o mundo ao redor deles” (ELMBORG, 2006, p. 193). Em concordância, Heidi Jacobs pontua a intenção de “reiterar a insistência de Elmborg em desenvolver uma prática crítica em biblioteconomia e uma *práxis* teoricamente informada [...]”; para abordar o papel dos bibliotecários na atividade educacional de forma sistemática, a autora entende ser necessário “promover hábitos críticos e reflexivos de pensamento considerando a *práxis* pedagógica em relação a nós mesmos, nossas bibliotecas e nossos *campi*” (JACOBS, 2008, p. 256). Simmons, por sua vez, usa a teoria de gênero para questionar o foco de muitas publicações sobre competência em informação (como os *Standards* da ACRL) “na aquisição de habilidades, em vez de, mais amplamente, na aprendizagem de práticas discursivas dentro do contexto de uma disciplina acadêmica”; para a autora, “ajudar os alunos a examinar e questionar o contexto social, econômico e político para a produção e o consumo de informações é um corolário vital para o ensino das habilidades de competência em informação” (SIMMONS, 2005, p. 299).

A *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2016), à qual recorrem para pensar a competência crítica em informação, parte da perspectiva histórica e da historicidade dos indivíduos, fornece um diagnóstico que percebe a contradição opressor-oprimido presente na realidade (e reproduzida na educação) brasileira, bem como os obstáculos que impedem tal sistema de atuar como força motriz para a emancipação popular, e propõe uma perspectiva pedagógica comprometida com a superação de tal estado de coisas. Para Freire, “se os homens são produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2016, p. 51).

No Brasil, a *critical information literacy* aparece inicialmente traduzida como “competência informacional crítica”, em uma seção de artigo de Elizete Vieira

Vitorino e Daniela Piantola (2009) sobre as “bases históricas e conceituais da competência informacional”. As autoras encontram, nos estudos dos citados Elmborg, Jacobs e Doherty, um engajamento na ampliação do conceito e do papel social da competência em informação, entendida não apenas como “uma reunião de habilidades para acessar e empregar adequadamente a informação”, mas também como “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (VITORINO & PIANTOLA, 2009, p. 136). A importância da alfabetização freireana na construção de aspectos políticos e éticos da ação dos homens já havia tido sua importância destacada por Dudziak (2008) em sua análise crítica sobre a situação da competência em informação do Brasil, mas somente a partir de 2015 são publicados os primeiros trabalhos sobre competência crítica em informação no país, tendo como principal característica a aproximação epistemológica com a teoria crítica frankfurtiana e com a pedagogia crítica freireana (BEZERRA, 2015; BRISOLA, 2016; BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017; DOYLE, 2017).

As novas possibilidades de raspagem de dados da internet (*web scraping*), mineração de dados (*datamining*), filtragem algorítmica (*algorithmic filtering*) e a análise léxica e psicométrica (*lexical and psychometrical analysis*) da informação, que ganham corpo através do uso de algoritmos e ferramentas de coleta e organização de dados, despontam no que considero tratar-se de um “novo regime de informação” (BEZERRA, 2017). A vigilância e captura de dados privados e a ampla circulação de notícias falsas (as chamadas *fake news*) e demais mecanismos de desinformação que grassam nas redes digitais são exemplos de como práticas antigas adquirem contornos inéditos na arquitetura do atual regime de informação – vide o citado caso da empresa Cambridge Analytica. De acordo com o relatório de 2019 do Parlamento Britânico sobre desinformação e *fake news*, a atuação ilegal da empresa foi facilitada pelas políticas de privacidade da rede social Facebook, que atuaria como uma espécie de “gangster digital” desrespeitando exigências do governo norte-americano e permitindo o uso abusivo dos dados privados de seus usuários. O documento defende que a *digital literacy* deve ser entendida como um quarto pilar da educação, ao lado da leitura, da escrita e da matemática (HOUSE OF COMMONS, 2019).

No ano anterior, um grupo de especialistas formado pela União Europeia (High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation – HLEG) propõe iniciativas no combate a notícias falsas e à desinformação disseminada *online*. Contrários a propostas que venham a instituir algum tipo de censura

pública ou privada, os especialistas enumeram cinco sugestões para a Comissão Europeia; dentre as recomendações, que incluem o aumento da transparência das notícias online, o desenvolvimento de ferramentas para capacitar usuários e jornalistas e a promoção de uma pesquisa contínua acerca dos impactos da desinformação, está a de “promover a alfabetização midiática e informacional para combater a desinformação e ajudar os usuários a navegar no ambiente digital” (HLEG, 2018, p. 5-6). O termo *media and information literacy* é apresentado como requisito para a “capacidade de exercer o pensamento crítico quanto às produções, representações, linguagens (visuais, textos, sons), públicos e comunidades características da grande mídia e das redes sociais” (HLEG, 2018, p. 25).

A promoção de capacidades, competências e habilidades informacionais e midiáticas no combate à desinformação tem sido observada tanto em publicações de instituições como a UNESCO e a citada União Europeia quanto em artigos e trabalhos acadêmicos da ciência da informação sobre competência crítica em informação (como o capítulo de Marco Schneider que integra o presente livro). Embora a disseminação de computadores e celulares com acesso a internet inquestionavelmente contribua para a ampliação do direito à informação, entendido por pensadores como Hannah Arendt e Norberto Bobbio como um pressuposto para o exercício da cidadania, a atual circulação de um grande volume de informação falsa em redes sociais e demais ambientes digitais ressalta a importância das capacidades dos indivíduos para a avaliação crítica e o uso ético da informação, disposições que a competência crítica em informação pretende estimular. Nesse sentido, deve-se admitir não apenas que o caráter ativo da competência crítica em informação atende à perspectiva de prática emancipatória que integra a presente proposta de teoria crítica da informação, mas que a sua própria efetividade está condicionada ao desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito dos regimes de informação em que os indivíduos estão inseridos.

Considerações finais¹⁶

O espectro da teoria crítica ronda a ciência da informação brasileira. Sua iminência vem sendo notada pelo menos desde meados da década de 1970, época marcada pela crescente organização e participação de movimentos sociais no país que, para a professora Ana Maria Pereira Cardoso, “colocam desafios interpretativos para a teoria sócio-política” (CARDOSO, 1994, p.109). Cardoso é representante do campo de estudos denominado Informação Social, que se desenvolveu

¹⁶ Alguns argumentos desta seção foram previamente desenvolvidos em Bezerra (2018a).

na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais nos anos 1980. Elegendo como recurso pedagógico o princípio de que “toda informação é social”, os estudos de Informação Social constituíram-se em torno de referências caras à tradição do materialismo histórico (que, conforme visto, servem de berço à teoria crítica), como a *historicidade* dos sujeitos cognoscentes (imersos em uma relação culturalmente determinada de produção de sentidos), a *totalidade* dos fenômenos sociais (cuja compreensão depende do contexto em que ocorrem) e a *tensionalidade* presente na sociedade, tendo a cultura como terreno de disputa pela hegemonia (CARDOSO, 1994, p.111-112).

Na década de 1980, a tese de doutorado em filosofia da educação de Solange Mostafa (1985), defendida na PUC de São Paulo, é outro notável exemplo da presença da teoria crítica em estudos epistemológicos interdisciplinares que dialogam com ciências vizinhas à ciência da informação. Na apresentação do texto, a autora parte de um artigo de 1981 – em que tece “considerações sobre uma possível revirada nos métodos da biblioteconomia e como seria uma visão de ciência dentro do materialismo histórico” (MOSTAFA, 1985, p. 1) – para defender, no corpo da tese, “a prática social como o centro de gravidade da prática bibliotecária” (MOSTAFA, 1985, p. 4). Em diálogo com outros educadores, Mostafa declara estar convencida de que “a saída para a biblioteconomia em se constituir em prática social transformadora, tal qual a prática educativa crítica, tem a ver com a socialização do saber, que é, segundo Saviani, onde reside a ‘importância política da educação’” (MOSTAFA, 1985, p. 64-65).

Além das citadas autoras, Araújo (2013) destaca a influência da *teoria do imperialismo cultural*, de Armand Mattelart (2002), e a perspectiva da *biblioteca como instrumento de ação cultural*, de Victor Flusser (1983), como exemplos de manifestações do pensamento crítico na ciência da informação, também identificadas pelo autor nos conceitos de *regime de informação* e *competência em informação* (este problematizado pela competência crítica em informação, conforme demonstrado). O próprio apêndice que encerra o presente livro confirma a pluralidade de perspectivas críticas no âmbito dos estudos informacionais. Não obstante, Araújo reconhece que o campo é historicamente marcado por uma perspectiva operacional, mais preocupada com a otimização de processos e produtos do que com a reflexão crítica, cuja prática “ainda se debate com a necessidade de justificar-se como atividade científica e de argumentar sobre a legitimidade desse exercício” (2013, p. 25).

Para Seale (2013, p. 40), é surpreendente que disciplinas como ciência da informação e biblioteconomia, que levantam a bandeira da interdisciplinaridade,

demonstrem um baixo engajamento com as perspectivas teóricas do pensamento crítico, ainda mais considerando a preocupação de tais áreas com a produção do conhecimento e com sistemas e práticas informacionais. Lena Vania Pinheiro, possivelmente a pesquisadora brasileira que mais destaca a vocação interdisciplinar da ciência da informação, concebe-a no sentido de uma “intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa” (Pinheiro, 1997, p. 49). Se tais interações com disciplinas irmãs como a biblioteconomia, a arquivologia e a museologia permitem que a ciência da informação amplie seu repertório teórico-epistemológico, sua aproximação com o “materialismo interdisciplinar” proposto por Horkheimer traz a perspectiva de construção de uma teoria crítica da informação, que destaca, no repertório dos estudos informacionais, as contribuições da economia política, da psicologia e das teorias da cultura, de modo a permitir a compreensão das formas de socialização e integração dos indivíduos nos regimes de informação existentes.

Na visão do sociólogo austríaco Christian Fuchs, uma teoria da informação que se pretenda crítica deve analisar não apenas o papel da informação e dos conceitos de informação na sociedade, na academia, na natureza, na cultura e em outras dimensões, mas também ocupar-se de identificar “como ela está relacionada aos processos de opressão, exploração e dominação, o que implica um julgamento normativo em solidariedade aos dominados e em prol da abolição da dominação” (FUCHS, 2009, p. 245). Nesse sentido, as temáticas estudadas no âmbito de tal teoria, segundo Araújo, devem envolver “a questão da democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, e mesmo estudos sobre a contrainformação, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos” (ARAÚJO, 2009, p. 197). Queremos crer que tanto as análises sugeridas por Fuchs quanto as temáticas listadas por Araújo são contempladas por este projeto.

Epílogo: quem se importa?

Diferentemente das previsões feitas no século XIX por Marx, que apostou que as contradições imanentes do capitalismo levariam as classes trabalhadoras à consciência de sua condição de exploração, a mais notável tendência de desenvolvimento que se assiste no século XX é o processo de integração da classe trabalhadora no capitalismo avançado. O fenômeno acabaria se tornando o principal ponto de referência dos filósofos da Escola de Frankfurt, conforme a

questão formulada por Horkheimer: “como ocorrem os mecanismos mentais em virtude dos quais é possível que as tensões entre as classes sociais, que se sentem impelidas para o conflito por causa da situação econômica, possam permanecer latentes?” (HORKHEIMER *apud* HONNETH, 1999, p. 511).

Na mesma direção, a crítica de Marcuse à sociedade industrial do século XX parte da incorporação da racionalidade técnica ao aparato produtivo, fenômeno que resulta na contenção da mudança social mediante a conformação dos indivíduos ao entendimento de que o desenvolvimento técnico tem como finalidade a produção para a satisfação de necessidades individuais que são, por sua vez, forjadas pela própria indústria. Especialmente em um momento de conflito entre superpotências pela hegemonia mundial, “a dinâmica incessante do progresso técnico se tornou permeada de conteúdo político, e o Logos da técnica tem sido transformado no Logos da servidão contínua” (MARCUSE, 2015, p. 165).

O progresso técnico, estendido a um sistema total de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parecem reconciliar as forças que se opõem ao sistema e derrotar ou refutar todo protesto feito em nome das perspectivas históricas de libertação do trabalho árduo e da dominação. A sociedade contemporânea parece ser capaz de conter a mudança social – a mudança qualitativa que estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção do processo produtivo, novos modos de existência humana (MARCUSE, 2015, p. 33).

Na vida contemporânea, a mudança social é em grande medida solapada por uma crença na solução algorítmica de todos os problemas do mundo, fenômeno que alguns autores têm chamado de *dataísmo*. Segundo Harari (2016, p. 370), trata-se de uma espécie de “religião dos dados” que enxerga o Universo como um gigantesco fluxo de informação, sendo o valor de qualquer fenômeno ou entidade determinado por sua contribuição ao processamento de dados. Byung-Chul Han compara a euforia atual em torno do *big data* com aquela em torno da estatística no século XVIII (2018, p. 102), considerando o *dataísmo* uma espécie de “segundo iluminismo” cujo imperativo é, em última instância, transformar toda e qualquer ação e experiência humana em dados e informação quantificável (2018, p. 80). Ao reparar na docilidade com que milhares de pessoas aderem ao projeto de auto exposição nas redes digitais, Han conclui que “o dataísmo esvazia o automonitoramento (*self-tracking*) de qualquer ética e verdade e o transforma

em mera técnica de autocontrole”, fazendo com que o sujeito se torne “um pa-nóptico de si mesmo” (2018, p. 85).

Apesar das revelações sobre a Cambridge Analytica e da inestimável contribuição de Edward Snowden para que a humanidade conheça os usos políticos e econômicos de informações pessoais que podem ser feitos por governos, mormente com a ajuda de empresas bilionárias com amplo acesso a dados e comunicações de metade da população mundial, os reflexos de tais denúncias na maneira como as pessoas protegem, divulgam e dão acesso a dados pessoais, infelizmente, não podem ser superestimados. Sem embargo, produções culturais como a série de TV *Black Mirror* exprimem, com tintas hiper-realistas, o sentimento de desconfiança com o progresso científico e tecnológico que caracterizou a citada literatura distópica de Orwell e Huxley das décadas de 1930 e 1940 quando, em paralelo à racionalidade instrumental dominante nas *hard sciences*, o desapontamento das ciências sociais com os ideais iluministas abria as portas para uma série de críticas ao tão incensado progresso científico, muitas das quais reunidas sob o rótulo de “pós-modernidade” – termo que pode ser melhor entendido como uma forma de descrédito quanto às pretensões modernistas do que como um prenúncio de uma nova era.

Membro da Escola de Frankfurt, o filósofo Eric Fromm comenta, em prefácio escrito em 1961 para o livro de Orwell, que “as utopias negativas expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno, assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de alta confiança e esperança do homem pós-medieval” (*apud* ORWELL, 2009, p. 369). Se, na *Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno captam o *zeitgeist* presente nas distopias de meados do século XX, é tarefa da teoria crítica da informação atualizar os diagnósticos frankfurtianos e enfrentar o desafio de desmistificar a *dialética do dataísmo*, sem dar ao pessimismo da razão a prerrogativa de corromper o otimismo de uma vontade que encontra, nas perspectivas imanentes de emancipação social, a matriz energética que impulsiona a práxis transformadora.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M.. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ANDERSON, C.. **Free – Grátis: o futuro dos preços**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ARAÚJO, C. A. A.. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação** [online], vol.38, n.3, pp.192-204, 2009.
- ARAÚJO, C. A. A.. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na ciência da informação. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 2, p. 9-29, 2013.
- ARAÚJO, C. A. A.. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMS, 2018.
- ASSANGE, J. *et. al.*. **Cypherpunks: liberdade e o futuro na internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. Chicago: ACRL, 1989.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Information Literacy Competency Standards for Higher Education. Chicago: ACRL, 2000.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Framework for Information Literacy for Higher Education. Chicago: ACRL, 2015.
- BAUMAN, Z.. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores: 2001.
- BAUMAN, Z.. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENTHAM, J.. **O panóptico** (organizado por Tomás Tadeu). Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008
- BEZERRA, A. C.. ‘Culturas de vigilância’, ‘regimes de visibilidade’: novos caminhos para a pesquisa em Ciência da Informação. In: Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. Belo Horizonte: ANCIB, v. 1, p. 1394-1407, 2014.
- BEZERRA, A. C.. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: Anais do XVI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: ANCIB, 2015.
- BEZERRA, A. C.. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação** (on line), v. 22, p. 68-81, 2017.

- BEZERRA, A. C.. Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. Londrina: ANCIB, 2018a.
- BEZERRA, A. C.. Os reflexos do Grande Irmão no admirável espelho novo de Black Mirror. In: Sérgio Branco; Chiara de Teffé. (Org.). **Privacidade em Perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, p. 25-34, 2018b.
- BEZERRA, A. C.; BELONI, A.. Os sentidos da “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2019.
- BEZERRA, A. C.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M.. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, v. 13, nº 2, pp. 371-380, 2017.
- BEZERRA, A. C.; DOYLE, A.. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. Anais do XVIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Marília: ANCIB, 2017.
- BEZERRA, A. C.; SALDANHA, G. S.. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: Sarita Albagli. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 1, p. 34-56, 2013.
- BEZERRA, A. C.; SANCHES, T.. Copyright infringement: between ethical use and legal use of information Anais da 15ª conferência internacional ISKO. Porto, 2018.
- BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A.. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017.
- BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G.. Ascensão e queda da utopia tecnoliberal: a dialética da liberdade sociotécnica. Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: ANCIB, 2013.
- BEZERRA, A. C.; WALTZ, I.. Privacidade, neutralidade e inimizabilidade da internet no brasil: avanços e deficiências no projeto do marco civil. **Eptic On-Line** (UFS), v. 16, p. 157-171, 2014.
- BRAMAN, S. Tactical memory: The politics of openness in the construction of memory. **First Monday**. Chicago, vol. 11, nº 7, 2006.
- BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- BRAMAN, S. The geopolitical vs. the network political: Internet designers and governance. **International Journal of Media & Cultural Politics**, vol. 9, nº 3, 2013, pp. 277-296.

BRISOLA, A. A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível. Dissertação de mestrado. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2016.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CAMPELLO, B.. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, v.32, n.3 Brasília, p. 28-37, Set./Dez. 2003.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 107-114, 1994.

CARDOSO, B. **Todos os olhos: videovigilâncias, videovoyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: UFRJ / Faperj, 2014.

CAREGNATO, S. E.. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comum.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CAPURRO, R.. Epistemologia e Ciência da Informação. Anais do V ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte: AN-CIB, 2003.

DELANDA, M. **War in the age of intelligent machines**. New York: Zone Books, 1991.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DOHERTY, J. J.; KETCHNER, K.. Empowering the Intentional Learner: A Critical Theory for Information Literacy Instruction. **Library Philosophy and Practice**, Nebraska, v. 8, n. 1, 2005.

DOYLE, A. Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2017.

DUDZIAK, E. A.. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, abr. 2003.

DUDZIAK, E. A.. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 18, n. 2, 2008.

- DUDZIAK, E. A.. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O.. **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- EKBBIA, H.. Information in action: a situated view. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, Vancouver, v. 46, n.1, p. 1-11, 2009.
- ELMBORG, J.. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The journal of academic librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.
- ELMBORG, J.. Critical information literacy: Definitions and challenges. In: WILKINSON, C. W.; BRUCH, C. (orgs). *Transforming information literacy programs: Intersecting frontiers of self, library culture, and campus community*. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.
- FLUSSER, V.. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12(2):145-69, 1983.
- FOUCAULT, M.. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- FOUCAULT, M.. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FOUCAULT, M.. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. 23rd ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 7-10 de Junho, 1995, Edmonton, Alberta.
- FUCHS, C. Towards a Critical Theory of Information. **tripleC**, 7(2), p.243-292, 2009.
- GASQUE, K. C. G. D.. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.83-92, set./dez., 2010.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan/abr 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus – revista eletrônica em ciências humanas**, Rio de Janeiro, Ano 09, n. 14, 2012a.

- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012b.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v.29, n.1, p. 137-158, jan./mar. 2019.
- GREENWALD, G. **Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo norte-americano**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas formas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HOBSBAWM, E.. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, A. Teoria crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Faróis da Sociedade da Informação: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Haia: IFLA, 2005.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Recomendações da IFLA sobre a literacia informacional e mediática. Haia: IFLA, 2011.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). The Moscow declaration on media and information literacy. Moscow: IFLA, 2012.
- HIGH LEVEL EXPERT GROUP ON FAKE NEWS AND ONLINE DISINFORMATION (HLEG). A multidimensional approach to disinformation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.
- HOUSE OF COMMONS. Disinformation and 'fake news': final report. London: House of Commons, 2019.
- HUXLEY, Aldous.. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2000.
- JACOBS, H. L. M. Information literacy and reflective pedagogical praxis. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 34, n. 3, p. 256-262, 2008.

- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KELLNER, Douglas. Introduction. In: KELLNER (org.). **Towards a Critical Theory of Society**. London and New York: Routledge Press, 2007.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LYON, D.. Surveillance Studies: understanding visibility, mobility and the phenetic fix. **Surveillance & Society**. Ontario, v.1, n.1, pp. 1-7, 2002
- LYON, D.. **Surveillance studies: an overview**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- LYON, D.. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Orgs.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- MacKINNON, R.. **Consent of the networked: the worldwide struggle for internet freedom**. New York: Basic Books, 2013.
- MARCUSE, H.. O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- MARX, K.. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F.. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K.. **O Capital**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, K.. **O Capital**. Livro I, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, K.. Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F.. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo : Boitempo, 2007.
- MATTELART, A.. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MELO, R.. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Cadernos CRH**, vol.24, no.62, Salvador May/Aug. 2011.
- MINDELL, David; SEGAL, Jérôme; GEROVITCH, Slava. Cybernetics and Information Theory in the United States, France and the Soviet Union. In: WALKER, Mark. **Science and Ideology: A Comparative History**. London: Routledge, p. 66-95, 2003.
- MOSTAFA, Solange. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

- O'NEIL, C. **Weapons of math destruction**. New York: Crown Books, 2016.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PIMENTA, R.. Os objetos técnicos e seus papéis no horizonte das humanidades digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul/dez. 2016.
- PINHEIRO, L. V. R. A ciência da informação entre luz e sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, UFPB, p.61-86, 2002.
- PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005.
- PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília: v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./jul. 1995.
- POSTER, M. Words without things. In: **The information subject**. Netherlands: G&B Arts International. 2001, p. 1-23.
- POSTMAN, N.. **Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business**. New York: Penguin Books, 2006.
- RENDÓN RÓJAS, M. A. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.
- SHANNON, C.; WEAVER, W.. **The mathematical theory of communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1964.
- SCHNEIDER, M.; BEZERRA, A. C.; CASTRO, L.. Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu. In: Regina Marteleto; Ricardo Pimenta. (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, v. , p. 49-71.
- SEALE, M. The Neoliberal Library. In: **Information Literacy and Social Justice: Radical Professional Praxis**. Library Juice Press, 2013, pp. 39-61.
- SIMMONS, M. H.. Librarians as disciplinary discourse mediators: using genre theory to move toward critical information literacy. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 297-311, 2005.

TEWELL, E. A decade of critical information literacy: A review of the literature. **Communications in Information Literacy**, 2015, 9 (1), pp. 24–43.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D.. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009.

ZURKOWSKI, P. **Information Services Environment Relationships and Priorities**. Related Paper, nº 5. Washington D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.

CCI/7

Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade¹⁷

Marco Schneider

*A verdade é verdadeira, a mentira é mentirosa
Mentirosa, a mentira é mentirosa
Toda rosa é uma flor, mas nem toda flor é uma rosa
Uma rosa, só a rosa é uma rosa*
Martinho da Vila

Introdução

Iremos problematizar aqui o elemento ético informacional subjacente ao fenômeno da pós-verdade, enquanto diagnóstico, e da competência crítica em informação, enquanto horizonte terapêutico.

Competência em informação é a noção consagrada na literatura brasileira em Ciência da Informação como tradução do original em inglês *information literacy*. Grosso modo, diz respeito à habilidade de se localizar e fazer bom uso da informação adequada, de modo a atender determinada necessidade. Entende-se que essa habilidade pode ser desenvolvida mediante o aprendizado. Isso vale tanto para mediadores quanto para usuários da informação.

O emprego do termo “competência” já foi muito criticado como tradução do original *literacy*, também traduzido como alfabetização, letramento ou literacia. A crítica dirige-se sobretudo ao caráter instrumental da noção, que converte o

¹⁷ Parte deste capítulo é inédita, parte tem por base argumentos originalmente apresentados em diversos artigos, publicados em periódicos, capítulos de livro e anais de eventos científicos. Como esses artigos foram produzidos em conjunto com pesquisadores e estudantes, integrantes do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), ao longo dos últimos seis anos, tentei selecionar e desenvolver aqui minhas contribuições pessoais, rearticulando-as de modo a compor um todo coerente e independente. Os artigos, de onde foram extraídas de modo mais ou menos infiel essas contribuições, serão referenciados oportunamente.

aprendizado relacionado à aquisição da dita competência em algo maquínico e, em última análise, subordinado ao mercado. Neste sentido, “competência”, assim como “aprendizado ao longo da vida” ou a substituição da denominação “trabalhador” por “colaborador”, são eufemismos promovidos desde os anos 1980 como parte da retórica neoliberal no sentido de fazerem soar positivamente a necessidade dos sujeitos adaptarem-se perpetuamente às flutuações do mercado num contexto de flexibilização das relações laborais e fragilização da posição do trabalho em relação ao capital. Contudo, embora concordemos com a crítica, adotamos assim mesmo “competência” pelo uso consagrado na literatura especializada, fazendo a presente ressalva e acrescentando que o acoplamento da noção de crítica ao primeiro termo, compondo a expressão *competência crítica em informação* (doravante CCI) indica, entre outras coisas, esta compreensão (ver BEZERRA, SCHNEIDER e BRISOLA, 2017).

Já *pós-verdade* é uma expressão que se popularizou nos últimos anos e que alude a uma nova modalidade de um velho fenômeno sócio informacional, a saber, o fato de crenças infundadas exercerem maior influência na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais. Sua especificidade consiste no papel das redes sociais digitais em sua formação, mediante a circulação de *fake news*, informações mentirosas de aparência jornalística que impregnam essas redes, em escala ao mesmo tempo massiva e ultra direcionada, com o intuito de favorecer determinados grupos de poder.

Pretendemos contribuir com o debate mediante o desenvolvimento de uma noção particular de CCI¹⁸ e da defesa de sua importância no combate à pós-verdade. Para fins didáticos, estruturamos essa noção de CCI em sete níveis articulados (CCI/7), cujas diretrizes apresentaremos mais detidamente no momento oportuno. Em termos sintéticos, os níveis da CCI/7 são: 1) nível da

18 Para além do campo da Ciência da Informação, CCI envolve, necessariamente, “media literacy”. No âmbito da Unesco e em diversos fóruns, emprega-se o acrônimo MIL para designar a noção de *media and Information literacy*. Não é aqui o lugar para o debate centrado nas fronteiras epistêmicas entre Ciência da Informação e Comunicação, mas abordá-lo de passagem é importante. Porque a despeito da dupla necessidade de distinção entre os campos, epistêmica e política / administrativa, a mesma dupla necessidade requer em alguma medida sua aproximação: politicamente, no Brasil, porque fazem parte da mesma grande área, comunicação e informação, portanto mesmo sua disputa requer colaboração; e cientificamente, que é o que nos interessa aqui, porque a distinção, ao mesmo tempo que favorece a autonomia teórica e metodológica de cada um, igualmente favorece seu diálogo. Assim, quanto ao assunto que nos diz respeito agora, propomos que o diálogo entre ambas as tradições, a de “media literacy” e a de competência em informação é profícuo para ambas, dada a similaridade ou complementariedade de seus respectivos objetos. Sobre possíveis diálogos entre Ciência da Informação e Comunicação, ver Schneider e Saldanha, 2015.

concentração; 2) nível instrumental; 3) nível do gosto; 4) nível da relevância; 5) nível da credibilidade; 6) nível da ética; 7) nível da crítica.¹⁹

Entendemos que o debate envolve questões informacionais de ordem ética, política e epistemológica interligadas, que por sua vez orbitam em torno dos temas da liberdade, do poder e da verdade, em especial dessa última, cujo enfrentamento mostra-se mais uma vez necessário, apesar da moda, crente num extremo, relativista no outro.

Alguém poderia objetar que tudo já foi dito sobre a liberdade, o poder e a verdade, de modo que uma tal empreitada parece, além de petulante, fadada ao fracasso. Defendemo-nos da objeção recorrendo a um *insight* metodológico ao mesmo tempo singelo e genial de Mikhail Bakhtin (1992), originalmente voltado a questões de linguagem, naturalmente, mas que pode ser usado em qualquer campo de investigação: se por vezes o fato de um assunto ter sido exaustivamente investigado pode sugerir que nada mais há a ser dito a seu respeito, por outras o acúmulo bem documentado e ratificado de certezas pode obliterar a possibilidade de abertura de novos ângulos de investigação a seu respeito. Partindo deste princípio, julgamos possível dizer algo de novo e relevante a respeito da liberdade, do poder e da verdade, no campo da ética em informação, não fosse também pelo fato de problematizarmos esses temas clássicos na lida com objetos empíricos bastante recentes, como algoritmos computacionais, fake news e pós-verdade.

Slavoj Žižek (2013), na Introdução a um dos seus estudos sobre Hegel, divide as pessoas em três tipos: o débil, o idiota e o imbecil. O débil pertence ao mundo sem estranhamento, ignora que seu senso de realidade é socialmente constituído. Para ele, as coisas serem como são é algo tão natural que não se coloca em questão e a vida segue como deve ser. O idiota, por sua vez, é aquele que se dá conta do elemento arbitrário das convenções, sente que as coisas podiam ser diferentes do que são e tem certeza de saber como deveriam ser, e o que fazer para que o sejam. Já o imbecil não ignora que as coisas poderiam ser diferentes, mas não cultiva a fantasia de que essa sua consciência ou percepção forneça a chave para resolver os desencaixes da vida.

Partindo desses tipos, poderíamos dizer que, numa visão positiva, a debilidade traz consigo a benção da ignorância, do sentir-se em casa no mundo; a

19 Argumento originalmente apresentado em Brisola, Schneider e Silva Jr., 2017. Nessa ocasião, contudo, falou-se somente em seis níveis. O sétimo, que aliás é o primeiro da nova formulação, está sendo apresentado aqui pela primeira vez.

idiotia, o ímpeto da criação e da transformação; a imbecilidade, a serenidade de uma atitude lúcida diante da vida.

Do lado negativo, à debilidade é negada qualquer sabedoria e potencial transformador; à idiotia, o senso básico de que o mundo é mais complicado do que pode parecer e menos vulnerável a suas intervenções do que ele gostaria de crer; à imbecilidade, a oportunidade da grande descoberta e da ação efetivamente transformadora, perplexo que se encontra diante dos fracassos do passado e da impossibilidade de dominar integralmente o conhecimento acumulado pela humanidade.

Para o débil, o *insight* metodológico de Bakhtin apresentado acima não tem muito a ensinar. Já para o idiota e para o imbecil, ele aponta no sentido da superação de seus respectivos limites, confrontando-os: para o idiota, ensina que, de fato, nada é como é de uma vez por todas por alguma razão última inquestionável, mas há uma certa razão para as coisas serem como são, e a mudança não é tão simples quanto lhe parece; para o imbecil, ensina que muito foi dito, mas nem tudo, e o fato de não se poder dar conta nem mesmo de uma pequena parcela desse quantum não significa que novas e melhores ideias e práticas não possam vir a ser formuladas, seja lá sobre o que for, embora isso certamente requiera ímpeto, dedicação e risco.

Iniciamos nossa contribuição a este livro com a digressão acima no intuito de nos defendermos por antecipação da acusação provável e sensata de que tratar seriamente do problema da verdade é pretensioso e inútil. Não haveria nada de novo para se dizer, como quer o sábio imbecil – para o idiota, certamente há, mas ele não se dará ao trabalho de verificar se sua novidade é de fato nova. Quanto ao débil, ele não quer debater, portanto deixemo-lo em paz.

Como o esquema de Žižek é obviamente irônico, embora sagaz, pretendemos aqui escapar dos três tipos, ou seja, da acomodação ao saber constituído, do deslumbre com a falsa novidade ou da cautela excessiva, mediante um cuidadoso, embora não exaustivo, escrutínio do problema da *mentira*, em duas de suas encarnações informacionais mais recentes: as *fake news*²⁰ e a pós-verdade, novas formas altamente tecnológicas de se deliberadamente produzir e espalhar mentiras, no intuito de favorecer pequenos grupos de poder às custas da

20 Como “*fake news*” não é um conceito teórico consagrado, mas um termo genérico referente a um fenômeno sócio técnico recente (embora aparentado a velhas práticas), propomos restringir seu emprego a mentiras com aparência jornalística que circulam nas redes digitais, produzidas deliberadamente no intuito de favorecer determinados grupos de poder. Quanto às mentiras ou meias verdades veiculadas nas mídias tradicionais, podemos continuar simplesmente denominando-as de mau jornalismo.

mistificação e da opressão do conjunto das pessoas. Não residiria aí o cerne da ética em informação?

O bem não é o problema, mas a solução visada. E se é verdade que o bem só é concebível em função do mal, e vice-versa, as inúmeras contradições que se apresentam quando se começa a pensar sobre esse assunto só podem ser superadas, esta é nossa aposta, mediante a ênfase na mentira, que, enquanto o grande mal da informação, é o momento da negação necessário a qualquer movimento. E a produção de conhecimento é movimento.

Nessa linha de raciocínio, antecipamos sumariamente nosso argumento central nos seguintes termos: a forma mais segura de se pensar a verdade é partindo da crítica à mentira, assim como a forma mais segura de se pensar a liberdade é partindo da crítica à opressão.

Do senso comum ao pensamento crítico ou a suspensão da cotidianidade

A perspectiva crítica aqui adotada filia-se a toda uma tradição de pensamento, que tem pelo menos quatro grandes marcos: 1) o próprio nascimento da filosofia, enquanto fruto do espanto, do estranhamento diante do fato das coisas serem o que são, ou parecerem sê-lo, que conduz ao questionamento da relação entre aparência e ser; 2) a dúvida sistemática cartesiana, que recomenda que não se aceite a verdade de algum postulado com base somente na autoridade do postulante e antes de um minucioso exame; 3) a filosofia crítica de Kant, que submete a própria razão a um tribunal, cuja meta é estabelecer seus limites. Esse movimento produziu uma verdadeira reviravolta na história da filosofia, que passou a dedicar-se menos à questão ontológica clássica *o que é o ser* e mais à questão epistemológica moderna *o que se pode conhecer racionalmente*; e 4) a teoria crítica de inspiração marxiana, que retoma a questão ontológica nos termos de uma ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012), segundo a qual não devemos nos limitar nem ao que é, nem ao que podemos saber (embora não possamos ignorar essas questões), mas sobretudo a identificar e compreender a dinâmica *a*) das potências emancipatórias do ser social; *b*) do que bloqueia sua atualização; e *c*) do que podemos fazer para atualizar essas potências e superar esses bloqueios.²¹

Ao pensamento crítico, podemos opor tanto a tradição positivista quanto o senso comum. A primeira, na medida em que entende não caber à ciência imiscuir-se em questões de valor, de ordem ético-política, dado que seu compromisso

21 Para um aprofundamento nessa vertente da teoria crítica, ver capítulo de Arthur Coelho Bezerra neste livro.

é com aquilo que pode ser medido e observado, ou seja, com o que existe, não com o que deveria existir, segundo nossas aspirações; ao segundo, pelo seu descompromisso com o questionamento, com o pensamento sistemático, com a busca dos fundamentos racionais ou empíricos de seus próprios postulados, por sua tendência ao conformismo etc.

Entretanto, essa oposição entre o pensamento crítico, o positivismo e o senso comum não deve ser estabelecida em termos absolutos ou inflexíveis, pois o pensamento crítico comunga com o positivismo o pressuposto de que existe uma realidade objetiva, que pode ser compreendida em termos racionais, mediante o recurso ao estudo, à observação sistemática etc.; e compartilha com o senso comum o pressuposto de que o que importa, em última instância, é a prática.

Deixando o positivismo de lado por ora, temos então que a relação entre senso comum e pensamento crítico não deve ser estabelecida em termos dicotômicos estáticos, como se fosse a separação entre, de um lado, conhecimento científico (ou verdadeiro) e, de outro, ignorância, mas numa perspectiva dialética. Para esta, o pensamento crítico existe em estado de maior ou menor latência no seio do senso comum, dado o potencial deste ao espanto filosófico e ao aprimoramento intelectual, apesar de sua tendência dominante ao conformismo, à acomodação; paralelamente, embora o pensamento crítico consista precisamente no exercício sistemático do questionamento do porquê as coisas serem o que são e não de outra maneira realisticamente possível e desejável, ele não está imune à deixar-se levar pelo desejo e pela auto ilusão, como o senso comum. A defesa do pensamento crítico contra essa tendência é a atenção à história, a autocrítica e o debate argumentativo sistemático entre os pares; o antídoto às tendências dominantes do senso comum ao conformismo e à acomodação, por sua vez, é, por assim dizer, a injeção de pensamento crítico. Não se trata, porém, de lançar luzes sobre as trevas, ou ciência sobre a ignorância, ao modo iluminista clássico ou do positivismo, mas, mediante o diálogo, estimular no senso comum a atualização e sistematização do pensamento crítico que nele existe, em estado de latência.

Exploraremos agora a hipótese de que a passagem do senso comum ao pensamento crítico principia pelo que Agnes Heller (2004) denominou “suspensão da cotidianidade”, cujo primeiro movimento é a concentração. Buscando mais uma vez inspiração em Zizek, desta vez em termos retóricos, faremos agora uma alusão à cultura de massas para melhor ilustrar nosso argumento.

Como é sabido, kryptonianos adquirem superpoderes na Terra, incluindo visão e audição extremamente aguçadas – mas têm que aprender a lidar com

eles, acostumados que são à visão e audição ordinárias que tinham em *Krypton*, equivalente à dos terráqueos na Terra.

Em uma das versões cinematográficas do *Superman* (1980), um de seus inimigos kryptonianos, recém-chegado ao nosso mundo, quase enlouquece ao perder o capacete que “filtrava” a imensa quantidade de estímulos audiovisuais que o enxameava, subitamente impossibilitado de processá-los, ou seja, de converter esses estímulos em informação, conhecimento e orientação. O *Superman*, ao contrário, desenvolvera esse “filtro” desde criança, não na forma de um capacete, mas de um aprendizado determinado, o da concentração. Esse aprendizado, contudo, foi traumático: trancado em um armário da escola, o jovem Clark Kent também quase enlouquece diante da súbita emergência de seus super sentidos, até o momento em que sua mãe terrestre, convocada para resgatá-lo do vórtice informacional que o tragava, o interpela do outro lado da porta do armário, clamando por foco, concentração. A interpelação surte o efeito almejado e o rapaz acalma-se, tornando-se novamente capaz de representar deliberadamente seu papel em meio aos jogos informacionais da comunidade e do tempo ao qual pertence, e de transcende-lo, quando necessário, ativando controladamente seus super sentidos.

Com ou sem super sentidos, sentir, pensar, viver, exigem selecionar, negar, hierarquizar, mixar o incalculável informacional do mundo, a partir de parâmetros culturais compartilhados. Em meio a esses parâmetros, sempre em tensão interna entre vetores conservadores e transformadores, podemos operar essas seleções de modo mais ou menos inconsciente, mais ou menos redundante, mais ou menos limitado, mais ou menos impreciso.

O grande volume e a alta velocidade das informações que circulam pelos mais diversos canais existentes nas sociedades contemporâneas fazem com que seja cada vez mais urgente a aquisição de ferramentas indispensáveis para o acesso e a utilização dessas informações pelos indivíduos, comunidades e instituições. Para tanto, contudo, necessita-se de algo mais do que ferramentas tecnológicas, algo que envolve seu domínio, mas que não se limita a ele: CCI.

Seguindo essa linha de raciocínio, necessita-se em linhas gerais do que sempre se necessitou, na medida em que o volume e a velocidade da totalidade de informações circulantes *em todas as épocas* sempre foram superiores à capacidade humana, individual e coletiva, de processá-las. Por isso, se o conhecimento teórico e o domínio operacional de ferramentas informacionais foram e são vitais, ao mesmo tempo foram e são, sempre, insuficientes, caso o sujeito e, sobretudo, a coletividade como um todo não possuam a devida competência, que lhes permita

conhecer e, mais do que conhecer, questionar suas próprias necessidades informacionais, vislumbrar qual informação poderia supri-las e ser capaz de localizá-la, processá-la, utilizá-la de modo adequado, bem como de questionar por quê este ou aquele modo de utilização seria o mais adequado.

CCI é, então, em uma primeira formulação, a faculdade sociocognitiva que orienta nossa atenção e seleção informacionais, com base no conhecimento acurado e auto reflexivo de nossas próprias demandas, em meio ao infinito informacional inadmissível que, hoje e sempre, nos confronta. Essa atenção e essa seleção devem articular de modo eficiente a compreensão de nossas próprias necessidades informacionais – ou de outra ordem, mas para cuja satisfação a informação é imprescindível – com a identificação da informação capaz de supri-las, destacando-a da massa de informação relativamente irrelevante que a cerca.

O problema já existia para nossos mais remotos antepassados, fossem coletores, caçadores ou pescadores, todos semioticistas *avant la lettre*, por assim dizer, pois sua própria sobrevivência dependia de alguma competência em informação para a decodificação das linguagens dos bichos, plantas, estrelas, nuvens, marés. Se as sociedades contemporâneas são mais complexas, se a quantidade de sinais e signos tecnologicamente mediados torna-se *big data*, numa profusão acelerada sem par na história, isso em nada altera o fato crucial de que a existência humana, assim como a existência animal como um todo, esteve desde sempre marcada pela impossibilidade de avaliar e utilizar, bem ou mal, a totalidade, interior e exterior, da miríade de estímulos / dados potencialmente informacionais que inescapavelmente a bombardeia e em grande medida a constitui. Inumeráveis sensações, apetites, sentimentos, linguagens corporais, sons, falas, imagens, olhares, armadilhas, fumaça, vísceras premonitórias de aves²² ou *hashtags*, rastros de todos os tipos, para além de nossa capacidade de seleção, representação e classificação, agora e sempre compõem e orquestram os ritmos, cenários, personagens, tramas e adereços informacionais constitutivos e inescapáveis da nossa vida.

O primeiro passo na formação da CCI/7 é a concentração, que consiste em deliberadamente ignorar, a cada momento, a maior parte da totalidade potencialmente informacional que nos cerca e atravessa, e em considerar tão somente o que parece poder ser, nesse momento, informação relevante. Por isso, sem pretendermos ignorar a especificidade do tsunami informacional de nossa época, diríamos que, dados os limites da percepção e da cognição humanas, a partir de certo ponto a escala do maremoto é irrelevante. Pela mesma razão, exploramos

22 Como na Mesopotâmia antiga, segundo Bottéro (1995).

aqui a hipótese de que, para além da insofismável exigência de pensarmos a questão da competência em informação considerando a ubiquidade da informação tecnologicamente mediada, que traz consigo a necessidade vital de algum domínio instrumental e teórico dos dispositivos informacionais disponíveis, em termos produtivos e receptivos, é, agora como antes, fundamental amadurecermos nosso pensamento crítico e, se possível, municiarmos-nos de erudição séria, elementos necessários à formação de uma CCI.

Retomando o início do argumento, entendemos que a primeira ação nesse sentido consiste na *concentração*, que remete ao que Agnes Heller (2004) chama de *suspensão da cotidianidade* em meio à dispersão cotidiana.

Agnes Heller, que estudou com Lukács, oferece-nos uma descrição minuciosa das características do pensamento cotidiano e das aberturas presentes nesse mesmo cotidiano à suspensão da cotidianidade, cujas expressões exemplares são o conhecimento científico e filosófico, o estético e a práxis política emancipatória.

Heller define antes de mais nada a cotidianidade como marcada pela dispersão e pela heterogeneidade dos pensamentos e ocupações, em oposição aos momentos de suspensão, os quais, ao contrário, são caracterizados pela concentração, pela intensidade, pela homogeneidade das ações e pensamentos. Homogeneização significa, aqui, a) concentração de “nossa atenção sobre uma única questão”; o b) emprego “de nossa inteira individualidade humana” na execução de uma tarefa; e c) a dissipação “da particularidade individual [...] na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos” (HELLER, 2004, p. 27).²³

A heterogeneidade da vida cotidiana é trans-histórica, variando os pensamentos e atividades dispersos conforme hierarquizações determinadas por diferentes estruturas econômico-sociais. Assim, as pessoas, em sua rotina, dedicam-se na maior parte do tempo a diversas atividades e pensamentos imediatistas, desarticulados entre si, conforme a posição que ocupam em meio às relações de produção em cada época, em cada contexto. Essa hierarquização de atividades e pensamentos parece “natural”, espontânea, embora um olhar perscrutador, característico da suspensão da cotidianidade, revele as determinações sócio históricas, em última instância econômicas, que estruturam estas hierarquias de fazeres e pensares.

23 A “dissipação da particularidade individual [...] na atividade humano genérica etc.” é uma formulação de Heller inspirada em Lukács (1968), característica das atividades artística e científica, embora de modo diferenciado.

Esse caráter aparentemente espontâneo das hierarquias, contudo, contribui para o seu funcionamento regular.

A socialização do indivíduo, a interação dialética entre a singularidade da existência individual e a universalidade da sociedade, é mediada por diversos fatores particulares, como a família, a escola, os pequenos grupos que efetuam a integração formativa entre o indivíduo e os costumes.

Nesta chave analítica, Heller formula a dialética cotidiano / história nos seguintes termos: no cotidiano, a esfera do particular é necessariamente determinada pela universalidade da história, pela universalidade do “humano genérico”, que atua no cotidiano na forma de memória e costumes. Os momentos singulares de suspensão da cotidianidade, por sua vez, favorecem uma reconfiguração da própria universalidade, que irá retroagir sobre o cotidiano na forma de novas memórias e costumes particulares.

Essa elevação do cotidiano, do particular, “em si”, em direção ao humano genérico, “para nós”, é algo excepcional, praticado, em sua máxima intensidade, pelos grandes moralistas, estadistas (revolucionários), artistas e cientistas. Não obstante, com intensidades distintas, quaisquer atividades de produção e recepção científica e estética, bem como o engajamento político numa perspectiva emancipatória, em certa medida ao alcance do homem comum, atuariam neste mesmo sentido.²⁴

Nos níveis gnosiológico e comportamental, a cotidianidade é norteadada pela ultra-generalização, feita de juízos provisórios;²⁵ pelo manejo grosseiro do singular e da analogia, isto é, pela forma superficial de se comparar coisas, orientada pelo hábito e pelas aparências; pelo recorrente recurso à segurança do precedente, isto é, à repetição, que, entretanto, só se torna nociva “quando nossa percepção do precedente nos impede de captar o novo, irrepitível e único [o singular] em uma situação” (HELLER, 2004, p. 36); pela imitação (mimese) e pela “entonação”, isto é, por uma maneira fixa, artificial mas naturalizada, de posicionar-se em relação às coisas.

A cotidianidade é também caracterizada pela espontaneidade e pela base probabilística da maioria das ações, que têm por referência o hábito formado

24 Trazendo essa reflexão para a esfera ético-política, Heller toma emprestada a noção de catarse, de Gramsci, para ilustrar o que constituiria, nesta esfera, o ponto máximo de suspensão da cotidianidade: a elevação moral e da liberdade (da vontade), causa e consequência da práxis voltada para a concentração inteira da individualidade na dissipação do Eu no humano genérico.

25 Os quais, quando “[...] se enraizam na particularidade e [...] se baseiam na fé são pré-juízos ou preconceitos [...]” (Heller, 2004, p. 36). O ponto será aprofundado adiante, quanto tratarmos do problema do preconceito.

pelo acúmulo de vivências cotidianas funcionais; e pela unidade quase imediata de pensamento e ação, diferentemente dos momentos de suspensão, cuja práxis constitui uma atividade humano-genérica consciente, distanciada, bem mais mediada.

Dois outros traços que Heller destaca na cotidianidade são o pragmatismo e o economicismo (no sentido lato dos termos), ou seja, a indiferenciação do “correto” (“útil”, que “funciona”) e do “verdadeiro”.

Outra marca do cotidiano, a qual daremos especial atenção, é o “afeto do individual-particular”, que ela chama de “fé”, uma forma narcísica, acrescentaríamos, de o indivíduo sentir-se integrado em uma determinada comunidade, parte da comunidade maior, seguro diante do mundo e das próprias certezas, que conduz ao “preconceito emocional” (HELLER, 2004, p. 37) em relação à diferença.

O conjunto destes elementos – espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultra-generalização, mimese e entonação cristalizados em absolutos (fé) – forma aquilo que Heller define como alienação, que “[...] é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade.” (HELLER, 2004, p. 38)

Contudo – e isso é particularmente relevante, seja de um ponto de vista ético, político ou gnosiológico –, a dialética presente na análise de Heller impede que essa linha de raciocínio conduza ao niilismo:

[...] a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. [...] as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do universal-particular – uma condensação ‘prismática’, por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa se manifestar como essência unitária das formas heterogêneas de atividade próprias da cotidianidade. (HELLER, 2004, p. 38)

A ressalva, contudo, não faz com que Heller minimize o problema da alienação. Pelo contrário, numa crítica vigorosa e, ao que sabemos, original ao sistema capitalista como um todo, ela define-o como a forma mais intensa de alienação da história, apresentando os seguintes argumentos:

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; assim, por exemplo, fechou-se quase por completo nas épocas do florescimento da pólis ática e do Renascimento italiano; mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente [...] Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessária, nem constitui uma condição prévia de orientação, mas nas quais aparece até mesmo como obstáculo para essa última. (HELLER, 2004, p. 38-9)

Quando Heller fala da penetração da estrutura da cotidianidade alienada em esferas onde ela “não é necessária” e dos riscos desta penetração, isso significa que há esferas onde ela não só é necessária como inevitável, em qualquer contexto social existente ou concebível: pragmatismo, economicismo, juízos provisórios etc., portanto, compõem inevitável e funcionalmente a vida, não constituindo, por si sós, o cerne do caráter alienado da esfera do cotidiano. Para atravessar uma rua ou fritar um ovo, não são necessários procedimentos científicos ou estéticos sofisticados, muito pelo contrário: a vida não seria possível se o fossem. O problema é quando a ciência, a estética, a ética e outras esferas, cujo vigor e importância dependem da suspensão da cotidianidade, são impregnadas por ela.²⁶

Em outras palavras, a estrutura da vida cotidiana, mais ou menos alienada, não constitui, em termos gerais, uma barreira intransponível à sua suspensão. Neste sentido, Heller propõe a noção de “condução da vida”, como uma práxis que faz a mediação entre a cotidianidade e sua potencial suspensão, no próprio seio da cotidianidade:

[...] podemos chamar de ‘condução da vida’ (Lebensführung) a construção dessa hierarquia da cotidianidade efetuada pela individualidade consciente.

“Condução da vida”, portanto, não significa abolição da hierarquia espontânea da cotidianidade, mas tão somente que a “muda” coexistência da

26 Logo adiante, ao tratar do problema dos preconceitos, elemento central da cotidianidade alienada, afirma a autora: “Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que [...] encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam” (2004, p. 43)

particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico e que essa atitude – que é, ao mesmo tempo, um “engagement” moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto realização e à auto fruição da personalidade – “ordena” as várias e heterogêneas atividades da vida. A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade.

[...] a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada a alienação. Mas não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização [...] Nesse caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política. (HELLER, 2004, p. 40-1)

Nesse ponto, Heller irá articular o que foi analisado até o momento com o problema dos preconceitos, tema, a nosso ver, extremamente relevante na atualidade.

Para ela, “preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos.” (HELLER, 2004, p. 43). Só se pode compreender o preconceito partindo da cotidianidade, dos traços da vida cotidiana: caráter momentâneo dos efeitos, natureza efêmera das motivações, rigidez do modo de vida, pensamento fixado na experiência, empírico, ultra-generalizador. Chegamos a ultra-generalizações pelos estereótipos. As ultra-generalizações podem vir tanto da tradição quanto de atitudes que a ela se contrapõe.

Outra fonte do preconceito é o conformismo, o qual Heller distingue de conformidade a normas, necessária ao êxito funcional na cotidianidade: “Todo homem necessita [...] de uma certa dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando [...] as motivações de conformidade da vida cotidiana penetram nas esferas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas [...]”. (HELLER, 2004, p. 46)

Retomando a questão da gênese (contingente, isto é, não necessária) dos preconceitos nos juízos provisórios, Heller observa: “Os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se

conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são os preconceitos”. (HELLER, 2004, p. 47)²⁷

Articulando preconceito, afeto e fé, e com isso tecendo uma crítica ao caráter ingênuo do ideal iluminista de eliminação dos preconceitos mediante a mera difusão da ciência, lemos que: “Temos sempre uma fixação afetiva no preconceito. Por isso, era ilusória a esperança dos iluministas de que o preconceito pudesse ser eliminado à luz da esfera da razão. Dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé e a confiança. O afeto do preconceito é a fé”. (HELLER, 2004, p. 47)²⁸

Temos então a noção de “condução da vida” como um movimento para além da alienação e do preconceito. Tal movimento *pressupõe* a maturação do pensamento crítico, elemento fundamental na formação da CCI. A noção de pensamento crítico pode ser sintetizada na célebre interpelação latina, retomada por Kant (2002) no opúsculo *Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”*: *sapere aude*, que significa “ousa saber”, ou ousa pensar por conta própria, questionar, conhecer mais etc. Nesse sentido, temos aqui o oposto do preconceito, da fé, da pós-verdade, que operam como mediadores perversos daquilo que Bourdieu denominava de dominação simbólica, fundamental à perpetuação da dominação econômica que a sustenta (e vice-versa).

Alienação e dominação simbólica

A noção bourdieusiana de dominação simbólica pode ser produtivamente articulada às ideias de alienação, ideologia, fetichismo e reificação, de extração marxiana, a última delas desenvolvida por Lukács (2003). Tal arcabouço teórico pode trazer preciosas contribuições aos estudos em informação, especialmente aos problemas éticos subjacentes ao problema da competência em informação.²⁹

Nas primeiras páginas de *O marxismo encontra Bourdieu*, o sociólogo britânico Michael Burawoy argumenta que a questão principal de Bourdieu, em meio a sua volumosa produção, é o problema da dominação simbólica: “se existe

27 Essa definição de “preconceito” aproxima-se bastante da noção de pós-verdade, eivada de preconceitos.

28 Julgamos esse ponto particularmente importante, no sentido de pensarmos o papel dos afetos na colonização do tempo livre da cotidianidade pelo capital (universal), mediado pelas indústrias culturais e redes digitais (particulares), em sua captura do gosto (das simpatias e aversões) dos indivíduos singulares. Ver Schneider (2015a). Retomaremos esse ponto adiante.

29 Argumento originalmente desenvolvido em Schneider e Bezerra, 2017.

alguma questão que perpassasse toda a sua obra, esta é o tema do desmascaramento da dominação, sobretudo a análise da dominação simbólica – a dominação que não é reconhecida como tal” (BURAWOY, 2010, p. 26).

Advogamos que, com este conceito e sua operacionalização, Bourdieu enriqueceu e atualizou o debate em torno dos temas da alienação, da ideologia, do fetichismo e da reificação, conceitos de extração marxiana aos quais o próprio Bourdieu pouco se remete diretamente. Independentemente, a noção de dominação simbólica, enquanto processo social de inculcação de valores, esquemas de classificação, disposições e sedimentações de *habitus* não conscientemente percebidos pelos grupos dominados, desvela, em seus próprios termos, aspectos centrais do mesmo fenômeno social ao qual se referem as outras quatro noções. Entendemos esse desvelamento como sendo essencial à formação de competências críticas em informação.

Na filosofia alemã do século XIX, mormente nas obras de Hegel (2013) e Marx (2004), o termo alienação indica que algo próprio se torna alheio; significa objetivação (conversão de algo subjetivo em objetivo), objetificação (conversão do sujeito em objeto), desapropriação ou estranhamento. Em Hegel, o processo possui inflexões não necessariamente danosas. Diferentemente, Marx, quando fala em alienação, atém-se ao momento negativo do processo, ao momento da objetivação objetificadora, da desapropriação que objetifica o sujeito e o confronta, que lhe rouba suas forças materiais e intelectuais, convertendo-as em algo estranho e opressor, seja na forma de coisas, regimes de propriedade ou ideias.

Marx destaca a alienação do trabalho sob o regime capitalista como sendo a expressão mais grave da perda de controle, prático e teórico / reflexivo, do trabalhador sobre sua própria vida: expropriação dos meios de trabalho (ferramentas, instalações, máquinas); do objeto do trabalho (a matéria prima, a terra, seus frutos); do produto do trabalho; do controle e do sentido do trabalho; do entendimento da apropriação dos elementos anteriores e do trabalho excedente (fonte da mais-valia) pelo novo proprietário / apropriador / alienador dos meios de produção, camuflada sob a noção idealizada e legalmente reconhecida do contrato supostamente justo estabelecido entre homens aparentemente livres e formalmente iguais perante a lei, no regime efetivamente explorador de trabalho assalariado “livre”.

No capítulo final do primeiro livro de *O Capital*, que trata da “acumulação primitiva”, Marx (2003) demonstra como os regimes de propriedade então vigentes eram (e ainda são) tão somente a conversão de violência, rapina e dissimulação

em lei. Embora Marx tenha dedicado menos atenção à alienação do trabalho intelectual (científico, artístico, informacional, se quisermos) do que à do trabalho braçal, revelou com afinco o quanto o desenvolvimento tecnológico foi e é uma forma de apropriação dos saberes técnicos dos artesãos e trabalhadores em geral pelos capitalistas, mediante o processo que denominou como subsunção do trabalho ao capital. Além disso, deixou outras indicações importantes sobre a alienação do trabalho intelectual, que vêm sendo exploradas desde os escritos pioneiros da Escola de Frankfurt até autores ligados aos Estudos Culturais e à Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (WILLIAMS, 2016; BOLAÑO, 2000; SCHNEIDER, 2015a).

A noção de ideologia, em Marx, a despeito dos desdobramentos que sofreu tanto na própria obra de Marx e Engels quanto na de seus seguidores, antagonistas e outros, diz essencialmente respeito ao conjunto das ideias dominantes de uma época (SCHNEIDER, 2015a), que seriam produzidas e socializadas pelas classes dominantes, que dispõem da propriedade (ou controle político), direta ou indireta, dos meios de produção e reprodução de ideias, com o objetivo de legitimar a dominação de classe, seja no campo religioso, filosófico, jurídico ou “científico”, como no caso dos discursos oriundos da Economia Política clássica ou mesmo da Economia contemporânea, que tendem a naturalizar a dominação de classe, com base numa concepção abstrata e essencialista da “natureza humana” – que seria inerentemente competitiva e orientada por opções racionais utilitárias, feitas por indivíduos agora e sempre dotados de “livre arbítrio”, a despeito dos brutais constrangimentos sociais e cognitivos atuantes ao longo da história –, com seu corolário de “leis” econômicas supra históricas.

Fetichismo é o termo que Marx (2003) emprega, com certa ironia, na primeira parte de *O Capital*, para aludir, no contexto de uma formulação mais refinada em termos sócio históricos – isto é, menos abstratos, mais calcados na empiria sem, contudo, perder sua conexão orgânica com a concepção filosófica anterior –, aos processos de alienação perpetrados pelo modo de produção capitalista, com ênfase no desvelamento do lucro como derivado principalmente da extração de trabalho excedente, que produz a mais-valia (ou mais-valor, conforme traduções recentes), que ocorre sob a aparência das relações “livres” de mercado, as quais ocultam a conversão dos sujeitos em objetos de um processo maquínico cuja meta inflexível é a reprodução ampliada do capital.

Nessa ambiência, contratos e trocas são feitos por sujeitos formalmente livres e iguais perante a lei, a despeito das gritantes desigualdades de propriedade efetivas que constroem de modo estruturalmente antagônico os participantes

dos contratos e das trocas, especialmente aquelas entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, ou entre salário e força de trabalho, antagonismos estes que fazem do sujeito trabalhador, por um lado, objeto do processo de reprodução ampliada do capital, e do sujeito proprietário, por outro, também objeto do “sujeito automático” e entrópico que comanda o processo, o capital (embora uns e outros sofram os efeitos dessa lógica de modo muito diferente). O detalhe aqui é que mesmo o capitalista, na condição de “encarnação do capital”, se encontra alienado de si, refém do mesmo processo maquínico de reprodução ampliada do capital, reduzido à condição de sujeito decisivamente determinado de fora, embora certamente numa posição bem mais confortável do que a do trabalhador assalariado ou dos desempregados.

A tríade conceitual marxiana alienação, ideologia e fetichismo encontra um ponto de convergência no conceito de reificação, desenvolvido por Lukács (2003) em *História e Consciência de Classe*. Reificação (ou coisificação) designa a naturalização da dominação de classe, mediante a ação conjunta de formas de exploração (mais ou menos brutais) do trabalho e dos correspondentes discursos legitimadores (mais ou menos sutis) que atualizam a velha prática da transformação das pessoas em coisas, de sujeitos em objetos, sob o capitalismo.

A reificação possui um elemento objetivo e um elemento subjetivo interligados, em nível consciente e inconsciente: o elemento objetivo inconsciente é a sujeição efetiva de uma classe a outra, e a de todos os sujeitos em objetos de um processo sócio histórico cujo controle lhes escapa (embora em graus diferenciados), enquanto o elemento subjetivo inconsciente é a pura e simples ignorância geral do próprio processo. Sujeição (ou dominação) e ignorância se desdobram, subjetiva e objetivamente, consciente e inconscientemente, em discursos naturalizadores de legitimação ideológica, bem como em instituições e em práticas que perpetuam ao mesmo tempo em que camuflam o processo global.

Reificação é um conceito e um processo social. O conceito expressa, desvela e denuncia o próprio processo de cruzamento desses fatores objetivos e subjetivos, conscientes e inconscientes, da dominação de classe, processo este que estrutura aquilo que Bourdieu, em outros termos e com enfoques variados, enfatizando o elemento inconsciente atuante, posteriormente definiria como *habitus*, a saber, objetivação e subjetivação do processo global acima descrito em termos de “sistemas simbólicos” incorporados psicicamente, que agregam disposições volitivas, afetos, gostos, esquemas irrefletidos e socialmente condicionados de classificação e atribuição de valor a toda sorte de coisas.

Reificação, em suma, é a naturalização de relações sociais calcadas na objetivação das pessoas enquanto reprodutoras de práticas e relações de poder opressoras, cujo controle e compreensão lhes escapa, seja no âmbito dos discursos ou no conjunto maior das práticas extra discursivas, caso queiramos empregar uma terminologia mais em voga. Na tradição marxiana, essas relações de dominação são, em última instância, econômicas, de classe, o que não elimina certamente o importante papel desempenhado pela subjetividade em meio a elas, a não ser nas derivações vulgares do marxismo.

Acreditamos que a obra de Bourdieu contribui para o preenchimento de lacunas metodológicas no esquema geral da crítica marxiana à dominação de classe, sem, contudo, propriamente suplantá-la ou mesmo afetá-la em seus elementos fundamentais. Feito esse esclarecimento, iremos agora indicar o que acreditamos ser o elemento essencial das lacunas apontadas, com base em uma carta de Engels a Mehring, de alto valor sócio epistemológico, dada a imensa importância e influência, teórica e política, da obra de Marx e Engels, e considerando tanto as condições externas quanto internas da produção de conhecimento aí desveladas.

Na carta, de 14 de julho de 1893 (in FERNANDES, 1989, p. 465-466), Engels afirma:

[...] colocamos [o próprio Engels e, naturalmente, Marx] inicialmente – e tínhamos de fazê-lo – a ênfase principal, antes de mais nada, em derivar dos fatos econômicos básicos as concepções políticas, jurídicas e demais concepções ideológicas, bem como os atos mediados através delas. Com isso negligenciamos o lado formal em função do conteúdo: o modo e a maneira como essas concepções etc. surgem.

Na sequência da mesma carta, Engels desfaz um mal-entendido recorrente, ao mesmo tempo em que explicita e defende um elemento central da concepção que ele e Marx desenvolveram para o estudo histórico das sociedades:

[...] existe uma estúpida concepção dos ideólogos: já que negamos um desenvolvimento histórico independente às diversas esferas ideológicas que desempenham um papel na história, negaríamos também qualquer eficácia histórica delas. Aqui está subjacente a concepção vulgar, não-dialética, de causa e efeito como polos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação. Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através

de outras causas, econômicas no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode retroagir até mesmo sobre as suas próprias causas.

Desfeito o mal-entendido, e aqui chegamos no ponto a partir do qual podemos retomar a exploração de nossa primeira hipótese de trabalho, pensamos que Bourdieu contribuiu para preencher essa lacuna, principalmente no sentido de desvelar, em detalhe, “o modo e a maneira como essas concepções surgem”, isto é, a gênese social das opiniões, do senso comum, dos esquemas classificatórios, das crenças, bem como de explorar mais detidamente o elemento inconsciente que lhes é subjacente: a dominação e a violência

Por outro lado, se estivermos corretos, dizer que a dominação simbólica é em grande medida dominação de classe é o mesmo que dizer que a dominação simbólica é, do mesmo modo, dominação econômica camuflada ou parte da própria camuflagem da dominação econômica. Nos termos de Bourdieu:

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta ‘razoável’ nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios – ou, se preferirmos, ‘formas de classificação’, ‘estruturas mentais’, ‘formas simbólicas’, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são praticamente intermutáveis –, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto objetivo da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funciona aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo do senso comum (BOURDIEU, 2006, p. 435-6).

Em outras palavras, embora no trecho acima citado Bourdieu elenque as classes sociais em meio a um conjunto mais amplo (faixas etárias, classes sexuais), sem atribuir nem mesmo relativa predominância ao fator econômico nas relações sociais de dominação, em vários outros momentos de sua obra ele mostra-se mais sensível a essa predominância estrutural da economia em meio aos diversos fatores atuantes no condicionamento e na determinação das disposições e práticas dos agentes. O fato de não o fazer com mais frequência é ao menos parcialmente esclarecido em uma entrevista a Terry Eagleton – que consideramos reveladora para a defesa de nosso argumento –, na qual Bourdieu

afirma que talvez tenha minimizado a questão econômica no intuito de pesar a mão contra o economicismo, que era então muito influente na academia francesa. Ou seja: embora a ênfase de Bourdieu dirija-se em geral à dominação simbólica, ele seguramente não ignora sua relação com a dominação econômica. Por isso, quando argumenta que as “estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas” ou “o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade”, podemos perguntar: quais são as estruturas fundamentais da sociedade capitalista? Não consistem em estruturas autoritárias de divisão desigual da propriedade dos meios de produção e circulação, no regime autoritário do trabalho assalariado “livre” e em relações de poder altamente hierarquizadas, cujo caráter autoritário é camuflado pela (limitada) liberdade de ação política, econômica, discursiva na prática cotidiana, proporcionada aos agentes sob o regime da democracia representativa do estado liberal ou democrático de direito?

A entrevista de Bourdieu a Eagleton atesta como, diante da forte presença de certo marxismo na academia francesa nos anos 1960 e 1970, o primeiro teria optado deliberadamente pela ênfase nos aspectos “simbólicos” da dominação, como crítica a certas derivações economicistas do marxismo, assim como Marx e Engels tiveram que enfatizar os aspectos econômicos da dominação em oposição ao idealismo que predominava entre seus opositores. Não obstante, Bourdieu estava ciente de que “[...] é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo.” (2008, p. 24).

Nesse sentido, acreditamos que uma ênfase atualizada nos aspectos econômicos subjacentes à dominação simbólica, tratados a partir da perspectiva marxiana não economicista que apresentamos aqui, pode reequilibrar a análise global e a crítica à dominação de classe que solapa a emergência de competências críticas em informação sob o regime de informação hegemônico na atualidade, no sentido de não a reduzir à sua dimensão simbólica, sem, contudo, ignorarmos o papel decisivo desta.

Arriscamos que a noção de dominação simbólica, de Bourdieu, é um desenvolvimento rico, mas parcial, de certos elementos da teoria do fetichismo, de Marx,³⁰ que carrega em si as noções de alienação e ideologia, e antecipa a ideia de reificação, de Lukács. Em que nos baseamos para acreditar nisso? No fato de que a teoria do fetichismo consiste num esforço de desvelamento descritivo, analítico

30 Segundo Isaak Illich Rubin (1980), a noção de fetichismo é mesmo o próprio coração da crítica da economia política de Marx.

e combativo do caráter sócio histórico de um processo que engloba aquilo que, no século seguinte, Bourdieu viria a chamar de dominação simbólica, com todo o seu corolário de violência simbólica (e de outros tipos); na desnaturalização, na crítica e no apelo ao combate efetivo e à superação da subordinação da maioria das pessoas – seu corpo, seu tempo, sua consciência, sua inconsciência, seus gostos – a um punhado de outras, numa lógica social camuflada, disfuncional, tendencialmente entrópica e aparentemente implacável, cujo controle escapa a todos, mesmo ao punhado dominante. Essa lógica social atende pelo nome de capitalismo, quando não se disfarça com os apelidos “sociedade de mercado”, “democracia liberal” e outros eufemismos. É uma lógica social lastreada na conversão da força de trabalho em mercadoria, a mais recente forma histórica da alienação, que se efetiva mediante a desapropriação do indivíduo dos meios e do produto de seu trabalho, e, ao mesmo tempo, da determinação da escolha e dos objetivos desse trabalho, bem como da própria consciência da alienação, que se exterioriza em ideologia, em fé, em pós-verdades.

Bourdieu, porém, recusa o uso que “alguns autores marxistas” fizeram do termo “ideologia” de forma insuficiente. Segundo ele, o problema com a noção de ideologia, enquanto falsa consciência da dominação, não estaria tanto no predicado “falsa”, mas na preocupação com a “consciência”, já que a dominação simbólica operaria sobretudo inconscientemente:

Na ideia de falsa consciência, evocada por alguns autores marxistas para explicar o efeito da dominação simbólica, é a palavra “consciência” que é excessiva; assim como falar em “ideologia” equivale a colocar na ordem das representações – capazes de serem transformadas pela conversão intelectual que nós chamamos de “tomada de consciência” – aquilo que está situado antes na ordem das crenças, quer dizer, no nível mais profundo das disposições incorporadas. (BOURDIEU *apud* BURAWOY, 2010, p. 66)

Não sabemos a que “autores marxistas” Bourdieu está se referindo na passagem citada. Mas será que as noções de alienação e fetichismo na obra de Marx já não apontam também para o caráter inconsciente da dominação, mesmo tendo sido formuladas antes de Freud ter consagrado a noção de inconsciente como um conceito psicológico e sociológico fundamental?

Bem antes de Bourdieu, Marx já havia apresentado, em outros termos, a ideia de que a eficácia da dominação simbólica se dá menos na ordem das representações

conscientes do que naquela das crenças. Em seus escritos de juventude, anos antes da alusão à região “nebulosa das crenças” em sua crítica ao fetichismo da mercadoria (2003), Marx formulou diversos raciocínios que rigorosamente o afastam, e muito, do alvo dessa crítica de Bourdieu a “certos autores marxistas”, que se aplicaria melhor ao projeto iluminista como um todo, mas certamente não à obra do próprio Marx.

Dentre esses raciocínios, destacamos um texto que contém uma sentença tão célebre quanto descontextualizada de Marx: “a religião é o ópio do povo”. Por seu valor explicativo, e pelo caráter equívoco da célebre descontextualização, permitimo-nos então reproduzir agora uma citação direta relativamente longa, em sua quase totalidade, subvertendo o bom gosto vigente em textos acadêmicos atuais, por duas razões que julgamos plenamente justificáveis: o esclarecimento do sentido completo do raciocínio e o compartilhamento da beleza poética do texto para um público (o da CI brasileira) que não parece conhecê-lo, já que não possui o hábito de referenciá-lo³¹:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo.

A abolição da religião enquanto felicidade ilusória dos homens é a exigência da sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. A crítica da religião é, pois, o germe da crítica do vale de lágrimas, do qual a religião é a auréola.

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasia ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote. A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que pense, atue e configure sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo e, assim, do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em torno do homem enquanto ele não circula ao redor de si mesmo.

31 Fazemos essa afirmação com base em levantamento quantitativo sobre referências diretas a Marx, nos artigos publicados nos grupos de trabalho 1, 2 e 5 do Enancib, em todas as suas edições até o ano de 2014, bem como nos periódicos *Transinformação*, *Perspectivas em Ciência da Informação*, *Informação e Sociedade e Ciência da Informação* até o mesmo ano. Para maiores informações, ver Schneider, 2015b.

Consequentemente, a tarefa da história, depois que o outro mundo da verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade deste mundo. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada em suas formas sagradas. A crítica do céu transforma-se deste modo na crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política. (MARX, 2005 p. 145-146.)

Em termos menos poéticos, não se trata somente de “esclarecer” (ao modo iluminista, mediante a universalização educacional da “razão”) sujeitos ignorantes, dominados e iludidos por visões de mundo irracionais (como seriam as da religião), desconstruindo argumentativamente os elementos representacionais que legitimam e ocultam a dominação simbólica, mas de, simultaneamente, desmascarar discursivamente – e transformar extra discursivamente – uma realidade que produz e reproduz a *necessidade dessas ilusões*, devido ao caráter opressivo e irracional dessa realidade, bem como à necessidade humana de evadir-se da opressão e da irracionalidade, as quais, por não serem uma fatalidade da natureza, mas produtos históricos, seriam passíveis de superação.

Entendemos, portanto, que a noção de dominação (ou violência) simbólica, de Bourdieu, *articulada* (e não em substituição) às de alienação, fetichismo, ideologia e reificação, de extração marxiana, pode contribuir para o enfrentamento do seguinte problema ético-informacional: de que maneiras o regime de informação hegemônico vigente – que, paralelamente a uma maior circulação de informação sem os filtros das mídias convencionais, é caracterizado por uma mistura de segredos de Estado, propriedade intelectual, monitoramento de dados pessoais e vigilância ubíqua, novos filtros baseados em algoritmos, corporações de mídia oligopólicas, educação formal crescentemente instrumental, tagarelagem infinita e proliferação de *fake news* – solapa ou não a formação de competências críticas em informação (com destaque para o próprio solapamento).

Cada momento particular da dominação econômica e simbólica gera, ao longo da história, um determinado regime de informação, que dificulta mais ou menos a formação do pensamento crítico. Nesta nossa abordagem, regimes de informação seriam, então, as formas específicas como determinadas relações econômicas desdobram-se em instituições, normas, princípios legitimadores e práticas informacionais, o que envolve os efetivos usos sociais das tecnologias de informação. As disposições necessárias para o exercício de competências críticas em informação

requerem o reconhecimento geral e o conhecimento específico das formas concretas através das quais opera a dominação simbólica nos atuais regimes de informação.

Tentamos demonstrar que o que Bourdieu entende por dominação simbólica é, em grande medida, dominação econômica inconscientemente incorporada em visões de mundo, esquemas de classificação socialmente compartilhados e disposições psíquicas que orientam a ação dos sujeitos no sentido da reprodução da própria dominação econômica, que tem por base, sob o capitalismo, a desigualdade crescentemente extrema da propriedade dos meios de produção e circulação de mercadorias sob o regime do trabalho assalariado “livre”.

Por essas razões, no âmbito da ética em informação (da qual trataremos mais detidamente adiante), a análise, a crítica e o desvelamento tanto do papel determinante da dominação econômica na dominação simbólica, quanto das formas particulares como esta última opera a mediação da primeira na constituição de (in)competências em informação, revela-se uma tarefa obrigatória e urgente, tendo em vista, no âmbito dos atuais regimes de informação, a opacidade do poder, o acesso desigual à informação qualificada, a desinformação, a mistificação, a (re) produção social – ao mesmo tempo deliberada e inconsciente – da ignorância, as *fake news*, a pós-verdade.

Dito isso, retomemos agora com mais atenção a questão das *fake news* e da pós-verdade, confrontando-as ao velho problema da verdade.

CCI/7: competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade

Fake news são informações mentirosas. Mentira é o oposto de verdade. Mas como se pode denunciar a mentira se abandonamos a noção de verdade?³²

Pós-verdade é algum conjunto de crenças compartilhadas pela opinião pública (em grande medida alimentadas por fake news, informações mentirosas que circulam nas redes digitais), refratárias ou indiferentes a evidências factuais ou argumentativas que as contrariem. Como combater a pós-verdade se abandonamos a noção de verdade?

Este abandono da noção de verdade, ou pelo menos da possibilidade de se pensar racionalmente em uma verdade universal, abandono que aliás já virou

32 Estamos perfeitamente cientes que a distinção entre “mentira e verdade” pode ser uma forma simplista de apresentar a questão. Excluindo o recurso deliberado à ficção, em qualquer discurso que se pretenda factual há algum grau de meias verdades, viés, mais ou menos precisão, contextualização, completude, intencionalidade etc. Não obstante, em termos formais, lidamos efetivamente com dois polos.

senso comum – fora do terreno religioso, todos repetem, cheios de autoridade, que não existe verdade universal; no terreno religioso, a verdade já foi revelada, é sustentada por alguma autoridade e não deve ser submetida ao escrutínio da razão e da crítica –, é uma das marcas principais das epistemologias relativistas contemporâneas, frequentemente denominadas pós-modernas.

O que permite aproximar autores bastante diferentes sob essa alcunha são pelo menos três pontos em comum:

- 1) a recusa da hierarquia de saberes característica do pensamento iluminista, que teria na filosofia ou na ciência ocidentais sua culminância.
- 2) a recusa do universal ou do ponto de vista da totalidade, entendidos como fatalmente totalitários. Admite-se, por outro lado, o pluralismo, um concerto de verdades particulares – de grupos ou culturas – ou singulares – referentes ao que há de único nas experiências de cada indivíduo, sem maiores preocupações com suas eventuais contradições.
- 3) a recusa da perspectiva dialética, que admite, senão assegura, a possibilidade de identificação dinâmica, mutuamente transformadora, do universal, do particular e do singular em um nível superior, não totalitário, tanto em termos lógicos quanto históricos.

Por universal, para efeito de esclarecimento, referimo-nos neste ponto da exposição à humanidade; por particular, às suas diversas partes ou recortes possíveis (de classe, étnicos, geracionais, de gênero etc.); por singular, aos indivíduos.

Não se pode, porém, ignorar, que os indivíduos, assim como os grupos, são particulares, enquanto partes da humanidade. Cada indivíduo ou grupo singular, em sua particularidade, compõe o universal e, ao mesmo tempo, é um desdobramento singular deste. E a própria humanidade, num dado período histórico, em sua singularidade, é um particular, enquanto parte da história humana como um todo. E cada momento histórico é um particular da história inteira, e ao mesmo tempo um momento absolutamente singular.

Vê-se, assim, que universal, particular e singular são categorias intercambiantes, relacionais, mutuamente dependentes, determinantes e condicionantes, de modo que não é possível pensar seriamente no problema da verdade ignorando qualquer uma delas, nem sua relação dinâmica, sob a pena do reducionismo ou do narcisismo das pequenas diferenças.

Para o pensamento pós-moderno, entretanto, a humanidade como identidade, isto é, o que há de comum a todos os seres humanos, aquilo que os aproxima,

a despeito de suas diferenças particulares e singulares, parece não existir, ser irrelevante ou inapreensível.

Julgamos salutar a crítica pós-moderna ao caráter frequentemente arbitrário e etnocêntrico da epistemologia iluminista (matriz tanto do positivismo quanto do materialismo histórico dialético), cujos universais mostraram-se tantas vezes particulares totalitários. Em outras palavras, a razão, a justiça, a liberdade universais, converteram-se frequentemente em racionalidade instrumental, colonialismo, imperialismo, particularismo etnocêntrico, androcêntrico, heteronormativo, com toda a sua carga de brutalidade. Nesse sentido, poderíamos dizer que o pensamento pós-moderno seria um momento importante do pensamento crítico.

Por outro lado, a deriva relativista do pensamento pós-moderno, em sua defesa da diferença, perde de vista a igualdade – ou melhor, a possibilidade de se pensar dialeticamente a unidade do diverso, em termos éticos, políticos e epistemológicos.

Pelas razões apresentadas, a deriva relativista do pensamento pós-moderno nos deixa desarmados diante de fenômenos como a pós-verdade – quando crenças são mais eficientes na formação da opinião pública do que evidências – ou as *fake news* – informações mentirosas.

Diante dessa deriva, postulamos uma retomada do que, a nosso ver, restou de melhor do pensamento iluminista, o materialismo histórico dialético sério.

Essa proposta implica em uma tripla recusa:

- 1) da neutralidade axiológica politicamente conservadora do positivismo;
- 2) da noção cientificista linear de progresso, compartilhada pelo positivismo e pelas versões vulgares do próprio materialismo histórico dialético;
- 3) do economicismo reducionista e fatalista característico das versões vulgares do próprio materialismo histórico dialético.

Positivismo e versões vulgares do materialismo histórico dialético comungam da crença no progresso inevitável, seja ele nomeado “desenvolvimento das forças produtivas” ou “inovação científica e tecnológica”.

Mas não precisamos da crítica pós-moderna para evitarmos essas ilusões. O materialismo histórico dialético sério é suficiente, como bem demonstrou Walter Benjamin com seu conceito de história, só para citar um autor curiosamente popular no pensamento crítico não marxista, mas que deu várias demonstrações de ser metodologicamente um marxista ortodoxo, a despeito das ortodoxias oficiais.

Retomando a questão da pós-verdade, não há nada de novo no fato de crenças serem decisivas na composição da opinião pública e na receptividade a informações mentirosas. Crenças são, por definição, não certas, e como certas bem fundamentadas são difíceis, as crenças, como apostas, são mesmo elementos indispensáveis a todo e qualquer conhecimento. O velho problema é quando crenças demonstravelmente insustentáveis em face das evidências e dos melhores argumentos disponíveis entre aqueles em disputa, ainda que nos próprios termos da disputa, prevaleçam. E a novidade são as mediações sociotécnicas que parecem ampliar de um modo novo a ação do mesmo velho fenômeno na produção ou reprodução dessas crenças, de modo massivamente customizado e numa velocidade inédita.

Embora o acesso a computadores, *softwares*, *smartphones*, *internet* e inúmeras aplicações venha crescendo junto ao conjunto da população mundial, seus meios de produção, assim como as tecnologias conjugadas de armazenamento e busca da informação, e de vigilância e indução da navegação, são propriedade de poucas e gigantescas corporações.

Essas corporações possuem duas regras de ouro: 1) a reprodução ampliada do capital e 2) o apoio às forças políticas que assegurem a primeira regra de ouro. Em outras palavras, tudo é permitido, desde que a primeira regra de ouro não seja efetivamente confrontada.

Trabalhamos aqui com duas hipóteses:

- 1) os principais produtores e difusores das *fake news*, que geram pós-verdades, estão íntima e conscientemente vinculados à segunda regra de ouro, salvaguarda da primeira. São seus propagandistas.
- 2) a massa de reprodutores de *fake news*, verdadeiros crentes das pós-verdades, também está intimamente vinculada à segunda regra de ouro, mas não necessariamente sabendo o que faz.

Argumentamos que para combater esses fenômenos precisamos superar o relativismo pós-moderno, para não falar em credices pré-modernas, e confrontar mais uma vez racionalmente o problema da verdade, que certamente não é simples, caso queiramos desconstruir crenças eticamente condenáveis com evidências e princípios eticamente defensáveis, em termos argumentativamente racionais, e informações e análises falsas com informações e análises verdadeiras. Este movimento, em si, não basta para combater na prática o fenômeno da pós-verdade, mas pode contribuir para fundamentar mais ações de fomento à formação de competências críticas em informação.

A noção de verdade, científica ou não, não precisa ser reduzida ao positivismo, ao relativismo pós-moderno ou a qualquer outro regime de verdade.³³ A história da filosofia como um todo, assim como a da epistemologia moderna e contemporânea, produziu debates e soluções mais ricas; infelizmente, explorá-las em detalhe extrapola os objetivos e os limites deste capítulo. Podemos, contudo, propor que uma verdade, enquanto objetividade do conhecimento, é possível, embora jamais em termos absolutos, bastando para isso simplesmente comparar explicações melhores ou piores das coisas, seja em termos lógicos, experimentais ou em ambos. Haverá sempre uma falha, um resto, um viés, mas nada disso permite afirmar que todas as explicações são igualmente não verdadeiras ou objetivas. Inclusive porque *objetividade*, no contexto do nosso argumento, é um atributo do discurso, mediado por um sujeito, a respeito de um objeto, e não um atributo do objeto em si, que é a objetualidade, a facticidade. Nesse sentido, um discurso será mais objetivo quanto melhor for capaz de descrever a objetualidade do objeto, ou seja, tudo aquilo que ele é ou seria independentemente dos limites de observação, descrição e análise do sujeito ou do discurso.³⁴

Há, certamente, outras definições possíveis – talvez melhores do que a sugerida acima – da verdade ou da objetividade. Todavia, considerando os objetivos deste momento da argumentação, que consistem em uma problematização e em uma crítica do fenômeno da pós-verdade à luz dos diferentes regimes de verdade que identificamos na história, podemos perfeitamente recorrer à velha e um tanto singela definição tomista de verdade: *adaequatio rei et intellectus*, que pode ser traduzida aproximadamente como a correspondência entre as coisas e a compreensão.³⁵ Isto é, para nossos fins, basta lembrar que a verdade, enquanto correspondência entre a realidade e o entendimento – seja a realidade o que for, seja o entendimento o que for –, não pode ser confundida com a mentira pura e simples, deliberadamente disseminada, com interesses políticos e econômicos obviamente mistificadores – sobretudo quando tanto a mentira quanto os interesses por trás da sua disseminação são fáceis de serem desmascarados.

Se não é simples ou mesmo possível definir a verdade, não é tão difícil assim detectar a mentira e sua construção social. E é disso que se trata aqui: de desmascarar mistificações contemporâneas de largo alcance, de denunciar seu caráter eticamente perverso, de lançar alguma luz sobre suas razões de ser, de

33 Argumento originalmente apresentado em Bezerra, Capurro e Schneider, 2017.

34 Para um aprofundamento dessa perspectiva, ver a noção de concreticidade desenvolvida por Karel Kosik (2002).

35 Argumento originalmente apresentado em Schneider e Pimenta, 2017.

demonstrar seus nexos causais mais ou menos complexos com disputas econômicas e políticas, com crenças e preconceitos, bem mais do que de sustentar esta ou aquela definição positiva e abstrata de verdade. Para o que nos interessa no momento, basta uma modesta fundamentação epistemológica, que seja suficiente para definir, negativamente, o que não é a verdade. O elemento epistemológico é antes um meio do que um fim; este é de ordem ético-política.

Pode-se argumentar que o problema com a definição tomista não é que ela seja incorreta, mas que não é suficientemente verdadeira, se apenas tivermos em mente a virada linguística na filosofia do século XX sobre as relações performáticas, expressivas e constitutivas entre a linguagem e qualquer compreensão concebível da realidade. Sabemos hoje que a linguagem não é apenas referencial, nem um instrumento transparente de comunicação. Com efeito, signifiante, significado e referente jamais se encontram em perfeito e definitivo acoplamento; a linguagem é polissêmica e estrutura nosso senso de realidade, mesmo nosso inconsciente, se concordarmos com o psicanalista francês Jacques Lacan. E a realidade, seja ela o que for, só é pensável, compreensível, concebível, comunicável, através da linguagem.

No entanto, o reconhecimento do fato de que a linguagem opera a mediação de qualquer relação possível entre as coisas e a compreensão não resolve o problema da verdade, assim como o fato de sabermos que ela não é apenas referencial não nos autoriza a ignorar essa sua função essencial. Pois a própria noção de realidade é uma pressuposição da função referencial da linguagem e da informação, sem a qual não podemos sequer pretender distinguir conhecimento objetivo e fantasioso, verdadeiro e falso, não podendo, portanto, ser fundamentada nem em preconceitos nem em crenças, mas racionalmente e empiricamente.

A linguagem é tanto uma criação humano-genérica como um veículo para os nossos sentimentos e pensamentos, particulares e singulares, possibilitando alguma relação inteligente com o mundo; através da informação, é também performática, comunicação. A linguagem é uma criação social humana. Onde o mundo social é tensionado pela luta de classes, a linguagem e a informação são tanto uma expressão desta luta quanto armas em meio a ela. É ingênuo pensar que jogos performativos desinteressados de informação – produção, registros, circulação, acesso, recuperação, organização, uso etc. – constituam a maior parte das ações do campo. Não devemos ignorar que forças sociais poderosas controlam seus dispositivos, regras legais e tácitas, até mesmo seus usos populares, até certo ponto. Não compreender esses fatos, deixa-nos desarmados para lutar contra o renascimento do fascismo em sua forma de pós-verdade midiática e digital. Então novos e poderosos Goebbels (e seus aliados), com seus jornais, canais de televisão, algoritmos, dispositivos de

vigilância digital e bots, vencerão a batalha discursiva, e não apenas esta, através de seu desempenho sombrio. Infelizmente eles já estão ganhando.

Por isso, e tendo em vista que nosso objetivo não é propriamente resolver o problema da verdade, o que seria ridículo, mas trazê-lo de volta ao centro do debate ético, político e epistemológico contemporâneo sérios, como movimento necessário à crítica do fenômeno da pós-verdade, exploraremos a hipótese de que a singela definição tomista da verdade permanece útil como instrumento de combate a crenças infundadas, cuja falsidade é demonstrável, sobretudo quando articulada ao conceito de história de Benjamin. Vejamos.

O fenômeno da pós-verdade, enquanto discrepância extrema entre as coisas e a compreensão, em escala social alarmante, torna legítimo que se resgate a noção tomista de verdade como correspondência entre as coisas e a compreensão. Lembrando que o que media a verdade e a compreensão é a informação, que é ativação da potência da linguagem – no limite, em direção ao esclarecimento ou à mistificação, à liberdade ou à opressão.

É inútil gastar muito tempo aqui falando sobre as limitações da definição tomista de verdade, se apenas tivermos em mente, como visto, a virada linguística na filosofia do século XX. Porém, se pensarmos na verdade não apenas como correspondência das coisas e da compreensão, tendo em mente a distinção de Hegel (2010) entre entendimento (compreensão mais particular, superficial e fixa) e razão (compreensão profunda, dinâmica e universal), e entre existência (aparente, às vezes contingente) e realidade / efetividade (aparente e essencial, sempre necessária), em seus desenvolvimentos históricos, então reelaboramos a definição tomista em novos termos, talvez promissores: a verdade se torna *a correspondência entre razão e realidade*, em uma relação dialética dinâmica, mediada pela linguagem, certamente, mas também pelo conjunto das experiências de vida não discursivas dos sujeitos.

Também propomos articular essa noção de verdade com a dialética histórica entre o ser social e a consciência social. Uma vez que se estabelece a divisão das sociedades humanas em proprietários e não proprietários dos meios de produção, a luta contra ou a favor da liberdade tornou-se o leitmotiv da realidade histórica, seu motor, a principal mediação entre o ser e a consciência social.

A verdade como a correspondência entre razão e realidade, em uma dialética mediada pela linguagem e pelo conjunto das experiências de vida não discursivas dos sujeitos, aproxima-se então da proposição ética, política e epistemológica de Benjamin sobre como a história não deve ser entendida apenas como uma sequência narrativa evolutiva não ficcional de qualquer evento histórico factual (existente), apontando para um futuro melhor (o progresso), baseado em um

conceito vazio de tempo, mas como uma *narrativa explicativa não ficcional, cujo foco são os eventos de uma temporalidade especial (o tempo messiânico), que revelam a luta a favor ou contra a opressão como a realidade essencial da existência social em sua contradição interna, em sua racionalidade própria*, com novos e ricos conceitos de tempo, especialmente o tempo messiânico.³⁶

Essa problemática atravessa os níveis 4, 5, 6 e 7 da CCI/7, que postulamos como necessária na prevenção e no combate aos efeitos nefastos das *fake news* e da pós-verdade.

Dito isso, voltemos à “competência em informação”, uma noção explorada pela Ciência da Informação ao menos desde os anos 1970. Advinda da biblioteconomia, a partir dos estudos a respeito das habilidades dos usuários no trato com a biblioteca, a noção expandiu-se para o uso das redes digitais e das mídias. Essa expansão veio acompanhada, em algumas ocasiões, de uma inflexão crítica.³⁷

Em primeiro lugar, a noção de CCI diz respeito à crítica a uma visão mais instrumental de competência em informação; em segundo lugar, à proposta de uma maior articulação entre o pensamento crítico e os estudos e práticas relacionados à competência em informação.

A concepção mais instrumental da competência em informação prega, em diversas formulações, com pequenas variações, que competência em informação consiste em o usuário saber como proceder em termos instrumentais para suprir suas necessidades informacionais. É certo que algum domínio instrumental de dispositivos informacionais necessariamente compõe qualquer competência em informação, crítica ou não. De fato, para que se tenha alguma competência em informação, não se pode prescindir da alfabetização ou do domínio de algum código, do conhecimento de fontes de informação, da sistemática de seu uso, da habilidade para manusear determinados equipamentos ou sistemas de busca etc. Mas esse conjunto de conhecimentos e habilidades não é suficiente para

36 Da nota do tradutor de uma versão em inglês de Sobre o Conceito de História, que também consultamos para a elaboração deste trabalho: “Jetztzeit was translated as ‘here-and-now,’ in order to distinguish it from its polar opposite, the empty and homogenous time of positivism. Stillstellung was rendered as ‘zero-hour,’ rather than the misleading ‘standstill’; the verb ‘stillstehen’ means to come to a stop or standstill, but Stillstellung is Benjamin’s own unique invention, which connotes an objective interruption of a mechanical process, rather like the dramatic pause at the end of an action-adventure movie, when the audience is waiting to find out if the time-bomb/missile/terrorist device was defused or not.” See <https://www.marxists.org/reference/archive/benjamin/1940/history.htm>.

37 Indicações bibliográficas sobre o tema encontram-se em Bezerra, Schneider e Brisola, 2017.

que se possua CCI. No caso particular da CCI/7, ela requer, antes mesmo do domínio instrumental, o que caracterizamos como *suspensão da cotidianidade*, cujo movimento inicial é concentração em um único problema ou conjunto de problemas, junto à abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, da mimese, dos preconceitos; em terceiro lugar, a CCI/7 requer o questionamento, por parte do usuário e dos mediadores da informação, sobre as necessidades informacionais de uns e outros, uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas “necessidades”, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação. Em outras palavras, a CCI/7 requer uma problematização conceitual, psicológica e pragmática das necessidades informacionais: *3º nível – necessidade de questionamento da própria noção de necessidade informacional, por parte de mediadores e usuários da informação.*

Pretendemos contribuir com este ponto apresentando a noção de gosto informacional, que articula dialeticamente a noção mais universal de necessidade com àquelas ligadas a culturas particulares e experiências singulares, numa perspectiva histórica.³⁸

Cunhamos a expressão *gosto informacional* como alternativa à noção mais essencialista de necessidade de informação, dado que o gosto resulta da mediação entre necessidade e cultura. Em outras palavras, o gosto que temos por algo, que orienta nossa ação na direção de algo, é fruto de um processo de formação, que articula necessidades e experiências em um dado contexto sócio histórico, cujas múltiplas determinações cruzadas, de ordem econômica, ética, afetiva etc. compõem a forma particular e dinâmica como nossas necessidades se singularizam, para além daquelas estritamente fisiológicas.

Enquanto metáfora, a expressão *gosto informacional* nos permite também pensar que, assim como a saúde do organismo requer a ingestão de alimento nutritivo, a saúde do pensamento requer informação qualificada. Porém, o nutritivo nem sempre é saboroso e o saboroso nem sempre é nutritivo. Mas podem ser. E fazer com que o sejam contribui ao mesmo tempo para a boa nutrição e para o prazer gastronômico, que passam a estimular-se mutuamente. Do mesmo modo, a informação qualificada nem sempre é percebida como tal, assim como a informação desqualificada pode parecer “saborosa”. Como identificar e desejar

38 Esta ideia foi originalmente desenvolvida, de uma forma mais aprofundada, em meu livro *A Dialética do Gosto: informação, música e política*, e retomada posteriormente no artigo *Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para CCI*, escrito com Arthur Bezerra e Anna Brisola.

informação qualificada? Como fazer da informação qualificada atraente? Assim como o gosto alimentar, musical e outros, de todos, é um processo socialmente mediado, o mesmo vale para o gosto informacional.

A dúvida sistemática e o pensamento crítico, tornados gosto pela busca estimulante, pela degustação saborosa e pela boa digestão ou bom uso de informação qualificada, enriquecem a competência em informação com os elementos crítico, autocrítico e volitivo, que nos permitem pensá-la para além de seu caráter instrumental, limitado à técnica e calcado em uma noção acrítica e abstrata de necessidade.

A noção de gosto, tanto em sua etimologia quanto no uso ordinário do termo, carrega uma reveladora e problemática aproximação entre as noções de sabor e saber, isto é, entre a valoração sensível e intelectual de seja o que for, da comida à música, da escolha do mobiliário ao voto, incluindo a amizade e o amor. De Montesquieu e Voltaire a Agamben, passando por Hume, Rousseau, Kant, Hegel, Nietzsche e Bourdieu, muitos pensadores dentre os mais sérios deram-se conta e problematizaram essa aproximação, direta ou indiretamente (SCHNEIDER, 2015a). Exploramos aqui a hipótese de que a busca, a seleção, a avaliação e o uso da informação igualmente envolvem sensibilidade e razão, desejo e conhecimento. Envolvem, portanto, o gosto. Mas só se pode gostar ou não do que se conhece, assim como só se conhece efetivamente quando a informação é incorporada ao nosso pensamento, de modo a afetá-lo. O gosto é a necessidade e o desejo socialmente mediados. Cada mediação atualiza a universalidade do processo, na particularidade ou singularidade do contexto sócio histórico no qual se dá. E assim como o alimento *informa*³⁹ o corpo, a informação alimenta o pensamento. Degustar crítica e reflexivamente informações é apreciá-las, rejeitá-las, depurá-las. Os sabores dos saberes e os saberes dos sabores informacionais compõem nosso conhecimento, nossas escolhas e nosso desejo de saber mais e melhor, ou sua ausência relativa, o que vai depender da qualidade da informação recebida e, por assim dizer, de nossa capacidade ou competência em digeri-la, processá-la. De todo modo, quanto mais gostarmos da ideia de sermos competentes em informação, mais motivados estaremos para sê-lo.

Numa formulação alternativa, podemos definir o gosto informacional que compõe o terceiro nível da CCI/7 como a cristalização em desejo do compromisso epistemológico, político e ético com a verdade factual, com a verdade estratégica

³⁹ *Informa* tanto numa das acepções originais do termo, no sentido de *dar forma*, quanto numa das acepções correntes, enquanto ação que opera alguma alteração em um sistema dinâmico.

e com a verdade moral da informação.⁴⁰ Isso requer CCI e desejo de mais CCI e assim por diante, num círculo virtuoso.

Em quarto lugar, temos a *necessidade de questionamento da relevância dos enunciados, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de relevância aos enunciados, aos dados e aos meta-dados.*

Para uma melhor sustentação teórica dessa prática, aponta-se também a necessidade de conhecer e problematizar os estudos sobre relevância na literatura especializada em Ciência da Informação.⁴¹ Além disso, recomenda-se uma atitude metodológica fundamental, qual seja, a prática constante da dúvida sistemática cartesiana, exigência metodológica crucial na própria fundação e desenvolvimento da ciência moderna, que significa basicamente a não aceitação de qualquer postulado com base somente na suposta autoridade do enunciador, antes de um cuidadoso e criterioso exame reflexivo. A CCI/7, em suma, deve nutrir uma disciplinada e rigorosa fidelidade ao primeiro princípio do método científico de Descartes, a dúvida sistemática, segundo a qual, para que um dito seja tomado por verdadeiro, não basta ter sido proferido por alguma autoridade. Em outros termos, já antecipando o 5º nível, referente às fontes, já no 4º. devemos nos lembrar de ter sempre em mente que a credibilidade do enunciador não é suficiente para assegurar a justeza do enunciado. Portanto, é necessário que se conheça o melhor possível determinado assunto para que se possa proferir juízos corretos sobre relatos ou interpretações a ele relacionados, bem como para que não se incorra no erro grave

40 Verdade fatural diz respeito ao fenomênico; verdade estratégica, à política, cuja qualidade técnica deve ser aferida pela efetividade da ação teleológica; e verdade moral remete ao princípio e ao fim da ação teleológica, tanto de forma independente quanto articulada. Foucault (1979) recusava a noção de ideologia porque a entendia como uma falsa consciência que pressupunha uma consciência verdadeira, calcada numa verdade (pretensamente) científica, e as verdades científicas seriam discursos de poder etc. Ainda que verdades científicas possam ser discursos de poder, ou seja, artifícios discursivos acionados para legitimar relações de dominação, e nesse sentido seriam ideológicas, se adotarmos a terminologia de inspiração marxiana, o poder, como o próprio Foucault insistiu, não é uma categoria puramente negativa, não é apenas dominação, mas resistência, negociação, disputa. Se isso estiver correto, pode-se produzir “discursos de poder” científicos não ideológicos, que tenham por base verdades factuais (não ficcionais), políticas (táticas e estratégias factíveis) e morais (comprometidas com a liberdade), isto é, emancipatórias. O desafio que se coloca a partir daí é quanto à verdade num sentido totalizante, considerando as contradições internas de cada nível de verdade e entre si.

41 Quanto à questão da relevância, recomenda-se o estudo preliminar do artigo *The Foundation of the Concept of Relevance*, de Hjørland (2010), que parte da definição de Saracevic: “It is as urgent now as it was in 1975 seriously to consider “the subject knowledge view” of relevance (which may also be termed “the epistemological view”). Segundo Hjørland, “[...] Saracevic (1975) presented and discussed five theoretical frameworks which have influenced thinking about ‘relevance’ in Information Science: • The system’s view of relevance.3 • The destination’s view of relevance (now commonly termed ‘the user’s view’). • Subject literature view of relevance. • Subject knowledge view of relevance. • The pragmatic view of relevance (including ‘situational relevance’)”.

de se difundir relatos falsos ou interpretações equivocadas. Por outro lado, como ninguém é, nem pode ser, profundo conhecedor de tudo, sobretudo em meio ao dilúvio informacional que nos cerca, há que se confiar nesta ou naquela fonte. Mas com base em quais critérios? O que torna uma ou outra fonte mais autorizada, mais merecedora de credibilidade, em termos racionais? Não se pretende aqui responder conclusivamente a essas questões, pois diversos fatores irão concorrer, nos mais variados contextos, para as respostas: domínio experimental ou teórico do assunto por parte do usuário, confiança adquirida da fonte, reconhecida autoridade técnica, científica, profissional ou institucional do enunciador etc.

O que importa destacar, em quinto lugar, é a *necessidade de questionamento da credibilidade do enunciador e dos produtores de dados e metadados, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de credibilidade ao enunciador, e aos produtores de dados e metadados* – necessidade de um questionamento permanente a respeito da credibilidade das fontes de informação, dos próprios critérios de atribuição de relevância e credibilidade.⁴²

Em sexto lugar, a CCI/7 envolve também o uso ético que se faz da informação.⁴³ A informação deve sempre ser descartada ou preservada, representada e classificada de uma forma ou de outra, mantida em segredo ou replicada, mais ou menos seletivamente, por este ou por aquele meio, mediante o uso desta ou daquela linguagem, com ou sem maiores esclarecimentos, sem perder de vista as possíveis consequências deste ou daquele conjunto de opções dentre as precedentes, bem como os princípios éticos e intenções práticas do conjunto adotado.

Quando falamos em uso ou princípios éticos, devemos tomar o termo ética seriamente, não como simples etiqueta – no duplo sentido do termo: norma de conduta pertinente segundo convenções mais ou menos formais, ou rótulo, adjetivo, que caracteriza determinada ação como moralmente adequada segundo critérios tácitos –, mas como campo vital de reflexão, que possui uma dimensão epistemológica, uma política e uma estética ou existencial. A dimensão ético-epistemológica do uso diz respeito ao problema da distinção entre conhecimento racional, coerente, realista, objetivo, preciso, e conhecimento

42 Para uma introdução ao debate sobre a credibilidade no âmbito da CI, ver Rieh e Danielson, 2007.

43 Para uma introdução à problemática da ética em informação, remetemos ao site do International Center for Information Ethics (ver referências), segundo o qual se trata de “uma teoria descritiva e emancipatória”. Enquanto teoria descritiva, “explora as estruturas de poder que influenciam atitudes e tradições informacionais em diferentes culturas e épocas”; como teoria emancipatória, “desenvolve críticas a atitudes e tradições morais no campo da informação, em nível individual e coletivo. Isso inclui aspectos normativos”. O texto nos informa também que a ética em informação investiga “a criação de novas estruturas de poder no campo informacional; mitos da informação; contradições e intencionalidades ocultas em teorias e práticas informacionais”.

vago, incoerente, preconceituoso. No limite, diz respeito à verdade e à mentira. A dimensão ético-política do uso remete às disputas de poder, das micro disputas cotidianas às querelas entre partidos políticos ou mesmo entre Estados-Nação, em suas inúmeras modulações: argumentos, leis, espionagem, arquivos, propaganda etc. No limite, remete à liberdade e à opressão. A dimensão ético-estética ou ético-existencial do uso refere-se às formas como o uso da informação afeta direta ou indiretamente as vivências de gratificação ou frustração, encanto ou repulsa, intensidade ou indiferença na vida dos sujeitos efetivamente ou potencialmente envolvidos em determinada prática informacional, lembrando que o ideal de uma vida gratificante é um dos mais persistentes e poderosos princípios morais ao longo da história. No limite, refere-se à felicidade e à infelicidade. Devemos, portanto, tomar seriamente a reflexão em torno dos princípios e usos éticos da informação como um campo vital de reflexão, como visto, porque verdade e mentira, liberdade e opressão, felicidade e infelicidade não são questões acessórias.

A Ética Intercultural da Informação (CAPURRO, 2001 e 2009) acrescenta à reflexão precedente a certeza de que não se pode ignorar que diferentes culturas possuem diferentes regimes de verdade, de liberdade e de felicidade. Ao mesmo tempo, o fato de vivermos no mesmo mundo, cuja assimétrica interconexão econômica, política e cultural, tecnologicamente mediada, impede que nos isolemos uns dos outros, bem como o fato desses diferentes regimes não serem necessariamente antagônicos ou incompatíveis, ambos os fatos trazem consigo a exigência ética, política e epistemológica de se promover o diálogo intercultural.

Em suma, “ética” é uma noção que deve ser pensada em termos sérios e substantivos. Não é um adjetivo simpático do qual todos gostam e usam a seu bel prazer, empregando no mais das vezes platitudes do senso comum, tampouco um tema desconectado da prática. Pelo contrário, desde Aristóteles (1991), a ética diz respeito à legitimidade e eficácia da própria prática, seja ela qual for. Isso inclui a prática científica, sendo a ética, portanto, ao mesmo tempo, o fundamento último da epistemologia – em seu compromisso com a objetividade e com a racionalidade enquanto conhecimento verdadeiro – e da política, enquanto uso adequado do poder em nome do bem geral.

A ética em informação, nessa abordagem, não pode se resumir à prescrição de boas teorias e práticas informacionais, devendo antes fundamentar racionalmente por que seriam boas, diagnosticar por que não são elaboradas e efetuadas, e propor práxis factíveis. O mal, aqui, encontra-se nas más fundamentações, ou mais frequentemente na ausência de fundamentações, em maus diagnósticos e em soluções fracas.

Em sétimo lugar, enfim, a CCI/7 requer o conhecimento o mais acurado possível das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação, aliado à máxima competência instrumental – domínio de línguas, sistemáticas informacionais, habilidades técnicas etc. Esse conhecimento, em suma, partindo da suspensão da cotidianidade, deve favorecer um entendimento sistematicamente questionador e articulado das competências instrumentais, das necessidades e gostos, da relevância da informação e da credibilidade das fontes, tendo em vista o uso ético da informação em cada contexto.

Em termos sintéticos, a CCI/7 exige: 1) concentração; 2) competência instrumental; 3) reflexão sobre as necessidades e gostos informacionais; 4) atitude questionadora diante da informação em si; 5) atitude questionadora diante das fontes de informação; 6) estudo da ética em informação na acepção séria do termo; 7) conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação.

Para fins didáticos, montamos o seguinte quadro:

CCI/7	Diretrizes para mediadores e usuários da informação
<i>1º. nível da concentração</i>	<i>Suspensão da cotidianidade, foco de toda a atenção em um determinado problema ou conjunto de problemas, abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, da mimese, dos preconceitos</i>
<i>2º. nível instrumental</i>	<i>Conhecimento dos recursos informacionais existentes e domínio técnico das tecnologias de informação</i>
<i>3º. nível do gosto</i>	<i>Problematização da noção de necessidade informacional aliada ao estímulo à curiosidade intelectual e à formação do gosto pelo pensamento questionador e rigoroso</i>
<i>4º. nível da relevância</i>	<i>Questionamento sistemático da relevância da informação e da própria noção de relevância, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de relevância aos enunciados, aos dados e aos meta-dados</i>
<i>5º. nível da credibilidade</i>	<i>Questionamento sistemático da credibilidade das fontes de informação e dos produtores de dados e meta dados, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de credibilidade às fontes, e aos produtores de dados e meta dados</i>
<i>6º. nível da ética</i>	<i>Reflexão séria e responsável sobre o bem ou o mal, resultantes dos usos da informação, com ênfase nos problemas articulados da mentira, da opressão e do sofrimento, numa perspectiva intercultural, sem perder de vista as contradições entre o singular, o particular e o universal</i>
<i>7º. nível da crítica</i>	<i>Articulação de todos os níveis anteriores em uma perspectiva emancipatória realista, bem como da própria noção de realismo</i>

Considerações finais

Nossa abordagem da Ética em Informação, como visto, relaciona-a à epistemologia e à política. Primeiro, na medida em que tomamos a epistemologia em sentido amplo, como o estudo que visa definir o conhecimento científico, objetivo, realista e racional, e distingui-lo de opiniões e crenças subjetivas, ficcionais e irracionais. Em última instância, embora essa não seja uma definição canônica, entendemos que a epistemologia trata da verdade e da mentira.⁴⁴ Segundo, porque verdade (seja ela o que for), opinião e crenças – cujo corpo intersubjetivo constitutivo é a informação, o material de qualquer linguagem performativa (isto é, comunicação), em todos os tipos de registros – são sempre, de alguma forma, expressões e instrumentos de relações sociais de poder. Sua principal dimensão política reside no papel que desempenham em meio à luta social entre mistificação e esclarecimento públicos.

A epistemologia relaciona a questão formal da verdade com a questão da racionalidade, enquanto a ética e a política relacionam a questão prática de realizar a verdade, ou persegui-la, a juízos práticos sobre as relações entre valores morais e consequências dos processos de informação. Eles devem ser também racionais, mas a racionalidade formal e a racionalidade prática nem sempre são homólogas, como sabido ao menos desde Aristóteles (1991).

A epistemologia lida então, em última instância, com as formas ditas científicas de distinguir, produzir e fundamentar conhecimento verdadeiro e refutar o falso; a política, com liberdade e opressão; epistemologia da informação e política da informação são por isso questões centrais da Ética em Informação, dado que envolvem o problema da mistificação, que promove opressão.

As ideias mais radicais do Iluminismo são Razão e Liberdade. O conceito de Razão, diferentemente da razão instrumental e do mero entendimento, é necessariamente universal, mas não necessariamente contraditório com formas particulares de razão instrumental ou entendimento. Não obstante, os esforços históricos para conciliá-los, até os nossos tempos, favoreceram, com frequência, tipos particulares totalitários mascarados como universais (falsos universais) ou tipos particulares assumidamente totalitários contra o universal concreto em seu desenvolvimento histórico racional, para colocá-lo em termos hegelianos. Em outras palavras, as maiores barbaridades foram e continuam sendo cometidas

44 Não pretendemos colocar a verdade sempre no lado da ciência e as opiniões ou crenças no lado da mentira, porque a ciência pode equivocar-se e a opinião ou crença podem ser verdadeiras. É por isso que dizemos opiniões e crenças irracionais.

em nome da razão ou da liberdade. Por esses motivos, o pensamento dito pós-moderno recusa essas grandes narrativas universais modernas e adere a uma ética, a uma política e a uma epistemologia pluralistas, menos ambiciosas, o que é bom por um lado, mas por outro o torna frágil no enfrentamento da pós-verdade enquanto fruto de atualizações sócio técnicas de práticas informacionais efetivamente fascistas, posto que inimigas da verdade e da liberdade.

Embora tenhamos mencionado a questão da liberdade no início deste capítulo, dedicamo-nos mais ao problema da verdade ao longo dele, dada a natureza do nosso objeto. Por outro lado, em respeito a esta mesma natureza, não podemos concluir esta exposição sem que tenhamos algumas considerações adicionais sobre o problema da liberdade, pois é um tema central da ética (além do simples compromisso com o fato de termos anunciado que iríamos fazê-lo). Para Hegel (2013), a liberdade é mesmo a questão central da ética.

Grosso modo, o debate filosófico em torno da noção de liberdade oscila entre os pólos da liberdade negativa e da liberdade positiva. O primeiro pólo pensa a liberdade como negação da opressão: ser livre é não estar sujeito aos constrangimentos da opressão. Já o segundo pólo, sem negar o primeiro, pergunta-se no que consiste positivamente a liberdade: agir conforme a própria consciência, a lei, a razão, os costumes, os impulsos?

Uma questão que atravessa ambos os polos é se a liberdade é mesmo uma possibilidade, diante da constatação de que por sermos seres naturais, seríamos determinados pelas leis da natureza, como tudo que é natural. Por outro lado, argumenta-se que o que há de específico na natureza humana é ser capaz de confrontar suas próprias determinações naturais primárias.

Na Idade Média, prevalecia a noção de liberdade como livre arbítrio, no sentido de estar ao alcance do homem seguir ou não o caminho da virtude, estabelecido pelas escrituras. Na modernidade, prevalece a noção de liberdade no sentido negativo de maior ou menor autonomia do indivíduo racional diante da autoridade e dos próprios impulsos ou paixões.

Para o que nos interessa aqui, cabe destacar dois dilemas centrais da concepção moderna de liberdade, os quais, a nosso ver, compõem as contradições centrais da própria política moderna, enquanto teoria e enquanto prática: a necessidade de equilíbrio entre liberdade econômica, política e de costumes, e a necessidade de compatibilização da liberdade individual com a coletiva.

Quanto ao primeiro problema, a máxima liberal sustenta que a liberdade econômica – isto é, a liberdade de concorrência entre empresas privadas, o estímulo

à competição generalizada de proprietários, sem intervenções externas, leia-se do estado – é condição para as demais, o que absolutamente não condiz com a experiência histórica. Pelo contrário, com frequência, a liberdade econômica tem sido responsável, mais direta ou indiretamente, pelas formas mais brutais de opressão política ou dos costumes. Não estamos com isso afirmando que a liberdade econômica seja em princípio incompatível com as demais, apenas que não somente não é sua condição, como muitas vezes têm se mostrado seu algoz. É importante destacar esse ponto, pois o discurso dominante ainda hoje sustenta o que aqui denunciamos como uma falácia.

Quanto ao segundo problema, que na realidade é a essência do primeiro, a solução dominante reside na máxima liberal utilitária “a liberdade de cada um termina onde começa a do outro”. Numa primeira aproximação, não há nada de errado com a formulação, que parece assegurar, se respeitada, um convívio harmonioso entre os indivíduos que compõem a sociedade. Mas há um outro modo de ler a mesma sentença, talvez mais aguçado, segundo o qual o que a máxima estabelece é um princípio geral que joga todos contra todos, já que cada um é interpelado a enxergar o próximo como um limite, um obstáculo para a própria liberdade. Essa moral individualista, que parte do indivíduo e a ele retorna, ignora a coletividade enquanto condição para a própria emergência da individualidade. E é tendo isso em vista que surgiu uma outra solução para o problema, ainda que formal: a liberdade de cada um deve ser não um limite, mas a condição para a liberdade do outro e de todos. Nessa perspectiva, que parte do indivíduo e a ele retorna, mas sem ignorar que a própria emergência da individualidade se dá no âmbito coletivo, o princípio maior que orienta a ação deixa de ser a competição e passa a ser a colaboração.

Infelizmente, na realidade histórica, estamos longe de efetivar essa solução alternativa (que, não obstante, deve permanecer como horizonte civilizatório). Nosso tempo ainda oscila entre a opressão mais brutal e graus de liberdade negativa. Por essa razão prática, postulamos que o modo mais seguro de se abordar por ora a questão da liberdade é partindo do que ela não é, opressão, assim como fizemos quanto à relação entre verdade e mentira. Acreditamos também que é importante pensar ambas as questões de modo articulado, tanto quanto a mentira pode ser uma forma de opressão e a verdade uma forma de liberdade. Nessa mesma medida, devemos problematizar a relação entre ciência e opinião, formas de conhecimento que protagonizam tanto o jogo da verdade quanto aquele da liberdade, bem como suas intercessões.

Podemos encontrar bons ou maus conhecimentos na ciência e na opinião. Segundo Platão (2010), a diferença entre *Episteme* (ciência) e *doxa* (opinião)

não é exatamente a mesma que entre verdade e mentira, mas entre um tipo de conhecimento que reflete criticamente sobre si mesmo, que visa estabelecer sua própria base lógica, seus fundamentos, e outro mais prático, utilitário, que não se preocupa com esses esforços. Como esses esforços não são garantias de sucesso, podemos ter postulados falsos da ciência, assim como opiniões verdadeiras advindas dos saberes constituídos na *práxis*. No entanto, a ciência dita “séria” tem um compromisso rigoroso de produzir conhecimento verdadeiro por meio de disputas argumentativas e autocrítica, em princípio comprometidas com o ideal da racionalidade e da objetividade, diferentemente da opinião. Há, de fato, doxas científicas e pensamento crítico na cultura popular, mas as primeiras não são rigorosamente científicas além das aparências, e o último tende a ser, apesar das aparências.

Para concluir, iremos retomar nosso argumento central: se a definição de verdade e liberdade não são fáceis, por outro lado não é muito difícil afirmar o que jamais poderiam ser: mentira e opressão.

A rude e famosa declaração de Goebbels, “Repita uma mentira com frequência suficiente e ela se torna a verdade”, expõe perversamente o núcleo do problema ético, epistemológico e político da informação sob o fascismo. Ora, uma mentira que se torna verdade para a opinião pública é ideologia, na acepção negativa do termo (SCHNEIDER, 2015a), como uma falsa consciência que racionaliza (ainda que toscamente) e legitima a exploração e a opressão, através de generalizações, ignorância ou simples mentiras, convertidas em crença, em fé, em preconceito; em seus limites, como no caso nazista, mas não só neste caso, legitima até mesmo a eliminação física de civis em números aterrorizantes.

Quando mentiras repetidas tornam-se verdade para tantas pessoas, como crenças, como preconceito, como fé, compondo a opinião pública de uma época, no lugar da teoria séria ou de opiniões sensatas, tornam-se também uma força material socialmente destrutiva. Dado o protagonismo dos dispositivos de recuperação, representação, classificação, comunicação e uso da informação nesse processo, uma ciência da informação crítica não pode furtar-se de estudá-lo detidamente, não somente no intuito de compreendê-lo, mas igualmente de contribuir para a sua desconstrução.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes of truth and power: from modern times to the digital age. **Liinc em Revista**, v. 13, p. 371-380, 2017.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade** (UFPB. ONLINE), v. 27, p. 7-16, 2017.
- BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.
- BOTTÉRO, Jean. A escrita e a formação da inteligência na Mesopotâmia antiga. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K (orgs.). **Cultura, Pensamento e Escrita**. São Paulo: Ática, 1995, p. 9-46.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 265-278.
- BRISOLA, Anna; SCHNEIDER, Marco; SILVA JUNIOR, Jobson Francisco. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação. Marília: ANCIB, 2017.
- BURAWOY, Michael. **O Marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.
- CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FLORIDI, L. **Ethics in the Infosphere**. The Philosophers' Magazine, v. 6, p. 18-19, 2001.
- CAPURRO, Rafael. Intercultural Information Ethics. Foundations and Applications. In: **Signo y Pensamiento**, v.28, n. 58, Bogotá, July/dec 2009.
- DONNER, Richard (diretor); LESTER, Richard; PUZZO, Mario (autores). **Superman II**. Pinwood Studios, 1980.
- ENGELS, Friederich. Carta a Mehring. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx-Engels**. São Paulo: Ática, 1989.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia do Direito**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HJÖRLAND, Birger. The Foundation of the Concept of Relevance. In: **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 61(2), 2010, p. 217-237.
- ICIE – International Center for Information Ethics. **The Field**. Disponível em: <http://icie.zkm.de/research#Introduction>.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o “esclarecimento”. In: **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Martin Clairet, 2002, p. 115-122.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PLATÃO. **Diálogos V**: O Banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias. São Paulo: Edipro, 2010.
- RIHE, Soo Young; DANIELSON, David R. Credibility: A multidisciplinary framework. In B. Cronin (Ed.), **Annual Review of Information Science and Technology**, Vol. 41, pp. 307-364. Medford, NJ: Information Today, 2007.
- RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SCHNEIDER, Marco. **A Dialética do Gosto**: informação, música e política. Rio de Janeiro: Circuito / Faperj, 2015a.
- SCHNEIDER, Marco. Referências cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. João Pessoa: ANCIB, 2015b.

SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur Coelho. Dominação simbólica e reificação: contribuições de Pierre Bourdieu, Karl Marx e György Lukács para os estudos sobre ética e competência crítica em informação. In: Elaine Rosângela de Oliveira; Murilo Artur Araújo da Silveira. (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. 1ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017, p. 411-437.

SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo. Walter Benjamin's Concept of History and the plague of post-truth. **International Review of Information Ethics**, v. 26, p. 61-77, 2017.

SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo. Comunicação, Ciência da Informação e EPC. In: **Anais do VIII Encuentro Internacional de Investigadores y Estudiosos de la Comunicación e IX Congreso Internacional da Ulepicc**, Havana-Cuba, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**. Tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIZEK, Slavoj. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. São Paulo: Boitempo, 2013.

Cultura da visibilidade informacional

Estética e política da técnica no regime global de informação

Ricardo M. Pimenta

O que aparece é bom, o que é bom aparece.

Guy Débord

A informação no século XXI tornou-se *lato sensu* visual. Dados seguidos de formas de visualizá-los em aspectos gráficos; hiperdocumentos nos quais escrita, imagens estáticas e vídeos se hiperconectam em um única retórica técnico-informacional e comunicacional; linguagens literárias ou computacionais cada vez mais mediadas pelas telas. Telas que, segundo Bernard Stiegler (2006, p. 92), possuem papel central no cenário cultural e político mundial, em se gerando e instigando uma “libido, enquanto *philia*”, a serviço do político que opera por meio da potência telecrática ao passo de uma impotência do(s) público(s).

Este diagnóstico prévio é perceptível em praticamente todas as configurações da vida social, política e cultural humana. Da vida privada à pública; da *doxa* das práticas de construção e circulação do conhecimento ao *nomos* de suas institucionalizações; das políticas em escala micro àquelas macro; do local ao global e seu inverso.

Em uma era marcada por uma espécie de “governamentalidade algorítmica” (ROUVROY; BERNS, 2013), o recrudescimento de uma cultura visuocêntrica impactou em definitivo nossas formas de expressão, comunicação e busca por informação. Historicamente nos tornamos seres neguentrópicos⁴⁵, apesar de darmos exemplos muito contrários disso a todo momento, de um ecossistema

45 Nenguentropia seria o contrário da entropia. Ao passo que a segunda se desenvolve para um estado *a priori* caótico e de imprevisibilidade, o outro busca negar o caos e, nesse sentido, desenvolver uma característica organizacional que tenderia ao equilíbrio como projeto.

informacional e comunicacional cada vez mais digitizado e dependente de dados onde registrar e recuperar passou a ser um processo mediado por aquilo que Stiegler nomeou “*screenification of writing*” (STIEGLER, 2015, p. 2). Com efeito, cabe ainda sinalizar que tal “teleficação” proposta por Stiegler é permeável à ação do sujeito informacional. Ela tanto serve ao acesso quanto ao registro. Portanto, “não apenas de escrita, mas de ‘recepção’: telas para receber mensagens, entretenimento, informações, textos (e, portanto, para leitura), e assim por diante” (STIEGLER, 2015, p. 3). Telas que redefinem relações pelas quais a escrita e a cultura são construídas e reproduzidas nesse novo “teatro” da memória onde se regula o que se acessa e o que se vê (JEANNERET, 2004, p. 14).

Quanto ao universo informacional o qual ajudamos a edificar, cabe frisar que também construímos em associação a este o terreno da estética do aparecimento e do desaparecimento tratada por Paul Virilio em “O espaço crítico” (2008, p. 102). O espaço capturado, subordinado pelo tempo mediado por telas, dispositivos eletrônicos e dados promove uma espécie de transparência de informações, atores e lugares. Ou melhor, de “trans-aparência” (VIRILIO, 2008, p. 103), portanto de ubiquidade de tudo que se digitaliza ou digitiza nas relações sociotécnicas existentes.

Como sobreviver amanhã à fusão/confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma telepresença à distância, para além do horizonte das aparências sensíveis? (VIRILIO, 2008, p. 103).

Uma vez que tempo e espaço se pulverizam nas dinâmicas existentes, não há garantias de que estas duas dimensões deixam de “pesar” nas formas como vamos agir no mundo. Nesse sentido, parece tempestiva a reflexão sobre as “formas”; sobre o “como”; e assim o design parece ser um elemento de resposta à inquietação de Virilio. Com efeito, na perspectiva de Vilém Flusser o design se torna o canal técnico para a forma. Portanto, espaço político.

Afirmar que essa técnica responsável pela produção de formas tem um caráter central para o problema daquilo que nomeamos como cultura da visibilidade informacional é dizer em palavras mais duras que a maneira como a informação é produzida, acessada e recuperada, juntamente com a maneira pela qual reconhecemos e legitimamos o conhecimento, foi “sequestrada” pela ditadura da forma. E não é a informação igualmente uma história de criação de

formas para a manutenção do conhecimento? Formas de fala, de cânticos, de tambores, de escrita, de livros, monumentos, máquinas, cartões, computadores, *ipods*, celulares (GLEICK, 2013).

Sim. é bem verdade que a forma sempre esteve presente em tais fenômenos. A escrita e a gramática, por exemplo, são formas possuidoras de respectivas técnicas. Contudo, a diferença característica de nossa época atual reside no fato de que o domínio da técnica de produção de formas se tornou mais e mais mediado pelos recursos computacionais. Recursos estes que acabam por promover uma “triangulação” entre domínio da técnica, produtor e usuário da informação, afetando o “modo” pelo qual se exerce o domínio do discurso (FOUCAULT, 2000) no âmbito dos fenômenos informacionais.

O aspecto estético do design aliado ao aspecto tecnológico e, portanto, computacional, pelo qual ele constrói sua forma produz um problema de ordem política e social a sanar: a falácia da desintermediação. É por meio dela que a cada acesso, cada recuperação, cada visualização entregamos mais dados do que imaginamos, compulsoriamente e (in)voluntariamente, tornando o círculo informacional da produção do conhecimento mais e mais intermediado por atores/dispositivos “invisíveis”.

Do ponto de vista do “mundo da vida” (HABERMAS, 2012), a produção de recursos auxiliares, calcados na tecnologia digital direcionados ao entendimento, à interferência e à produção de conhecimento no horizonte social nada mais é do que uma evidência de colonização desse mesmo mundo. Novamente, a “forma” ganha especial destaque se tivermos em conta que é ela a responsável pela intermediação entre indivíduo e informação. Tal fenômeno confunde-se com a própria história do homem e de sua relação com o conhecimento onde, desde sempre, na arqueologia etimológica da palavra (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 155-157) é possível averiguar que ele buscou produzir formas com as quais, pelas quais, para as quais o conhecimento tornar-se-ia domesticado pela língua.

A forma pela qual a transmissão de informações pela oralidade durante o processo de interrelação entre indivíduos, mesmo quando já mediada por artefatos tecnológicos, se torna mais e mais rara tem na escrita sua fundação e na figura da biblioteca um bom exemplo de “concretização” (SIMONDON, 1989) da tecnologia, de seus objetos e processos técnicos que, tornados parte de um sistema, institucionalizam a linguagem bem como seus processos advindos do seu emprego no dia a dia e até mesmo de sua reificação enquanto parte de um processo de individuação tecnológica. Antes, salas de consulta,

listas, equipamentos analógicos de visualização como os que permitem consultar microfilmes, por exemplo, não eram acessados sem a presença de um “indivíduo especializado”, de um agente institucional, responsável por tutelar estes processos.

Hoje, demais recursos digitais como motores de busca, listas semânticas, sítios eletrônicos, portais e plataformas; álbuns virtuais com imagens digitalizadas, entre outros exemplos, substituem esses mesmos indivíduos “tuteladores” por um sem número de técnicos responsáveis pela manutenção desses recursos informacionais digitais ou pelos *softwares* que os suportam. Acesso imediato apesar de sua manutenção complexa.

Estes recursos, portanto, são mais dependentes da figura do indivíduo especializado do que aqueles de outrora. A diferença é que a especialização opera majoritariamente por uma linguagem digital, computacional e, portanto, impossível de ser alvo de qualquer hermenêutica nos planos interpessoal e analógico. Tornamo-nos mais informados e mais “(in)formados” por uma práxis técnica, digitizada, computacional, que em última análise nos torna mais dependentes de uma estrutura e de um conjunto de especializações técnicas cuja arquitetura da informação, cujo design da interface e a gestão de tudo isso nos coloca em face a necessidade de reconfigurar nossas potências hermenêuticas, de coadunarmo-nos com o que Rafael Capurro apontou como “hermenêutica artificial” (2000; 2011, p. 6). Esta, — adito à fala de Capurro — atende a uma tecnopolítica da informação na contemporaneidade. Por tais motivos, é necessário termos em pauta que na atualidade as nossas tecnologias de informação e comunicação (TIC) são também a evidência da falácia da desintermediação.

Ou seja, a busca por desenvolvimento de habilidades e recursos técnicos e materiais para tal promove em um primeiro momento uma espécie de desintermediação social entre indivíduo e indivíduo especializado para o acesso à informação. Mas também, em segundo tempo, uma falácia quanto a possível desintermediação de ordem física e técnica por acreditarmos que a figura do indivíduo especializado estaria excluída quando apenas invisível no âmbito do processo informacional.

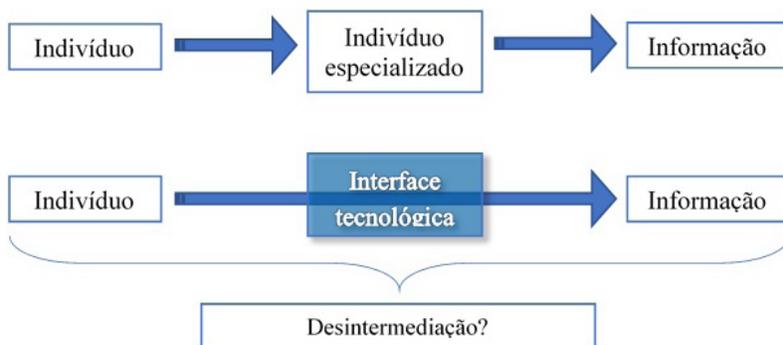


Figura 1. Esquema sobre o processo de intermediação/desintermediação em informação. Fonte: próprio autor.

Em verdade o processo de intermediação passa a se reconduzir por meio da interface tecnológica, tornando o indivíduo (usuário) mais dependente da tecnologia ou, como dito certa vez por McLuhan (2011), dependente de suas “próteses”. No caso da linguagem computacional e das formas de registro por meio de plataformas digitais — já sabemos —, tratamos tanto de uma nova linguagem a qual não somos capazes de ler sem sistemas (FLUSSER, 2010), como também lidamos com uma nova experiência estética que se interpenetra no tecido cultural da atualidade (BEIGUELMAN; MAGALHÃES, 2014). Uma cultura visual se apresenta.

horizonte particular da produção cultural humana, nomeadamente para o universo composto por linguagens e bens de natureza visual (...) Por último, a Cultura Visual é, recorrentemente, utilizada como epíteto para adjetivar a nossa condição contemporânea, tida por muitos como profundamente imersa no reino da imagem. Logo a nossa cultura ocidental, industrializada, fortemente globalizada e consumista, marcada por um convívio próximo com os media audiovisuais e com a tecnologia, poderia ser descrita como uma cultura visual. (CAMPOS, 2012, p. 21-22).

Uma cultura, segundo Nicholas Mirzoeff (1999, p. 02), cujos eventos visuais estão no cerne da informação, do significado ou do prazer buscados por seus usuários por meio das mediações advindas de uma tecnologia visual representada por artefatos projetados para ver, amplificar as formas de ver e também de se fazer

visto. Por tecnologia visual, quero dizer qualquer forma de aparatos projetados para serem observados ou para melhorar a visão natural, desde a pintura a óleo até a televisão, a *Internet* e seus inúmeros recursos computacionais de conjugação de dados em imagens.

De fato, o recurso do uso de ferramentas digitais e de plataformas, *softwares* e suas interfaces diversas tomaram a *doxa* do homem mediano interferindo profundamente na cultura, na política e nas formas como produzimos conhecimento. Essas interfaces sejam elas plataformas ou *softwares*, destinadas ao público detentor de competências básicas para acesso e uso das mesmas, não são neutras. Tão poucos são os seus algoritmos. O que ocorre é que, conforme apontamos, a antiga figura do indivíduo especializado sofreu um deslocamento para as “coxias” do palco informacional contemporâneo. Ela se tornou a responsável técnica pelo desenvolvimento e manutenção dessas tecnologias além de produzir a lógica pela qual suas interfaces operam. Tornaram-se “invisíveis” além de se multiplicarem devido ao desenvolvimento — acompanhado de sua respectiva precarização — da divisão do trabalho em setores como os da indústria 4.0 (ANTUNES, 2018).

Em vista desse cenário, não é incomum que a atividade/produto da intermediação, novo espaço de extração da mais-valia, se torne um campo de disputa de forças entre grandes conglomerados, corporações e grupos mais ou menos alinhados à ordem global do regime de informação vigente.



Figura 2. Intermediação invisível. Fonte: próprio autor.

Neste sentido, ganha vulto a necessidade de se pôr em prática um pensamento crítico sobre como tais tecnologias operam e como a informação chega a nós, uma vez que esta é indexada, classificada e recuperada conforme a “intermediação invisível” tocada por coletivos empresariais, de mercado, políticos e sua mão-de-obra técnico-especializada que precariza e torna servil novas massas de trabalhadores/produtores e consumidores da informação. A mesma problematização pode, e

deve, ser sobreposta às inúmeras atividades no âmbito da academia onde muitos pesquisadores e estudantes se deparam com o desafio de reinventarem seus próprios métodos com base no advento da linguagem computacional e da tecnologia digital — e que seduzem (SIMANOWSKI, 2006, p. 56) pela sua aplicabilidade e resultados — em campos disciplinares até então “áridos” destes recursos. E que, não obstante, precisam aprender que esses mesmos não devem ser entendidos como a única solução e tampouco a mais fácil.

Com efeito, o constante desenvolvimento dessas interfaces tecnológicas tem se reproduzido em praticamente todas as esferas sociais, políticas, econômicas, e — não seria diferente — científicas. Em sua grande maioria, essas interfaces viabilizam a visualização de dados, redes, a análise semântica de *corpus* textuais diversos, mapas, estruturas informacionais e comunicacionais, registros em plataformas sociais na *web*, entre toda uma sorte de outras situações.

A tecnologia digital implementou novas intermediações da informação por meio de visibilidades até então incomuns ao homem mediano e mesmo para aqueles que se dedicam a estudá-las. Tal prática carregou consigo a alcunha de inovação e tem ressignificado a pesquisa em áreas como as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, aqui compreendidas como Humanidades. Produzir tais recursos parece ser um fenômeno cultural e, sobretudo, informacional do século XXI. Ou seja, um modo pelo qual a informação hoje é produzida, compartilhada e consumida, sobretudo apreendida pelas subjetividades de quem lhe acessa ou por ela é acessado. Daí, sugerimos que o regime sociotécnico de informação vigente é, sobretudo, um regime marcado por uma “visibilidade informacional” (PIMENTA, 2017a).

Regimes de visibilidade são as condições nas quais nos relacionamos com a informação em perspectiva à forma como a acessamos (...) Os regimes de visibilidade tendem a crescer, se expandir e se transformar, afetando o de informação em sua integralidade, uma vez que aquele constitui em primeira vista um proto-mercado de dados, de informação por onde a cultura digital cresce sem precedentes. (PIMENTA, 2017a, p. 364).

Os recursos tecnológicos atuais possibilitam não só o processamento de uma massa de dados sem igual, como constroem soluções de leitura desses mesmos dados onde recursos visuais de “nuvem” ou de “rede” traduzem de forma inteligível a heurística empregada para representar a informação ora extraída e apresentada ao indivíduo que a consulta.

A visibilidade traduz-se, portanto, enquanto uma espécie de “conjunto de medidas organizadas criadas por instrumentos que calibram qualidades quantificáveis de uma fonte original” (DIAMOND, 2010). E nesse ínterim o uso dos dados extraídos da rede mundial de computadores e dos aparelhos a ela conectados tem contribuído em muito, através do emprego de formas de visualização, para um desenvolvimento do campo científico como um todo.

Parece-nos acertado dizer que, no tocante à comunicação e à divulgação científica, a hipermobilidade digital presente nos dispositivos e artefatos cada vez menores, mais leves e paradoxalmente mais potentes, enquanto sua capacidade de processamento de dados em tempo real (LIPOVETSKY, 2016, p. 120-128), pode ter apresentado às humanidades um novo cenário de produção, circulação, aplicação e acesso do conhecimento e da informação a ele conectada. Tal assertiva se relaciona ao fato já colocado inicialmente de que a “forma”, o design com que produzimos, acessamos e recuperamos, a informação é expressão de uma nova cultura de visibilidade; assim como tal perspectiva visuocêntrica, ao ser questionada sobre suas possíveis relações com a informação, traz consigo um paradoxo: o da desintermediação e da intermediação.

Com efeito, a nova linguagem visual de compreender e acessar dados na contemporaneidade, mediada pela tecnologia digital cada vez mais “leve” e mais potente em suas capacidades de armazenamento e processamento de volumes de bytes, nos aproxima de um cenário dialético entre a perspectiva da desintermediação e aquela da intermediação. Somemos este cenário à discussão sobre competência em informação e teremos claro o rol de indagações sobre a/o solução/problema dos recursos de visualização de grandes quantidades de dados para a produção do conhecimento. Afinal, está aí posto um cenário cujo regime informacional vigente faz-se valer de recursos tecnológicos e discursivos fundamentalmente calcados na imagem, no recurso visual que *grosso modo* afeta os sujeitos em suas dimensões culturais e subjetivas. É neste contexto que falamos ou propomos que o regime é de visibilidade informacional. E, nesse sentido, a discussão sobre as formas de visualização se torna de extrema importância. Afinal,

Visualizações de dados tornam visíveis “recursos que existem em múltiplas dimensões Descobrimos efeitos inimagináveis, e nós desafiamos os imaginados.” Uma visualização bem-sucedida pode atravessar múltiplos limites e fornecer diferentes perspectivas sobre o mesmo conjunto de dados. A visualização de dados oferece a possibilidade de novos insights fundamentais, um momento de compreensão que revela processos ocultos ou relacionamentos

complexos, rompe as barreiras existentes e aguça o foco no conhecimento, proporcionando prazer visual. (DIAMOND, 2010, p. 1-2).⁴⁶

Há um apelo, portanto, ao que chamamos de “*aesthetica* informacional” (PIMENTA, 2017a, p. 354). Ela nada mais é que uma tecnopolítica da forma ou evidência material/visual do “modo de informação” (POSTER, 1990). E, obviamente, também se faz presente no campo do conhecimento científico formal. Mesmo nas Humanidades o termo “digital” já passou a incorporar inúmeras iniciativas e mesmo um possível “campo” do conhecimento em plena profusão⁴⁷. Às Humanidades Digitais (HD), a *aesthetica* informacional parece reger as ações do pesquisador tanto na *práxis* como no *logos* de sua pesquisa.

Afinal, não seria a comunicação e a divulgação o *main core* das HD? Não é a forma, ou o modo, o que difere as HD das Humanidades clássicas? Tal questionamento, apesar de aparentemente truista, nos coloca de frente com uma resposta não tão óbvia: se for ela, de fato, reafirma-se aqui a imperativa construção de novas competências pelos quadros de pesquisadores das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Se por um lado a grande maioria dos usuários da informação *lato sensu* tem formado suas competências necessárias no uso doméstico do computador como ferramenta de escrita, por outro, a escalada das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das linguagens de programação em computação, ambas ligadas à cena da rede mundial de computadores, apresentou, sobretudo para o pesquisador das Humanidades *grosso modo* a necessidade de tornar-se, ele próprio, um “indivíduo especializado” capaz de conjugar seu conhecimento *stricto* das humanidades com aquele capaz de operar estruturas informacionais digitais.

Ou seja, a partir do momento em que os recursos tecnológicos digitais passaram cada vez mais a compor substancialmente a *doxa* de campos científicos como

46 Tradução livre do autor, de: *Data Visualizations make visible “features that exist across multiple dimensions.... [W]e discover unimagined effects, and we challenge imagined ones.” A successful visualization may cross multiple boundaries and provide different perspectives on the same data set. Data Visualization offers the possibility of fundamental new insights, a moment of understanding that reveals hidden processes or complex relationships, breaks through existing barriers and sharpens the focus on knowledge while providing visual pleasure.*

47 As humanidades digitais enquanto campo é uma discussão aparentemente não resolvida ainda hoje. Claramente transdisciplinar, as humanidades digitais não são ainda consideradas uma sub-área de qualquer disciplina das ciências humanas e sociais. Considerá-la dentro de alguma disciplina originária engessaria-a de forma que a discussão perdura. Uma comunidade? Uma disciplina? Uma área? Quanto mais iniciativas egressas de diferentes campos disciplinares, mais uma resolução de onde estão as humanidades digitais na clássica árvore do conhecimento das ciências parece distante.

aqueles das ciências humanas e sociais, seus respectivos *nomos* parecem passar por alguma crise. E qual seria o desafio de ordem prática comum a estes? Promover o desenvolvimento de competências com o fim de manter o monopólio do saber e do discurso sobre os fenômenos humanos, além de suas variantes sócio-políticas, econômicas e culturais mais e mais atravessadas pelas perspectivas tecnológicas e informacionais. Uma questão pós-humana, portanto.

Pela mediação de interfaces do ser humano com as máquinas, o mundo está se tornando uma gigantesca rede de troca de informações. Se podemos estar certos de alguma coisa a respeito do futuro é que a influência da tecnologia digital continuará a crescer e a modificar grandemente os modos como nos expressamos, nos comunicamos, ensinamos e aprendemos, os modos como percebemos, pensamos e interagimos no mundo. (...) Nas últimas décadas, foi gerado mais conhecimento científico do que em toda a história humana. (...) nossos estilos de vida serão fatalmente alterados quando os *microchips* se tornarem tão abundantes que sistemas inteligentes serão espalhados aos milhões em todo canto de nosso ambiente, incorporados às paredes, aos móveis, aos nossos aparelhos, nossa casa, nosso carro, penetrando na estrutura de nossas vidas. Os ambientes irão se tornar inteligentes, transformando tudo à nossa volta, inclusive a natureza do comércio, a riqueza das nações e o modo como nos comunicamos, trabalhamos, nos divertimos e vivemos (SANTAELLA, 2007, p. 128).

Compreender este cenário de evidente transformação em curso dos fenômenos humanos cada vez mais mediados pelos artefatos digitais e retóricas algorítmicas, e ser possível produzir interlocução interdisciplinar sobre aquilo que ocorre no mesmo parece ser uma das demandas centrais que ora se inicia por ordem prático-metodológica, ora alimenta o exercício hermenêutico sobre o próprio campo, sobre suas práxis e sobre a teoria que o perpassa.

Está aí identificado uma espécie de círculo hermenêutico (FIORMONTE, 2016, p. 11) que parece instigar um pensamento crítico contínuo sobre o status da produção e representação do conhecimento neste campo específico das Humanidades. Contudo, retornaremos a essa discussão mais a frente neste capítulo.

Por ora, é necessário retomar a discussão inicial e tratar de elementos argumentativos que nos ajudam a compreender o cenário integral dessa que nomeamos aqui como uma cultura de visibilidade informacional por meio da qual se reproduz seu respectivo regime. E para tal precisamos retornar a Virilio.

Apesar da pergunta de Virilio, destacada no início deste capítulo, ser ainda atual, nos é mais urgente responder outro questionamento implícito a tal reflexão: Como tal “fusão/confusão” interfere no conhecimento humano sendo que a maneira como o acesso à informação, a relação com a memória e a produção do conhecimento tornaram-se ubíquas, sobrepostas, convergentes e hiper-relacionais? E a quais cenários políticos e culturais tal contexto nos apresentará? Em parte, e em início, os apontamentos iniciais desse capítulo fundamentados em Bernard Stiegler já sugerem algo. Assim como o conceito de “modo de informação” trazido por Mark Poster. Nas páginas seguintes buscaremos responder esses questionamentos de forma mais detalhada à luz dessas coordenadas teóricas.

Sociedade de paradoxos e de vazios: informação não é salvação

Mesmo que não existam mais os mitos à moda antiga, nós continuamos a ver um mundo por meio das imagens. As imagens publicitárias, dos meios de comunicação, do cinema, da moda, reestruturam o olho. (...) Hoje temos meios tecnológicos para responder à necessidade de imagens (...). Acredito que esse “*management*” do imaginário caracteriza a época contemporânea. (LIPOVETSKY, 2018).

Há três décadas caía o Muro de Berlim e com ele fundações importantes de uma sociedade mundial foram postas em xeque. De instituições a políticas públicas e modelos econômicos, o fato é que entrávamos em uma era na qual não poderíamos imaginar as seguintes transformações pelas quais passaríamos em tão acelerada vaga. As experiências e demais possibilidades comunicacionais e informacionais por elas atribuídas ao indivíduo/sujeito tornaram-se produto no breve futuro que se seguira. A ingênua idéia de uma pós-modernidade que possibilitaria os atores ressurgirem dos subterrâneos da história deu lugar a sua própria crítica ao passo que o discurso identitário, da diferença, do sujeito, foi por vezes reificado e capturado na forma de um crescente paradigma informacional e comunicacional onde emoções, percepção e sensibilidade ganharam foco. Espaço de desenvolvimento do que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy chamaram por “capitalismo artista” onde se estetizam mundo e existência (2015, p. 37).

A vida social digitizada, a política mediada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), a privacidade enquanto uma utopia e a memória cada vez mais na forma de uma charada constante cuja “esfinge” da tecnologia, do tempo e

da história parece não cansar-se de atualizar⁴⁸ à nossa frente. O elo entre isso tudo? O discurso tecnopolítico da forma — estética informacional e comunicacional — a partir do qual seu *modus faciendi* torna-se compreensível pela perspectiva de um regime de informação singularizado pela sua cultura visual em um cenário informacional de escala global.

Há ainda em tal cenário paradoxos importantes de serem compreendidos já que em um dito regime a visibilidade parece mediar o modo de informação com o qual nos individuamos. Modo esse marcado pela velocidade e pela “leveza” produzida pelos modos de produção, destinada ao mercado das TIC. Na concepção de Lipovetsky (2017), vivemos uma “era da leveza” que paradoxalmente toma seu lugar em meio a um exponencial “peso” que a globalização, o excesso informacional e a compressão do tempo pela aceleração das relações sociais em larga escala vêm ganhando dia após dia. A leveza, portanto, está nas ações de objetificação da vida: do lazer, do prazer, do consumo e de sua práxis respectivas.

Ao mesmo passo que a informação e o conhecimento parecem nos sobrecarregar, buscamos por seu intermédio formas de convergências e ubiquidades então passíveis de serem mais acessíveis e processáveis por nós não importando o tempo e espaço. Em outros termos, continuamos a viver imensos “vazios” (LIPOVETSKY, 2005) metanarrativos surgidos entre fenômenos de hiper-informação e hiper-consumo onde o excesso dissipa tradições, significados e discursos mais rapidamente que os consolidaria e os reproduziria.

No “entre vazios” também está presente a sociedade da informação. Sociedade cujo apelo ao uso, consumo e reprodução de informações digitais já constituíram parte ordinária do dia-a-dia de muitos, dando-lhes a experiência de gozarem de acesso à informação e ao conhecimento em escala jamais vista, mesmo enquanto uma extensa parte da população mundial continua alijada dessas mesmas experiências pela desigualdade socioeconômica que franquia uma nova forma de exclusão: a digital (SILVEIRA, 2003; ROBINSON, 2009).

Do ponto de vista global, as discontinuidades e a fragmentação das culturas mundiais são vastas, tornando-se ainda mais visíveis e acessíveis em ambientes digitais não-lineares, imersivos e em rede (incluindo a *World Wide Web*). Há uma enorme contradição ou paradoxo aqui: grande parte do conteúdo on-line, acessado através de “links”, cria a impressão de que muitas culturas estão

48 Como quem pressiona a tecla F5 do computador a todo o momento, na expectativa de que a experiência também se apresente *refreshed*.

incluídas e conectadas. É uma fantasia poderosa. Mas, estatisticamente, 75 a 90% da população mundial não está conectada. (SORENSEN, 2011, p. 242).⁴⁹

Apesar da manutenção dessas clivagens, tal percepção de mudança, de transformação, ainda é comumente partilhada mesmo que reconhecidamente não seja nova. Negroponte (1995) já havia escrito em seu livro “A vida digital”, de maneira quase visionária, as mudanças com que todos nós precisaríamos aprender a lidar a partir da crescente interação da vida humana com os *bits*. Vida essa repleta de paradoxismos pelos quais o excesso de informação caminha junto com as inúmeras possibilidades do “não acesso” ou de contato com sua antagonista: a desinformação. Não obstante, uma potente conectividade planetária parece conviver com a “miopia” das conexões locais, familiares ou interpessoais diretas, ou mesmo a perspectiva da salvaguarda de tudo que é produzido evidencia o desafio que é apagar a informação hoje.

Voltando a Lipovetsky e seu diagnóstico social do vazio, cabe apontar que tal afirmação deve ser igualmente compreendida de maneira mais dialética. Afinal, é neste cenário de conexões e convergências onde sintomaticamente a celebração do “eu” em detrimento do coletivo cresce exponencialmente. Celebração essa que traz à reboque uma “deserção generalizada dos valores e finalidades sociais ocasionada pelo processo de personalização” juntamente com uma “anulação dos grandes sistemas de sentidos” (LIPOVETSKY, 2005, p. 34) enquanto o homem contemporâneo, completamente imerso em um ambiente sóciotécnico conectivo, convergente e acrônico via era digital, realiza o hiperinvestimento no Eu.

Estariamos menos coagidos às “formas de ser” de acordo com as metanarrativas que a sociedade moderna cunhou, enquanto mais implicados em agir no mundo “sendo” aquilo que — ainda que não desejemos realmente ser — desejamos mostrar pelas plataformas digitais, e suas redes sociais, em um processo de consumo de si mesmo, de uma autoimagem que produzimos para o mundo, em uma sociedade cada vez mais narcísica, segundo o filósofo francês. Liqueidez característica da falência do paradigma moderno de sociedade (BAUMAN, 2005) onde as identidades se desmobilizaram de seu projeto civilizador e de controle, tornando-se liquefeitas.

49 Tradução livre do autor, de: *From a global point of view, the discontinuities and fragmentation of world cultures is vast, made all the more visible and accessible in networked, immersive, nonlinear digital environments (including the World Wide Web). There is a huge contradiction or paradox here: much of the content online, accessed through “links,” creates the impression that many cultures are included and connected. It is a powerful fantasy. But statistically, 75 to 90 percent of the world population remains not connected.*

Toda essa desmobilização, todo esse desmonte nos apresenta uma “tela em branco” de possibilidades. Nesse ponto, há, sim, uma maior potência democrática incrementada pelas tecnologias de informação e comunicação que possibilitam a todos aqueles — que detiverem os recursos para tal — dizer o que pensam, o que sentem e o que são, mesmo que no dia-a-dia da vida “não-digital” ainda se recalquem para continuar vivendo. Contudo, claramente há problemas. Mas a ascensão do individualismo, da “personalização” dos atores sociais por meio dos espaços *web*-informativos garante um espaço de fala, de linguagem, de catarse e de exposição como nunca antes possível. Este espaço — lembremos oportunamente — depende de uma “forma” e, portanto, de uma política da forma. Assim como a informação que plasticamente flui por tais modos.

Nesse sentido, parece ser plausível — sob a luz da obra de Lipovetsky — a afirmação de que vivemos em um momento onde a “sedução” está presente em todos os aspectos da vida social e cultural. Sedução pela informação: acesso, transparência, conectividade, compartilhamento, visibilidade. Sedução pela linguagem: imagem, posts, *blogs*, páginas pessoais, *you-tube*, *streaming*, entre outros.

Sedução narcísica da vida cotidiana na Era digital onde todos podem produzir hiperrealidades de si. Ou, em termos etimológicos: *se-ducere*, que significa algo como “afastar do caminho”, colocar à parte do ensinamento, à parte da experiência que — uma vez narcísica — é também aprisionante, narcótica em todo o cotidiano de uma realidade mediada pelo digital e que, por sua vez, se encontra também “saturada”.

Não é de se admirar que justamente nessa Era da sedução informacional digital, potencializada pelos vazios metanarrativos e pelo hiperinvestimento do “Eu”, tanto se discuta sobre as muitas versões de fatos — como uma ação de *gaslighting* potencializada pelo recurso da informação digital hiperconectada —, assim como suas falsas verdades e pós-verdades ganhem lugar à mesa da disputa informacional em contexto global.

Há, portanto, de se identificar, compreender e programar meios com os quais possamos todos, globalmente, resistir à escalada da desinformação crônica que *pari passu* se alastra contestando não somente as instituições como o próprio conhecimento por elas erigido em troca de absolutamente nada. — Nessa direção, o capítulo anterior (segundo capítulo) desse livro já nos ofertou boas soluções de atuação, principalmente no que concernem os desafios éticos implícitos de um campo disciplinar como o da ciência da informação.

Há na informação e em suas tecnologias instrumentos para sermos, vermos e sabermos. Com efeito, o que buscamos ressaltar neste capítulo — vale lembrar

— é que os atos de ser, de ver e de saber têm sido exponencialmente mediados por um regime, talvez passível de ser classificado também como um regime de visibilidade informacional (PIMENTA, 2017a) que, se representa a quebra do paradigma moderno, também aponta como nova estrutura discursiva e estética de reificação (LUKÁCS, 2019) das experiências agora mediadas digitalmente. Por um apelo à mediação imagética, — e, com isso, constituindo centros do discurso científico e político — a informação produz-se cada vez mais de forma visual através da linguagem computacional, além de ser ela cada vez mais um produto, uma mercadoria, cujo consumo ganhou contornos de grande porosidade nos quadros da vida privada e pública, nos terrenos da subjetividade e da racionalidade, do cotidiano à cena científica, misturando-se.

(...) o indivíduo se torna cinético (...) a sedução é a destruição fria do social por um processo de isolamento que se administra não mais pela força bruta ou o enquadramento regulamentar, mas, sim, pelo hedonismo, a informação e a responsabilização. (LIPOVETSKY, 2005, p. 7).

Tal controle opera de forma paradoxal. Segundo a perspectiva de Lipovetsky, quanto mais vazio, mais excesso nos acomete no campo dos desejos, dos discursos e das práticas. Quanto mais hedonismo, mais individualismo; e mais se torna tempestiva a discussão ética da responsabilidade. No dito “capitalismo artista”, apontado por Lipovetsky, somos autores de nossa existência e da imagem/informação que construímos de nós ao passo que o papel das instituições nisso parece pulverizar-se cada vez mais. O estatuto moral e a responsabilidade individual, ambos se tornam mais autorais e menos institucionais. Também se tornam mais plásticos, móveis, por sermos nós mesmos em alguma medida os artífices dessa imagem/informação de nós mesmos no espaço público digitalmente mediado.

Tal condição de cineticidade é também evidência da relação com a informação objetivada pela visibilidade e potencializada pelos recursos tecnológicos que propiciam um crescente processo de aceleração e compressão do tempo e do espaço tornando-a mais acessível e recuperável de forma sem precedentes.

É necessário crescimento, aceleração e (aumento das taxas de) inovação com o objetivo de manter sua estrutura, para manter o status quo. (...) mesmo para a produção da ciência e das artes etc... isso resulta em um processo abrangente de aceleração que transforma os mundos material, social e mental a taxas cada vez

mais altas (...) O tempo não pode ser aumentado, ele só pode ser condensado ou comprimido. (ROSA, 2014, p. 43).⁵⁰

Com tempo e espaço redefinidos pelo sistema técnico conhecido como *internet*, desenvolvem-se em seu próprio escopo o que entendemos ser um infra-poder informacional. Ou seja, um poder maquinico calcado em uma infraestrutura física e computacional que garanta a conexão global via ciberespaço e o redesenho de formas de comunicação acompanhadas de múltiplas percepções frente à informação e suas respectivas experiências sociais, políticas e culturais sem precedentes na história mundial.

Complementarmente ao colocado, remetemo-nos a Mark Poster e a sua perspectiva conceitual de “modo de informação” (POSTER, 1990). Conforme Maria Nélide González de Gómez (2002), que se debruçou sobre o conceito tratado por Poster, aqui consideramos que o aspecto tecnológico inerente à linguagem computacional compõe parte de um cenário cultural inteligível advindo da grande penetrabilidade das novas tecnologias de informação e comunicação no cotidiano do sujeito informacional contemporâneo. Interessante notar que essa proposição conceitual parece convergir na direção do conceito flusseriano de “forma” o qual tratamos no início deste capítulo; e que dessa maneira podemos entendê-lo como complementar ao que Poster aponta como “modo” de informação. Não obstante, debater o modo e suas formas requer ter em perspectiva a cena na qual tais ações/práticas/linguagens se constroem e ali permanecem. Para tal, pensamos haver ao menos dois grandes pontos de crítica no tocante ao tratado neste texto:

(1) A diferença existente entre aqueles que se conectam e os que não se conectam. O consumo informacional e comunicacional digital obviamente não é para todos, apesar de seu discurso apontar que sim. É necessário ter recursos para desenvolver e aprimorar as competências informacionais para acessar a web e extrair dela o que se pretende. Nesse sentido onde há disparidade socioeconômica há disparidade para o exercício das competências informacionais e respectivamente em seu acesso. Ou seja, tais recursos estão mais ou menos disponíveis de acordo com a formação básica a qual temos acesso. É também necessário possuir acesso a bens materiais necessários que viabilizam e mediam nossa entrada hodierna à *web*. Computadores, *smartphones*, *tablets* e *notebooks* são todos objetos de consumo e,

50 Tradução livre do autor, de: *it needs growth, acceleration, and (increasing rates of) innovation in order to maintain its structure, to keep the status quo. (...) even for the production of science and the arts, etc ... this results in an all-encompassing process of speedup that transforms the material, the social, and the mental worlds at ever higher rates (...) Time cannot be increased, it can only be condensed or compressed.*

portanto, bens produzidos em pleno cenário capitalista. Apesar do exposto aqui, os números apontam um crescente acesso à internet por classes socioeconômicas distintas. Como explicar? Talvez em Guy Dèbord seja possível. Afinal, a essência é suplantada pela aparência, mais uma vez. Ou seja, jaz horizontalmente um raciocínio perverso onde não importa o que se acessa, mas se acessa. Algo não muito diferente da perspectiva do espetáculo, por Dèbord, onde é a ação espetacular que se torna figura de uma realidade que por sua vez torna-se fundo.

(2) A entrada compulsória do cidadão global em uma espécie de *Data Market*. Os donos da rede mundial onde se conectam os computadores e demais objetos mediadores da informação e da comunicação em ambiente digital regem uma espécie de neocolonialismo cujas matérias-primas são os dados. Dados produzidos pela nossa navegação, pelas nossas transações econômicas, pelos nossos *likes*. Dados que se tornam, pelo agenciamento maquínico de um mercado global regido pelo algoritmo, a evidência cabal, o “batom no colarinho”, proveniente da sedução na qual todos nós estamos imersos de maneira transestética (LIPOVETSKY, 2015). Vivemos, pois em uma sociedade do hiperespetáculo (LIPOVETSKY, 2015) marcada pelo excesso, pela criatividade, pela diversidade, pelo volume e velocidade através dos quais tudo é acessado e consumido. Um grande mercado de dados surge. Dados que produzem informação. Informação que circula de forma restrita por estruturas físicas chamadas cabos submarinos; de posse de grandes corporações que interessantemente continuam a reproduzir uma espécie de nova forma de dominação do Norte global sobre o Sul (PIMENTA, 2016).

Para onde nos encaminhamos? Para uma realidade sinóptica de controle e consumo, onde todos podem atuar em canais informacionais, se expressando e se informando, mas com um preço alto no tocante à sua inserção cada vez mais profunda nesse sistema cultural e tecnopolítico. Nossos dados são as *commodities* do século.

Vidas em Vs: volume, velocidade, variedade, veracidade, valor...

Ainda sobre tais *commodities*, enquanto algo tão intrínseco a nós mesmos, podemos considerar que com a era do *Big Data* acabamos por ser mais vistos e interpretados pelo mundo técnico que continua a nos *mirar*. O verbo de origem linguística hispânica é mais do que apropriado por significar para além do ato de enxergar, o ato de enquadrarmo-nos enquanto alvo, enquanto objeto, caça, presa. Somos, na Era do *Big Data*, um conjunto de códigos, compreendidos por meio de um sem número de algoritmos circunscritos em um simulacro de

bytes. Dados. Partes de um todo. Um conjunto de “pedaços” a partir do qual inferências podem ocorrer sobre os corpos então representados por estes dados.

Com efeito, para a superestrutura informacional em atividade nos tornamos — ou reduzimo-nos a — um conjunto mais ou menos organizado de metadados a partir do que compramos, adquirimos, vendemos, fazemos, escrevemos e dizemos. Daquilo que registramos e/ou imprimimos no mundo da vida já tão colonizado pelos dispositivos e objetos técnicos. Somos nós mesmos fontes de informação; produtores/consumidores de dados, habitantes de uma tecnoesfera capaz de nos vigiar em escala acrônica e que busca manter certa assimetria, certo desequilíbrio do trinômio “poder, vigilância e informação” (GALVÃO, COSTA, PIMENTA, 2018) a seu favor em detrimento de alguns dos nossos direitos mais fundamentais e democráticos. Vigilância esta “desenhada”, projetada para as dinâmicas de uma vida cotidiana (ROSE, 1999, p. 234) que, uma vez mais à luz da “estética do desaparecimento” proposta por Paul Virilio, se encaminha a uma compulsória imaterialidade dos relacionamentos mediados (LYON, 2002, p. 244) pelas novas tecnologias.

Pela vigilância, marca de um “regime global de política de informação” (BRAMAN, 2004), os dados são os elementos que sustentam as classificações que nos são imputadas.

Classificar é parte do fenômeno/processo informacional. Portanto, dá forma. Empresas, organizações públicas e privadas, Estados são cada vez mais capazes de nos classificar e de se informar sobre as ações referentes a nossa localização, nossa mobilidade e, principalmente, nossas preferências, tendências e desejos a partir dos dados coletados sobre nós. Daí se alimenta o mercado dromocrático⁵¹.

Mercado este cuja característica singular, da mediação digital, nos remete a um pensamento complementar ao de Sandra Braman, trazido por Arthur Bezerra (2017) com o conceito de “novo regime global de mediação da informação”. Para Bezerra, desde os anos 1990:

a popularização do uso de técnicas de digitalização de informação sonora, visual e escrita e a consolidação da internet no espectro midiático abriu flancos para a participação de novos canais e de novos agentes no regime de mediação da informação. (BEZERRA, 2017, p. 75).

Enquanto germe, tais transformações levaram à consolidação de uma nova estrutura de mercado, de governança e de vigilância em ambos espaços da vida

51 Para compreender mais sobre dromocracia cibercultural, ver Eugênio Trivinho (2005).

pública e privada. A mediação, e novamente fazemos valer aqui a perspectiva de modo, de “forma”, em Poster tanto quanto a de “regime” trazida por Frohmann (1995), tornou-se o aspecto principal para compreendermos por onde operam as linhas de força na sociedade contemporânea. Pois é nessa mediação aparentemente autônoma, e potencializadora da “personalização da experiência” (BEZERRA, 2017, p. 79) onde se dá aquilo que já apontamos como “falácia da desintermediação”. É ali que o “novo regime global de mediação da informação”, como apontado por Bezerra, encontra seu *modus operandi*, sua *práxis*.

Nesse contexto produzimos diariamente dados sobre nós mesmos em escalas diversas. Do público ao privado, produzimos traços digitais sem saber, ou sem se importar. Um histórico de nosso trânsito, de nosso consumo, de nossos gostos e declarações passa a nos traduzir e gerar informação sobre nós mesmos a outros reais e virtuais. E isto “acarreta na possível construção de um novo suporte da memória por meio das atuais tecnologias de vigilância e monitoramento” (PIMENTA, 2013a). Tecnologias estas produzidas para adequarem-se às inúmeras formas pelas quais dados e informação são compartilhados no espaço *web*-informacional.

De fato, neste cenário, preservar o anonimato tornou-se cada vez mais uma prerrogativa difícil a ser mantida. Das imediações de *Ostbahnhof* em Berlim ao centro de Los Angeles; de *Baabda* em Beirute ao Complexo da Maré no Rio de Janeiro, mesmo as atividades da vida cotidiana têm se tornado grandes geradoras de dados, produzindo um manancial de informações para o mercado e para o Estado.

Conectados à “nuvem”, nós enquanto usuários da informação nos tornamos os próprios produtores compulsórios de dados e de informação em tempo real. A cada clique, a cada toque, deixamos um rastro de dados nossos enquanto também compartilhamos informações que fundamentam as ações de *bots* e conjuntos de algoritmos que servem ora ao mercado, ora ao Estado (PIMENTA, 2013a). Essa grande massa de dados é, portanto, um dos elementos fulcrais para as novas formas de vigilância e de controle (ROUVROY, BERNS, 2010) que, realizados na interseção do público e do privado, compõem uma “infraestrutura de informação” (SÁ, 2011, p.7) calcada na vigilância e no arbítrio algorítmico. Esta infraestrutura precisa ser alvo de debates crescentes correlacionados às políticas públicas, em C&T e cidadãs. Mas não as serão se não houver a exponencialidade do pensamento crítico sobre o que se apresenta a todos nós enquanto sociedade.

Esta infraestrutura possível não se faz com os dados somente, mas por meio de sistemas capazes de conjugá-los com o objetivo de capitalizá-los em torno

de projetos de mercado, segurança pública, controle de tráfego, rastreamento, entre outros. Obviamente, em muitos casos os dados podem ser empregados em campos diversos, como os mencionados acima, sob a linguagem estatística. Não por acaso, este “instrumento por excelência do Estado” (BOURDIEU, 2012, p. 337) capaz de concentrar informações, processá-las e produzir conhecimento exclusivo e inacessível ao indivíduo, ao cidadão, pode servir como ferramenta catalisadora do volume de dados produzidos.

Novamente parece acertado apontar que o paradigma moderno encontrou seu esgotamento. Tanto do ponto de vista da maneira como concebia-se a infraestrutura de informação até então, como da forma que os discursos do Estado eram produzidos e produziam informação e conhecimento, tal esgotamento jogou a todos em um cenário novo:

O conhecimento do Príncipe, dos poderosos ou dos governantes deixa de ser o fundamento da autoridade e da legitimidade do poder. Esta autoridade é reduzida ao nível da ideologia, cuja justificação ou legitimação permanece deficiente. O conhecimento da verdade sobre as relações sociais é, ele próprio, reinvestido, não apenas com a finalidade de deslegitimar o poder, o que já era o caso, mas visando também assegurar a efetiva transformação das subjetividades, dos atores, ao serviço dos novos “sujeitos” da história. Esse dispositivo cognitivo, epistemológico, ético e político não fez tábula rasa do antigo regime de ordens, ele o atravessou, esvaziando-o de sua substância, expulsando-o para outro lugar, reinvestindo-o em outras circunstâncias (BOUTANG, 2011, p. 73).

Entre esvaziamentos, pulverizações ou “liquefações” o que se torna cada vez mais claro é que a forma pela qual o mundo ressignificou sua práxis informacional e comunicacional constituiu processualmente um novo cenário híbrido, no qual autoridade e legitimidade do poder, apesar de se manterem sob as mãos do Estado, são “modeladas” e apropriadas por diversos atores, marcando assim uma espécie de espraiamento rizomático daquele mesmo poder sem, contudo, executar na prática uma total ausência do Estado. É como se o “tronco” fosse tomado pela “raiz” que agora compõe um organismo híbrido sem que um inviabilize o outro.

O “rizoma” da autoridade representa muitos atores. Ele, anteriormente monopólio do Estado, é também do mercado, das grandes corporações — muitas delas nascidas, se não materialmente, ideologicamente no vale do silício —, das indústrias, de setores midiáticos de contornos oligárquicos, além de nichos

políticos legislativos e judiciários que tangenciam estes primeiros atores. Mas não da população. Apesar do “design” da participação política no espaço público da *web* sugerir que todos nós temos vozes e, principalmente, “peso” no processo de pensar, inquirir e exercer o poder. Seria — e continua a ser — necessário mais. E essa é a forma, o “modo de informação” (POSTER, 1990; 1995) pelo qual compreendemos o regime global emergente (BRAMAN, 2004).

Nesse sentido, o controle de dados não apenas facilita a “normalização da vigilância” (DANDEKER, 1990), como torna visível o cidadão ordinário que, através de sua interação com as novas TIC, acaba por prover dados passíveis de serem recolhidos, armazenados e analisados em escala muito além da privacidade esperada por ele. Pelo arbítrio algorítmico produz-se uma meta-memória (CANDAU, 1996; 1998) plenamente mediada e digitizada pela rede mundial de computadores.

Esta espécie de “enredamento”⁵² em que vivemos, chamamos de conexão. Hiperconectados em escala global, passamos a ser igualmente uma potencial representação daquilo que conviemos mostrar via postagens, compartilhamentos, *likes* e *downloads*. Ou seja, a “sedução” de que tratamos na seção anterior é, ela também, “forma” de captura de nossa imagem real e hiper-real. E, junto com ela, de nossos dados objetificando o consumo, o monitoramento, o controle físico, espacial e subjetivo.

Como nos interpretar em face do que fizemos, ou “curtimos”; como nos responder frente ao que demandamos em tempo real; e como nos sugerir e nos “convidar” de acordo com as tendências calculadas sobre nossos gostos ou necessidades futuras? Seria conveniente lutar contra isso tudo? Seria possível? E, no contrapé deste argumento, deveríamos nos render e, no *modus vivendi* da sedução proposta em Lipovetsky (2005, 2015), continuar a gozar, comprar e navegar? Resposta difícil, pois é fato que não há uma única saída claramente construída ao dilema aqui posto: lutar contra a correnteza, contra a “maré” tecno-cultural que redesenha os laços sociais e políticos de nossa sociedade em rede é a melhor opção? Ou precisaremos construir uma “linha de fuga” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 49), em meio ao “fluxo” tecnoinformacional e comunicacional no qual estamos mais e mais submersos?

52 Nesse sentido o termo “enredamento” é propício pois nos dá a idéia de “captura”. A captura, na perspectiva deleuziana, busca atuar na anulação e controle do que Deleuze e Guatarri chamaram de “máquina de guerra” (1997). Um agenciamento construído sobre as linhas de fuga enquanto seu último estágio. O enredamento enquanto um dispositivo de estriamento, cativo, e de controle visa, apesar das múltiplas formas onde o status quo social, cultural, político e econômico parecem prosperar, evitar a invenção a criação livre, *dehors* do *nomos* estabelecido e introjetado nos corpos técnicos, físicos, imagéticos, imateriais.

O *Maelström* informacional da era digital e o pensamento crítico como linha de fuga.

Construir formas de fuga não é tarefa simples, tampouco deveria se assemelhar a qualquer ideia de covardia ou de se evitar confrontos. Construir um percurso de fuga é da ordem do criativo, da ordem da inovação. Também é de rompimento, de secção e vazamento, de negação, do mundo político. Construir linhas de fuga no mundo tecnoinformacional atual é buscar construir formas de resistência ao *establishment*. Contudo, tal linha não vai diametralmente contra o fluxo pré-existente, mas acompanha-o entre limiares de maneira não previsível e instável no tocante a força, velocidade, direção. É preciso um quê do campo do “sensível” para compreender que a melhor resistência não é necessariamente a que se choca frontalmente com os agenciamentos do *nomos* vigente, mas aquela que transita entre eles, esvaziando-os pela sua ação.

A linha de fuga é uma desterritorialização. (...) Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano. (...) Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. (DELEUZE, PARNET, 1998, p. 49).

Com que sentido tal reflexão inicial abre esta seção, afinal? Com a intenção de apontar que o pensamento crítico em face da escalada da digitização da vida é uma forma de possibilitar “linhas de fuga” em meio ao cenário marcado pela cultura selfie, pelas tecnopolíticas do *Big Data*, por um regime de visibilidade informacional em franca reprodução e reificação na forma que essa mesma cultura, visuocêntrica, promove uma espetacularização da imagem, da tela, do grafo para o contínuo ato de ser, ver e saber na contemporaneidade. Nesse cenário uma linha de fuga não é possível de estar isenta de pensamento crítico assim como sua aplicação no espaço real, virtual ou hiper-real requer o desenvolvimento de competência(s) crítica(s) em informação. Estes fatores são, portanto, fundamentais. E podem ser melhor compreendidos a partir de uma ilustração literária atualíssima em relação ao drama vivido por seus personagens, apesar de ainda escrita no séc. XIX.

Referimo-nos ao conto de Edgar Allan Poe, “Descida ao *Maelström*”, de 1841. Nele o pescador norueguês de cabelos embranquecidos pelo terror narra a um visitante das localidades de Lofoten, Vurrgh e Moskoe o fenômeno natural do *mælstrom*, turbilhão ocorrido no mar entre aquelas ilhas, e sua incrível experiência enquanto sobrevivente dessa terrível força.

Não vou esquecer nunca as sensações de medo, horror, e admiração pelo que pude olhar a minha volta. O barco parecia estar suspenso, como por mágica, a meio caminho para baixo, na superfície interior de um funil de enorme circunferência, prodigioso em profundidade, e cujos lados perfeitamente brunidos poderiam dar a ilusão de ébano, não fosse a estonteante rapidez de seu giro, e o vislumbre e pálida radiância que, como os raios da lua cheia, eram emitidos daquela fenda circular entre nuvens, da qual já falei, e que se espriavam num fluxo de áurea beleza ao longo das paredes negras, e iam desfalecer lá longe, embaixo, no desvão mais íntimo do abismo. De início estava muito confuso para observar qualquer coisa com exatidão. Tudo o que eu podia ver era a geral explosão de terrificante esplendor. (POE, 1841).

O dilema do pescador norueguês parece ser uma metáfora adequada à condição de estupefação, ignorância, receio e euforia no qual a sociedade contemporânea parece viver. Ainda assim o dilema maior estaria por vir. Pego pelo *mäelstrom* o barco do personagem é lançado ao fundo do turbilhão de água aparentemente não outorgando quaisquer chances a seus tripulantes. Em certo momento da história o pescador percebe, contudo, que barris e fragmentos do barco giram no turbilhão mas não descem ao seu fundo, enquanto o barco, mais pesado, se aproxima cada vez mais do seu destino. Seu irmão, presente na embarcação, agarra-se à estrutura da embarcação com medo de cair na água, horrorizado com tudo a sua volta. Mas nosso personagem, no limite do tempo oportuno, decide lançar-se nas águas acompanhado de um barril por perceber que se manter preso ao barco acarretará em sua morte certa. Nas águas, seu corpo, similar à massa do receptáculo de madeira, mantém-se a rodar sem descer na mesma velocidade do barco. Seu irmão é vitimado junto com a destruição da embarcação ao fundo do turbilhão e pouco depois aquela força da natureza implacável cessa. O pescador sobrevive pela escolha de construir um caminho não previsível, no limiar da sanidade e da autopreservação, mas criativo ao perceber as informações que a cena lhe oferecia e poder compreendê-las em tempo hábil.

Finda a história cabe-nos concordar de antemão que em muitos casos não parece ser plausível uma luta contra um sistema tecnopolítico e cultural planetário

buscando de fato vencê-lo integralmente. E não o é. Vencer nem sempre significa destruir seu oponente, mas pode ser transformá-lo. Tal transformação pode ocorrer de dentro para fora ou, de maneira gradual, de forma tangencial, periférica. As “linhas de fuga” construídas pelo marinheiro do conto de Poe foram linhas de desprendimento da embarcação, de suas certezas e da suposta “segurança” do concreto em direção ao incerto contido na natureza fluida e móvel das águas que em todo seu volume e velocidade acabaram por não seviar o seu corpo quando do escape da embarcação. O “mergulho” nas águas daquele *mäelstrom* não foi muito diferente da necessidade diária que temos de buscar compreender e construir meios — competências — para lidar com o nosso dilúvio hiper-real: o dilúvio de dados, *data deluge*, e todo seu regime informacional que nos “inunda”.

É fato. Até o fim desse périplo contemporâneo do digital, o tempo de nossa vida já terá cessado, juntamente com o de algumas de nossas gerações posteriores. Por outro lado, render-se totalmente aquilo que ao mesmo tempo nos atemoriza e seduz não nos manterá “alerta” em busca de mecanismos e estratégias de sobrevivência. No conto de Poe o atento pescador se salva quando decide ser necessário não divergir do processo mas sim tornar-se parte dele, construindo a partir de seu corpo e de seu conhecimento e experiência uma trajetória de escape e de criação.

A tecnologia informacional e comunicacional do século XXI e seu extenso e diverso mercado são duplamente produto e produtores dos fenômenos culturais, políticos e sociais cuja informação, a tecnologia e o conhecimento estão implicados tanto nos processos individuais e como coletivos; públicos e privados; objetivos e subjetivos do homem contemporâneo. É preciso, igualmente ao conto de Poe, não lutar de forma contrária à correnteza, mas sim compreender formas de, estando nela, construir rotas de “resistência sem resistir”.

Lançar um olhar crítico ao regime de informação e ao cenário cultural no qual estamos imersos não é, necessariamente, extingui-lo, mas sim ato de esmaecimento sua opacidade e, portanto, compreende-lo em seu jogo, em seus fluxos. Dessa forma, se produzimos informação e nos comunicamos tendo a mesma como início, meio e fim em um dado regime, podemos por meio deste mesmo informar e comunicar de forma a colocá-lo em xeque.

A ideia de “regime de informação”, trazida por Frohmann como uma espécie de mapeamento ou cartografia do “sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos” (FROHMANN, 1995), foi analiticamente verticalizada por Maria Nélide González de Gómez (1999, 2002) quando a mesma apontou que para

identificar e compreender um dado “regime de informação” em seu horizonte democrático fazia-se necessário indagar-se sobre os atores responsáveis pela estrutura em termos de instituições, domínios funcionais e territórios, assim como também sobre suas ações, ou agenciamentos, estruturantes desse mesmo regime. Ou seja, sobre

(...) o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2003, p. 61).

Sob a luz de uma perspectiva foucaultiana, iniciado por Frohmann, González de Gómez dá continuidade em seu estudo em profundidade sobre o conceito de “regime de informação”, do qual uma análise mais detalhada é ainda encontrada em Bezerra (2017).

De toda sorte, os regimes de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999; 2002; 2003; 2012 e GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008) vigentes representam a constatação instrumental, normativa e tecnopolítica dessa “correnteza” estruturante — amparada pelas forças centrífugas e centrípetas seja do Estado, seja do mercado e suas respectivas instituições, domínios e territórios — e até normativa, de um *habitus* informacional aqui problematizada na metáfora do *maelström*. Na perspectiva Bourdieusiana, o *habitus* é igualmente produto de um processo histórico — portanto resultado — assim como elemento garantidor da “conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo” (BOURDIEU, 2009, p. 90) — portanto origem. Contudo, se “o conceito de *habitus* tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem mais frequentemente por princípio senso prático do que cálculo racional [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 78), seria o “regime de informação” um pano de fundo onde ocorre a “tessitura” de um *habitus* informacional em sua esfera cultural?

Um *habitus* que marca a inserção em um campo por meio do desenvolvimento e reprodução de competências informacionais, presentes desde a navegabilidade na internet cotidiana, passando pelas práticas comunicacionais via redes sociotécnicas, até as práticas profissionais e científicas de uso da computação em rede. Pois aí estariam dispostos agentes sociais distintos e

que se encontram pela prática comum que, historicamente, vem sendo partilhada e incrementada nos últimos 25 anos, marcados pela cultura e prática da convergência na era digital. (PIMENTA, 2017a, p. 255-256)

Agentes sociais que se “encontram”. Convergem em uma mesma prática cultural mediada pelo digital. Descem pelo mesmo *mäelstrom* informacional e comunicacional muito familiar a todos que possuem as condições socioeconômicas mínimas para não estar à parte do mundo hiper-conectado em toda sua potência cultural, sociotécnica e política.

O ciberespaço é hoje um simulacro, nos termos de Baudrillard (1991). É o mapa definindo a geografia do real e não mais somente traduzindo-a em um suporte de papel. É a “forma” que, outrora idealizada por William Gibson (1984), abrigou projetos como o da criação da *world wide web* de Tim Berners-Lee, e até mesmo já foi traduzida por Pierre Levy como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). Mas que hoje se projeta fortemente sobre o espaço concreto ou material cada vez mais possivelmente impulsionado pelos aspectos subjetivos, afetivos que compuseram o paradigma “artista” (LIPOVETSKY, SERROY, 2015) do capitalismo da segunda década dos anos 2000. Talvez em um movimento inverso ao diagnosticado por Pierre Lévy, onde esse espaço “aberto” de ontem pelos computadores passa a ser ele próprio o agente de “desdobramento” do espaço não digital, material e concreto, da vida que resta, capturado e mediado pelas TIC.

A nós, egressos do mundo pré-internet, nos resta ser tragados pela tempestade dos simulacros existentes em nossa era digital e buscar sobreviver ao mercado, à superexposição de uma crescente *selfie culture* (LAKSHMI, 2015; GIROUX, 2015), aos crimes cibernéticos, à cultura da obsolescência, à macro e micro políticas do *Big Data*, aos extensos e intensos mecanismos de *surveillance*, além de tudo que surge a reboque da própria inovação e do consumo desenfreado tão familiar a esse processo, sem, contudo, deixar de usufruir e de apreender o que for necessário com tamanho desenvolvimento dos meios informacionais e de seus desdobramentos no campo da vida pública e privada. Resta-nos “nadar” — ou “traçar” nossas linhas — no limiar:

como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiares, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente. Essa linha é simples, abstrata, e, entretanto,

é a mais complicada de todas, a mais tortuosa: é a linha de gravidade ou de celeridade, é a linha de fuga . (DELEUZE, PARNET, 1998, p. 146).

Ainda que a “linha de fuga” possa representar uma potência enquanto resistência, subversão e possibilidade criativa, ela mesma acabará por nos levar para outros territórios, outros domínios e estruturas igualmente colonizadas e aparelhadas para a “captura”. Se já compreendemos o “fundo”, resta-nos olhar mais de perto para aquilo que continua a ser “figura”. Os espaços nos quais os regimes de informação se legitimam, se materializam e se reificam, como aquele da *internet*, por exemplo, enquanto dispositivos estruturados e estruturantes de controle e de subjetivação das experiências. Servem tanto para se instalarem “aparelhos de captura” — projetos, “desenhados” com objetivos claros ainda que possamos sempre elaborar outras “fugas” — quanto para se projetarem “máquinas de guerra” (DELEUZE, GUATARRI, 1997). As linhas de fuga são o germe destas últimas.

Sobre espaços *web* informacionais enquanto simulacros do regime global de informação

O avanço das tecnologias da informação e da comunicação, juntamente com sua exploração e sua consequente apropriação cultural, tornou urgente o exercício de um olhar reflexivo permanente sobre os espaços que produzem, e são eles próprios produtos, de formas de ver, ser e saber no ciberespaço.

É por meio desses mesmos espaços que o projeto de produção, circulação e acesso da informação define as ações de políticas públicas e instiga as disputas no tecido social pela informação e conhecimento.

A interrogação de Marta Macedo Kerr Pinheiro (2012, p. 64), concernente à mudança de suportes ou de regimes a cada momento de mudança do sistema de escrita, assegurada a mudança dos “sistemas de representação de mundo” (JEANNERET, 2008), traz à tona uma discussão dupla: por um lado, uma discussão acerca da inovação — bem respondida pela autora. Por outro, sobre as permanências discursivas, políticas e socioculturais, e suas reproduções em cenário aparentemente novo. Sobre esta última, nos caberá responder de maneira mais detalhada.

As permanências discursivas, políticas e socioculturais não podem ser pensadas sem ter em consideração a perspectiva material/imaterial (FLUSSER, 2007) de que algo que “permanece” é algo que resta em algum lugar, seja ele físico, simbólico ou discursivo. Trata-se, mais uma vez, de compreender o aspecto da

forma enquanto evidência nos espaços *web* informacionais. Nesse sentido, Mark Poster com seu conceito de “modo de informação” se adere à perspectiva teórica de Milton Santos. Em “a natureza do espaço” Milton Santos (2006) aponta para o conceito de meio técnico-científico informacional enquanto configuração espacial marcadamente iniciada em meados do século XX, após a segunda guerra mundial, e que representaria um novo momento de produção, utilização e funcionamento do espaço. Santos não apontaria, contudo, o peso estético, visuocêntrico, do uso e do abuso dos espaços *ciber* — principalmente quando estes nada mais são que criação técnica, computacional, portanto visual, para a navegação e reificação das ações, das falas, das experiências e dos conhecimentos. Poster, por sua vez, sim.

Ao abordar o impacto cultural advindo do desenvolvimento da linguagem *lato sensu* que está materializada nos diferentes “modos” pelos quais a informação é propagada, acessada, armazenada e recuperada, Poster salienta que foi — e ainda é — a compressão do tempo e espaço, por meio da eletricidade, a primordial mudança no tocante às formas com as quais e pelas quais a ação informacional se dá (POSTER, 2001, p. 3). Para ele, a transformação dos modos de informação nos últimos anos está diretamente relacionada aos “atos e estruturas de comunicação” que, por sua vez, também alteram as experiências da linguagem (POSTER, 1990, p. 11) no século XX, que tem no avanço da eletrônica e da computação um exponencial incremento das formas e matérias pelas quais essa mesma informação flui. O que ele intitula como “era do modo de informação” (POSTER, 1995, p. 23) é, sobretudo, uma releitura de Marshall McLuhan (2011), autor da célebre afirmação: “o meio é a mensagem”.

Ora, o “meio” nada mais é do que a “forma”, o “modo” pelo qual a informação potencializa-se, amplifica-se e distribui-se. É por intermédio do “meio”, da “forma, do “modo” que linguagens, discursos e memórias são partilhados, legitimados e reproduzidos no dia-a-dia dos sujeitos hiperconectados. Aparentemente agentes sociais cada vez mais próximos no contexto das experiências subjetivas que eles mesmos constroem a partilham entre si, ainda que mais e mais dependentes da forma, do modo com a qual tais experiências se tornam possíveis através de um meio, de um discurso, de uma técnica e, sobretudo, de uma estética.

Não obstante, e ao cabo dessa provocação, esta seção configura-se como lugar propositivo de “co-habitação” de conceitos como os de “regimes de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) e de “meios técnico-científicos” (SANTOS, 2006) para refletir as implicações do ciberespaço e suas dimensões político-discursivas e técnico-físicas como espaços de ordem equivalente e que delineiam as “formas” possíveis da paisagem informacional digital contemporânea e suas formas de

interrelação, e mesmo de exploração, do “homem informacional” (ROBERTS, 1982; WERSIG, WINDEL, 1985)⁵³ com tais paisagens.

Nesse sentido, concernente ao ciberespaço, há não tão somente o espaço acreditado “livre”, de criação e colaborativo; vetor de uma “inteligência coletiva” (LÉVY, 2003) democrática e inclusiva. Há, para além das “fronteiras” e marcações que o qualifica, uma origem, um terreno. Um “chão” do qual esta mesma reprodução do modelo utópico de “aldeia global” é devedora pois está ainda hoje a ele conectado e, portanto, ancorado. Ou seja, diferente do sentido “aberto” e completamente “desterritorializado” do ciberespaço mesmo em sua gênese, como propõem Lazzarin, Azevedo Netto e Sousa (2015, p. 24), a partir da perspectiva de Milton Santos, mesmo o ciberespaço *a priori* desterritorializado traz consigo, em seu próprio *nomos* informacional, traços, ranços ou “rugosidades” características dos regimes informacionais e das formas de dominação inerentes à sociedade da informação na qual ele se encontra. Mesmo em Poster (1990, p. 02), aspectos como o conceito marxista tradicional de “lutas de classe” ou o marxista frankfurtiano de “indústria cultural” são perfeitamente plausíveis quando confrontamos temas como o do acesso aos meios de comunicação e informação ainda serem privilégio dentro da estratificação das classes sociais e da divisão de seus trabalhos ou das formas de reificação presentes nas redes sociais e demais mídias digitais que acabam por também fortalecer ideologias.

Ou seja, desde o próprio aspecto da *surface web* e da *deep web*; assim como os artefatos tecnológicos pelos quais unicamente temos acesso tanto à internet como, em escala maior, ao ciberespaço; assim como suas respectivas tecnopolíticas de vigilância instauradas no ambiente digital; todas estas dinâmicas ora mais, ora menos, mediadas por plataformas, mecanismos de inteligência artificial (IA) e

53 O conceito de “homem informacional” (ROBERTS, 1982; WERSIG, WINDEL, 1985) ainda se encontra em um processo de autodescobrimento de suas potências e de seu papel no mundo. Um claro processo de individuação sem “prazo” para se encerrar e que recentemente trouxe à tona outras formas de discussão e reflexão crítica sobre o próprio conceito no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENANCIB, de 2018. Seria “homem” ou mais adequado pensa-lo “sujeito”? O debate à época colocou em xeque o termo “homem” por marcar pelo gênero o sujeito do processo informacional, não levando em consideração o aspecto político dos gêneros que compõem os matizes de um possível “sujeito” informacional. Conceito com o qual Carlos Alberto Ávila Araújo (2013) trabalha com grande maestria. Apesar de a discussão não ter considerado a historicidade da construção do termo por Roberts, Wersig e Windel, a proposta pareceu adequada já que conceitos e palavras têm seu tempo, assim como, já apontado pelo historiador Marc Bloch, os homens seriam “filhos de seu tempo”, portanto os significados de palavras e termos também. Em respeito ao tempo e aos atores sociais, e informacionais, com os quais convivo em “meu tempo”, adoto daqui em diante o termo sujeito informacional quando me referir ao conceito “homem informacional”.

algoritmos são as formas adquiridas e estruturadas já digitizadas e sobrepostas à uma estrutura física, material, de cabos submarinos e subterrâneos para o tráfego de dados e informações digitais em escala planetária. Todos estes aspectos identificam “modos”, que por sua vez mantêm-se subordinados a certas materialidades onde, à luz de Milton Santos, encontramos “rugosidades”.

Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2006, p. 92).

Para Milton Santos (2006, p. 25), as rugosidades são marcas que acusam fenômenos e práticas, políticas, institucionalidades e paradigmas advindos de um processo sócio-histórico no âmbito do desenvolvimento tecnológico, juntamente com sua técnica, em um dado espaço ou território. Neste sentido, a internet, o ciberespaço, as inúmeras plataformas sociais criadas pelo homem mediadas pelas TIC contemporâneas são tanto espaços plurais de câmbios culturais e socioeconômicos, como territórios massificados, de reificação de saberes, conhecimentos, informação e práticas em torno de uma ordem político-econômica que “capturou” o antigo projeto libertariano da *internet* neutra e aberta e usa-a como vitrine para formas de construção de visualidades como novos bens de consumo. Novos simulacros do século XXI.

O ciberespaço, apesar de já ter sido compreendido como um espaço parcialmente indeterminado (LÉVY, 2003, p. 104), parece ser cada vez mais claramente um espaço de multideterminações. Sempre permeado pelas informações circulantes e/ou armazenadas (RABAÇA; BARBOSA, 2001) faz-se, portanto, local de disponibilização de informações (MONTEIRO, 2007) mediadas pelas tecnologias digitais e pelas práticas por meio delas materializadas e representadas no âmbito da rede mundial de computadores: a *internet*.

A *world wide web* possibilitou o compartilhamento de bens culturais heterogêneos por atores igualmente diversos e levou a uma parcela da população mundial grande liberdade de acesso às informações, ou pelo menos parte delas,

em um fluxo comunicacional dinâmico e ininterrupto. Tal fenômeno não deixou de se tornar campo de atuação exploratória pela indústria cultural, apesar de ter constituído novo campo de batalha contra as explorações da política de *copyright* por meio de inúmeras iniciativas de compartilhamento de conteúdos informacionais por usuários da rede. É fato que a *internet* levou acesso aos que podem pagar por ela, ofertando ao público que nela navega, junto aos novos objetos de consumo-comunicação (LIPOVETSKY, 2007, p. 32), os meios de compensação frente ao novo território de controle informacional pelo consumo de mercadorias e experiências.

O consumo desigual em âmbito global e sua exploração são tão somente uma face da assimetria do acesso e uso de recursos sejam eles naturais ou mesmo tecnológicos. Com efeito, a aceleração das ferramentas tecnológicas eletrônicas e virtuais possibilitam hoje não somente o acesso constante a tal política de consumo da informação, essa em grande volume e velocidade, da informação assim como a extensão virtual das formas de ação em sociedade sempre circunscritas no que já conhecemos como globalização. Entendendo aqui que a mesma não significa de modo algum a real extinção de fronteiras e formas de dominação e exploração de recursos naturais, tecnológicos, intelectuais e simbólicos na contemporaneidade.

Estas tecnologias propiciaram a consolidação de um espaço novo de sociabilidade cujas práticas cotidianas egressas do mundo virtual acabam por redefinir as práticas do mundo real em larga escala. Por isso compreendemos desde o início deste capítulo o ciberespaço enquanto um simulacro (BAUDRILLARD, 1991). Um espaço de camadas, contornos e territórios diversos e móveis, jamais passíveis de serem “capturados” em toda sua complexidade no mundo físico, material, pelos sujeitos informacionais que não detêm seu monopólio.

Em concordância com o pensamento de Milton Santos (2010), seria correto considerar que a geografia da dominação e do controle das estruturas informacionais, de sua materialidade e representatividade, não muda completamente. Ela é sustentada pela “máquina ideológica que dá continuidade ao sistema” (SANTOS, 2010, p. 9). Ou seja, apenas se transforma, se atualiza, de maneira a manter-se centro e jamais periférica.

Apesar de termos diminuído os quilômetros de distância a informação e suas sequentes formas de comunica-la não alcança toda a população mundial, entre outros motivos por não ser, desde sua concepção, destinada a todos. O paradoxo é que apesar das desigualdades intrínsecas às singularidades da *internet*, ela mesma também figura como um campo fértil para a inovação e a criação de

novas formas de informar e imprimir em seu espaço público *sui generis* vozes, rostos e corpos que anteriormente se encontravam respectivamente silenciadas, invisíveis e subterrâneos. A velocidade com que se navega, e luta, e se expressa o tecido social na internet é o elemento fundamental para entendermos ou ao menos reconhecermos seu paradoxo.

Tal paradoxo está no centro da obra de Cass R. Sunstein (2006) intitulada “*Infotopia: how many minds produce knowledge*”. A obra — uma interessante referência para o que debatemos neste livro — aponta para as diferentes perspectivas com as quais e pelas quais a *internet* e sua tecnologia assistiva nos propicia o melhor e pior de dois mundos. Ou seja, a internet conjura tanto o terror, a violência, a desinformação e a idolatria material e imagética onde essa cultura *selfie* acaba por servir à políticas de vigilância estatal e de mercado, como é capaz de promover a ubiquidade de seus atores assim como a convergência dos mesmos e de suas respectivas redes e ações em formas de empoderamento (BARNARD, 2016) de grupos sociais distintos, outrora estigmatizados e à margem dos meios de informação e comunicação globais, e de outras formas de minorias, sejam por aspectos religiosos, de gênero, políticos, etc.

Nesse sentido é óbvio até o momento que a *internet* assim como as TIC atuais nos aproximem. A comunicação em tempo real via canais digitais estabeleceu um incremento à economia, ao mercado de trabalho e, obviamente, ao consumo. Estabeleceu também uma maior aproximação entre os atores sociais possuidores das competências necessárias para fazer uso dessas novas tecnologias — sabendo-se que pouco se fala dos excluídos digitais.

Ainda assim, nos potencializam pela possibilidade do encontro, e da potência advinda deste. Contudo, é este mesmo fato que traz consigo o perigo e a possibilidade do fracasso em termos de reconhecimento das alteridades, de convergência de experiências, saberes e conhecimentos. A exploração desse canal produz novas formas de extorsão da “força vital” que dali emana. Ela domestica a criatividade livre de políticas de consumo e *trends*, tornando-a “aplicada”.

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), ligado à União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2015) de 2015, aponta que o número de pessoas que não acessam a internet chega a cerca de 4 bilhões de pessoas. Ou seja, aproximadamente mais da metade da população mundial.

Tendo isso em mente, cabe também considerar que acesso à *internet* não significa bom uso/proveito dos seus sistemas, plataformas e informações nela contida. O número, portanto, de indivíduos que possuem competências necessárias ao uso e dominam minimamente os elementos para de produzir e acessar

a informação na internet é bem menor do que aquele que se pode mensurar relacionado aos que simplesmente acessam-na.

Falamos de duas coisas indissociáveis: a existência e expansão comercial de dispositivos com determinadas características, nomeadamente a infra-estrutura de base (a rede eléctrica e telemática), e a capacidade instrumental para usá-los. Simplificando temos um computador com acesso à internet e pessoas habilitadas a usar este equipamento com grau comprovado de eficiência. Alfabetização informática (ou digital), literacia digital ou inclusão digital são expressões sinónimas quando significam exactamente a situação descrita. E as pessoas dotadas dessas competências ou habilidades entram na categoria de alfabetizadas digitais, info-incluídas ou de nativos digitais (born digital). Estes, em rigor, são os nascidos na Era Digital (após 1980) com acesso às tecnologias digitais em rede e dotados de sólida formação no uso de computadores. (SILVA, 2008, pp. 29-30).

O mundo desenvolve-se tecnologicamente, assim como os territórios produzidos por meio desse mesmo processo global. Nesse caso específico, território pressupõe marcas. Limitações, fronteiras, permissões e interdições, tráfegos permitidos e não permitidos. O território é sobretudo uma expressão política do domínio do espaço e forma tecnopolítica de “dominação” do “lugar” outrora socialmente construído e reconhecido. Na internet, ou no universo sociotécnico erigido pelo *digital turn*, o lugar é transitório e o território é tecnicamente e politicamente mais perene.

Nesse contexto há os que detêm o território ou possuem permissão para usufruí-lo enquanto há aqueles que apenas adentram-no enquanto público consumidor. O pagamento? Dados individuais, privados e públicos, além do exponencial investimento em bens de consumo materiais e imateriais na forma de equipamento, *hardware*, conexão, *softwares*, espaço⁵⁴ e dados.

54 Com o desenvolvimento dos computadores pessoais e da internet a utilidade e empregabilidade de recursos digitais nas práticas cotidianas aumentaram em escala geométrica nos últimos vinte anos. Com o aquecimento e expansão de um mercado tecnológico, acompanhado do crescimento de registros, dados e informação no espaço web em escala global, o armazenamento destes passa a ser um dos investimentos que mais se desenvolveu. Com o custo de desenvolvimento em queda, seguido da produção de unidades de armazenamento da informação em alta, fato é que o novo mercado de bens de consumo ampliou e reconfigurou as formas de prestação de serviço como aquelas de aluguel de espaço em servidores para guardarmos tudo aquilo que não usamos, e que não recuperaremos, mas que aparentemente precisamos. Mais sobre a temática pode ser consultada em Viktor-Mayer Schonberger (2009).

[...] o aumento do uso de novas tecnologias e suas possibilidades interativas [...] já aumentaram a já existente divisão entre aqueles que podem ter e fazer bom uso delas e aqueles excluídos pelas barreiras culturais financeiras, educacionais e outras. (GUEDES, 1998, p. 26).

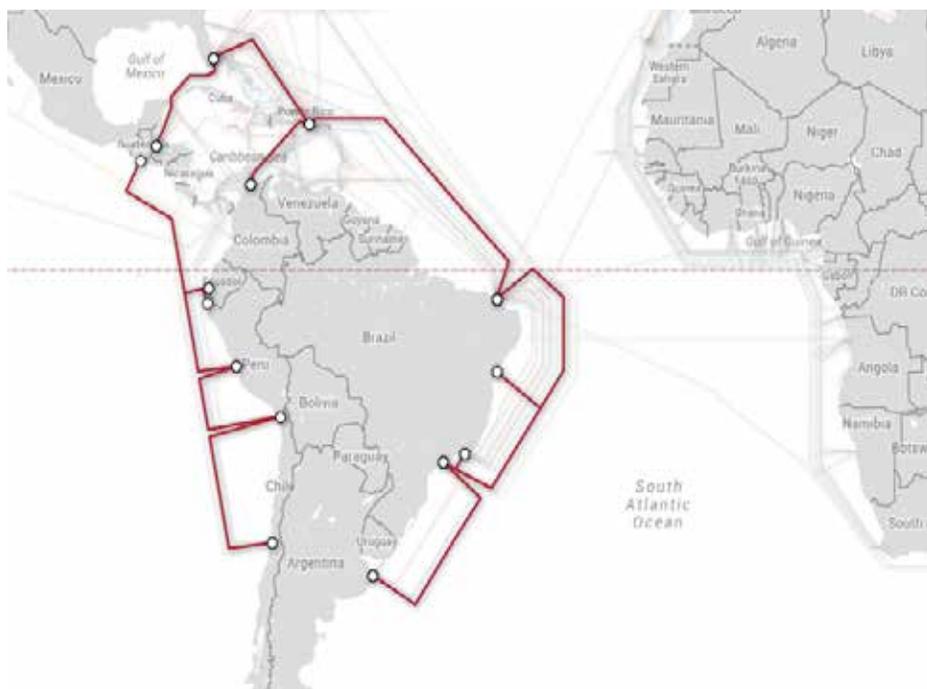
Tal afirmação continua a encontrar ressonância no cenário contemporâneo mesmo após pouco mais de vinte anos de sua publicação, pois essas mesmas barreiras marcam o que compreendemos como espaço *web* informacional.

O território são formas, mas o território são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez [...] passa por aí. De um lado temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1998, p. 16).

Consideremos o ciberespaço uma forma de materialização do universo social mediado pela tecnologia digital. Nessa mesma rota a internet enquanto sua dimensão mais popular e de mercado. Um “território” em constante expansão de seus limites, fronteiras e paradigmas. Com efeito, toda essa potência “virtual” é alicerçada por uma estrutura física e material. Composta por quilômetros de cabos submarinos e terrestres, que ligam países, conectados a *hosts* e servidores capazes de redistribuir via protocolos o fluxo de dados em escala não restritiva. Este é o “esqueleto” que sustenta todo o ciberespaço e a internet.

Ou seja, todo este “simulacro” continua ancorado por um sistema razoavelmente concreto ainda que não tão visível: de cabos submarinos e grandes servidores. Curiosamente, esses mesmos continuam a evidenciar uma velha forma de dominação socioeconômica e de controle: do monopólio dos bens materiais, de tecnologia e de dados. Dados são *commodities*, já dissemos anteriormente. E sua infraestrutura necessária jaz no leito dos oceanos em uma malha planetária muito real e diretamente responsável pela circulação da informação em escala planetária.

Figura 1: Cabo submarino South America 1 (Sam-1).



Fonte: TeleGeography / Huawei Marine Networks. <<http://www.submarinecablemap.com/#/>>. Acesso 22 nov. 2015

Antes pensado enquanto um “mapa aberto” (BEY, 2001), a *internet* em sua gênese não saiu ilesa dos dispositivos de dominação e controle característicos das políticas globais de informação (BRAMAN, 2004), estas responsáveis pelo que Bey denomina o “fechamento do mapa”, criando territórios e, portanto, instituindo políticas informacionais. Perceba-se que não há maior literalidade à ideia de um “mapa fechado” do que a cena acima de um cabo submarino específico, o *South America 1* (Sam-1), de propriedade de uma empresa de telefonia espanhola que circunda toda a América Latina como um cinturão.

Entre tantos outros cabos que compõem a base estrutural do que conhecemos como *internet*, vivemos ainda uma espécie de ranço no tocante à subordinação do Sul para com o capital global dirigido pelo Norte. Afinal, a América do Sul continua *grosso modo* “colonizada”, agora por uma corporação espanhola do ramo de comunicação.

Nada novo no tocante às formas com as quais a disputa, acompanhada de sua conseqüente manutenção, pelo poder opera os elementos, atores e espaços do mundo sóciotécnico. Os próprios meios de comunicação e informação operam tanto enquanto cenário, quanto como “ferramenta” para a disputa pelo discurso em campos diferentes de atuação do homem. A ciência, por exemplo, configura-se tanto como agente quanto como espaço discursivo de agenciamentos. Os “modos de informação” que atravessam o campo da ciência são ambos produtores de uma cultura científica informacional assim como “engenheiros” de um canal, de um “meio”, uma “forma” de tornar eficaz e estável a informação e o conhecimento característico de um regime de informação cuja visibilidade se torna o elemento retórico da produção do conhecimento no século XXI.

Transformação digital do conhecimento: sobre tornar o mundo visível e rematerializá-lo

Do ciberespaço à *internet* – compreendendo que a internet é apenas uma de suas formas, certamente a mais conhecida devido “geo-tecnopolítica” marcada pelos protocolos HTTP e TCP/IP (*hypertext transfer protocol transmission control protocol* e *internet protocol*) –, os espaços *web* informacionais são fruto de um processo convergente de “operações intelectuais, técnicas, materiais, sociais e políticas” (SANTOS, 2006, p. 143). Nestas mesmas operações estão presentes microcosmos de poder que sempre se encontram em disputa, quase que em uma condição de metaestabilidade.

No campo da ciência enquanto paradigma formal da investigação e do conhecimento na sociedade contemporânea, não seria diferente. Afinal, se os últimos 25 anos foram marcados pelo aparecimento e desenvolvimento do ciberespaço e da internet, é fato que os recursos digitais acabaram por tangenciar de forma crescente todas as ações da vida cotidiana, inclusive aquela do seu próprio fazer científico. Nesse mesmo horizonte testemunhamos uma “transformação digital” das práticas, dos modelos e, até mesmo, em torno do pensamento crítico, uma vez que ensino e pesquisa são hoje campos nos quais o digital passa a figurar cada vez mais seus *modus operandi* respectivos.

Neste sentido, se o termo “transformação digital” for convencionalmente entendido como processo no/pelo qual se dá o desenvolvimento de formas de usos digitais, pautadas pela inovação e pela criatividade em organizações, instituições e suas estruturas executivas capazes de estimular mudanças significativas dentro do domínio profissional e/ou do conhecimento (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008,

p. 173), podemos afirmar que ela é expressão cultural da ação e da modificação/adequação dos “modos de informação” que ora são capazes de inferir no regime de informação vigente mudanças em sua própria estrutura, ora são expressão ou resultado do próprio processo de concretização do regime vigente.

Em uma ou outra hipótese asseveramos seu impacto no cenário cultural e sociotécnico de maneira a transformar as formas e modos como nos relacionamos com a informação. Portanto, a cultura de visibilidade informacional na ciência *lato sensu* pode ser compreendida como evidência de um regime — marcado pelo recurso da visibilidade como aqui exaustivamente proposto. Seu objetivo aparente: o de criar possibilidades de “ver” e de “saber” a partir do crescente apelo ao uso do *Big Data*, dos *softwares* e demais linguagens de programação para além do campo da sintetização, da representação ou ilustração. Outrora suportado por tecnologias e seus agenciamentos produtores de “lunetas, telescópios, microscópios, raios-x, infravermelhos” (COSTA, FONSECA, AXT, 2014, p. 1154), o que muda na cultura visual *lato sensu* e em sua vertente científica *stricto sensu* é o fato de que a visibilidade aproxima-se cada vez mais da categoria de discurso. O recurso visual deixa de ser auxiliar e é identificado cada vez mais como evidência concreta, formal e científica por meio dos recursos de produção e materialização dos dados de forma visual e imagética.

O que mudou? A perspectiva do que é material e imaterial ao pensarmos a escrita e o conhecimento advindo dela. A escrita enquanto forma é fruto de um design e de uma gramática: desde os caracteres às frases e sentenças que dão materialidade ao pensamento e à oralidade.

A era digital confrontou os agentes sociais da ciência ao apresentar uma inversão do desafio até então historicamente conhecido, e exposto em “o mundo codificado” de Vilém Flusser (2007): aquele de dar forma à matéria cedeu lugar ao seu inverso. Dar matéria à forma.

A questão “abrasadora” é, portanto, a seguinte: antigamente (desde Platão, ou mesmo antes dele) o que importava era configurar a matéria existente para torná-la visível, mas agora o que está em jogo é preencher com matéria uma torrente de formas que brotam a partir de uma perspectiva teórica e de nossos equipamentos técnicos, com a finalidade de “materializar” essas formas. Antigamente, o que estava em causa era a ordenação formal do mundo aparente da matéria, mas agora o que importa é tornar aparente um mundo altamente codificado em números, um mundo de formas que se multiplicam incontrolavelmente. Antes, o objetivo era formalizar o mundo existente; hoje

o objetivo é realizar as formas projetadas para criar mundos alternativos. Isso é o que se entende por “cultura imaterial”, mas deveria na verdade se chamar “cultura materializadora”. (FLUSSER, 2007, p. 31).

Flusser afirma que o desafio acima toma cena quando passamos a considerar as formas como modelos e não mais como descobertas ou ficções (FLUSSER, 2007, p. 32) para o posterior emprego da matéria. Ainda segundo sua perspectiva, o ato de informar encontraria aí uma crise. Afinal, se etimologicamente a informação é resultado de um ato de “dar forma” a algo e, se agora precisaríamos “dar matéria” a uma forma, o que estaríamos de fato a construir nesta dinâmica do digital? Ou, segundo seus próprios questionamentos: “até que ponto as formas aqui impostas podem ser preenchidas com matéria? Em que medida podem ser realizadas? Até que ponto as informações são operacionais ou produtivas?” (FLUSSER, 2007, p. 32). Significaria propor novas formas de acessar e de ver a informação? Novas matérias poderiam ressignificar a informação outrora produzida que ao ser “visualizada” pelo sujeito em constante processo de individuação produziria conhecimentos, percepções diversas.

A materialidade, a nova materialidade que ganha expressão, dimensão, cor, volume e profundidade, é uma materialidade também digital. Advinda da “forma” e não mais uma *hylé* — madeira em grego, cuja palavra matéria seria sua derivação — (FLUSSER, 2007, p. 23-24), uma materialidade natural, pré-existente. Estamos a sintetizar meios e modos para dar matéria às formas que o universo computacional torna tangíveis.

A cultura de visibilidade informacional na qual todos estamos imersos, neste regime global de informação, é uma cultura da imagem técnica onde o que conhecemos por “transformação digital” em verdade opera no limiar daquilo que era verbo e se torna algoritmo; podendo até mesmo desconstruir o verbo originário em prol de novos. Entre o “jogo” material e imaterial que reside nas formas de significação e construção do mundo; na dinâmica onde o design para a comunicação constitui-se no método informacional, o ato de informar se tornou mais performático por meio dos recursos computacionais. Agradável aos olhos e cada vez mais desagradável e difícil — pelas vias das competências necessárias — nas vãs tentativas de controle por parte dos próprios usuários que cada vez mais se parecem com seus consumidores e não mais simples usuários.

Não há mais como considerarmos exclusivamente “virtual” a materialidade produzida na *internet* e em suas respectivas plataformas e redes. Conforme já havíamos tratado à luz de Baudrillard, as construções, as formas e suas matérias

são simulacro e redefinem o mapa físico. O dito “virtual” é também do campo do real.

Assim, na tentativa de responder os questionamentos de Flusser, pensamos ser o método, a técnica, aquilo que estaríamos a redefinir ou reconstruir enquanto solução para a contínua operacionalidade e produtividade da informação. Construir visibilidades e materialidades para dados dispersos e multivariados, ou enquanto resultado de processos algorítmicos complexos é tornar real um meio.

Nesse sentido, é na perspectiva de Flusser que estamos igualmente a produzir um “modo de informação” (POSTER, 1990) por meio do que ele diria ser uma “cultura materializadora”.

Aquilo que materializa, dá forma. Essa afirmação converge à leitura de Rafael Capurro uma vez mais quando, ainda na exploração etimológica da palavra informação no *Medievo*, fazendo-se valer da obra *Thomas-Lexikon* de Schutz (1958), trata de sua correlação direta com a perspectiva de construção de uma forma. Mais ainda, a forma — e aqui esta é uma questão central desse capítulo — é expressão material das subjetividades já que ela viabiliza o processo de percepção visual de *informatio sensus* (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 155). Cabe-nos assim, refletirmos também sobre a forma enquanto evidência de uma prática. E sendo assim, mais uma vez no tocante à informação na contemporaneidade, reiteramos a plausibilidade do emprego do conceito de “modo de informação”.

A partir da teoria marxista dos modos de produção, Mark Poster aponta — em diferindo dela, primordialmente no papel dos símbolos (construídos e mantidos pelas formas, pelos modos a partir dos quais a informação se dá, se consome, se acessa) — para a circulação de sentidos e construção de objetos (FIDALGO, 2002). Assim como o papel/peso da tecnologia contemporânea na transformação radical das formas de interrelação social, em compreendendo que tais tecnologias criam novos meios físicos e técnicos, portanto informacionais e comunicacionais, a partir dos quais modos de informação produzem linguagens, símbolos e sentidos que interferem diretamente nos aspectos de significação (BAUDRILLARD, 1995) e de produção de discursos hoje mediados pelas bases de dados (POSTER, 1995). Alterando assim o plano sociocultural e, da mesma forma, sociotécnico.

A linguagem tem outra capacidade, muito diferente: é um poder figurativo, estruturante, que constitui o sujeito que fala tão bem quanto o que é falado. A comunicação mediada eletronicamente tem efeitos atraentes nesse nível de linguagem. Distanciando a relação entre corpo falante e corpo ouvinte, abstraindo da conexão entre o leitor ou escritor e a materialidade palpável

do texto impresso ou manuscrito, a comunicação mediada eletronicamente perturba a relação do sujeito com os símbolos que ele emite ou recebe e reconstitui esta relação em formas drasticamente novas. (...) No modo da informação torna-se cada vez mais difícil, ou mesmo sem sentido, para o sujeito distinguir um “real” existente “por trás” do fluxo de significantes, e como consequência a vida social em parte se torna uma prática de posicionamento de sujeitos para receber e interpretar mensagens.

O axioma de Marshall McLuhan de que “o meio é a mensagem” aponta na direção do modo de informação, mas não vai longe o suficiente. Concentrando-se no “sensorium” do sujeito receptor, ele preserva o sujeito como um ser que percebe, não um ser interpretativo. Ele continua a tradição da epistemologia lockeana tratando os seres humanos como animais sensoriais, exceto que ele enfatiza as mudanças, introduzidas particularmente pela televisão, na configuração das sensações que confrontam esses animais. O que o modo de informação coloca em questão, entretanto, não é simplesmente o aparato sensorial, mas a própria forma da subjetividade: sua relação com o mundo dos objetos, sua perspectiva sobre esse mundo, sua localização naquele mundo. Somos confrontados não tanto por uma mudança de um meio de comunicação “quente” para um “frio”, ou por um rearranjo da sensoria, como McLuhan pensava, mas por uma desestabilização generalizada do sujeito. No modo de informação, o sujeito não está mais localizado em um ponto no tempo/espaço absoluto, desfrutando de um ponto de vista físico e fixo a partir do qual racionalmente calcula suas opções. Em vez disso, ele é multiplicado por bancos de dados, disperso por mensagens e conferências por computador, descontextualizado e reidentificado por anúncios de TV, continuamente dissolvido e materializado na transmissão eletrônica de símbolos. (POSTER, 2001, p. 16).⁵⁵

55 Tradução livre do autor, de: *language has another, very different, capacity: it is a figurative, structuring power that constitutes the subject who speaks as well as the one that is spoken to. Electronically mediated communication has compelling effects at this level of language. By distancing the relation of speaking body to listening body, by abstracting from the connection between the reader or writer and the palpable materiality of the printed or handwritten text, electronically mediated communication upsets the relation of the subject to the symbols it emits or receives and reconstitutes this relation in drastically new shapes. (...) In the mode of information it becomes increasingly difficult, or even pointless, for the subject to distinguish a “real” existing “behind” the flow of signifiers, and as a consequence social life in part becomes a practice of positioning subjects to receive and interpret messages.*

Marshall McLuhan’s axiom that “the medium is the message” points in the direction of the mode of information but does not go far enough. By focusing on the “sensorium” of the receiving subject he preserves the subject as a perceiving, not an interpreting being. He continues the tradition of Lockean epistemology by treating humans as sensing animals, except he stresses the changes, introduced particularly by television, in the configuration of sensations confronting these animals. What the mode of information puts into question, however, is not simply

Para Poster, o “modo” enquanto forma técnica, material ou imaterial, mediada pelo digital, opera pela imagem, pelo visual, afetando diretamente a subjetividade do sujeito. É uma vez mais um “meio” a ser compreendido enquanto “mensagem” (MCLUHAN, 2011) a ser analisada e problematizada em uma era marcada pela velocidade, pela compressão do tempo e do espaço, assim como pela crescente transposição da informação escrita pela sua síntese imagética.

Evidência da disruptividade daquilo que somos ou acreditamos ser uma vez que outras representações de nós mesmos assim como de quaisquer indivíduos podem ser “construídas” com base unicamente em determinados conjuntos de dados e informações sobre nós que circulam na rede. Ser, portanto, no mundo contemporâneo informacional dependerá da maneira como este estado metaestável de se “estar no mundo” for (in)formado. Com efeito, não há qualquer garantia de que estamos a percorrer esse cenário virtuosamente. Assim como não há garantias de que possuímos hoje as ferramentas necessárias para podermos realizar uma heurística profunda desse meio técnico que produz simulacros informacionais de nós mesmos sem, contudo termos gerência sobre eles. Pensar o humano e as ações humanas parece ser cada vez mais complexo ao passo que ele se dilui mais e mais em *bytes* e algoritmos.

Apesar da digressão, é preciso retornar à reflexão aqui posta no campo da ciência, e mais especificamente aquele das humanidades com o qual abrimos algumas reflexões no início deste capítulo. Até aqui já sabemos que há principalmente em seu campo uma demanda cada vez mais urgente de constituição de competências para lidar com este novo regime de informação que é global, visuocêntrico e que conecta de maneira ubíqua objetividade e subjetividade, política e cultura.

No caso das humanidades as práticas ligadas ao digital, seja no aspecto metodológico, seja no aspecto teórico, tem integrado cada vez mais a práxis daquele que pesquisa e estuda apesar de ainda não ter se inserido em seus currículos. Há novas formas de “escrita” e de comunicação sobre relações, informações e conflitos que afligem o cenário humano. Afinal, é sabido que o uso dos recursos

the sensory apparatus but the very shape of subjectivity: its relation to the world of objects, its perspective on that world, its location in that world. We are confronted not so much by a change from a “hot” to a “cool” communications medium, or by a reshuffling of the sensoria, as McLuhan thought, but by a generalized destabilization of the subject. In the mode of information the subject is no longer located in a point in absolute time/space, enjoying a physical, fixed vantage point from which rationally to calculate its options. Instead it is multiplied by databases, dispersed by computer messaging and conferencing, decontextualized and reidentified by TV ads, dissolved and materialized continuously in the electronic transmission of symbols.

visuais digitais tem se mostrado o melhor recurso pelo qual tornou-se possível a conjugação de massas de dados para o ato de informar cientificamente um fato ou um fenômeno. Nesse contexto surgem como um movimento, tendência ou fluxo criativo, as “Humanidades Digitais”.

O desafio da renovação curricular, da atualização dos paradigmas de formação do cientista das humanidades é atroz. Assim como é seu cenário pregresso ao processo crescente de digitalização e digitização dos fenômenos humanos. A falta de recursos, de investimento em uma ciência dedicada às humanidades, assim como a inobservância das políticas de ciência e tecnologia sobre o necessário desenvolvimento e fomento de pesquisas cujas relações humanas em suas vertentes culturais, políticas, socioeconômicas são o foco, criaram uma “brecha” do ponto de vista da competência ou literacia digital entre pesquisadores, alunos e sociedade hiperconectada.

A interseção de novas tecnologias, o acesso a informações novas, mais visuais, textuais e de áudio, juntamente com as demandas / expectativas de comunicação no trabalho, na escola e na vida cotidiana ressaltam a importância da alfabetização visual, um termo usado para enfatizar a capacidade de analisar criticamente, interpretar e usar imagens. (MARTINEZ, 2009, p. 11).⁵⁶

Esses modos de visibilidade da informação produzidos na contemporaneidade são parte de uma problemática ou mesmo de um desafio epistemológico, quando o localizamos em campos específicos do conhecimento como as Humanidades por serem pertencentes a uma tradição calcada na ciência ocidental moderna que ao classificar suas formas de evidência relegou às imagens e demais meios de representação imagética da informação um posto menos importante (STAFFORD, 1996).

Afinal, o apelo ao processamento de grandes quantidades de dados e informação não é um detalhe irrelevante. Ele é, sobretudo um problema a se ter bem identificado no campo das humanidades. Confiar cegamente no recurso gráfico, na linguagem visual daquilo que se apresenta a nós, mediado pelos algoritmos de determinado software é em certa medida abdicar de uma crítica radical sobre tais mediações e aceitar abertamente a companhia de um “tipo de cavalo de

56 Tradução livre do autor, de: *The intersection of new technologies, access to new and more visual, textual, and audio information, together with the communication demands/expectations at work, school, and in everyday life underscore the importance of visual literacy, a term that is used to emphasize the ability to critically analyze, interpret, and use images.*

Tróia intelectual, um veículo através do qual as suposições sobre o que constitui informação se expandem com força potente⁵⁷ (DRUCKER, 2011).

Nas últimas duas décadas a exponencial necessidade de processamento, preservação, circulação e acesso da informação digitizada apontam o crescente papel das tecnologias da informação para o que Michael Buckland identifica ser uma redução das limitações de tempo e espaço, ao passo que se produz uma “memória externa e artificial” (BUCKLAND, 2017, p. 27-36). Outro ponto de importância crítica ao utilizarmos tais recursos em nosso dia a dia como já exposto em outros artigos (PIMENTA, 2013a; 2013b; 2017b).

Ainda sobre a perspectiva de uma memória em perspectiva a um cenário de explosão informacional, é preciso considerar que não há possibilidade de preservarmos tudo. Tal intento, ou desejo, parece mais responder a uma pulsão de morte (PIMENTA, 2017c) e, portanto, não representa um estado de bem-estar ou lucidez do agente social, ou mesmo das instituições, com seu passado. Mesmo o *Mundaneum* de Otlet (1934), ou a Biblioteca de Babel em Borges (2010), não se aproximaram daquilo que hoje estamos às voltas. O excesso informacional trouxe consigo a possibilidade de sua respectiva distopia, caso não se construam as estruturas adequadas de gestão, processamento, recuperação e acesso a tamanha gama de informações.

Ainda em perspectiva às Humanidades, o fato é que o impacto de uma cultura digital no fazer científico — seja na pesquisa, seja no ensino — levou-nos todos a refletir sobre aspectos importantes como aquele da conversão do analógico, físico, para o digital; ou como a preservação da informação e da memória pode ser problematizada frente às práticas vigentes de conservação; além de retomar debates sobre se o digital desintermedia ou (re)intermedia (QUINTARELLI, 2019, p. 81-82) o acesso à informação sob novas estéticas ou “formas”.

O advento de uma cultura de visibilidade informacional no cenário científico brasileiro não escapa da condição comum de busca por recursos em meio à inserção da computação e suas respectivas ferramentas em campos disciplinares antes completamente “estrangeiros” as suas realidades. Não obstante, aquela cultura por sua vez evidencia outra: a científica. Assim como essa acaba por reforçar a maneira, o modo da outra. Em meio a tal dinâmica interrelacional fato é que o discurso científico também adquire seu modo, sua forma, pela qual o crescente apelo sobre o uso do *Big Data* parece não somente valorizar a multidisciplinaridade

57 Tradução livre do autor, de: *a kind of intellectual Trojan horse, a vehicle through which assumptions about what constitutes information swarm with potent force.*

mesmo quando esta somente ocorre nos papéis e, portanto, no campo virtual do exercício científico, como a inovação nas práticas de pesquisa e de produção de resultados advindos dessas.

Tais avanços têm redesenhado o cenário de produção do conhecimento e de comunicação e popularização da ciência. Muitos dos arquivos on-line, recursos educacionais abertos, plataformas de leitura digital, iniciativas de comunicação e divulgação científicas via internet e estratégias ou métodos de visualizações de dados podem ser classificados como parte desse conjunto de iniciativas e evidências de uma transformação digital em curso na academia.

Considerações finais

Perceba, caro leitor, que o argumento apresentado neste capítulo buscou partir de uma pressuposição basilar: que a informação toma formas cada vez mais visuais nos últimos anos e que tais processos de construção de visibilidades podem ser compreendidos à luz de algumas problematizações à luz de Paul Virilio e Vilém Flusser no tocante às formas de (des)aparecimento da informação, juntamente com sua característica ubíqua e de “design” ou tecnopolítica das formas, das matérias, empregadas no processo de construir formas de ver, ler e saber a informação, respectivamente. A partir da primeira seção compreender-se-ia que o crescente aspecto visuocêntrico da informação e das intermediações produzidas na contemporaneidade igualmente acusava um fenômeno sociocultural característico de uma sociedade de paradoxos entre os excessos e seus contrários. Leveza e velocidade parecem dar a tônica de uma sociedade da informação atual e os papéis das TIC são fundamentais para tais dinâmicas.

Em uma sequente digressão, de ordem ensaística literária, propomos uma reflexão sobre o advento e desenvolvimento da tecnologia e da computação enquanto “forças de uma natureza” ainda em descoberta e difícil de se combater. À luz de Edgar Allan Poe propomos um olhar crítico sobre nosso papel nesse “mar” de dados e informações sem, contudo, lutar diametralmente contra ele. Seguimos por um “mergulho” mais profundo em questionar a estrutura submarina e a materialidade implícita em todo o simulacro presente nas redes e em suas demais estruturas conectivas. Mais uma vez a forma evidencia o modo (de produção) pelo qual a informação é criada e replicada. Evidência material de uma cultura de visibilidade informacional.

Já ao final tal cultura não poderia ser discutida apenas no plano das ideias e, portanto, o capítulo passa a se debruçar sobre como o desenvolvimento de

uma cultura informacional marcada pela ação da visibilidade produz efeitos concretos, metodológicos e epistemológicos para o conhecimento cientificamente elaborado e partilhado. Uma “cultura da visibilidade informacional” seria, então, uma cultura, ou um modo pelo qual a informação estaria (dis)posta *grosso modo* na sociedade hodierna e, mesmo nas ciências, bem identificável pelo apelo que formas de visualização da informação estariam presentes cada vez mais em diferentes áreas da ciência. Tal constatação apontaria para o fato de que certas áreas enfrentariam desafios maiores que outras no tocante ao desenvolvimento de competências, métodos e mesmo olhares sobre si.

As humanidades se apresentam nesse escopo como um campo disciplinar no qual os recursos tecnológicos, digitais e computacionais de visibilidade se tornam mais sofisticados e partilhados em uma “onda” ou uma espécie de “*digital turn*” (BERRY, 2011) onde transformações são claramente identificáveis e, portanto, o próprio “modo de informação” também. Essa transformação é também identificada ao passo que averiguamos o contínuo crescimento do interesse sobre “humanidades digitais” (HD) no cenário internacional e nacional. Seu desenvolvimento aponta para uma acentuação da tendência tecnológica nas *práxis* das pesquisas em humanidades. Seja inferindo uma virada metodológica, seja possibilitando o debate em perspectiva crítica sobre se o que está a ser produzido é de fato novo (BRENNAN, 2017).

É notório, portanto, que o momento fosse de transformação. A afirmação de Allan Liu (2009, p. 17) corrobora a forma como tal mudança afeta o pesquisador das humanidades quase como um dilema kafkaniano quando o autor diz ter ido dormir “crítico cultural” e acordou “processador de dados”. Este novo despertar nos apresenta um desafio muito difícil que se baseia na acelerada necessidade de “alfabetização midiática e informacional” aplicada às TIC e à computação *lato sensu* pelos pesquisadores das humanidades. Nesse sentido, a cultura de visibilidade informacional parece ser o “tecido” no qual tais realizações se tornam possíveis. Cabe frisar que apesar da afirmativa datar de 2009, cerca de dez anos atrás, a perplexidade vivida pelos cientistas das humanidades continua legítima. É um desafio metodológico e, portanto, de “construção” de modos para a efetivação de uma forma já existente e em constante elaboração.

Há também um desafio de “design” vivido nas Humanidades que é técnico e material. É este desafio que em certa medida “alimenta” um regime marcado pela visibilidade. Dessa forma, o desafio se torna também epistemológico, discursivo e estruturante. Se considerarmos o cenário das Humanidades no Sul Global (FIORMONTE, 2016), se mostram claras as dependências de estruturas

e ferramentas de tecnologias de informação e comunicação, ainda produzidas no centro (norte) nevrálgico e de circulação do capital informacional e digital mundial. Sintoma de um “regime de informação global e emergente” (BRAMAN, 2004) plenamente apoiado em uma cultura legitimadora desse “modo de informação” (POSTER, 1990) cujo digital é sua “força vital”.

Quanto à “alfabetização informacional”, que podemos igualmente compreender como “competência em informação” (VITORINO, PIANTOLA, 2009, p. 134-135; LLOYD, 2006; DUDZIAK, 2003), de acordo com Arthur Coelho Bezerra (2015) esta somente se apresenta possível quando a construção de meios capazes de atender “à necessidade dos indivíduos de se aproximarem do universo instrumental referente ao trato com a informação” (BEZERRA, 2015, p. 04) se torna uma realidade não excludente ou sectária.

Fato é que os recursos digitais tornaram-se ferramenta e caminho poderoso na produção, na comunicação e na divulgação do conhecimento não somente para as ciências humanas, mas em todo cenário científico planetário. Ou seja, o processo informacional está mudando a estrutura do conhecimento (BALCK, 2016) bem como a cultura informacional do dia-a-dia. Da *doxa* ao *nomos* e vice-versa, o impacto no campo científico afetará a maneira como investigamos e o que investigamos, tendo em perspectiva que não mais precisamos unicamente criar “formas” para aquilo que outrora convencionava-se como real. É preciso criar realidades, materialidades àquilo que estamos a produzir conceitualmente, matematicamente, computacionalmente, tanto quanto àquilo que — e cada vez mais — se autoproduz sobre nós.

O “regime de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) e a “emergência” de seu caráter “global” (BRAMAN, 2004) devem ser compreendidos em face da “cultura visual” que, atravessada pelos fenômenos *ciber*, se auto-processa como uma “cultura de visibilidade informacional” (PIMENTA 2017a). Produzindo formas de “ser”, de “ver” e de “saber” ou conhecer exclusivamente mediadas pelas ferramentas e metodologias, portanto pela técnica, de visualização de um mundo *a priori* imaterial, matemático, virtual. Mas que se torna tão real quanto o mundo físico, concreto. Conferir novos meios, novos “modos” de informar (POSTER, 1990), portanto de visualizar aquilo que pré-existe à matéria (FLUSSER, 2007), parece ser em parte o processo de transformação digital vivido nos espaços institucionais, organizacionais, técnico-científicos, que se tangibilizam com nossa vida pública e privada.

Compreender tal envergadura do recurso visual, das práticas de visualização de dados e informações, do mercado simbólico em torno daquilo que é processado

de forma imagética na ciência é reconhecer que os campos disciplinares e suas estruturas formadoras passam por uma crise do método e da epistemologia.

Este capítulo buscou apontar que o fenômeno informacional contemporâneo marcado pela escalada de recursos visuais não pode e não deve ser compreendido de maneira estanque à paisagem cultural, tecnopolítica da sociedade informacional atual. A forma como nos relacionamos com o espaço técnico, como o concebemos e como buscamos interpretá-lo e nele interferir é eminentemente mais e mais de ordem imagética e visual. Portanto, a cultura de visibilidade informacional atua enquanto um “modo de informação” presente não somente nas formas objetivas como naquelas subjetivas dos sujeitos informacionais. Restando-nos a indagação sobre quais os desdobramentos a médio e longo prazo dessa nova forma de produção de materialidades por meio dos recursos visuais ou de que maneira categorias como verdade e conhecimento serão embasadas pelas mediações técnicas, na forma de softwares, plataformas, e algoritmos, capazes de produzir meios de visibilidades da informação.

Com isso, esperamos contribuir para uma constante demanda por uma produção crítica no âmbito das Humanidades Digitais (GIBBS, 2011) e que, conforme David M. Berry (2011, p.05), também atuaria na problematização da “computacionalidade” e de seu papel na produção de conhecimento e informação no século XXI, em especial, no âmbito das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, ambas neófitas no emprego da mediação computacional em suas práticas investigativas e na formação de seu discurso disciplinar.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis: ANCIB, 2013.

BALCK, Sandra. (X)Disziplinarität der Informationswissenschaft. 2016. Disponível em: <<https://edoc.hu-berlin.de/handle/18452/9757>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BARNARD, Stephen R. Spectacles of Self(ie) Empowerment? Networked Individualism and the Logic of the (Post)Feminist Selfie. In: **Communication and Information Technologies Annual**. [s.l.]: Emerald Group Publishing Limited., 2016, v. 11, p. 63–88.

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: relógio d'água, 1991.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Lisboa: Elfos, 1995.
- BEIGUELMAN, Gisele; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. **Futuros possíveis: arte. Museus e arquivos digitais**. São Paulo: Petrópolis: EdUSP, 2014.
- BERRY, David M. The Computational Turn: Thinking About the Digital Humanities. **Culture Machine**, v. 12, n. 0, 2011.
- BEZERRA, Arthur C. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 22, n. 4, p. 68-81, Dec. 2017
- BEZERRA, A. C. (2015) Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: Anais do XVI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: ANCIB, 2015.
- BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Vol. I. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur L'État: cours au Collège de France 1989-1992**. Paris: Raisons d'agir, Seuil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOUTANG, Yann Moulier. Wikipolítica e economia das abelhas. Informação, poder e política em uma sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In Braman, S. (Ed.) **The emergent global information policy regime**, Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.
- BRENNAN, Timothy. The Digital-Humanities Bust. The Chronicle of Higher Education, 2017. Disponível em: <<https://www.chronicle.com/article/The-Digital-Humanities-Bust/241424>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BUCKLAND, Michael. **Information and society**. Cambridge, Massachusetts: 2017.
- CAMPOS, Ricardo. A cultura visual e o olhar antropológico. **Visualidades**, v. 10, n. 1, 14 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/23083/13629>>. Acesso em: 19 ago 2019.

- CANDAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: PUF, 1996.
- CANDAU, Joël. **Mémoire et identité**. Paris: PUF, 1998.
- CAPURRO, Rafael. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, C. (Ed.). **Metaphysics, Epistemology and Technology. Research in Philosophy and Technology**. vol. 19. New York: Elsevier, 2000. p. 79-85.
- CAPURRO, Rafael. Gestão do conhecimento cético. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 4-14, jan./jun. 2011.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, Apr. 2007.
- COSTA, Luis Artur; FONSECA, Tania Mara Galli da; AXT, Margarete. The image and the humanities: visual poetics as the possibility of construction of knowledge. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1153-1168, Dec. 2014.
- DANDEKER, Christopher. **Surveillance, power and modernity: bureaucracy and discipline from 1700 to the present day**. New York: St. Martin's Press, 1990.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles., GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora34, 1997.
- DIAMOND, Sara. Lenticular galaxies: the polyvalent aesthetics of data visualization. **Code Drift: Essays in Critical Digital Studies**. 6 jan 2010.
- DRUCKER, J. Humanities approaches to graphical display. *Digital Humanities Quarterly*, vol. 5, no. 1, pp. 1-21, 2011.
- DUDZIAK, E. A.. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, abr. 2003.
- FIDALGO, Antonio. O modo de informação de Mark Poster. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Comunicação e Poder**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002.
- FIORMONTE, Domenico. ¿Por qué las Humanidades Digitales necesitan al Sur?. Humanidades Digitales: Construcciones locales en contextos globales. [Anais...]. Buenos Aires: Asociación Argentina de Humanidades Digitales, 2016.
- FLUSSER, Vilém. **A escrita – Há futuro para a escrita?** São Paulo: annablume, 2010.
- _____. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.
- FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: Annual Conference Canadian Association for Information Science, 23., 1995. Proceedings... Edmond, Alberta.
- GALVÃO, Fernanda do Valle; COSTA, Diego da Silva; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Tecnovigilância e desafios à competência em informação. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 26, 2018.
- GLEICK, James. **A Informação: Uma história, uma teoria, uma enxurrada**. Trad.: Augusto Calil, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- GIBBS, Fred. Critical Discourse in Digital Humanities. **Journal of Digital Humanities**. Disponível em: <<http://journalofdigitalhumanities.org/1-1/critical-discourse-in-digital-humanities-by-fred-gibbs/>>
- GIBSON, William. **Neuromancer**. New York: Ace, 1984.
- GIROUX, Henry A. Selfie Culture in the Age of Corporate and State Surveillance. **Third Text**, v. 29, n. 3, p. 155–164, 2015.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 31, n. 1, apr. 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n. 1, p. 60-76, 2003b.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide.; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: Anais do IX ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: ANCIB/USP, 2008. p. 1-14.
- GUEDES, Olga. As novas tecnologias de comunicação e informação: novos mecanismos de exclusão social? **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. [2 vols.] São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ITU, International Telecommunication Union. **Global broadband growth slows sharply: 4 billion still off-line.** [press release]. 21 set. 2015.

JEANNERET, Yves. Le procès de numérisation de la culture: Un défi pour la pensée du texte. **Protée**, 32 (2), 9–18, 2004.

JEANNERET, Yves. La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication. In: **Actes du Colloque Médiations et Usages des Savoirs et de L'information: Un Dialogue France-Brésil** (Réseaux Mussi). Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e tecnológica em Saúde/FIOCRUZ, 2008, p.37-59.

LAKSHMI, A. The selfie culture: Narcissism or counter hegemony? **Journal of Communication and media Studies (JCMS)**, 5:2278–4942, 2015.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. (eds.). **Digital literacies: concepts, policies and practices.** New York: Peter Lang, 2008.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; NETTO, Carlos Xavier de Azevedo; SOUSA, Markson Roberto Ferreira de. Informação, memória e ciberespaço: considerações preliminares no campo da Ciência da Informação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 21-30, Apr. 2015.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. Do mito ao Netflix [Entrevista em 1 jun 2018]. **Fronteiras do Pensamento.** São Paulo: Braskem, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso.** [Trad. Idalina Lopes]. Barueri: Editora Amarilys, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo.** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo.** Barueri, SP: Manole, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2019.

LYON, David. Everyday surveillance: personal data and social classification. **Information, Communication, and Society** 5, 1, 1-17. 2002.

- MARTINEZ, Katharine. Image research and use in the Humanities: an idiosyncratic bibliographic essay. **Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America** 28:1, 2009. pp. 9-15.
- MAYER-SCHONBERGER, Viktor. **Delete: the virtue of forgetting in digital age**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- MCLUHAN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. Critical Edition by W. Terrence Gordon. 2º ed. Berkeley, California: Gingko Press, 2011.
- MIRZOEFF, Nicholas. **An introduction to visual culture**. London: Routledge, 1999.
- MONTEIRO, Silvana D. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **Revista de Ciência da Informação – DataGramZero**, v. 8, n. 3, jun. 2007.
- NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PIMENTA, Ricardo M. As rugosidades do ciberespaço: um contributo teórico aos estudos dos web espaços informacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 2, 2016.
- PIMENTA, Ricardo M. Big data e controle na era digital: tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do estado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 1-19, jul./dez. 2013a.
- PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, S. (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013b. p. 146-171.
- PIMENTA, Ricardo M. Ciberespaço, internet e habitus: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. In MARTELETO, Regina M., PIMENTA, Ricardo M. (orgs.) **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017a.
- PIMENTA, Ricardo M. Nosso futuro em um post. Cultura da velocidade, Big Data e o novo desafio dos “peixes” para os historiadores da Era Digital. **Revista TransVersos**, 0(11), 09- 22. 2017b.
- PIMENTA, Ricardo M. O desafio contemporâneo a Tãtatos: a dialética entre acumular e preservar a informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 34-45, 2017c.
- POSTER, Mark. **The mode of information: poststructuralism and social context**. Cambridge, UK: Polity Press, 1990.

- POSTER, Mark. **The second media age**. Cambridge: Polity Press, 1995.
- POSTER, Mark. Words without things. In: POSTER, M.; ARONOWITZ, S. **The information subject**. Netherlands: G&B Arts International. 2001.
- PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, v. 28, n.47, jan/jun. 2012.
- QUINTARELLI, Stefano. **Instruções para um futuro imaterial**. São Paulo: Elefante, 2019.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- ROBERTS, Norman. A search for information man. **Social Science Information Studies**, v.2, p.93-104, 1982.
- ROBINSON, L. A TASTE FOR THE NECESSARY: A Bourdieuan approach to digital inequality. **Information, Communication & Society**, v. 12, n. 4, p. 488-507, jun. 2009.
- ROSA, Hartmut. **Accélération: une critique sociale du temps**. [Trad. Didier Renault] Paris: La Découverte, 2014.
- ROSE, Nikolas. **Powers of Freedom: Reframing Political Thought**. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press, 1999.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation: Le disparate comme condition d'individuation par la relation? **Réseaux**, v. 177, n. 1, p. 163, 2013.
- ROUVROY, Antoinette. Le nouveau pouvoir statistique. Ou quand le contrôle s'exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps « numériques. **Multitudes**, v. 1, n° 40, 2010. pp. 88-103.
- SÁ, Alberto Manuel Teixeira de. **Arquivos dos media e preservação da memória: processos e estratégias do caso português na era digital**. Braga: Universidade do Minho, 2011. Tese (Doutorado) – Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2011.
- SANTAELLA, Lúcia. Pós-humano: por que?. **Revista da USP**, São Paulo, n.74, junho /agosto, p. 126-137, 2007.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 19ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. [col. Milton Santos] São Paulo: EdUSP, 2006.

- SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. [4ª ed.] Campinas: Hucitec, 1998.
- SCHUTZ, L. **Thomas-Lexikon**. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1958.
- SILVA, Armando Malheiro da. Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. **Prisma.com**, nº7: 16-43. 2008.
- SILVEIRA, S. A. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (org.). **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- SIMANOWSKI, Roberto. **Data Love: the seduction and betrayal of digital technologies**. New York: Columbia University Press, 2006.
- SIMONDON, Gilbert. **L'Individuation à la lumière des notions de forme et d'information**. Grenoble: Millon, 2005.
- SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. 3. ed. Paris: Aubier, 1989.
- SORENSEN, Vibeke. Rewiring Culture, the Brain, and Digital Media. In BARTSCHERER, Thomas; COOVER, Roderick (Eds.) **Switching Codes: thinking Through Digital Technology in the Humanities and the Arts**. Chicago : University of Chicago Press, 2011.
- STAFFORD, Barbara M. **Good looking: Essays on the virtue of images**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- STIEGLER, Bernard. La télécratie contre la démocratie: lettre ouverte aux représentants politiques. Paris: Flammarion, 2006.
- SUNSTEIN, Cass R. **Infotopia: how many minds produce knowledge**. London: Oxford University Press, 2006.
- TRIVINHO, Eugenio. Introdução à dromocracia cibercultural, **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 28, p. 63- 78, dez. 2005.
- VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. [1ª edição 1993] Rio de Janeiro: editora 34, 2008.
- VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D.. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009.
- WERSIG, Gernot; WINDEL, Gunther. Information Science needs a theory of 'information actions'. **Social Science Information Studies**, v. 5, p.11-23, 1985.

Sem e cem teorias críticas em ciência da informação

Autorretrato da teoria social e o método da
crítica nos estudos informacionais, uma
bibliografia benjaminiana aberta

Gustavo Silva Saldanha

1 Crítica em Ciência da Informação: assim falou Solange

Il y faut largement admettre le communisme, et de même que nous tiendrions pour un grand criminel celui qui détiendrait seul un remède efficace contre le cancer, on commence à considérer comme un VOLEUR celui qui, par droit d'achat, soustrait au reste de l'humanité tel chef-d'oeuvre, tel document unique dont la connaissance peut modifier l'histoire, la science, ou simplement priver les honnêtes gens d'une grande joie : le monsieur qui détient inédite une oeuvre de Beethoven par exemple. (MOREL, 1908, p. 385)

A concepção de uma teoria crítica da, na e para a Ciência da Informação encontra lugar em toda e qualquer abordagem de fundamentação do campo até a teoria esquemática estivalsiana do fascismo (ESTIVALS, 2010a) como parte essencial das fases de recessão do ciclo liberal segundo a *empiria* da crise de 2008. A generalidade aqui não ganha o vazio do horizonte estanque. A dialética é sua margem de escolha. Ver a contradição que funda (muitas vezes, pela própria crítica, a face pálida e insensível da vitória). A simplicidade da assertiva está na figuração da complexidade que seu discurso inaugura: um modo de repensar o campo não como invenção, mas como território ocupado por lutas constantes (princípio dialético), por uma dada emancipação tardia e viva que, formalizada (em uma de suas inúmeras linhas de fuga) como hegemônica (ao vitorioso, as pedras), esconderá suas próprias contradições (aos derrotados, a vala comum). Tal exercício já está, em sua construção, deitado em sua historicidade: fizeram-no,

Gabriel Peignot (1802a,b), Morel (1908), Paul Otlet (1934), Ranganathan (2009), as *Sociological foundations of librarianship* de Shera (1970), Butler (1971), Estivals (1991, 1992, 1981, 1978a,b, 1977), Mostafa (1986, 1985), Souza (1996), os organizadores de uma dada *Critical theory for library and information science*, Gloria Leckie, Lisa Given e John Buschman (2010) – e, principalmente, Joseph Nitecki (1997, 1995, 1993, 1985, 1981, 1979). Tal exercício está na vivência: a teoria crítica dos estudos informacionais como a vida e a obra de Elena Savova, um autorretrato.

Eis a vastidão: um amplo conjunto de microabordagens, diríamos de modo imprudente, compõe a longa trajetória de uma teoria crítica em Ciência da Informação no enalço de uma teoria social das práticas de compreensão do conhecimento registrado, seus impactos, seu poder, suas formas de opressão, microabordagens tais enterradas sem rituais fúnebres pelas próprias (outras) microabordagens ditas críticas que ousaram afirmar epifanias sem recolocar o tijolo no devido lugar. A construção lenta e singular da ruína se coloca, pois, como anti-modo crítico à prova de qualquer fundamentação. Não pode jamais desconstruir-se, posto que incapaz é de levantar a primeira parede – donde sua propensa inutilidade.

Eis-nos à margem da vala comum: tratar-se-ia de, como um covheiro em transe iracundo, mudar a rota do labor diário, e abrir, ao invés de cerrar, covas? Recuemos para o salto arqueológico: o olhar que atesta a presença de microabordagens sob a terra já pressupõe uma ação a-crítica monstruosa, digna da indignidade, a-dialética, a-materialista, a-histórica – de volta ao crivo mostafiano (MOSTAFA, 1985). E a inutilidade ganha outro destino. Como afirma-lo, já pressupondo, contra toda e qualquer linha emancipatória, a racionalidade que acossa o discurso hegemônico que afirma? Tal é, assim é, pois não há como negar, a grande tradição, anti-social, anti-crítica, anti-plural. Esse movimento, dito-feito, por uma antevista hegemonia e por sua oposição aberta e fluida (a contra-hegemonia em sua ordem fechada de desconstrução do real em luta ou a esquerda dissolvida em centenas de gritos de desespero que não se escutam, ora por simultaneidade, ora por suspeitas alheias comungadas), resultou na tautologia estéril: eis uma dada teoria fundada como maior, pois maior assim a quer sua oposição. Qual é a evidência? Quem legitimou, para além dessas duas linhas hipócritas de amizade, a de uma teoria provocativamente a-crítica ou uma teoria ironicamente crítica, o falso discurso hegemônico? Falso, posto que é necessário provar, incluindo seus testes críticos, sua sobrevivência sobre a fogueira de suas contradições e sob sua condição contextual – se tomada como construto social, poderá e haverá de ser derrubada. Encontramos então o caminho de uma arqueologia conceitual:

a epistemologia histórica como uma primeira margem dialética – feito já, nos anos 1930, em cíclico movimento ocidente-oriental, pela pragmática universal de Ranganathan (2009).

Não existe nenhuma microabordagem. A teoria barroca em Emanuele Tesaro (1670), a biblioteca pública de Eugène Morel (1908), a bibliopsicologia em Nicolas Roubakine (1998a,b), a teoria facetada em Ranganathan (2009) (bem como a mencionada pragmática transcendental), a teoria simbólica do livro em Otlet (1934), a socialização de unidades de acesso ao conhecimento, a epistemologia social em Shera (1970, 1973, 1977), e o que teria vindo depois dos anos 1930 (após o início da pesquisa dita científica na Escola de Chicago) até chegarmos à desclassificação de García Gutierrez (2011): estaremos sempre tratando das grandes abordagens de desenvolvimento do campo, cujo impacto só será menor do que as abordagens positivistas e neopositivistas, do essencialismo ao mecanicismo eletrônico, se assim desejar o nosso raso olhar. Ação crítica: a emancipação é um gesto revolucionário que carece de ativistas na pesquisa científica. O trabalho, a classe, o gênero, o conhecimento, a pobreza, outras categorias sociais, quais sejam – as (in)variáveis sinuosas, aí estão para se ver e pensar (n) o campo: traços gigantes da teoria crítica em curso, na, para, da Ciência da Informação. O conceito de mediação, a leitura pública para o proletariado (contra a alienação), os livros para todos, as bibliotecas como casas da emancipação, o acesso à informação para mulheres, a epistemologia social, as tradições progressistas da IFLA, a teoria dialética do esquema, a presença de Elena Savova na Unesco, do feminismo de Suzanne Briet a Hope Olson, o movimento negro que se constitui de dentro para fora do campo, o caminho até a necessária crítica neoliberal nos anos 1980 em diante, a escala, a escada e a escola: a crítica em grande companhia.

A função da crítica, antes de quaisquer relações aparentes com o desenvolvimento dialético e a conjugação das categorias exploração e opressão, por exemplo, coloca-nos no espelho sujo da coragem de dizer o campo: suas fragilidades como forma de revolução, sua esperança macabúzia como certeza de transformação, o frasco vítreo fino e leve de suas bordas como grandes fronteiras em delírio de metamorfose, a utopia ingênua e maravilhosa, social e a-crítica, revolucionária e suicida, de acesso universal aos saberes localmente produzidos. Eis o campo em carne crônica, eis a crítica na veia aberta.

O rastro da epistemologia histórica: trata-se de identificar as categorias da historicidade e as suas dialéticas, não como anomalias kuhnianas, mas, sim, como forças de luta revolucionária capazes de revelar, tijolo ante tijolo, nossa resistente teoria crítica em seus duros passos no mundo do capital. E aqui a crítica ganha

sua condição crítica... um método para pensar o campo em sua tendência ao discurso crítico.

Essa pesquisa foi constituída a partir de critérios da pesquisa bibliográfica no bojo dos discursos metateóricos e historiográficos do campo, da epistemologia histórica e da geografia conceitual. A margem temporal se coloca fundada na historicidade em sua longa duração até o ano de 2013, quando as interrogações sobre a revisão de uma certa teoria crítica no contexto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) se manifestam no grupo constituído por Arthur Bezerra, Gustavo Saldanha, Marco Schneider e Ricardo Pimenta. O destino textual recupera, ao mesmo tempo, a produção recente sobre epistemologia histórica desenvolvida entre 2008 e o presente ano pelo autor.

Para a fundamentação teórica do estudo, a estrutura do que se pode chamar de teoria crítica é conferida pela reflexão de Luc Boltanski (2009), em *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Nessa direção, o foco está centralizado em uma filosofia da emancipação, oriunda da própria teoria social, colocando em foco as condicionantes do poder como forma de dominação social em sua dialética com a exploração. O foco não está em entender que essa é “a” crítica a ser compreendida. Trata-se de um parâmetro que permite pensar a crítica em curso da Ciência da Informação para os demais territórios científicos e sociais. E é nesse sentido que colocamos a inflexão de Solange Puntel Mostafa (1985) perante Boltanski (2009), na tese *Epistemologia da Biblioteconomia*, como a principal fundamentação crítica do campo informacional, foco da reflexão autocrítica sobre sua epistemologia histórica, um pêndulo, o “pêndulo Mostafa” (recuperando o próprio termo adotado pela epistemóloga em sua obra).

Solange Mostafa (1985) nos coloca uma inflexão dialética fundamental para a compreensão do principal diagnóstico do campo informacional: do liberalismo cientificista ao liberalismo profissional, ambos carregados de um conservadorismo avesso a qualquer alternativa revolucionária, o campo fundar-se-ia via a hegemonia do capital. Sua cientificidade e seu olhar sob o chão de fábrica assim estariam assinalados. Porém, na escavação meticulosa da arqueologia dialética do diagnóstico do campo informacional propriamente dito, Mostafa (1985) recorre à Gramsci e à Álvaro Vieira Pinto para lutar contra a artificialidade conservadora da separação arte-ciência, ciência-trabalho, sujeito-técnica, atividade intelectual conservadora fundamental para um dado discurso se fazer força cientificizante do campo.

Todo trabalho físico é também intelectual e a separação radical entre tais construtos contribuiu no campo para ausência de crítica entre o liberalismo

cientificista e o liberalismo profissional, um mais “intelectual” do que o outro, ambos ausentes da reflexividade para a emancipação. Em outros termos, a busca pela compreensão do campo como práxis social. Na Ciência da Informação, pois, segundo Mostafa (1985), o resultado geral da crítica permite compreender facilmente que o modelo conservador é sinônimo de “monopólio do saber” – fazendo-nos lembrar do papel do personagem Jacotot no Mestre Ignorante de Jacques Rancière (2011). Mostafa (1985) avança em seu diagnóstico de modo claro: é sob uma a-historicidade que o discurso conservador no campo busca definir a sua cientificidade; é necessário, para tal, a compreensão da concretude da difusão da informação (ou, do “caráter crítico da difusão da informação”), tornando-se o profissional no campo um intelectual-difusor à moda gramsciana. A crítica, aqui, se institui sob a via mostafiana: entre Platão, Aristóteles, Kant, Hegel, Marx, Luckács, Marcuse, Popper, Lowy, Goldman, Rancière, Habermas, a teoria do conhecimento é esfregada pela crítica.

Para onde ir após 1985 e a(s) tese(s) do “pêndulo Mostafa” (já que o fictício 1984 de Orwell (1957) não apenas chegou, como se tornou fato)? Para todos os indícios legados pelas lentes de Mostafa, e percorrer os caminhos ainda não revisitados, voltar à 1948 – quando Orwell escreve e a Teoria Matemática da Comunicação se inscreve via Claude Shannon e Warren Weaver (1975). O diagnóstico mostafiano está dado. Cabe-nos pela racionalidade do próprio campo – seu *devoir* bibliográfico – demonstrar os passos que reposicionam as configurações falaciosas da neutralidade tecidas dentro do campo, entre sua práxis (profissional-acadêmica, acadêmico-profissional), apontando com o dedo: ei-ela, a crítica epistemológico-histórica-informacional.

Uma outra forma de dizê-la (a crítica epistemológico-histórica-informacional), estaria objetivamente no Benjamin (1985) de “Magia e técnica, arte e política” (no “Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov), ou no retorno à Benjamin produzido por Eagleton (1993). Colecione tudo! Tudo poderá ser útil. E a dialética se abre: é justo nosso campo que, pela via da opressão, responde ao horizonte a impossibilidade de tudo se ordenar. E a exclusão da classe na classificação é a fundamentação dos excluídos como necessários à máquina, ao pleno funcionamento da máquina. A contradição benjaminiana (ou informacional, sob seu verbo crítico), assim definiu Eagleton, em *A ideologia da estética*,

A fascinação de Benjamin com os detritos da história, com o excluído, o desviante e abandonado, é um corretivo essencial para as ideologias estreitamente totalizadoras, mas, ao mesmo tempo, pode se cristalizar,

como certas teorias contemporâneas, em algo como a imagem invertida da ideologia, substituindo uma miopia teórica por um astigmatismo. (EAGLETON, 1993, p. 243)

A leitura eagletoniana nos leva ao coração das utopias roubakiniana, moreliana e rangathaniana. Se a técnica (os óculos) pode servir para poucos, dado seu valor, retiremos da alienação os oculistas. Entretanto tal técnica, antes dos óculos, já se funda na materialidade que nos interessa; a condição do ver em seu estatuto técnico simbólico (um modo tesauriano de ver, pela linguagem e suas maravilhas contra o totalitarismo). A miopia e o astigmatismo como (in)correções do modo cultural de fundar a verdade. A estética dada é a estética construída (a imagem da metáfora que abre universos para a revolução). A morte é a forma de vida de cada cultura. Se nós perdemos a linguagem (a narrativa) em benefício de sua ausência (a informação), nosso desencantamento tem o abismo como única via. Sim. Não. Lá e cá, o simbólico, dir-nos-ia a “filosofia das formas simbólicas” de Cassirer (1994, 2001, 2004, 2011), nos funda: a religião não está fora da ciência, ela é científica por estar antes e depois; nega-la é a única irracionalidade humana.

A síntese eagletoniana para a aporia informacional em Benjamin faz-se:

[...] exatamente na medida em que o significante esvaziou-se de significado, a sua materialidade se eleva curiosamente: quanto mais as coisas e os significados se separam, mais palpáveis se tornam as operações materiais das alegorias que lutam para reuni-los. O alegorista barroco, em consequência, alegra-se com essa dimensão somática do signo, descobrindo no aspecto incriado de suas formas e sons um resíduo puramente sensível que escapa ao estrito regime de sentido no qual toda linguagem está presa, agora. O discurso foi forçadamente atado à lógica; mas a preocupação do *Trauerspiel* com a escritura em oposição à voz, seu arranjo cerimonioso de hieróglifos carregados materialmente como símbolos embalsamados, leva-nos de volta à consciência da natureza corpórea da linguagem. O ponto em que significado e materialidade estão mais dolorosamente divididos nos lembra, pela negação, de uma possível unidade de palavra e mundo, assim como do fundamento somático da fala. **Se o corpo é um significante, então a linguagem é uma prática material.** É parte da missão da filosofia, na visão de Benjamin, restaurar na linguagem a sua riqueza simbólica escondida, resgatá-la de sua queda no empobrecimento da cognição para que a palavra dance mais uma vez, como aqueles anjos cujo corpo é uma chama de adoração diante de Deus. (EAGLETON, 1993, p. 243, grifo nosso)

É por esta razão que a filosofia crítica da Ciência da Informação, refundada em 1985 com os diagnósticos de Solange Mostafa carecia dele, do simbólico (fundado no coração de Emanuele Tesauro). Mais especificamente, do “alegorista barroco”. Mas antes de chegar até ele, é preciso voltar à religião; para entender como o Deus simbólico Logos, apresentar-nos-ia Bárbara Cassin (2005), tornou-se “só” “lógica simbólica”, e materializou-se como algoritmo. É preciso voltar a rezar sempre para entender o que os deuses não escutam.

2 O positivismo é ainda mais crítico quando teológico: uma primeira dialética

A questão que atormenta as disciplinas sociais em seu projeto de consolidação é o problema da demarcação presente em quase todas as disciplinas de humanidades como consequência da invasão do espírito positivo que permeou, a partir da metade do século 19, todos os ramos do saber. Psicologia, História, Sociologia, Educação, Enfermagem, Medicina e demais práticas não raro se vêem às voltas com a dicotomia Ciência-Arte. Na Biblioteconomia a polêmica é mais flagrante por força do novo nome adotado a década de 60 deste século, o de Ciência da Informação. (MOSTAFA, 1985, p. 5)

Talvez a inflexão menos necessária seja, no plano do garimpo desordenado por uma teoria crítica do campo, retornar ao positivismo, como realizado por Miguel Ángel Rendón Rojas (1996, 1999) e Rafael Capurro (1992, 2003). Porém, é sob a sua aura inacabada que uma porta a princípio fechada se impõe ao precipício tentador. E um imenso museu de vanguardas se abre por trás dela, nuvens abaixo e acima: a *web* (enorme galáxia bibliográfica deitada em berço numérico manipulado por forças hegemônicas, ilustrada em suas cartografias superficiais pelos armamentos bibliométricos). A vitória do filho pródigo do século XX, o neopositivismo e sua escola projetada nos anos 1920, a década da primeira geração da Escola de Frankfurt, estabelece o dilema repleto de dialéticas lançadas sob o solo da linguagem. O mundo conceber-se-á na e para ela, a linguagem (matemática e matematizável).

Eis a “escola”, nunca modelar, nunca rigorosa, porém tratada erroneamente como “escola”, ei-la: o neopositivismo funda o campo, travestido de manual de concerto de telefones. A teoria matemática da comunicação, expressão fundamental da racionalidade do século XX, existindo ou não Ciência da Informação, no perigoso silêncio lógico dos anos 1930, a década que prepara o fim do mundo.

O mito da lógica não está só. Sem a gramática que concebe suas possibilidades de sentido, sua única forma de comunicação, e sem a retórica que estabelece suas margens de aceitabilidade e de propagação, nada seria. Aristóteles, outra vez, redivivo; o Deus Logos em evidência. No entanto, na medida em que se concebe a lógica como ferramenta sagrada de solução de todos os problemas da humanidade, da linguagem privada à bomba atômica, da Máquina de Turing à Internet, da IBM ao Holocausto, em meio a todo esse grande teatro trágico, a bonança funda não uma, mas N evidências emancipatórias. E a *web* (camada retórica sobre a camada lógica, gramaticalmente estruturada para os *pragmata* do capital; o Logos como *Trivium*) e os mecanismos de emancipação pela mesma abertos se concebem, via a plataforma da linguagem, entre o privado e o público, os caminhos (im)possíveis de luta contra o capitalismo.

A religião neopositivista (não mais logicista, agora gramatical e fundamentalmente retórica, ou a máquina de guerra chamada deus-lógico-simbólica), se torna a grande unidade, para o bem, para o mal. Reconhecidamente (pelo ceticismo fundamental e fundacional da teoria crítica) máquina de alienação e de opressão, a (técnica da) linguagem (a Retórica, em primeira e em última instância, posto que, como disse-nos Aristóteles, ela também é lógica) é, ao mesmo tempo, a única saída – profecias sofisticadas, à moda de Bárbara Cassin (2005). Apaga-se intencionalmente, aqui e acolá, o sonho de Morel (1908), a revolução de Roubakine (1998).

E assim seria fácil (bem como frágil) posicionar o nascimento da teoria crítica da Ciência da Informação: falar (do) mal do neopositivismo e sua (técnica de) multiplicação de neutralidades sacras. Isso já está feito. São precisamente 70 anos de teoria crítica em Ciência da Informação, após o miraculoso ano de 1948. A teoria matemática foi derrubada, antes, de Emanuele Tesaurò (1670) até a apresentação, em 1931, das cinco leis rangathanianas (RANGANATHAN, 2009); passando pelas teorias da biblioteca popular moreliana e da bibliopsicologia boubakiniana; depois, na década seguinte, por Jesse Shera, na aparição da epistemologia social em 1951 – alertava-nos Shera (1970), na estrutura de uma ética informacional, faz-se necessário compreender e identificar os fins anti-sociais da desinformação.

They can be powerful channels of misinformation. Just as the printing press could be used for ali kinds of unethical and antisocial purpose;s; so these mechanical devices, once they are perfected, can be used for antisocial ends. This is a problem of every advance in man's control of his

environment. [...] We simply have to make sure to establish safeguards, social and political safeguards so that these mechanical advances are used for the proper ends and do not fall into the wrong hands, that they are not misused. The atomic bomb, of course, is the great example of this need for control. We could have in this whole new information science something that is potentially dangerous as the atomic bomb. We must learn to control it too. (SHERA, 1970, p. 133)

O sagrado aqui está no mecanicismo eletrônico: uma dada (técnica da) linguagem. Sua proporção áurea já sob nova face: não mais o livro e, sim, o periódico científico – a cibernética do chofer da ciência. Mudam-se apenas os adereços. O que importa no carnaval é o conhecimento (a festa da carne quer o que o conhecimento que realmente transforma pode no seu real dar: a matéria, histórica e quente, transformada). O neopositivismo se fez herói no campo pela bibliometria, salvação quantitativa para os riscos da arte intersubjetiva a caminho do povo.

Sim, o que está em jogo é o conhecimento como concretude, sob a sua forma histórica de matéria, sob a linguagem em suas constantes presentes no arqui-duplo lembrado por Alfredo Serrai (1975): leveza e duração. Tão mais leve, menos durável, tão mais durável, menos leve, o equilíbrio pode fazer o códice e o microcomputador (até chegarmos ao *smartphone*) o artigo científico e sua citação, áureos em seus projetos de (re)(trans)formação dos saberes. Reconhecer que a utopia nas máquinas do *trivium* é um veio comum do campo informacional, principalmente pós-Gutenberg, não é negligenciar a razão crítica. Sabedores da alienação que constitui o (in)formar, ignorantes seremos sempre ao condenar a máquina como o fez Platão, ao invés de trazê-la para o bem, como o fez Aristóteles – revisão tal fundada em Nitecki (1993). Essa querela, presente pauta da retórica entre Platão e o Estagirita, é justamente o nascedouro de uma filosofia da informação, mais ancestral teoria do campo informacional, disponível no *Fedro*. (PLATÃO, 2000)

Não. O caminho acima também é, ele, a-crítico, posto que ausente de historicidade, de dialéticas profundas, do plano conceitual ao plano da vivência do trabalho. O neopositivismo funda uma (cons)ciência da cientificidade no campo, dada a precisão de seu acaso: o lugar certo, na hora certa. O Deus monstruoso que se revela na beleza da língua de Gabriel. E a sombra inventa o sol. As festividades do nascimento da Ciência da Informação (no discurso a-crítico do desenvolvimento epistemológico do campo), se o dito for o aceitável, se dão na varanda do Holocausto. E sem nenhuma comisseração. O Neoliberalismo logo ali no porvir

como a alegoria do ceticismo sumário ou do foda-se transcendental: nós nunca seremos capazes de evitar. Logo, isso é inaceitável.

É necessário humanizar a humanidade. Esse é o princípio da teoria crítica da Ciência da Informação. Disse-o, entre Tesouro e Ranganathan, Nicolas Roubakine (1998a,b) em 1922, após três décadas de pesquisa. Roubakine, russo, expulso pelo czar por, antes de comungar de dada forma ideológica, claramente promover ideias revolucionárias desde final do século XIX. Para qual revolução? Talvez uma revolução socialista. Antes, uma revolução no pensamento através das formas de ação do conhecimento em seus registros, em suas institucionalidades, em suas formas de construção do acesso. Mais: Nicolas Roubakine é o pai do campo, criador do método e examinador de seus problemas. Essa, a posição historiográfica de Robert Estivals (1978a), com a qual, dialeticamente, não dançamos no baile momesco, ainda que reconheçamos o argumento do pioneirismo e da influência roubakiniana em Paul Otlet. Roubakine positivista, Roubakine epistemólogo, Roubakine metodólogo, Roubakine, o pai da crítica. Roubakine, socialista. Dependerá do olhar (crítico) que desejar ver o que está lá.

Não. Caminhemos outra vez por uma metodologia da crítica na tentativa de compreender como se faz o campo em sua crítica constituição.

3 Uma metodologia iKritika: notas simbólicas sobre o método crítico nos estudos informacionais

J'ose affirmer que la pratique de la biblio-psychologie a donné en Russie des résultats qui méritent la plus sérieuse attention au point de vue scientifique. Elle a commencé par la propagande, à l'école et hors de l'école, des idées et des sciences. La vie russe, elle-même, a fait que la science nouvelle a eu pour devise : foi en la force agissante du livre, instrument le plus puissant dans la lutte pour la vérité et la justice. (ROUBAKINE, 1998a, p. 23)

A crítica em Ciência da Informação carece de uma reflexão sobre os métodos que advêm da historicidade, que antecedem a crítica (como categoria metodológica), e seguem na direção da dialética (confronto dos contrários, fundado no materialismo sobre o qual o real, em barbárie avançada, decepa as esperanças e derrama o copo d'água). A crítica então, inútil e ancestral, como o mosquito da dengue fossilizado na gelatina, não obstante está aí. Olhemo-la. Apontemo-la com o dedo e deixemos de critica-la como forma inaugural ou apoteose do *ethos* dos vencidos. O apontar com o dedo, o quase-método wittgensteiniano

(WITTGENSTEIN, 1979), representa o ver o que está diante dos olhos; neste caso, ver a luta, e não se conformar com o deleite dos vencedores.

O fato é esse e, tal como é, prossegue: desenvolve-se no campo uma teoria crítica que tentou se constituir como primeira teoria social, partindo no caminho contrário de suas pernas: a historicidade e a dialética – em parte, mesmo Mostafa (1985) o fez em seu pêndulo. Ora liberal, ora profundamente liberal, ora radicalmente neoliberal, poucas vezes dada à esquerda. Qual a novidade...? Nenhuma. Dois séculos de liberalismo não podem resultar em outra hegemonia, e uma contra-hegemonia que se diz crítica por identificar tal muralha hegemônica corre risco de, natimorta, desaparecer antes do primeiro registro na caverna. Retomemos, pois, o papel (literalmente) de cada personagem e sua luta. E isso se faz inaugural. Não. Já está feito. Em Solange Mostafa (1985) e nos traços não traçados por ela (principalmente no ontem que coloca Orwell e Shanon & Weaver no mesmo contexto). O desdobramento é necessário... para a luta de hoje e a de amanhã.

Como desenvolver a longa compreensão da teoria crítica em Ciência da Informação isolando o trabalho histórico e suas contradições do bibliotecário, a luta epistêmica para a cientificidade do campo à luz de racionalidades sociofísicistas e o papel feminino (e feminista, como de Suzanne Briet e Elena Savova) e o papel do movimento da Biblioteconomia negra na demarcação da teoria do conhecimento? Inicialmente, a epistemologia histórica visa compreender esse caminho. Faz-se necessário passar, ainda, por uma sociologia do trabalho, por uma historiografia da educação, pelos estudos comparados e internacionais, pela pesquisa biográfica e, por fim, pela própria (positivista) linhagem métrica da bibliografia, para saltar para suas trilhas (socioculturais), de fundo crítico-textual. A bibliografia é o início e o fim do método crítico do campo.

Pois bem, o que é “crítica” em Ciência da Informação? O método pode ganhar direções das mais amplas. Sugerimos três dimensões programáticas para a reflexão metodológica sob a via da epistemologia histórica: o conceitual, o metametodológico e o temático. A dimensão conceitual parte objetivamente de perspectivas (utopia, emancipação, dialética econômico-política). A dimensão metametodológica objetiva buscar em instrumentos críticos de coleta, organização, análise e discussão de *corpus* o modo contra-hegemônico de produção de resultados sobre a realidade social. A dimensão temática reuniria expressões do desenvolvimento de arenas orientadas para grupos marginalizados e zonas de opressão, adentrando os sítios (aqui, no sentido da arqueologia e no sentido de *site*) arrasados de massacre nas fronteiras de raça, gênero, classe, minorias

massacradas e maiorias minorizadas, a fome, a miséria, os refugiados e as vítimas de genocídios, as crianças abandonadas, a educação de adultos e o mundo da vulnerabilidade social, o analfabetismo, o trabalho escravo e os desabrigados.

Não esgotamos o método. Às dimensões programáticas somam-se as configurações de tipologias teóricas: a) abordagens, b) círculos, c) correntes, d) escolas, e) teorias propriamente ditas. Expliquemo-las.

As abordagens teórico-críticas (ATC), ou focos iniciais às margens (bordas) do leito das argumentações críticas, reuniriam indícios de orientação crítica (artigos e outras obras isoladas, quase-aforismos no oceano textual, porém significativamente relevantes para a luta);

- **Os círculos teórico-críticos (CTC)** representariam desdobramentos de um dado olhar crítico (como um pesquisador-docente e o uso desdobrado de seus conceitos), como o desenvolvimento de pesquisas a partir de Hope Olson e o seu grupo;
- **As correntes teórico-críticas (TTC)**, fluxos pontuais de desenvolvimento de reflexões críticas desdobradas de conceitos (muitas das vezes com autoria definida, mas num dado espaço-tempo quando a criatura já não recorda mais o criador, a não ser pelo sudário amarrotado), reuniriam verticalizações em dados elementos crítico-teórico-empíricos através de programas ou projetos de pesquisa isolados ou parcialmente continuados (por exemplo, seminários temáticos e projetos temporários de pesquisa em torno de macro-conceitos, estes que colocaram em foco dada perspectiva crítica; destacamos aqui, por exemplo, como a *Black Librarianship* nos Estados Unidos e a Associação Internacional de Bibliologia na França via o conceito de esquema);
- **As escolas teórico-críticas (ETC)** seriam dadas pelas práticas epistemológico-aplicadas de institucionalização de percursos críticos de investigação – aqui chegamos à Escola de Chicago e o primeiro doutorado no campo informacional, às construções socioculturais da IFLA – adentrando os coletivos de estudo sobre África e América Latina, sobre comunidades indígenas, sobre genealogia e história local, sobre serviços para pessoas com necessidades especiais, sobre leitura e formação de leitores, sobre usuários LGBTQ, sobre informação para mulheres –, às linhas de pesquisa em informação, sociedade e cultura, como aquela desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, à escola marxiana da Associação Internacional de Bibliologia, a produção socio-crítica do IIBI UNAM no México, à construção de teorias alternativas para a organização do conhecimento na

ISKO, à crítica hermenêutica oriunda da pesquisa e dos programas de desenvolvimento do *International Center of Information Ethics* (ICIE), aos grupos de trabalhos da ANCIB orientados para os construtos sociais, centralmente os GTs 3 e 5, às linhas socio-locais ibero-americanas do EDICIC, à perspectiva socio-metodológica da Rede Franco-brasileira de Mediação e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) desenvolvida por Regina Marteleto e Viviane Couzinet, à construção da inclusão social via IBICT no Brasil, ao desenvolvimento do debate em Ciência da Informação da Ulepicc. Ponto. Ponto e mais. Ainda existe o que se identificar aqui.

- **TC:** E as teorias críticas? São elas raiz e fruto, as partes e o todo, as linhas em alto relevo e as linhas transparentes das abordagens, dos círculos, das correntes, das escolas. Estão em toda parte, maiores ou menores, refletidas ou em dormência provisória. E seguimos no percurso desta reflexão para a iluminação de (parte de) algumas dais tais.

O caminho metodológico não é realizado aqui em sua intenção sistematizadora. Lançamos os primeiros traços de um esboço de método crítico. Afinal: qual é a teoria crítica em Ciência da Informação? É preciso entendê-la (meta-metodologicamente) de dentro para fora, em seus núcleos e em suas fronteiras, a partir de uma teoria social que se desenvolve entre o liberalismo e socialismo, com ênfase para o primeiro, assim como as demais ciências humanas e sociais em sua maioria. Entretanto, fundamentalmente, o caso está em entender (outro caminho wittgensteiniano) qual é o caso da Ciência da Informação, quais são seus atores, seus objetos, seus territórios de aplicação. Só podem sair daqui suas vertentes críticas e sua transformação permanente como campo social, ou seja, em uma teoria social comprometida com a emancipação. É preciso partir da crítica à teoria crítica que se desenvolve no contexto do campo, e não da teoria crítica externa ao campo que não conhece as mazelas e as vitórias do mesmo território em foco para então perceber-lo a-crítico pela ausência de referenciais, métodos e objetos da clássica teoria crítica. Não se trata de negar quaisquer contributos oriundos das demais ciências humanas e sociais. Não se trata de evitar a própria teoria crítica (mesmo porque tal ação seria impossível, dada a própria relação de encontro e de desencontro histórico de tais construtos). A questão (ainda) é simples em sua complexidade: não existirá nenhuma teoria crítica em Ciência da Informação se, ausente de epistemologia histórica, a intenção da crítica estiver em apontar a ausência de uma teoria crítica fundada fora das feridas do campo, fora do agudo de sua dor.

O fim da teoria crítica em Ciência da Informação: buscar-se a si própria no espelho epistemológico-histórico. A crítica da teoria crítica então pode se fazer coerente: reconhecer os limites e as limitações, os recuos e as fragilidades da longa resistência crítica do desenvolvimento teórico e empírico do campo, sem teoria crítica, e com suas cem (ou mais) teorias críticas.

4 Rascunhos da noite anterior: sem ou cem teorias críticas em Ciência da Informação

Epistemology, I need hardly tell you, in its pure sense is the study of knowledge about knowledge itself. It is knowledge of knowledge itself. Therefore, social epistemology is the study of knowledge in society. It should provide a framework for the investigation of the entire complex problem of the nature of the intellectual process in society; the study of the ways in which society as a whole achieves a perceptive relation to its total environment. (SHERA, 1970, p. 85-86)

Ousar e acreditar na crítica para revelar o horizonte da emancipação: eis os caminhos mais simples do método apontado. Avaliemos inicialmente (partes de) teorias de ênfase crítica que podem acompanhar nosso percurso, passando pela teoria barroca, pela liberdade bibliográfica, pela psicologia das massas e revolução via leitura, pela biblioteca inacabada, pela epistemologia social até chegar a uma a organização social dos saberes socialmente oprimidos – sem poder passar, mas sem nunca deixar de estar na hermenêutica angelética, na crítica representacionista, na análise do domínio, na antropologia da informação, na pragmática informacional, exercício estabelecido cerca de dez anos atrás (SALDANHA, 2008). Estas derradeiras, e tantas mais teorias críticas, o faremos (por enquanto) no método bibliográfico mais tradicional: a lista, sob a via benjaminiana (através do Apêndice A: sem e cem teorias críticas em Ciência da Informação). E a abertura permanece: janela para a criatividade crítica em curso histórico.

4.1 Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro como abertura⁵⁸

Tesauro, keenly aware of the difference between Science and Rhetoric, between literal and figurative truths, uses the *ingegno*, as a separate faculty or power

58 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S.; SOUZA, Rosali F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. *Informação & Informação (Online)*, v. 22, p. 11-32, 2017.

of the mind, to account for, and in part to justify, not man's discovery of pre-existing relationships between natural objects [as was the case in much of medieval symbolism and Renaissance magic], but rather his creation "ex nihilo" [the *ingegno* "di non Ente, fa Ente"] of relationships which, when taken literally, have no objective existence and no positives tatusi n the order of "things" in reality and truth. (PROCTOR, 1973, p. 74)

Se Marx refaz Hegel para o social, o campo informacional deve refazer Emanuele Tesauro. E Benjamin não o viu na sua mesa. Aqui nasce o argumento para a teoria crítica da Ciência da Informação, na e para a linguagem. Estamos certos da afirmação por um destino rigorosamente metodológico: Walter Benjamin (1985) e a compreensão da destituição de fragmentos de uma utopia do sujeito no Humanismo falido, porém não enterrado (vide a Declaração Universal dos Direitos Humanos) – ao contrário, sustentáculo metodológico de um modelo almejado de humanidade. A narrativa contra a informação. A alegoria contra o conceito. A teoria crítica do campo nasce e renasce no século XVII, exercício necessário para a crítica teórica.

O Barroco, enquanto estilo artístico, representa uma profusão de elementos que contrasta com as escolas da pintura e da escultura anteriores, inserindo, principalmente, a linha curva e o foco nas expressões do sentimento humano em sua máxima condição. Em um sentido etimológico, diz-se, em geral, que o substantivo "barroco" responde por uma pérola de formato anômalo, ou irregular, ou fora do comum, ou, ainda, singular.

Como aponta Carpeaux (1990), o estilo barroco foi reconhecido durante muito tempo como um padrão da decadência da arte. O teórico reconhece o Barroco como um sistema de civilização, de substância latina. Reúnem-se aqui elementos como o maravilhoso, o colossal, o prodigioso. Do Renascimento ao estilo barroco, encontra-se a passagem da forma fechada para a forma aberta, e do estilo plano para o estilo profundo. A ideia, representada, por exemplo, pela noção italiana de *barrocco*, isto é, "acumulação", nos ajuda a compreender as relações entre a linguagem, a organização dos fatos linguísticos e suas ocorrências artefactuais.

Encontra-se em uma teoria do pensamento barroco a marca da alegoria, como característica central. Forma de institucionalização do imaginário, ela representa, segundo Carpeaux (1990), uma transcrição do mundo no nível mais elevado, a saber, o simbólico. Assim, o mundo barroco é perturbado e perturbador. A alegoria quer abrir-nos os olhos: procura o verdadeiro lugar das verdadeiras entidades

no mundo, os pontos de apoio ocultos da salvação neste mundo da morte. Para encontrá-los, é preciso destruir a fachada do mundo, é preciso provar que toda esta pompa é apenas sonho e ilusão. (CARPEAUX, 1990, p. 20).

A cumulatividade das linguagens e das coisas e a capacidade de significar dessas instâncias como marcas do Barroco inspiram diretamente o pensamento de Emanuele Tesauro (1670). A figura da alegoria no diálogo com as Categorias e a Retórica aristotélicas terá lugar central em sua tentativa de, no plano da linguagem, abrir as possibilidades de uma visão do mundo e compreender as dinâmicas variáveis de construção ou na construção do sentido. Transposta ao longo do decurso de luta por uma positivação do real representado, ou, ainda, da invenção do real através da representação, encontramos essa manifestação na construção de uma teorização e de uma metodologia para as práticas de organização e de representação do mundo das palavras e das coisas nos últimos séculos.

Todo esse processo se constitui, assim, como parte do cotidiano das futuras tentativas de construção teórico-(meta)metodológica da Organização do Conhecimento: recorrer à Aristóteles, projetar os exercícios de categorização, representar coisas, processos e palavras, eliminar a nebulosidade das sobreposições semânticas da vivência do mundo social e de suas disputas simbólicas (usando, ironicamente, seus mesmos processos de hierarquização, de isolamento, de agrupamentos arbitrários), eis construtos comuns no contexto pós-Tesauro.

Uma teoria barroca se coloca, no entanto, mesmo no jogo da positividade, na centralidade do pensamento em organização do conhecimento, diante do espelho turvo da realidade sociopolítica. Enunciar o espelho turvo não representa aqui negligenciar outras abordagens (como aquelas comunicacionais, psicológicas, por exemplo, que tratam do conceito e das apropriações simbólico-científicas do espelho). O foco está, no entanto, em problematizar uma relação entre uma filosofia barroca (algo que se estabelece a quem da epistemologia) do que se diz “organização do conhecimento” e uma compreensão do que se consolidou (aqui sim) como uma “epistemologia da organização do conhecimento”, pelo viés de Emanuele Tesauro (1670). Em outros termos, trata-se de reconhecer criticamente um conjunto de saberes e de práticas reunidos a partir de um acordo provisório de atores sociais em um dado tempo social, junto de suas instituições e de seus conceitos.

Podemos encontrar essa anterioridade filosófica na filosofia da linguagem, em seus diferentes aportes. Entre Platão e Aristóteles, o problema do intervalo entre a linguagem e o exercício do filosofar se coloca, em nossa visão, como a limite

para reconhecer uma teoria do espelho para a organização do conhecimento. Pauta-se ali, na Antiguidade Clássica, a “dúvida” se podemos ou não pensar o conhecimento sem pressupor a reflexão sobre a linguagem. Não é coincidente a marca do pensamento aristotélico nas teorizações da organização do conhecimento ao longo de sua teorização, seja na fundamentação das grandes propostas classificatórias do século XIX (que se reportam ao “diálogo-contraponto” entre Bacon e Aristóteles em seu “Novo Organon”), seja nas abordagens mais recentes, recuperando as teorizações das Categorias aristotélicas e do papel ontológico, passando pelas adoções do silogismo nos processos do mecanismo orientado para as linguagens documentárias em contextos em rede.

Podemos reconhecer, generalizando toda a teorização, que essa “espelharia” representa o próprio modo de conhecer, em toda e qualquer instância. Trata-se da pergunta clássica “o que é” de fundo socrático. No entanto, cabe-nos aqui, objetivamente, olhar para o que se coloca quando compreendemos uma teleologia da organização do conhecimento, ou seja, sua finalidade enquanto um conjunto de saberes (meta)metodológicos (domínio, ciência ou campo) em seu território crítico.

Em uma trilha já apontada por Gabriel Peignot (1802a,b) e seus sistemas bibliográficos, a Ciência da Informação bem como a organização do conhecimento são “filhas filosóficas” de uma longa trajetória de constituição da reflexão sobre a linguagem. Sua epistemologia, pois, só pode se dar “dentro”, e nunca fora da linguagem. O argumento se encontra também nas teses filosóficas sobre a fundamentação do campo informacional em Capurro (1992), estabelecendo o nosso vasto escopo epistemológico como um sub-ramo da Retórica (centralmente da Retórica de Aristóteles). Mais uma vez encontramos a própria estrutura do pensamento reflexivo em organização do conhecimento, ou seja, o jogo entre as abordagens analíticas e discursivas oriundas da tradição aristotélica é demarcado no clássico pensamento de Emanuele Tesaurò (1670), em seu *Il Cannocchiale Aristotelico*, procurando uma forma de pensar os modos de exploração amplos da linguagem.

A espelharia da organização do conhecimento, desde então (e chegando aos estudos atuais), coloca em cena a pergunta do classificar sempre como uma autocondição: o que em mim eu classifico quando classifico? É no tempo histórico do avançar das classificações “científicas” ou classificações das especializações resultantes do século XVIII que se fundam as correlações paralelas da busca por uma classificação capaz de “espelhar” a existência de tais científicidades (e da própria científicidade da organização do conhecimento, na corrida oitocentista

pela afirmação da Biblioteconomia, da Bibliografia e, comprova o trabalho de compilação de Peignot (1802a,b), resultado de um processo histórico de argumentação na tentativa de afirmações epistêmicas).

Segundo Souza (2007), para o desafio da descontextualização, mecanismos foram criados com vistas à flexibilidade (no Barroco, diríamos, à abertura ao mundo), intencionando reagrupar de modo distinto, não hierárquico, os termos, bem como elaborando sistemas relacionais. Os potenciais que provêm das forças combinatórias da linguagem geram, por exemplo, os tesouros facetados. A solução, porém, ainda depende e sofre com a dinâmica de recontextualizações que o plano sociopolítico estabelece.

Chegamos, no sentido aplicado com repercussões epistemológicas, aos instrumentos folksonômicos, que procuram adentrar de maneira ainda mais direta na dança das intersubjetividades de cada plano classificatório, de cada comunidade de produção de sentidos, no plano da crítica às minorias exploradas ou às maiorias alienadas. Esse marco pode ser classificado como o bojo do simbólico, esfera de atuação teórica e aplicada de uma teoria barroca em Emanuele Tesauro.

Nesse terreno do simbólico, segundo Eco (1984), encontramos em Tesauro um precursor, seja no plano da organização da linguagem, seja no diálogo com os problemas da discursividade. Trata-se da procura, ainda no Seiscentos, pela constituição de um modelo de universo semântico organizado, partindo das categorias aristotélicas e suas ações, mas também da fundamentação discursiva (retórica) do real, constituindo um “índice categórico”, preocupado com as relações entre os termos e as coisas que os mesmos designavam.

Seguindo um modelo de organização enciclopédica, Tesauro estabelece para Eco (1984) uma estrutura fundamental para a futura semiótica, ou seja, tentando compreender os tropos e os signos, o teórico neobarroco Emanuele concebe um experimento que coloca em jogo a conceitualidade e a discursividade. Trata-se, pois, de um diálogo direto entre “um” Aristóteles do “Organon” e “um” Aristóteles da “Retórica”, provavelmente um dos maiores dilemas atuais na construção de uma *web* pragmática, pautada nas associações contextuais do ponto de vista da ação da alteridade em seu lugarmundo em rede.

No plano puramente retórico, Tesauro (1670) conceberá o que Proctor (1973) chama de abordagem figurativa, ou uma estrutura que aborda a relação entre sentido, emoção e inteligência. Seus experimentos procuram não apenas, nesse aspecto, isolar e relacionar termos para identificar seus efeitos sógnicos e simbólicos. A atividade teórica tesauriana também permite, na sua técnica combinatória,

identificar outros significados a partir da relação entre as ideias. E o mundo da crítica se abre à possibilidade da transformação social pela linguagem (causa e efeito da práxis da Ciência da Informação).

4.2 A liberdade bibliográfica: notas sobre a sociologia dos textos antes da bibliometria do neopositivismo⁵⁹

In terms of the range of demands now made of it and of the diverse interests of those who think of themselves as bibliographers, it seems to me that it would now be more useful to describe bibliography as the study of the sociology of texts. If the principle which makes it distinct is its concern with texts in some physical form and their transmission, then I can think of no other phrase which so aptly describes its range. (MCKENZIE, 1999, p. 13)

A Ciência da Informação, via o neopositivismo, parte de uma tradição epistemológica representacionista. O pensamento com foco na representação aqui parte da lógica pura e caminha até a lógica de percepção mental entre o fisicalismo e a abordagem cognitiva informacional, mas mantém a linha de argumentação voltada para a representação, como mencionado anteriormente. No entanto, os estudos de organização do conhecimento, que visavam representação, transmissão e preservação de conteúdos, movimentaram-se ao longo dos séculos por diferentes arenas.

Como aponta Mostafa (1996, p. 36), no século XVI o pensamento é relacional: não havia mediação do conceito, o que permitia que “tudo” tivesse relação com “tudo”, o que exigia, por sua vez, diante da grande dança das analogias, uma maior erudição. O erudito, responsável por resolver a mediação ausente dos conceitos, atuava com a construção e transmissão do saber através do comentário, da exegese. Ali, “conhecer é comentar” (MOSTAFA, 1996, p. 37). No âmbito do Renascimento “desenvolvia-se uma epistemologia baseada na interpretação por analogias, em que as palavras e as coisas se misturavam”, ou seja, “as palavras não representavam as coisas”, eram partes delas.

A partir do século XVII, “a palavras e as coisas se separam, nascendo entre elas a representação” (MOSTAFA, 1996, p. 37) – aqui a palavra se torna imagem, como pode ser visto nas obras de Magritte (FOUCAULT, 1988). Neste contexto,

59 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S. *Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Ludwig Wittgenstein*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2008.

aparecem a ordem alfabética e a identidade das palavras – ou seja, ordem (medida) e identidade (precisão) agora governam as relações sociais. Nas palavras de Foucault (2002, p. 65-66),

a escrita cessou de ser a prosa do mundo; as semelhanças e os signos romperam sua antiga aliança; as similitudes decepcionam, conduzem à visão e ao delírio; as coisas permanecem obstinadamente na sua identidade irônica: não são mais do que o que são; as palavras erram ao acaso, sem conteúdo, sem semelhança para preenchê-las; não marcam mais as coisas; dormem entre as folhas dos livros, no meio da poeira. A magia, que permitia a decifração do mundo descobrindo as semelhanças secretas sob os signos, não serve mais senão para explicar de modo delirante por que as analogias são sempre frustradas. A erudição, que lia como um texto único a natureza e os livros, é reconduzida às suas quimeras: depositados nas páginas amarelecidas dos volumes, os signos da linguagem não têm como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representam.

Segundo Mostafa (1996, p. 38), “está aberto agora o caminho para a taxionomia”, para a classificação do século XVIII, o “século da classificação e dos acervos”. Em outras palavras, “as palavras do século XVIII são a nomeação do visível” (MOSTAFA, 1996, p. 39). No olhar foucaultiano (FOUCAULT, 2002, p. 148), ocorre aqui a separação entre “palavra” e “ação” – o que Benjamin (1985), por sua vez, chamaria de fim da narrativa e nascimento da informação.

O século XX promove a “substituição” do sujeito pela informação (BENJAMIN, 1985). Ou seja, o próprio termo “informação” é a fundamentação da base representacionista da epistemologia da Ciência da Informação. No olhar popperiano, uma das bases teóricas da importante tradição cognitiva da Ciência da Informação, nosso conhecimento deve ser objetivo e este, o conhecimento objetivo, é um conhecimento sem conhecedor, sem sujeito que conheça (MOSTAFA, 1996, p. 41). Em resumo, usando as palavras de Mostafa (1996, p. 42), a “representação do conhecimento” passa a ser tratada como o “coração” dos estudos informacionais. Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal, tesouros, ontologias, palavras-chave, resumos, tudo isto é meta-representação – a representação-meio entre os artefatos e os homens. O organizador do conhecimento é tomado como mediador entre o mundo 2, o dos estados mentais, e o mundo 3, o mundo dos artefatos, segunda a epistemologia de Popper (BROOKES, 1980), e não como intérprete da realidade.

No bojo do desenvolvimento da Modernidade, a Biblioteconomia, uma das principais áreas ligada aos estudos da organização do conhecimento antes do século XX, começou a realizar trabalhos mais específicos – mais especializados –, com focos comerciais e industriais, inferindo o nome de Biblioteconomia Especializada às suas intervenções – nos dizeres de Dias (2002, p. 89-90), a Biblioteconomia Especializada surgiria como uma “espécie de dissidência da biblioteconomia, pois os profissionais que trabalhavam na área especializada se sentiram, a partir de determinado momento, incomodados com os rumos tomados pela grande área”, ou seja, era a Biblioteconomia erudita muito ampla, aberta, desligada de uma política de orientação científica vinculada ao positivismo.

Da especialização que se movimenta da Biblioteconomia Especializada até a Documentação, a grande novidade tecnológica em organização do conhecimento era a reprodução micro-fotográfica, o que fez com que o termo “documentação” vivesse, na prática, em determinados contextos, como “sinônimo de microfotografia” (SHERA, 1980, p. 92). Muitas vezes, os “novos” atores dentro do plano da organização do conhecimento procuravam adotar um “novo” nome pelo explícito “desdém” aos antigos atores, os bibliotecários (SHERA, 1980, p. 93) – Dias (2002, p. 95) também contribuirá para este olhar crítico, verificando uma simulada “tentativa de simplesmente exterminar todo o grupo terminológico associado ao termo biblioteca, ou seja, bibliotecário, biblioteconomia, etc”.

Duas orientações definiam a história epistemológica da Biblioteconomia: a primeira, mais remota, de cunho erudito e bibliófilo, humanista, retórico e filológico, em geral demarcado até o século XIX; a outra, ligada ao aparecimento das bibliotecas públicas, relacionada a uma mudança de orientação da erudição para o serviço público, um serviço dinâmico, objetivo, mais especializado, ou tecnicista. Este processo intensifica a redução do termo “biblioteconomia” e, por vezes, a tentativa de anulação do mesmo, o que, na prática, significou a negação de determinadas técnicas da Biblioteconomia, com a posterior “reinvenção” de procedimentos, com novos nomes, que representavam, na verdade, as técnicas renegadas. “Acreditou-se que, mudando-se a terminologia a realidade seria modificada”. (SHERA, 1980, p. 93-94).

É relevante notar que a linha “humanista” da Biblioteconomia de ordem erudita e bibliófila era íntima dos estudos filológicos. Estes estudos procuravam, por exemplo, realizar a exegese dos textos literários documentados historicamente – filologia primitiva –, a recuperação de publicações de manuscritos e textos – filologia moderna/científica. Além disso, era dever fundamental do filólogo atuar

na custódia e salvaguarda dos textos contra a sua destruição material, além de transmitir os textos atinentes ao grupo social a que pertence, cuidar do “sentido que se deve dar ao conteúdo do texto” e da integração dos textos em conexões mais amplas, dentro da multiplicidade de textos”. (ARAÚJO, 2001)

Chama atenção também que, entre as missões sociais do profissional, “quando a sociedade possui escrita, cabe ao filólogo a conservação dos textos em biblioteca pública, procurando, ao mesmo tempo, que se multipliquem as cópias dos textos existentes” (ARAÚJO, 2001), ou seja, ampliando com a reprodução as possibilidades de acesso. Se a Ciência da Informação atinge um grau de formação discursiva que prevê o nascimento de locais onde não apenas se guarda, mas também se produz e se dissemina informação, como no centro de análise da informação (DIAS, 2002), esta evidência é apenas um “retorno” a um “setor” da biblioteca renascentista, ou uma iluminação do humanismo intrínseco à área, um “reencontro” com a Filologia e a Retórica, com o bibliotecário erudito, lembrando que o humanismo marca a ascensão das disciplinas Retórica e Filologia contra a tradição escolástica. Um “retorno”, naturalmente, parcial, pois, como percebemos, há uma permanência intrínseca no próprio fazer da organização do conhecimento que não permite uma ruptura kuhninana a ponto de negarmos a presença ao longo do século XX da filosofia pragmatista na área, intrínseca ao olhar humanista.

A Biblioteconomia sempre trabalhou com conhecimento – com a organização do conhecimento –, principalmente a Biblioteconomia erudita, humanista, de cunho retórico-filológico. O conhecimento da Biblioteconomia erudita, generalista – culturalista (HJORLAND, 2000) –, amplo, fundamentado nas analogias, era, por excelência, o que o discurso pós-moderno chama de interdisciplinaridade – como diz Foucault (2002, p. 66), a erudição “lia como um texto único a natureza e os livros”, ou seja, construía um conhecimento pelo diálogo, pela trans-leitura do mundo. Esta argumentação é refletida em Mostafa (1986, p. 174). A pesquisadora nos revela que a “vertente humanista” da Biblioteconomia, “ao invés de uma metaciência postulada pelos cientistas da informação”, atua a partir de um “projeto interdisciplinar”. Isto se dá diante da presença da Retórica no pensamento bibliotecário humanista, Retórica que Capurro (1992) verificará como um “novo” paradigma na área séculos depois, em uma “nova” ciência chamada CI – ciência que, na verdade, é epistemológica e institucionalmente oriunda da Retórica bibliotecária, contra a qual procurou formular, em parte, seu escopo teórico.

Esta disciplina – foco de fundamentação e de potencialidade crítica do campo segundo Capurro (1992) – investiga as possibilidades de formação e execução dos

discursos. Em seu método, o discurso é desconstruído para ser compreendido a partir das seguintes frações: *inventio* (invenção, achar o que dizer), *dispositio* (disposição; pôr em certa ordem o que se tem a dizer), *elocutio* (elocução; colocar os ornamentos do discurso), *pronuntiatio* (pronúnciação; proferir o discurso, tendo em vista a dicção e a gesticulação adequadas); *memoria* (memória; confiar o discurso à memória). Trata-se, como visto, de uma exploração das possibilidades de comunicação, uma investigação do diálogo. Neste âmbito, o bibliotecário-filósofo fazia parte de uma “ciência interpretativa”, de uma espécie de antropologia da comunicação, pois a cultura específica de onde partia cada discurso era que lhe conferia significado. A ação dos gestos e das palavras era o que importava a este organizador do conhecimento, não a representação.

Ao se voltar para a amplitude dos saberes, não assumindo apenas um método de posicionamento diante da investigação científica, a Biblioteconomia que antecede a especialização da Documentação assume uma percepção pragmática da realidade, negando a unilateralidade do conhecimento, buscando conhecer o homem a partir da análise contextual da produção de seus registros informacionais e pontuando as semelhanças de família que cercam cada jogo de linguagem constituinte das formas coletivas do saber – segundo o vocabulário de Wittgenstein (1979).

Do mesmo modo, a chamada Bibliografia textual, também anterior à Documentação, percebe o mundo do conhecimento de uma forma ampla e apegada aos contextos de cada documento ou artefato cultural. A Bibliografia, no início do século XX, “deixou de designar apenas uma lista de livros para ser encarada como ciência” por bibliotecários britânicos – uma sociologia dos textos. Tais ingleses “não fizeram mais do que restaurar uma tradição que remonta à célebre Biblioteca de Alexandria, cujos diretores foram notáveis eruditos”, do mesmo modo que “recuperar” olhares sobre a Bibliografia como crítica textual ao longo dos séculos que se seguem ao quinhentos. A especialização promovida pela Bibliografia dentro da Biblioteconomia, voltada para a localização, descrição e transmissão – ou para o recenseamento do mundo dos livros em sua totalidade, a referência/representação do mundo –, ganhará, com os estudos estatísticos, um novo escopo e missão: a Bibliometria, ou bibliografia estatística, especializada inicialmente na construção de índices de citação (FONSECA, 1979, p. 29-32). É a especialização da Bibliografia, positivista por princípios e práticas, em uma das mais profundas bases da Documentação de Paul Otlet. (RIEUSSET-LEMARIÉ, 1998)

É interessante notar que, entre o humanismo e o positivismo, e entre o pragmatismo e representacionismo, a Bibliografia procurava conhecer e compreender

o livro do mundo, partindo das bases da Biblioteconomia filológica para tecer as balizas da Documentação. A Bibliografia teria por missão, em primeiro lugar, “a correta identificação de textos e seu estudo comparativo, para determinação do arquétipo e suas variantes” (FONSECA, 1979, p. 35) – variante retórico-filológica, pragmatista -; em segundo lugar, é também sua missão “as análises bibliométricas cujo objetivo é a comprovação ou retificação da história das idéias” (1979, p. 35) – variante documentalista, representacionista. É também importante ressaltar, no entanto, que a Bibliometria, especialização da Bibliografia, esta, especialização da Biblioteconomia, também deve prezar pelo “relacionamento entre os documentos citados e documentos citantes” – vertente retórico-filológica, pragmatista –, bem como do “recenseamento ideográfico de bibliografias nacionais” – vertente documentalista, representacionista (FONSECA, 1979, p. 35).

A Bibliografia em sua vertente pragmatista é chamada de textual – ou ciência da crítica textual (FONSECA, 1979). Também conhecida como analítica, histórica ou crítica, esta linha científica vai muito além da representação descritiva dos artefatos com os quais atua, apresentado as relações intertextuais dos mesmos, cruzando perspectivas críticas e históricas (HORCH, 1978). Desta maneira, a Bibliografia textual volta-se para a comparação de textos, tendo, por isso, a necessidade de recorrer a uma análise histórica, antropológica e sociológica da produção e da recepção da linguagem – uma abertura hermenêutica para a compreensão social do mundo – vide toda a tradição capurriana, derivada, em nosso olhar, justamente deste veio. Trata-se da procura pela compreensão dos diálogos entre os textos, procurando reconhecer o contexto específico de cada discurso e suas formas de apropriação. Este método aproxima a Bibliografia – e, logo, a Biblioteconomia – dos estudos culturais: é necessário compreender o discurso em sua cultura de produção e apropriação –, da crítica literária – é preciso perceber as belas artes como formas do conhecimento e, para tal, é preciso colocá-las junto de qualquer outro objeto de pesquisa, como o pragmatismo defende.

4.3 O canto de Orienbaum: psicologia das massas e revolução via leitura ⁶⁰

Pour l'influence du livre, Nicolas Roubakine rappelle les propôs de la tsarine Catherine II qui était « l'impératrice de Russie à partir du 28 juin 1762 »

60 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S. Gramática de la intencionalidad en los estudios informacionales: estado maquínicos como objeto de la intención simbólica. In: Miguel Ángel Rendón Rojas. (Org.). La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental. 1ed. Cidade do México: UNAM, 2018, p. 75-106.

en sens qu' « il ne faut pas donner d'instruction à la plèbe [La plèbe — les *plébéiens*] se définit par opposition aux patriciens ou plus tard à la *nobilitas* : c'est la partie du peuple qui s'oppose à l'organisation oligarchique de la cité. Dans le langage courant, la *plèbe* désigne la populace), parce que si elle vient à savoir autant que vous et moi, elle n'obéira plus autant que maintenant » et toute la vie Roubakine sera consacrée à lutter contre cet obscurantisme égoïste et indigne. (BOBUTAKA, 2010, p. 53)

Nicolas Roubakine, nascido em 1862 em Orienbaum (atualmente Lomonossov), na região de São Petersburgo, e falecido em 1946, elabora, a partir de 1887, a proposta de uma ciência dedicada aos fenômenos psíquicos relativos à produção, à circulação e à apropriação do livro e dos documentos escritos em geral. Esta nova ciência viria se chamar “psicologia bibliológica”, ou bibliopsicologia. (SAMSOVA, 1998)

Otlet (1934) demonstra que o pensamento roubakiniano busca o estudo dos fenômenos do livro a partir do ponto de vista complexo das ciências sociais e exatas, aproximando-se da formulação de leis de conversação e de critérios de fala. A bibliopsicologia representa, assim, uma ciência do comportamento verbal aliada ao estudo da dependência funcional entre o livro, o indivíduo e seu meio social.

As teses de Roubakine foram consolidadas e sistematizadas na publicação, em dois volumes, da obra *Introduction à la psychologie bibliologique: théorie et pratique*, de 1922, incentivada por Paul Otlet e Adolphe Ferrière. Roubakine estudou psicologia e matemática na Universidade de São Petesburgo e concluiu seus estudos na segunda metade dos anos 1880. Acusado de divulgar textos revolucionários em 1886, o teórico russo foi proibido de ocupar cargos acadêmicos neste ano. Orientado diretamente ao estudo do povo, Roubakine lutou contra o analfabetismo das massas populares da Rússia. Nesta trajetória, o teórico atuou nas funções de bibliotecário, escrivão, editor, redator, tradutor, livreiro, propagandista, além de outras atividades relativas ao mundo do livro. (SAMSOVA, 1998)

Aos 27 anos, sucedendo sua mãe no posto de bibliotecário, Roubakine inicia seu contato direto com a experiência individual da leitura, fato este marcante para toda a sistemática de seu pensamento. O teórico russo transforma a biblioteca em um centro de educação e cultura, como também um espaço de investigação científica para a leitura, um laboratório de estudos do leitor e de suas práticas. O foco social está imbricado com o horizonte científico: o ideal de alfabetizar e preparar as massas para os embates do conhecimento até ali presentes no império

passa ser o objetivo roubakiniano. O horizonte principal da Bibliopsicologia, pois, está em se perguntar pelo homem por trás do livro. (SAMSOVA, 1998).

Para Roubakine (1998a), a criação, a produção e o uso dos artefatos bibliográficos não podem ser encarados, à primeira vista, como fenômenos da natureza, sendo, pois, frutos de uma vida social e histórica. A grande pergunta-problema apresentada por Roubakine (1998a) é: podemos afirmar que todo livro possui um conteúdo que lhe é próprio, independentemente da personalidade do leitor, do processo de leitura, das condições do lugar de apropriação ou do momento onde o processo se efetua? A resposta à questão representa, na visão roubakiniana, o desenvolvimento de uma reforma indispensável para a compreensão dos modos de produção e de uso do livro.

A questão por trás de toda a argumentação de Roubakine (1998a,b) está em se interrogar a condição histórica das massas populares, das classes de trabalhadores, diante do potencial de transformação dos artefatos bibliográficos e dos modos de instrução anteriormente postulados por uma elite intelectual. Uma nova vida social só poderá emergir quando da apropriação por parte desta classe dos conhecimentos produzidos pelo homem até ali não partilhados. O propósito roubakiniano é constituir um método integral de aquisição de conhecimento que pode conduzir mais rapidamente aos objetivos de tal partilha. A partilha não do conhecimento, mas da humanidade (dividida em nações, classes e profissões) representa uma absoluta contradição à possibilidade de integração do conhecimento e representa o obstáculo para a transformação social da vida. Neste sentido, a *biblio-psychologie est un des moyens d'humaniser l'humanité* (ROUBAKINE, 1998a, p. III)

Como descreve Otlet (1934), o projeto empírico da bibliopsicologia visava, para conhecer o homem por trás do livro, redigir livros de socialização da ciência, estudar os objetivos da educação e do autodidatismo, transformar as bibliotecas em laboratórios de pesquisa sobre a circulação de ideias, organizar as atividades de edição e distribuição dos livros. Objetivava ainda tal condição científica construir a compreensão coletiva de que, sob o regime político corrente no início do século XX, a opressão social imperava, distanciando os trabalhadores da justiça e da verdade.

Neste sentido, a Bibliopsicologia “indique la voie qui conduit dans les profondeurs de l'âme humaine, profondeurs où se cachent la conscience morale, la vérité et, d'une façon générale, le principe même de la vie spirituelle” (ROUBAKINE, 1998a, p. IV). Constitui-se, desde o princípio, nesta proposta epistêmica, um jogo profícuo entre subjetividade e objetividade que, na visão roubakiniana, no

entanto, não conduziria seu projeto a qualquer a-cientificidade da busca bibliopsicológica. Ao contrário, em sua visão, é possível constituir um ponto de vista objetivamente científico, como aquele das ciências naturais – em outros termos, mesmo não sendo inicialmente um modelo de ciências exatas, a Bibliopsicologia poderia chegar ao nível de rigor metodológico destas.

São as experiências determinadas e complexas do “ser psíquico” (termo adotado pelo teórico russo para evitar o uso metafísico e o uso teológico, respectivamente, das noções “alma” e “espírito”) com os artefatos bibliográficos que a Bibliopsicologia investiga, e não o artefato como unidade de análise. A partir desta perspectiva, a ciência descrita pelo teórico visa a uma relação de investigação que atinge não apenas uma só classe, mas também as classes desfocadas dos grandes métodos, chegando até as classes proletariadas e ao foco democrático propriamente dito. (ROUBAKINE, 1998a).

Um importante “desvio” conceitual é aqui estabelecido para os estudos da intencionalidade: Roubakine (1998a, p. 6) chama a atenção que o âmbito psicológico de sua “ciência bibliológica” (ou ciência do livro) não deve investir no conceito de “consciência” – em sua visão, o conceito não designa a totalidade dos fenômenos psíquicos, mas apenas uma categoria superior. Por isto, para Roubakine (1998a) a noção de “experiência” evoca o conjunto macro dos fenômenos psíquicos, seja uma representação, uma emoção, um desejo, contidos no domínio do consciente ou do subconsciente. Para tal, o teórico russo adota a noção de “experiência psíquica” para o grupo de fenômenos que vão além daqueles reconhecidos como emotivos.

Em uma demarcação sintética, a “bibliopsicologia” procura conhecer os fenômenos psíquicos relativos aos estudos em geral do homem e contribuir para as ciências. Tal cientificidade aborda os processos de leitura, observados analiticamente a partir de experiências, induções, hipóteses e deduções. O ponto de partida desta ciência, ou desta abordagem para os estudos da mente em seus processos de produção e de apropriação da informação, tem sua origem claramente distinta da construção do ponto de vista informacional, de fundo mecanicista e neoliberal, dos estudos cognitivos dos anos 1970.

O nascimento desta espécie de teoria do conhecimento tratada como Bibliopsicologia tem seu solo na experimentação da virada do século XIX para o XX, segundo Roubaknie (1998a), nas escolas, nas bibliotecas, nas salas de leitura, nos auditórios de cursos populares, nas redações de revistas, nas livrarias, em cada *lieu de conspiration* da propaganda revolucionária. Ela está historicamente vinculada, como ciência aplicada, às ações contrárias à opressão do regime absolutista russo,

diante do sofrimento, das deportações, das execuções. Está aqui, neste sentido, a profunda significação moral e social da nova ciência. Compreender a intencionalidade é, pois, identificar os potenciais de transformação social – em um sentido epistêmico, de pano de fundo, a intencionalidade como objeto de uma Ciência da Informação estaria, hoje, com foco em um claro e demarcado plano político.

4.4 A biblioteca inacabada e *vastu-tantra*: a pragmática transcendental via *digvijaia*⁶¹

As classes abastadas e influentes — os *homens livres* do século XIX — resistiam acintosamente, por puro egoísmo, até mesmo à simples sugestão de que aos pobres fossem ministrados os rudimentos da educação.

[...]

Todos os estudiosos de política salientam com palavras inconfundíveis que o instinto político daqueles que se encontram em posições privilegiadas se opunham veementemente ao advento da Segunda Lei da biblioteconomia.

[...]

Os argumentos de quem se opunha à lei Ewart – a primeira lei de bibliotecas públicas da Inglaterra – era que “o conhecimento em demasia era uma coisa perigosa e que as bibliotecas poderiam se tornar centros de educação política”. (RANGANATHAN, 2009, p. 52-53)

Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) nasceu no estado de Madras (Tâmil Nadu) na Índia e pode ser considerado um dos pensadores mais originais da Biblioteconomia. O filósofo e matemático indiano coloca a biblioteca como centro da transformação social e política, assim como o fazem as gerações de Melvil Dewey e Charles Cutter nos Estados Unidos e, na Europa, a corrente documentalista a partir de Paul Otlet. Diferentemente, porém, destes, encontramos naqueles grandes clarões na leitura ocidental sobre o pensamento do mestre das 5 Leis da Biblioteconomia, principalmente pela dificuldade da recepção do sânscrito e da complexidade que há no bojo da filosofia indiana como um todo. Especificamente, o léxico ranganathaniano é povoado por alusões ao misticismo védico e ao hinduísmo.

A experiência da “viagem” de Ranganathan ao ocidente é fundamental para a profundidade de seu conhecimento, principalmente no que diz respeito

61 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S. *Vastu-tantra: sobre a pragmática transcendental em Ranganathan*. In: Elaine Rosângela de Oliveira Lucas; Elisa Cristina Delfini Corrêa; Gisela Eggert-Steindel. (Org.). *As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios*. 1ed. São Paulo: FEBAB, 2016, v. 1, p. 47-56.

à complexidade da reunião de duas formas de observar o mundo tão distantes, como a britânica e a oriental. De uma visão lógica sobre as formas do pensar e do problematizar a organização do conhecimento, oriunda de sua formação como matemático, o filósofo desenvolverá um trabalho teórico que atingirá a pragmática das comunidades em seus contextos locais de desenvolvimento.

Ranganathan (2009), uma vez indicado para assumir a biblioteca da Universidade de Madras, parte para *School of Librarianship* da *University of London* para realizar sua formação como bibliotecário. O resultado é um rápido e profundo processo de apropriação da tradição anglófona, principalmente dos fundamentos democráticos de elaboração da prática da organização do conhecimento. Esta passagem, no entanto, é apenas um capítulo de seu longo processo de construção da filosofia biblioteconômica. Ao retornar a Madras, Ranganathan recupera sua visão filosófica de cunho matemático e as maneiras de refletir presentes na cultura indiana, postula dedutivamente as leis da Biblioteconomia e, no contexto de elaboração teórica, de justificativa mística e de demonstração aplicada de suas deduções, concebe uma visão intrinsecamente pragmática do fazer biblioteconômico.

Esta visão é, em toda sua extensão, pautada no olhar sobre o outro, em um ponto de vista *a posteriori* das relações entre artefatos bibliográficos e usuários de tais artefatos. O conceito de “biblioteca”, sob o viés pragmático, se estabelece, deste modo, a partir de um olhar sustentado pelo “uso”, como anuncia sua primeira lei, e, não, pela sua condição prévia de instituição que “guarda” o “conhecimento”. Só há “biblioteca” se existe “uso”; só existe “livro” sob a existência de “leitores”. E tanto a “biblioteca” como o “livro” são conceitos que só podem ser pensados em uma cultura democrática, onde o acesso não apenas é ilimitado, como as formas de apropriação dos artefatos bibliográficos são igualmente foco de construção dos pressupostos da filosofia da *Library Science* anglófona agora ampliada pela concepção do conhecimento de linha indiana.

Da generalização do pensamento biblioteconômico em cinco grandes deduções, sustentadas por análises indutivas, aos princípios de “facetação” do universo a partir das práticas bibliotecárias, Ranganathan (2009) consegue utilizar métodos filosóficos tradicionais interpenetrados por uma abordagem que claramente trataríamos hoje pelo rótulo em aberto “pós- -moderno”. Sua primeira lei, de onde partem as demais, encontra sua gênese, segundo seu relato, já nas “altas horas da noite”, em 1928, quando, de volta à Índia após os estudos na Inglaterra, trabalhava na biblioteca, e um antigo professor, Edward B. Ross, lhe disse: “Você quer dizer, os livros são para usar; você quer dizer que

esta é a sua lei”. Parte daqui a “cosmologia” da biblioteca rangathaniana. (RANGANATHAN, 2009, p. 3)

Da ênfase na preservação, a filosofia biblioteconômica indiana representada pelo matemático estabelece, em acordo com o desenvolvimento das linhas de pensamento da Biblioteconomia norte-americana, da Documentação otletiana e da Ciência da Informação anglófona como um todo, o foco no acesso como principal marca da prática do bibliotecário. Ranganathan (2009, p. 7) nos demonstra que a perseverança na máxima “os livros existem para serem preservados” usurparia o lugar da primeira lei, “os livros são para usar”. O indiano lembra que, antes da prensa, a cópia do *Mahabharata* levava toda uma vida e, assim, justificava-se a negligência com a primeira lei.

Estão presentes, pois, na “biblioteca” de Ranganathan (2009), o enfoque na acessibilidade, a partir da localização da instituição no seio de uma comunidade – “quando me ouvirem sugerir uma localização na rua comercial, que atravessa o coração da cidade” (RANGANATHAN, 2009, p. 11) – e da abertura em horários cada vez mais amplos respondem, inicialmente, ao que o indiano trata de “magia do mantra” da primeira lei. Por esta lei, o conceito de biblioteca aqui colocado só existe no uso – “Uma biblioteca moderna não pode existir sem leitores.” (RANGANATHAN, 2009, 42)

Enquanto a Terceira Lei aponta para uma ampla investigação retórica dos potenciais da publicidade aplicada na biblioteca, a Quarta Lei nos permite pensar a biblioteca como metáfora da “cidade logológica”: poupar o tempo do leitor significa criar uma infraestrutura que permita a dinâmica de circulação de conhecedores e conhecimento, contando com medidas de perda de tempo, livre acesso, arranjos classificados para as estantes, sinalização nas vias onde a informação pode ser encontrada, catalogação cooperativa, construção de um serviço de referência especializado no atendimento.

Esse último estaria subdividido em dois: serviço de referência rápida e serviço de referência de longo alcance. O primeiro seria representado por balcões de informação de fácil localização para orientação dos leitores e instrução, além de consultas simples; o segundo responderia por um contato ampliado entre leitor e serviço de referência, que aponta para o acompanhamento do bibliotecário até as estantes com o usuário. (RANGANATHAN, 2009, 2009, p. 226)

Da Quinta Lei, Ranganathan (2009, p. 263) retira o princípio vital das bibliotecas: “[...] ser um instrumento de educação universal que reúne e difunde livremente todos os recursos de ensino e dissemina o conhecimento com a ajuda delas.” A “grande biblioteca” em Ranganathan (2009, p. 48) está em uma inversão

da *filia* tradicional do pensamento biblioteconômico: o foco continua sendo a amizade ao conhecimento, mas este não está nos livros, mas no usuário – precisamente, no diálogo com o usuário. O bibliotecário deve por isso ser “amigo, filósofo e guia” para o usuário, deve servir à comunidade.

A “grande biblioteca” mira-se no mantra “educação para todos” – foco da segunda lei, a cada leitor o seu livro –, ou seja, democracia. Sua “suprema sabedoria”, afirma Ranganathan (2009, p. 59), está na arte da estratégia de guerra – “A Segunda Lei não aceitará uma derrota. No final, vencerá. Esta é a nossa fé”. Ela responderia pela quebra das diferenças de tratamento entre homens e mulheres, entre homens do campo e da cidade, entre crianças e adultos, entre negros e brancos, entre toda classe de trabalhadores, buscando a afirmação de igualdade. Está aqui um princípio claro de contextualidade – cada região responde por um tipo de interesse. A “democracia ilimitada” defendida pela Segunda Lei responde, por fim, pelo direito irrestrito ao ensino e ao entretenimento. (Ranganathan, 2009, p. 92)

No caso da segunda lei no pensamento ranganathaniano, interessa-nos fundamentalmente o conceito intraduzível para o mundo ocidental: *digvijaya*. O termo significaria na Índia Medieval o processo de conquista no sentido de alastrar sua influência sobre outros povos. Em linhas gerais, tratar-se-ia de uma campanha militar e, por extensão, da vitória desta campanha vivenciada em um espaço territorial vasto. A *digvijaya* é a responsável por levar a “boa nova democrática anunciada pela incansável Segunda Lei” (RANGANATHAN, 2009, P. 94)

A *digvijaya* biblioteconômica só pode ser pensada, segundo o filósofo indiano, se reconhecido o movimento bibliotecário dos Estados Unidos no século XIX, quando ali se tornou “a terra das bibliotecas” (RANGANATHAN, 2009, p. 95). Sua construção envolveria uma ação política centrada no multiculturalismo, cujo projeto discursivo deveria resultar na negociação com o estado de uma legislação bibliotecária passível de fazer cumprir o mantra da Segunda Lei (RANGANATHAN, 2009, p. 114) – “Se existe uma lição importante, que a história da *digvijaya* da Segunda Lei salienta claramente, é a responsabilidade do ministro da educação pelo fornecimento de livros para todos.” (RANGANATHAN, 2009, p. 137)

Ranganathan (2009, p. 49) conclui sua explicação sobre a primeira lei convocando um outro mantra, a partir das “celebradas palavras do Senhor Sri Krishna”: “teu direito é à ação e jamais aos frutos”. O mantra de Ranganathan (2009) parece soar, repetido, como um sino eterno e preciso, dentro da *web* – “Jamais se deve esquecer que nas bibliotecas os livros são reunidos para serem usados, preparados

para serem usados, guardados para serem usados e oferecidos para serem usados.” (RANGANATHAN, 2009, p. 41)

Da Segunda Lei, ou seja, do seu “esboço da expedição de conquista do mundo”, resta uma oração: “Levar o saber às portas de quem dele carece e ensinar a todos a entenderem o que é certo! / Nem mesmo a distribuição de toda a terra se compara a essa forma de serviço”. (RANGANATHAN, 2009, p. 137). A *digvijaya*, “a marcha” (retórica) pela conquista do mundo pelas bibliotecas, é, segundo Ranganathan (2009, p. 303), “virtualmente uma breve história do movimento por bibliotecas em diferentes países”.

A Filosofia da Linguagem e sua profunda relevância para a Ciência da Informação encontra em Ranganathan uma visão muito próxima dos estudos de linguagem ordinária dos anos 1930, com destaque para o trabalho wittgensteiniano. Uma vez que a preocupação de Wittgenstein (1979) sempre esteve direcionada para os problemas da linguagem e da representação-comunicação da mesma, a obra do filósofo ganha dimensões mais profundas para análise em diversos campos de investigação dentro da Ciência da Informação. São exemplos as inserções wittgensteinianas empreendidas por Novellino (1998) no estudo acerca da transferência da informação, e o trabalho de González de Gómez (1993) acerca das questões epistemológicas da representação do conhecimento. Mais do que isto, na reflexão histórica do que hoje tratamos por “filosofia da informação” no campo, podemos identificar uma linha de argumentação extremamente profícua entre a pragmática em Ranganathan e Wittgenstein. Uma das questões mais fortes desta linha estaria no conceito de uso, noção revolucionária para os contextos atuais da reflexão epistemológica do campo.

A noção de uso se apresenta como um dos fundamentos da filosofia de Wittgenstein e sua interação com a conexão entre teoria e prática na organização do conhecimento ranganathaniana é objetiva. Em Wittgenstein (1979), a filosofia deve pensar o prático, deve resolver a questão – o que não deve ser pensado sobre uma perspectiva imediatista, por isso, antes, deve-se abordar a filosofia do cotidiano, das linguagens primitivas, a prática também como reflexão. Sua construção filosófica vai de encontro aos pressupostos dos estudos de OC como área de compreensão de usos e feitura do conhecer. Em Ranganathan (2009), jamais podemos pensar a construção do saber sem o olhar sobre as práticas de apropriação do conhecimento dos usuários, visão clara de sua Primeira Lei.

Desdobra-se da questão do uso a noção de “sentido”, obtida pelo viés pragmático. A categoria “sentido” em Wittgenstein e na Ciência da Informação redimensionada por uma leitura ranganathaniana é uma das instâncias que

mais demandam investigações e discussões exaustivas. Em Wittgenstein (1979), uma das formulações interrogativas, dentre aquelas que demarcam toda a problematização de seu percurso filosófico, é: o que isto quer dizer? Será a partir desta indagação que o filósofo iniciará sua caminhada até chegar a uma abordagem pragmática.

Do mesmo modo, Ranganathan (2009) não consegue desenvolver sua filosofia biblioteconômica antes de estabelecer a dedução geral pautada na noção de uso: é a partir do mantra da primeira lei, e apenas a partir dele, que podemos imaginar a amplitude da prática da organização do conhecimento. Sem um ponto de vista *a posteriori*, que se estabelece a partir do uso, não podemos determinar uma Filosofia da Biblioteconomia em seu caráter geral. O sentido, desde a noção de biblioteca à definição dos conteúdos de cada livro, só pode ser dado se reconhecida a força pragmática dos processos de apropriação do conhecimento.

A partir da compreensão deste ponto de inflexão pragmático sobre o conhecer, é possível apreender o que está por trás da primeira lei. Só pode existir o livro como processo de apropriação do próprio livro. Antes do mantra “os livros são para o uso”, é preciso compreender, com a ampla visão pragmática ranganathiana, que os livros são o próprio uso. Seria impossível, no pensamento filosófico biblioteconômico do bibliotecário de Madras, argumentar de maneira contrária. Sem acesso e sem apropriação, o conceito de livro não pode ser tomado pela Biblioteconomia. Em outras palavras, para a Filosofia da Biblioteconomia, não existe o conceito de “livro”, se este for apartado da noção de “uso”.

4.5 Os fundamentos sociológicos do pensamento informacional: epistemologia social e a condição simbólica das esferas do conhecimento⁶²

Social epistemology answers normatively the question about how the pursuit of knowledge should be organized: it should arrive at an optimum organization of cognitive labor.

The change in the social relations of knowledge producers (that is, better communication between producers in face of more efficient communication means or otherwise) affects the quality of knowledge of cognitive pursuits and of products of knowledge themselves.

62 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S. *Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Ludwig Wittgenstein*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2008.

The social epistemologist is an ideal epistemic planner because he designs or manages a scheme for dividing up cognitive labor. (ZANDONADE, 2004, p. 825)

Fallis (2002) identifica, no ano de 1952, a discussão aberta por Jesse Shera e Margaret Egan na busca em torno de uma nova disciplina. Esta nova disciplina – uma matéria meta-científica – deveria se preocupar com uma estrutura de investigação efetiva dos complexos problemas de processos intelectuais de formação do conhecimento. A disciplina em questão seria a Epistemologia Social, e foi apresentada no artigo *Foundations of a theory of bibliography*. No entanto, como lembra Oddone (2007, p. 110), o trabalho “não mereceu citações nem gerou discussões entre os pesquisadores e bibliotecários que se encontravam em atividade naquele período”.

É importante perceber que a Epistemologia Social é apresentada em um periódico de Biblioteconomia; seu escopo tem como recorte panorâmico a Bibliografia; esta, uma “Bibliografia” ampla, devota da Bibliografia Textual, que vai além da raiz etimológica dos termos vinculados ao livro e à biblioteca, assim como Otlet pensava, o que levou a procurar uma nova nomenclatura para seus estudos bibliográficos, cunhando a noção de Documentação; e, por fim, com uma profundidade tamanha, apesar de seu recorte, capaz de antecipar diferentes discussões apresentadas posteriormente na Ciência da Informação como vanguardas, viradas ou abordagens inéditas. Em resumo, a Epistemologia Social se demonstrava muito além dos problemas terminológicos de definição da área: **voltava-se para todas as disciplinas ligadas aos estudos de organização do conhecimento e conferia, por exemplo, ao termo “biblioteconomia”, uma amplitude muito ampla e coerente dentro do cenário epistemológico que a raiz etimológica do termo anunciava, amplitude que mais tarde seria defendida, dentro da área, como necessária, sob a influência de autores “externos”, como Morin, e com a qual se procurou justificar a necessidade de substituição do termo para “ciência da informação”;** noção que, ao contrário do que anunciavam, especializava a área.

Na era da internet, nas palavras de Fallis (2002), a Ciência da Informação poderia servir como um laboratório de teste do trabalho teórico em Epistemologia Social. A Epistemologia Social significa o estudo dos processos da sociedade em sua procura para a apreensão da relação perceptiva e compreensiva do ambiente em sua totalidade, como na Bibliografia textual, abrangendo os aspectos físicos, psicológicos e intelectuais.

Verifica-se a problematização da prática informacional a partir de sua justificativa social. Catalogar, classificar, preservar são práticas pensadas, desta forma, como tarefas técnicas institucionalizadas por uma filosofia da resolução de problemas da sociedade. As narrativas da epistemologia informacional são produto de um processo social, a comunicação. Como fenômeno da comunicação, a informação não se encontra em estado de inércia sintática e semântica: sua forma e seu conteúdo são instáveis, sobrevivem através da modificação de canais de comunicação e das nuances de absorção e dispersão dos intérpretes da realidade. Não há, pois, no estudo social que é a análise da dinâmica da organização do conhecimento, a ideia unilateral do controle matemático ou da definição final das formas de aquisição, guarda e dispersão dos artefatos. São estes, fenômenos inabarcáveis no mundo físico. Só podem ser compreendidos em sua condição de transformação, em sua realidade viva e mutante, em sua vivência.

No período que demarca o princípio da produção epistemológica de Shera, Capurro (2003) manifesta a existência do que conceituou como paradigma físico da Ciência da Informação. Aqui, as crenças e convicções teóricas possuíam em sua cúpula a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver e da cibernética de Norbert Wiener. Aqui a informação é um objeto físico transmitido de um receptor para um emissor. A exploração destas abordagens no campo da Ciência da Informação, na delimitação da ciência social que tem por objeto a informação, demarcou um aporte metodológico positivista dentro da área. Como afirma Araújo (2003), uma vez que já vinha de uma formalização muito próxima às ciências exatas, “a Ciência da Informação encontrou, exatamente naquele conjunto de ciências sociais também próximas às ciências exatas, maior identidade de propostas e métodos”.

É neste contexto, marcado por aplicações estatísticas de levantamento de informações em abordagens quantitativas, que o trabalho de Shera é apresentado aos estudos epistemológicos da área. Se pensarmos a Ciência da Informação a partir do desenvolvimento terminológico do termo “ciência da informação”, Shera tanto recuperará as análises filológicas da organização do conhecimento, como antecipará uma discussão que se fará cada vez mais presente nos trabalhos que dobraram a década de 1970 para 1980, e cuja estrutura se faz mais consistente na última década do século XX. Se procuramos a Ciência da Informação a partir da Biblioteconomia Humanista, Shera aparece como o narrador de uma formação discursiva que vem se desenvolvendo ao longo dos anos no trato da organização da informação. Trata-se de um conjunto de proposições teóricas e aplicações metodológicas que evidenciarão uma epistemologia da ação social, intimamente

ligada à pragmática das relações sociais, como a epistemologia crítico-poética de Bachelard e o pragmatismo de Wittgenstein.

Esta epistemologia busca a relação entre os usuários da informação no solo da construção de suas formas de perceber do mundo. Como o próprio pesquisador comenta, a década de 1960 é um período de “incríveis avanços tecnológicos” (SHERA, 1977, p. 259), onde era colocada sobre a tecnologia a solução de muitos problemas, como a recuperação da informação, dando-se pouca relevância ao juízo das atividades, ao conhecimento, ao social, à hermenêutica. Justamente estas categorias pragmatistas a Epistemologia Social elegerá como fundamentais.

Shera (1973) chama atenção para a missão social da Ciência da Informação. O escopo de estudos da área, segundo o autor, deve abarcar tanto o sistema cognitivo do indivíduo como sua rede de comunicação. É neste âmbito que a Epistemologia Social seria uma filosofia das ciências que trata do conhecimento em sua vivência na estrutura social de construção coletiva dos indivíduos, para além da representação, tomando a linguagem como ação, antecipando profundas discussões contemporâneas ligadas, por exemplo, ao estudo das redes sociais e aos estudos culturais de uso e compartilhamento da informação. Shera (1973) convoca a pesquisa em organização do conhecimento, a partir de 1950, a preocupar-se mais com os fundamentos sociais da área que com suas bases físicas.

O autor parte da instituição que representa uma das mais frutíferas metáforas conceituais da área: a biblioteca. Esta, uma construção social, nos faz refletir que todo o conhecimento se dá através de transversalidades subjetivas. Em meio a estas transversalidades se posiciona o bibliotecário – ou bibliógrafo, ou documentalista, ou cientista/profissional da informação –, um intérprete alocado dentre um complexo de contextos. O fim último da comunicação está na noção de compreensão. Daí, a mensagem carece de interpretação – e essa só pode se dar na investigação do social na epistemologia, dos usos que fazemos de nossa realidade. (SHERA, 1973)

Desta maneira, a Ciência da Informação tem como objeto principal o indivíduo em sua comunidade, ou a sociedade, em sua convivência com a informação – não necessariamente a “sociedade da informação”. Para investigar estes grupos de indivíduos, a Epistemologia Social – que também pode ser chamada de cognição social, ou uma visão contextual das possibilidades analíticas cognitivas – buscaria apreender o problema complexo do conhecer, a maneira como a sociedade percebe e compreende o mundo. O foco desta disciplina seria a produção, o fluxo, a integração e o consumo de todas as formas de comunicação em seu tecido social. (SHERA, 1973)

A Epistemologia Social deveria providenciar às disciplinas da informação, como os sistemas bibliográficos, o pressuposto de que as construções de mediação informacional partem de construtos sociais, e devem abarcar o problema da cognição, ou como o homem aprende; o problema da cognição social, ou como a sociedade aprende; e a história e a filosofia do conhecimento existente em diferentes culturas, ou, como a sociedade transformou em memória seus saberes, e como esta mesma sociedade interpreta seu conhecimento salvaguardado. Esta filosofia social das disciplinas da informação não exclui as contribuições físicas do conhecimento informacional, as contribuições da engenharia computacional, tratando as ciências físicas tão relevantes quanto as sociais no desenvolvimento da pesquisa da área (SHERA, 1973). Este fundamento da Epistemologia Social identifica seu caráter humanista, solidário – ou interdisciplinar, para usar o termo preferido na área –, que procura a compreensão a partir do cruzamento de olhares diferentes sobre o mesmo objeto, antecipando, como já mencionado, olhares como o de Morin na epistemologia da área.

Para Shera (1973), com a abordagem da Epistemologia Social, devemos menos nos preocuparmos com interrogações como se é uma ciência ou não a área que trata da informação, e “mais” buscar quais contribuições científicas permitem realizar o estudo das relações sociais no âmbito da organização do conhecimento. Esta abordagem lança um olhar sobre o homem total e a sociedade total, ou seja, a velha sociedade humanista, e todas as suas formas de pensamento, conhecimento, sentimentos, ações e comunicação – Shera (1973) propõe uma outra sensibilidade para a Ciência da Informação: a área mais sensível a um conjunto maior de experiências, uma circularidade. Neste aspecto, para o autor, o estudo da Epistemologia Social é, antes, a evidência da responsabilidade social da área na sociedade em que ela coexiste – e daí, sua cientificidade.

É clara no pensamento sheriano a busca por uma ampliação de uma abordagem cognitiva tradicional dentro da CI – ampliação que será revisada mais tarde por Ingwersen (1996) e Frohmann (1992). O vocabulário de Shera (1977), como visto, revela esta aproximação. Desta forma, termos típicos da abordagem psicológica apresentada pelo cognitivismo informacional, como cérebro, mente, estrutura, capacidade cerebral, estímulos, pensamento, processos intelectuais, processamento de informações, percepção, necessidade de informação, comportamento mental, comportamento individual, aquisição e assimilação, são “traduzidos” na Epistemologia Social com termos mais oriundos de enfoques pragmático-sociológicos, como cultura, comportamento coletivo, ação, prática, organização social, organização complexa, utilidade social, compreensão, sociedade, aculturação.

É preciso atentar, no entanto, que a influência cognitiva é bastante forte dentro da argumentação sheriana (SHERA, 1977). Diz o autor: a nova disciplina deveria nos fornecer uma estrutura para a pesquisa eficiente, perante o complexo dos problemas referentes aos processos intelectuais da sociedade. Assim, investigaria a vida intelectual via o escrutínio do indivíduo no contexto de uma dada sociedade, nação, cultura.

De um modo geral, o pensamento sheriano atesta que a Epistemologia Social deveria providenciar um fundamento teórico para a epistemologia da organização do conhecimento. A base estrutural desta epistemologia se encontra na ideia de que os processos sociais que cercam as atividades dos profissionais da informação não podem ser negligenciados na apreensão epistemológica. Desta maneira, a análise de outras culturas é imprescindível nesta epistemologia: esta análise desvela uma noção interdisciplinar – de escambo com outras áreas – e uma noção antropológica – só podemos pensar a Ciência da Informação em comparação com os sistemas sociais que a cercam, e sobre os quais nossa área intervém. (BUDD, 2002).

Budd (2002) aprofunda a análise de revisão do pensamento de Shera acerca da definição e discussão de uma Epistemologia Social dentro da Ciência da Informação. O autor identifica, no plano geral dos textos epistemológicos sherianos, a preocupação com uma ciência de intervenção, isto é, um estudo da ciência visto a partir do contexto da ação. A análise de Budd (2002) sobre os trabalhos de Shera visa perceber a relação entre uma epistemologia informacional que atenda também ao empirismo intrínseco da CI e ao profissional da informação em suas tarefas cotidianas.

A percepção de Budd (2002) demonstra como Shera aprofunda, em termos filosóficos, os fundamentos pragmáticos da epistemologia da informação, atingindo duas das características elementares da organização do conhecimento: a) sua clássica função como ciência aplicada; b) sua fundamental atuação como ciência social interpretativa, íntima da Biblioteconomia erudita, da Bibliografia textual. Isto significa que a epistemologia da CI não pode nunca prescindir de uma filosofia do trabalho, isto é, de uma teorização que orienta, em suas bases, a ação, a prática do profissional que intervém na informação, seja organizando, seja preservando, como na orientação filosófica de Bachelard (1968) e Wittgenstein (1979). Do mesmo modo, a epistemologia informacional não pode se furtar de uma filosofia do praxiológico, seja ela com base sociológica, histórica, antropológica ou psicológica.

Segundo Budd (2002), no pensamento sheriano a Epistemologia Social poderia providenciar fundamentos teóricos gerais que sempre formaram o escopo

de preocupação dos estudos informacionais. Esta epistemologia teria como base a noção de comunicação, relativa ao Humanismo. Diferentemente da epistemologia tradicional, voltada apenas para a formação do indivíduo pesquisador, o conhecedor afastado do objeto e a busca pela verdade, o programa de ação de Shera se estruturaria no olhar sobre os mecanismos de comunicação entre os cientistas. Esta abordagem sustenta que a Epistemologia Social e a semântica geral – ou seja, uma abordagem específica para a análise da linguagem – caminhem próximas e reunidas se constroem dentro da epistemologia da CI. Assim, a Epistemologia Social também é, para usar as palavras de Wittgenstein (1979), uma crítica da linguagem.

O epistemólogo social sheriano adota, pois, um programa que investiga as razões de crenças situadas e os resultados sociais que circunscrevem o desenvolvimento coletivo de indivíduos, junto dos fatores externos que afetam este crescimento. Este epistemólogo examina a constituição de contextos/situações, ou seja, a formação da situação social na qual é tecido o conhecimento. Para Shera o estudo do ato de mediação não abrange apenas o exame de ações discretas, mas a investigação dentro das bases epistemológicas do processo, uma hermenêutica plural, como defendera Capurro (2003).

4.6 Da *philosophia perennis* à metáfora aguda: o horizonte simbólico da organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos (O²S²O)⁶³

[...] o poeta é imitador, como o pintor ou qualquer outro [...]; por isso, sua imitação incidirá num destes três objetos: coisas quais eram ou quais são, quais os outros dizem que são ou quais parecem, ou quais deveriam ser. Tais coisas, porém, **ele as representa mediante uma elocução que compreende palavras estrangeiras e metáforas, e que, além disso, comporta múltiplas alterações, que efetivamente consentimos ao poeta.** (ARISTÓTELES, 1966, p. 99, grifo nosso)

Se partirmos do filósofo da linguagem que há em Pierre Bourdieu (2012, 2011, 2008) na direção do debate sobre as condições sociocríticas do campo informacional, em diálogo com outras perspectivas teóricas dedicadas aos discursos

63 A versão integral desta reflexão se encontra em: SALDANHA, Gustavo S. Sobre a O²S²O, de Tesouro à Bourdieu: linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos. In: Elaine Rosângela de Oliveira Lucas, Murilo Artur Araújo da Silveira. (Org.). A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu. 1ed.Recife: UFPE, 2017, p. 173-196.

epistemológico-históricos sobre a linguagem, chegamos à longa tradição de crítica da linguagem para o foco da especificidade dos fenômenos de investigação da Ciência da Informação. Em uma margem, trata-se de verificar como, em diferentes (ou praticamente em todos) os momentos argumentativos do pensador francês, as relações entre a linguagem, o simbólico e o conhecimento estão articuladas, constituindo um solo fértil para a reflexão em Ciência da Informação. Em outra margem, o estudo procura demonstrar como as questões bourdieusianas acerca da linguagem estão no cerne do discurso epistemológico fundacional da Organização do Conhecimento, a partir do pensamento e da obra de Tesouro (1670).

Conhecido por seu enfrentamento aos diferentes construtos de distinção estabelecidos a partir de poderes elaborados em minúcias simbólicas das relações sociais, Bourdieu (2012) aborda a linguagem como elemento central para formação e, conseqüentemente, para a identificação de forças que fundamentam estruturas extremamente rígidas de controle social e de refração à mobilidade socioeconômica. Em geral manifestada pela noção de “simbólica”, essa orientação teórico-metodológica demonstra como, mesmo em situações de pretensa igualdade de condições, as energias simbólicas atuam como marcas concretas de classificação, reclassificação e desclassificação, evidenciando preconceitos e reproduções silenciosas de determinismos ditos superados.

O resultado das abordagens bourdieusianas entre linguagem e simbólica nos leva ao discurso central dos dilemas da Organização do Conhecimento em seus princípios histórico e contemporâneo: quando classificamos, quem excluímos? As distinções feitas na categorização de duas ou mais entidades estão dadas sob quais aparatos simbólicos de refração? Quantos massacres foram proporcionados por exercícios básicos de classificação, como nos demonstrou o quadro de questionamentos socioteóricos de Vignaux (2000)? Sendo a consciência um fato sociolinguisticamente tecido e fundado em distinções determinadas pelas forças macro e micro socioeconômicas existentes, um campo de energias simbólicas atua nas coletividades como ferramenta para os usos sociais dos corpos, reconhecidos como singulares, desde Aristóteles (2010, 2005, 1991, 1966), por sua capacidade de falar.

A potencialidade comunicativa, do ponto de vista da filosofia da linguagem e da filosofia simbólica, atesta a condição do humano como sujeito da polis, capaz de gerar ideias e relaciona-las a partir de ferramentas gramaticais (aqui, gramática compreendida não como as fronteiras de um vernáculo, mas a elaboração de símbolos para comunicação, componentes tais da capacidade de identificação de intersujeitos em sua coletividade), conforme as noções constituídas desde a Antiguidade no contexto do *trivium*. (JOSEPH, 2008)

O efeito social aplicado no mundo da linguagem (mental, oral e escrita, como percebido por Tesouro (1670)) de modalidades de classificação estabelece, pois, uma estrutura simbólica que distingue categorias como o bem e o mal, o céu e o inferno, a unidade e a diversidade, o universal e o particular, o rico e o pobre. A aproximação das abordagens da filosofia da linguagem e da filosofia simbólica anteriores à Bourdieu (2012), do pensamento aristotélico ao pensamento wittgensteiniano, por exemplo, demarcam uma relação pontual entre a obra linguístico-simbólica bourdieusiana e os estudos informacionais, mais especificamente, para nosso enfoque, no tocante ao conjunto de teorias e de práticas reconhecidas mundialmente pela noção de *knowledge organization*.

Principalmente, quando entramos em contato com a abordagem aristotélica de Emanuele Tesouro, mergulhamos em uma cosmologia da linguagem que tem como solo abissal a simbólica no contexto da Organização do Conhecimento, seus potenciais de emancipação via uma *poiesis* (o agir criativo, produtivo) do mundo da linguagem. Sob a via bourdieusiana, por sua vez, identificamos a miríade de estruturas do mundo social atuando como forças de concentração de poder simbólico e consolidação de mecanismos refratários à mudança. Essa segunda abordagem aponta para a necessária revisão de uma condição simbólica da organização dos saberes, que pode ganhar com Bourdieu (2012, 2011) um dos aportes fundacionais para uma vasta revisão epistemológico-histórica, principalmente, um reencontro com a potencialidade crítico-linguística do pensamento de Tesouro.

Nesse decurso percebemos que, ao pontuar a iniciação à simbólica como potencialidade teórico-metodológica do campo, a via bourdieusiana não pode ser vista como independente no espaço-tempo epistemológico: é preciso pontuar as influências de sua crítica sociológica. Esse movimento nos leva a um dos cerne da teoria simbólica da Organização do Conhecimento, desenvolvida por Tesouro (1670) e revisada por Eco (1984), como parte fundacional da semiótica. O movimento perpassa, pois, a Retórica, a Poética e as Categorias da filosofia aristotélica (ARISTÓTELES, 2010, 1991, 1966), a filosofia das formas simbólicas de Cassirer (2011, 2004, 2001, 1994), bem como a filosofia da linguagem ordinária de Wittgenstein (1979) e, ainda, Bakhtin (2012, 2010), em seu diálogo entre marxismo e filosofia da linguagem, bem como em sua análise da linguagem popular.

A partir do encontro de tais argumentações, chamamos aqui Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S²O) o resultado das abordagens epistemológico-históricas das práticas linguístico-simbólicas hoje tratadas sob a noção de *knowledge organization* que vão de Tesouro aos dias atuais, entrecruzadas

com as abordagens críticas na filosofia da linguagem e na filosofia simbólica de (e redimensionadas por) Bourdieu em seus diálogos com, por exemplo, Bakhtin, Cassirer e Wittgenstein.

Muito aquém de uma teoria, a O²S²O, de integral influência epistemológica freiriana (FREIRE, 1987), é uma categoria discursiva para observar, reunir, discutir, criticar e impulsionar os métodos e abordagens teóricas que se posicionam na luta contra a opressão não apenas dos próprios instrumentos e instrumentalizações da organização e representação do conhecimento, mas que, fundamentalmente, se colocam no front do uso de tais estratagemas teórico-metodológicos como armamento (no sentido do Aristóteles das Categorias e da Retórica, fonte central de Tesouro no século XVII) para o combate às dinâmicas de potencialização da concentração do poder simbólico e suas formas sutis de massacre cotidiano, bem como, na direção oposta, para a iluminação da diversidade e da singularidade dos saberes múltiplos em sua resistência.

- Da filosofia da linguagem, de Tesouro à Bourdieu passando por Eco: no destino do simbólico

Diretamente influenciado pelas Categorias aristotélicas, interessado em compreender a dinâmica da linguagem e observar os modos de relacionamentos dos discursos (via a Retórica aristotélica) e criação de “coisas” a partir da linguagem (via a Poética aristotélica), Emanuele Tesouro (1670) constitui um índice categórico no século XVII através de fichas e tabelas. Independentemente de ser “o primeiro”, Tesouro, com seu *Cannochiale aristotelico* (A luneta aristotélica), publicado originalmente em Turim, em 1654, explora radicalmente a configuração transgramatical permitida pela manipulação da linguagem – a transgramaticalidade antevista em nosso diálogo sobre o potencial teórico-técnico dos instrumentos de organização dos saberes desde a Antiguidade (SALDANHA, 2012).

A organização de Tesouro leva Eco (1984, p. 182) a reconhecer sua experiência como um “modelo de universo semântico organizado”, relacionando substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, ter, agir, partir. Após a relação dos termos, reúne-se de maneira específica, sob o olhar de uma determinada figuração, e através do índice categórico é estabelecida a possibilidade de relações subjacentes.

Há que fazer uma metáfora sobre um anão? Percorre-se o índice categórico na entrada Quantidade, identifica-se o conceito Coisas Pequenas, e todas as coisas microscópicas que aí se encontram poderão ainda ser divididas por

(como hoje se diria) seleções contextuais: astronomia, organismo humano, animais, plantas, etc. (ECO, 1984, p. 182)

Como demonstra Proctor (1973), trata-se de uma teoria do *conceit*, ou seja, da presunção, da ideia, da imaginação (e não do *concept*, conceito, da expressão oriunda da metafísica aristotélica). A noção de *conceit* pode ser reconhecida também, diretamente sob o “manto” teórico da Retórica do Estagirita, como tropo, metáfora, imagem, sagacidade (*witticism*). Em outros termos, a partir do índice categórico temos uma teoria da metáfora.

Lembra-nos Eco (1984, p. 182) que o “índice categórico” deveria ser acompanhado, no entanto, de um “segundo índice”. A partir desse cada uma das substâncias seria analisada especificamente “para as partículas que definem o modo como se manifesta o objeto em questão (na categoria Quantidade se deveria então encontrar ‘como se mede’, ‘quanto pesa’, ‘que partes tem’; na Qualidade haverá ‘se é visível’, ‘se é quente’, etc.)”.

Desta maneira,

Tesauro, keenly aware of the difference between Science and Rhetoric, between literal and figurative truths, uses the *ingegno*, as a separate faculty or power of the mind, to account for, and in part to justify, not man’s Discovery of pre-existing relationships between natural objects [as was the case in much of medieval symbolism and Renaissance magic], but rather his creation “ex nihilo” [the *ingegno* “di non Ente, fa Ente”] of relationships which, when taken literally, have no objective existence and no positive status in the order of things” in reality and truth. (PROCTOR, 1973, p. 74)

Nas palavras de Eco (1984, p. 182-183), Tesauro desenvolveu um “verdadeiro sistema do conteúdo organizado em enciclopédia”, plano fundamental para a futura semiótica do século XIX. Em certo sentido, na visão ecoiana, “desordenadamente estruturalista” (p. 183), o teórico do século XVII percebia que as relações da linguagem em sua dinâmica permitiam transferências metafóricas. Trata-se de um modo de pensar uma escrita do real, uma maneira não só de representa-lo, mas de “apresentar” um outro real, sem desconsiderar a relação entre a linguagem mental e a linguagem oral. Logo, nessa perspectiva a linguagem “é mais” do que representação: ela estabelece também uma forma de tecer o real.

O *Cannocchiale*, enquanto tratado, segue o modelo dos discursos, recorrendo, principalmente, ao uso de provas, exemplos, com os quais constrói o seu processo argumentativo. Enquanto a discussão progride nos eixos horizontal (que abrange o conhecimento de todos os aspectos da retórica trabalhados por Aristóteles) e vertical (que faz um apanhado histórico e cultural das ocorrências consagradas pelo autor), o caráter metalingüístico da obra consolida com o próprio modelo aristotélico a discussão a seu respeito. (MORAES, 2010, s.p.)

Da mesma maneira em que na Retórica aristotélica, a linguagem se transforma enquanto metalinguagem: o mundo é “criado” segundo a relação de sobreposição de linguagens, de discursos, debates, comentários, retomadas de diálogo. Como demonstrado em Almeida & Crippa (2009), Tesouro, enquanto o pensador barroco, demonstra a capacidade potencial de mutação do real a partir da metáfora.

Em linhas gerais, o trabalho de Tesouro (1670) apresenta, entre as Categorias do Organón, da Poética e da Retórica do Estagirita (ou seja, manipulando como um mago a alquimia do *trivium*), uma técnica, um método de escrita. Trata-se de uma escrita, porém, que se desdobra sobre si: metaescrita a partir de verossimilhanças. Nos termos do pensamento bibliográfico, estamos diante de um “catálogo”: a busca por uma sobreposição que semanticamente se estabelece a partir de representações descritivas e a virtualidade aberta sobre a dança dos contextos dos *pragmata*.

The metalinguistic character of Tesouro’s text evokes not only a way to understand and restore the Aristotelian rhetoric, but of establishing a writing practice as well, along with the presentation of the method of such practice, full of the intertwining of information, concepts, practices, in the form of comments. (SALDANHA, SILVEIRA, 2016, p. 190)

Encontramos aqui, nessa visão “catalográfica” (descrição do “universal” a partir dos “particulares”), a visão cassiniana sobre Górgias: trata-se de perceber, a partir da linguagem, o fundamento de uma *philosophia perennis* a partir do poder do discurso. Uma espécie de “poesia” (criação) se estabelece, mas não aquela dos poetas. Trata-se de uma *poiesis* do *grammaticus*, a busca pelos “mecanismos da graça eficaz da linguagem” (CASSIN, 2005). A teoria de Tesouro (1670) não apenas sugere essa percepção, como, do mesmo modo que ocorre na leitura do

Logos aristotélico realizada por Cassin (1999), reconhece a Lógica e os preceitos das Categorias do Estagirita.

Tal visão metalinguística tem um horizonte inevitável no plano do uso: fruto da polis, do espaço ideal do discurso segundo a posição da Hélade clássica, nos termos de um debate social, ou seja, quando reconhecemos que os preceitos de Tesouro para a Organização do Conhecimento estão envolvidos com uma construção sociolinguística do real, chegamos à fronteira entre conhecimento e sociedade mais do que mediada por ela, a linguagem. Trata-se da afirmação do “real” não como potencial de representação, mas como a imediata apresentabilidade, conforme a visão wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 1979), ou, ainda, atingimos o plano do concreto no dorso da linguagem: “O que há de mais ‘material’ na cidade: o discurso. A cidade é uma ‘coisa’ discursiva – um sopro plástico (ação) do discurso” (SALDANHA, 2012). É nesse front que Tesouro “encontra” Bourdieu para um longo diálogo em nossa percepção.

De acordo com a visão do francês (praticamente uma reprodução aristotélica, se vislumbrado o Lógos do Estagitira antevisto em Cassin (1999)), a linguagem é uma *práxis*, ou seja, é feita para ser falada. (BOURDIEU, 2008). Enquanto manifestação objetiva no mundo concreto, a linguagem permite, pois, desdobramentos dentro do próprio concreto, e só nele seu sentido se faz força e distinção. Esses movimentos consequenciais estão dados na própria estrutura de construção do sujeito na coletividade e exigem, para tal, uma interpretação mais minuciosa da simbólica, ou seja, uma caminhada ao lado de Ernst Cassirer.

- Da filosofia simbólica, de Bourdieu à Tesouro passando por Cassirer: o destino do social

Para Bourdieu (2008), em sua “economia das trocas linguísticas”, o ponto de vista crítico-sociológico aborda os conceitos linguísticos a partir das noções de “gramaticalidade” e de “aceitabilidade”, estabelecidas por relações de força simbólica, sendo o sentido uma questão de valor e de poder do discurso, inseparável da posição do locutor na estrutura social.

O movimento de apropriação sociológica demonstra, pois, uma interpretação histórico-crítica, de fundo materialista-dialético, de cada uma das noções centrais da linguística. Língua “se torna” uma instituição de poder, comunicação uma forma de domínio e opressão. Essa condição está claramente colocada em Aristóteles – não nos termos da dialética materialista-histórica, mas na condição da objetividade de seu poder. É com a Retórica que se pode fazer não apenas trocas meramente “linguísticas”, mas estabelecer as modalidades de constituição

da própria Filosofia, do próprio discurso sobre o ser – nas palavras cassinianas, aquilo que a torção gorgiasiana o fez, ou seja, o “discurso faz o ser, o ser é um efeito do dizer” (CASSIN, 2005, p. 63). Aquele que domina a linguagem terá consequentemente poder (mesmo que em distintos níveis). Não é possível, pois, conclui Bourdieu (2008), pensar uma sociologia que escape da linguística – preferimos aqui chamar “linguagem”, ou seja, para quem e além da cientificidade da linguística, a crítica social é, enquanto crítica, a capacidade de refletir sobre a linguagem a partir da própria linguagem.

Segundo Bourdieu (2008), a língua, para além de um instrumento de comunicação, é a marca de um poder. A busca pela compreensão é aqui interpretada como procura pelo respeito, pelo reconhecimento e pela submissão do outro diante de sua fala. A competência de quem fala torna-se, pois, um direito à palavra, isto é, à palavra autorizada, legítima.

“Do simbólico” provêm os discursos inseridos como forma de poder. Aqui Bourdieu “integra” filosofia da linguagem e filosofia simbólica. Mais especificamente, pertence a essa dinâmica interpretativa do real as relações estabelecidas por Bourdieu não apenas por Wittgenstein, mas também Ernst Cassirer, neokantiano dedicado a um modo de compreensão do homem a partir, dentre outros pressupostos fenomênicos, da linguagem. Para o filósofo alemão, não apenas as práticas, como também as construções do pensamento, são resultado de uma “formação” específica do sujeito, a qual a visão cassireriana denomina “simbólica”. Envolvido em teias ou sistemas simbólicos, o conhecimento do mundo e o potencial do conhecimento de si determina o homem como um “animal simbólico”, consequência de cadeias de processos intersubjetivos.

É na fundamentação de sua filosofia que Cassirer (2001) já condiciona a construção de sua simbólica à linguagem: o primeiro volume da Filosofia das Formas Simbólicas, é, sob influência de Humboldt, a tentativa de compreensão de como a atuação da imaginação da língua funda o modo de determinação do real. A análise é válida, na posição cassireriana, tanto para a questão dos elementos mais abissais do saber humano – como o mito – como aqueles traduzidos como extremamente avançados durante a Grécia Clássica, como a lógica de Zenão de Eleia, apropriada por Aristóteles.

Assim como Tesouro no Seiscentos, a filosofia das formas simbólicas antevê o mundo como fruto de um complexo entre o discurso e a linguagem, sendo essa mais do que uma possibilidade de representação. Desfaz-se a pretensa oposição entre a filosofia metafísica e o ponto de vista mentalista da visão moderna – a

“apresentabilidade” wittgensteiniana se enquadra aqui (WITTGENSTEIN, 1979), como indicado por Bourdieu (2004, p. 21):

Wittgenstein é certamente o filósofo que me foi mais útil nos momentos difíceis. É uma espécie de salvador para os períodos de grande angústia intelectual: quando se trata de questionar coisas tão evidentes como “obedecer a uma regra”. Ou quando se trata de dizer coisas tão simples (e, ao mesmo tempo, quase infáveis) como praticar uma prática.

Em outros termos, o “sensível” e o “abstrato” se encontram no simbólico, o universal e o particular se emaranham, fonte e desdobramento do mundo enquanto ato performativo. (CASSIRER, 2001). No itinerário de tal encontro, em sua análise do mito, Cassirer (2004) demonstra que as formações mais simples (sob a noção de Simples na filosofia tradicional) e as mais complexas (da configuração Moderna do pensamento, principalmente as linhagens materialistas da filosofia social, onde se encontra o ideário bourdieusiano) estão encerradas nas mais diferentes formas míticas experienciadas em contextos espalhados por comunidades de todo o mundo.

Reposicionando mito e razão no escopo das formações simbólicas (ou seja, o conceito de círculo estará tanto em uma tribo no interior da África como em Pitágoras), Cassirer (2011) estabelece, segundo uma fenomenologia do conhecimento, a permanência de uma simbólica como base para o reconhecimento de tal processo fenomênico. Retirando, pois, a dicotomia entre o real e o material, entre o ser e a matéria, Cassirer (2011) demonstra que em todos os movimentos do sujeito – mesmo em seu reconhecimento da “existência” do tempo e do espaço, seja como entidades metafísicas ou como possibilidades de racionalização do real – o simbólico está dado como um *a priori* aberto, porém não exterior, nem subjetivamente contido no mentalismo que o encerra como real em um racionalismo moderno. O simbólico é a possibilidade de construção, dentre outras tantas potências, de tais ações do pensamento.

A longa reflexão da filosofia das formas simbólicas permite Cassirer (1994) reconhecer o homem como um “animal simbólico”, posto que a racionalidade – o Logos como estatuto da relação entre razão e ser – já é um “artefato” da formação simbólica do sujeito. Extensa crítica epistemológica ao idealismo e ao racionalismo, a síntese cassireriana coloca em pauta o papel de uma filosofia da cultura que, a partir da linguagem, demonstra como o homem edifica “instituições” que são muito mais do que mediadoras, que simples processos

de significação e designação. O conceito não é abandonado, mas integrado à um pensamento discursivo, posto que reconhece o poder (trans)formador e mutante da linguagem.

Do mesmo modo, assim como se dá no pensamento bourdieusiano sobre a linguagem (BOURDIEU, 2008), uma “gramaticalidade” não é abandonada, mas reconhecida como “aceitabilidade” – ou, reafirmando, “apresentabilidade” segundo o léxico wittgensteiniano (WITTGENSTEIN, 1979). No discurso cassireriano (CASSIRER, 2001), a análise de um história da filosofia da linguagem nos leva a um ponto de vista que demonstra uma relação muito clara entre universalidade e particularidade na construção do sujeito. Nessa via interpretativa, se a linguagem pode ser vista como um “universal” (os sujeitos só são sujeitos posto que socialmente se articulam através da linguagem, ou seja, simbolicamente – aqui, “simbolicamente” é sinônimo de “gramaticalmente”, segundo o *trivium* – conceberam o seu real, no redemoinho da “matéria” sobre a “forma”), a gramática é sempre um particular, ou seja, a ilusão dos modos de construção do sujeito como universal é um falso argumento, diante dos níveis, no sentido bourdieusiano, absolutamente contextuais de “aceitabilidade”.

Não existindo o “universal” no sujeito, mas na linguagem, como Humbolt, Cassirer (2001, p. 140) procura realizar uma “viagem” pelas “máximas alturas e profundidades do mundo interior e conhecer toda a sua diversidade”. Supera-se, à moda humboltiana, a separação entre espírito individual e espírito objetivo. Se todo indivíduo fala sua própria língua, ali dentro ele se constitui, ou seja, “é precisamente na liberdade com que dela se serve que ele adquire consciência de um liame espiritual interior” (p. 141). Assim, se estabelece, na filosofia das formações simbólicas, o “poder simbólico” e os capitais culturais do sujeito que, em Bourdieu (2012), encarnam o rito cotidiano de distinção.

A constituição simbólica do sujeito é definitivamente expressa na visão culturalista cassireriana, influência objetiva para a sociologia da cultura em Bourdieu:

A linguagem é o indício mais radiante e a prova mais segura de que o ser humano não possui uma individualidade isolada, que o Eu e o Tu não são apenas conceitos que se complementam mutuamente, mas, ao contrário, se revelariam idênticos, se nos fosse possível retornar até o ponto em que se separaram. (CASSIRER, 2001, p. 141-142, grifo nosso)

Soma-se a essa síntese o poder da linguagem atuar não apenas como uma espécie de “universal” que se estabelece no “particular” demarcando “coletividade”.

Ela é, para Cassirer (2001, p. 156), “a condição de ser diferente”. Nos termos da crítica da linguagem bourdieusiana (BOURDIEU, 2011), eis o “aqui” e o “agora” da “distinção”, a constituição do poder de classificação do simbólico. Eis, ainda, o “instante” quando o simbólico se revela no e como drama social, processo de divisão de classes e multiplicação de segregações.

O poder da linguagem é dado, pois, como “matéria” que concebe não apenas o mundo, mas seu conjunto de problemas simbolicamente tecidos e socialmente, no concreto, multiplicados. De uma margem, pois, a linguagem é fonte, o universal que permite ao sujeito se refletir como tal (*ego* só constituinte enquanto *alter*), da outra margem, é o modo mais cruel de constituir, como de demonstrar, cada qual a sua maneira, Cassirer (2001) e Bourdieu (2012, 2011), o drama do sujeito na concretude.

Dentro do mesmo cenário argumentativo, é, uma vez compreendendo o poder que nos concebe a e que é permitido pela linguagem, que o “mergulho” de Tesouro, no Seiscentos, torna-se extremo no trato das potencialidades simbólicas não apenas de representação, mas de (re)organização do real. A percepção tesauriana demonstra como tal poder nos conduz a um horizonte de refundamentação do próprio sujeito segundo a condição metafórica. Tesouro (1670) aponta para um modo especial de construção do real pela linguagem, a simbólica, fruto da discussão de um capítulo inteiro de seu tratado sob a noção de *argutezza simbolica*.

Como aponta Proctor (1973), Tesouro concebe um olhar sob o *parlar figurato* (falar figurativamente). Como uma teoria da metáfora, o olhar tesauriano estabelece o horizonte de estudo das “figuras” (estruturadas sob a tríade sentido, emoção e inteligência), identificando os conceitos de *schimatta* (em grego) ou *figurae* (do latim), compreendendo aqui a possibilidade de separar os termos e ao mesmo tempo multiplicar todas as suas articulações possíveis. A multiplicidade combinatória é dada pela *ingenious signification*, a capacidade retórica de produzir e relacionar ideias ou, simplesmente, a imaginação dos *pragmata*.

Assim como o “encontro” das filosofias cassireriana das formas simbólicas e a crítica sociológica do simbólico em Bourdieu, Tesouro (1670) percebe a atuação do “universal” da linguagem e de sua “particularização” no mundo dos homens, posto que antevê a diferença e a complementariedade entre a lógica e a retórica, e seus usos no mundo social. A mesma visão se encontra no pensamento bakhtiniano, tanto em sua análise marxista quando no estudo de Rabelais (BAKHTIN, 2012, 2010), registrada pela crítica boudieusiana da linguagem.

Assim, todas as manifestações lingüísticas situam-se entre o discurso altamente censurado (de que a linguagem filosófica heideggeriana é, sem dúvida, um exemplo extremo, pelo fato da imensa distância entre o interesse expressivo e as exigências do campo) com o silêncio no limite (para aqueles que não possuem os meios de eufemizar), **e o franco-falar da crise revolucionária ou da festa popular tal como a descreve Bakhtin em seu livro sobre Rabelais.** (BOURDIEU, 1983, p. 183, grifo nosso)

Tesauro (1670) compreende pontualmente a relação entre uma “censura” no falar, via uma economia da língua imposta pela lógica, no Aristóteles que reposiciona Zenão, bem como percebe sua virtualidade criativa na *poesis* da feira urbana, assim como percebeu Bakhtin (2010), buscando o “sujeito” na linguagem, no riso, na festa popular, no banquete, na performance do corpo, no que o próprio chamou de o “vocabulário da praça pública” (BAKHTIN, 2010, p. 125). Abordando Tesauro, Proctor (1973, p. 85) demonstra que

The urbane cavillation and the dialectical cavillation have different ends. Rhetoric is concerned with popular persuasion, Dialectic with scholastic reasoning. Thus the urbane or rhetorical cavillation strives to delight the mind of the listeners with pleasantries, without the encumbrance of the true.

A noção de *conceit*, pois, de fundo tesaúrica (TESAURO, 1670), demonstra a capacidade de enxergar o mundo – na metáfora da “luneta aristotélica” – que a manipulação da linguagem permite. É na imaginação da ação que podemos perceber como simbolicamente os sujeitos são criados e como simbolicamente se oprimem. O mundo da polis, o universo urbano, é o espaço central onde essa imaginação da linguagem atua, como construção de identidades (como visto na abordagem cassireriana) e como edificação das distinções (como demonstrado na sociologia bourdieusiana). Tesauro (1670) é, pois, a linha de reflexão que abre, à Organização do Conhecimento, a vastidão de uma crítica da linguagem sobre saberes eleitos e aqueles excluídos, a crítica que condiciona os problemas da Organização do Conhecimento à polis, ou seja, aos dilemas políticos do sujeito histórico.

- A O²S²O e luta política na organização do conhecimento: uma metateia ocular
Tesauro (1670) propõe, em grande medida, uma teoria revolucionária, capaz de perceber aquilo que a filosofia das formas simbólicas sintetizou, reunido sob a concepção de um certo *homo symbolicus* (CASSIRER, 1994), ao mesmo tempo

em que permite, com sua “luneta”, sob influência de Aristóteles, mergulhar nos dilemas do homem da *urbes*, grande dilema filosófico na Grécia clássica do século V antes de Cristo, através de sua metafóricidade viva e dinâmica, conduzindo-nos a uma crítica da linguagem como necessária fundamentação epistemológica para as práticas de Organização do Conhecimento.

Esse movimento tesauriano nos faz reconhecer igualmente a importância da fundamentação sociológica do simbólico a partir de Pierre Bourdieu (2012, 2011, 1983), esse, por sua vez, diretamente influenciado por Ernst Cassirer, além de reconhecer as abordagens dialética e ordinária de Bakhtin (2012, 2010) e de Wittgenstein (1979), respectivamente. É com Tesouro (1670), pois, que, em nossa visão, se estabelecem os primeiros elementos potenciais para uma crítica social do campo informacional, crítica a qual tratamos aqui como Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S²O).

As influências tanto de Cassirer como de Wittgenstein em Bourdieu (2004), bem como Bakhtin (2012, 2010), demonstram que a preocupação com a linguagem ordinária escancara e possibilita uma luta de fundo filosófico e sociológico, que tem a linguagem (como um universal) não apenas como alvo, mas também como arma. Fundamentalmente, trata-se de perceber a distinção estabelecida pela linguagem e toma-la como fonte para a luta política. Antevisto por Aristóteles, em sua querela com o ponto de vista sobre a linguagem no Platão (2000) do Fedro, o dilema está colocado no pensamento e no método de Tesouro (1670).

Assim como Tesouro, Cassirer, Wittgenstein e Bakhtin, Bourdieu (1983) dedica parte de seu trabalho a coletar, separar, comparar, analisar e desvelar o que está por trás do mundo das palavras e do modo como as “gramaticalizações” classificam os sujeitos. Trata-se, traduzindo sob o ponto de vista aristotélico, de perceber como os *pragmata* se constituem (ou seja, de acordo com Cassin (2005), a linguagem em seu movimento, a linguagem que tem efeito em seu uso, diferentemente dos *onta*), ou, ainda, de reconhecer o elemento que tem a polis como espaço ideal, do plano educacional ao plano político – nos termos bourdieusianos, diríamos: no contexto dos distintos “campos”, perpassando o dilema do gênero, o da ciência, o da instituição escolar, a linguagem é um modo de criar e-ou de consolidar das distinções.

Se não propõe formalmente uma sociocrítica da linguagem, Tesouro (1670) está plenamente consciente do potencial de distinção provocado por ela. Como lembra Proctor (1973), Tesouro define sua teoria do *conceit* como um entimema (ou silogismo aristotélico constituído a partir de seu efeito retórico) do cosmos

urbano, fundado na metáfora. Reconhece-se, pois, no Seiscentos, a força do uso da linguagem como marca da virtualidade das conexões. Em outros termos, em relação a Tesouro “must go the honor, then, of being not only the first, but the only critics and know of who succeeded in distinguishing the conceit from other tropes on the basis of its structure alone. (PROCTOR, 1973, p. 89)

Fruto da “engenhosidade” de Tesouro (1670), a O²S²O é, pois, um modo de reconhecer a Organização do Conhecimento como uma (auto)crítica da linguagem, aproximando *avant la lettre* abordagens da filosofia e da sociologia da linguagem e do simbólico, que permitem constituir um olhar sobre as práticas de manipulação e de representação dos múltiplos saberes na paisagem social e na política. Porém, para além de um modo de ver, a O²S²O é a procura pela constituição de ferramentas culturais específicas, teórico-metodológicas, para o olhar, o desvelar, ou seja, a procura tesauriana por estabelecer “lunetas aristotélicas”, instrumentos óticos de crítica sociolinguística e de criação de outros mundos possíveis (como na arte combinatória linguística permitida pela filosofia leibniziana, também essa do Seiscentos).

Enquanto uma metateia ocular, a O²S²O deseja identificar, reunir, organizar, criticar e projetar todo o processo de transgramaticalização do real a partir das abordagens sociais, culturais e políticas que colocam em cena a questão da opressão a) realizada pela própria Organização do Conhecimento, b) potencializada por ela e, por um outro plano, c) passível de ser refundada. Trata-se de, uma vez compreendidas as práticas e as instrumentalizações em organização e representação do conhecimento como efeitos discursivos que concebem o real mutante, apropriar-se do simbólico como arma de luta contra o discurso opressor.

Em termos objetivos, a O²S²O deseja, em tal metateia ocular, demonstrar, como a visão vignauxiana, que, por exemplo, o nazismo é (também) uma questão de classificação, e seus potenciais de expansão em um dado período, retorno e hecatombe, são manifestações de uma luta transgramatical constante. A O²S²O atua no front: representaria o objeto de denúncia e o discurso de defesa. Se o real é também fruto de transgramaticalizações no plano simbólico, faz-se necessário, na e pela linguagem, cuidar das mudanças que avançam contra as injustiças sociais e seus usos para, simbolicamente, destituir a reproduzibilidade linguística das formas de estagnação da luta pela dignidade. Em outras palavras, a O²S²O é uma luta com e contra o que Vignaux (2000) denominou de “o demônio da classificação”.

5 O retrato da teoria crítica em Ciência da Informação: o “espelho Savova” na epistemologia histórica

Le “Fascisme” constitue la partie essentielle et la plus longue de la phase de récession du cycle libéral. (ESTIVALS, 2010, p. 151)

O que não presta pra vangloriar, eis nossa oferta. A crítica, no campo informacional, deve ser pensada estruturalmente como uma teoria das inutilidades. O inútil releva o conjunto de besteiras que podem ser produzidas dentro da construção de um campo, dada a ausência de historicidade e de dialética.

Retomemos a hipótese estivalsiana: a teoria crítica dos estudos informacionais é a vida de Elena Savova: eis o autorretrato da epistemologia crítica da Ciência da Informação.

Elle retrouve alors la voie tracee par Marx, Lenine et tous les autres. Elle devint COMMUNISTE !

Encore faut-il faire la preuve a soi-meme et aux autres de la force de ses convictions.

Dans le courant de la Seconde Guerre mondiale, elle, au plus pres du danger, fermement, methodiquement, passionnement, organisa les reunions secretes des dirigeants du parti communiste bulgare. Elle connaissait son destin si elle etait prise : la prison, la torture et la mort.

[...]

Que faire alors quand la vie s’ouvre devant soi ? Que l’on a deja fait la preuve de la force de son caractere et de l’importance de sa personnalite ? Qu’est-ce qui est donc essentiel a la vie ? La pensee et donc le livre qui la fixe. Commence alors le chemin de la science, avec aussi les meilleurs : **l’ecrit, la librairie, la bibliotheque, la bibliographie, la biblioteconomie, la bibliologie, la bibliologie politique**, son pays, l’etranger, l’UNESCO et la France, les USA, l’URSS, la Recherche, le Doctorat et l’Universite.

La science et la bibliologie, le parti communiste la font entrer a l’Academie des Sciences de Bulgarie pour en diriger et renouveler la Bibliotheque. Directrice de la Bibliotheque de l’Academie des Sciences de Bulgarie, elle le restera pendant des decennies et d’autres, mieux que nous, en decriront les resultats. (ESTIVALS, 2011, p. 8, grifo nosso)



Imagem: Reprodução – Elena Savova aos 90 anos.
Fonte: Archives A.I.B. – Noyers (França) – may 2018 (Agradecemos à Daniele Estivals pelo acesso à documentação estivalsiana)

A teoria crítica dos estudos informacionais só pode ser desvelada se considerada, na trilha sinuosa da epistemologia histórica, o que em vida a travessia savoviana nos lega: bibliotecária, bibliógrafa, feminista, comunista e revolucionária através da linguagem (a escrita, os livros, os leitores).

O iKritika (fórum de estudos críticos em Ciência da Informação) não inventa nada. Recria. Inventaria, atitude benjaminiana. Como toda pesquisa social, reflete sobre si, parte do social que somos, dinâmicos e vulneráveis, e a criação é também ela o tijolo social em formação.

O nosso percurso vem de e nos leva à linguagem. Como diz-nos Cassin (1999), desde a Grécia do século V, a “linguagem tornara-se um instrumento com propósitos definidos, concretos e práticos. **Era a mais poderosa arma nas grandes lutas políticas.**” (CASSIN, 1999, p. 189, grifo nosso). Aqui estamos, no coração crítico dos estudos informacionais diante dos dilemas da polis.

O nosso percurso nos leva ao simbólico, última porta de anulação total da separação entre o sujeito e o objeto. Integração absoluta e sumária abertura: *devir* histórico e mágico; mais: *devir* epistemológico-histórico; a verdade como a lenta e dura construção da emancipação no espaço-tempo.

Referências

- ALMEIDA, Marco Antonio; CRIPPA, Giulia. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109 -131, ago. 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação.**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.
- ARAÚJO, Joseph Ildelfonso de. **Filologia românica**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2001.
- ARISTÓTELES. Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. 2. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2010.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**: ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2005. v. 1.
- ARISTÓTELES. **Rhétorique**. Paris: Gallimard, 1991.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BOBUTAKA, Bob. Bibliologie psychologique de Roubakine et la théorie de la réception de Jauss. **Revue de Bibliologie**: schéma et schématisation, n. 72, p. 51-64, 2010.
- BOLTANSKI, Luc. **De la critique: précis de sociologie de l'émancipation**. Paris: Gallimard, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EdUsp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas linguísticas. _____. **Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.156-183.

BUDD, John M. Jesse Shera, social epistemology and praxis. **Epistemology social**, v. 16, n. 1, p. 93-98, 2002.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lida-dor, 1971.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part I. Philoso-phical aspects. **Journal of Information Science principles and practice**. v. 2, p. 125-133, 1980.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y ciencia de la información. In: Anais do V ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Ho-rizonte: UFMG, 2003.

CAPURRO, Rafael. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, Univer-sity of Tampere, Finland. 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.82-96.

CARPEAUX, Otto M. Teatro e estado do barroco. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 7-36, sep.\dec. 1990.

CASSIN, Barbara. **O Efeito sofisticado**. São Paulo: ed. 34, 2005.

CASSIN, Bárbara. **Aristóteles e o Lógos**. São Paulo: Loyola, 1999.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Terceira parte: Fenomenolo-gia do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Segunda Parte: O pensamen-to mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Primeira parte: A linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, Mi-rian de Albuquerque (org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 87-99.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

ESTIVALS, Robert. Épitaphe: In.: ESTIVALS, Robert. **Hommage International à Elena Savova**. Paris: L'Harmattan, 2011.

ESTIVALS, Robert. La fonction du "Fascisme" dans la phase de récession du cycle libéral et capitaliste, n. 70, p. 147-160, 2010a.

ESTIVALS, Robert. La crise du libéralisme de 2008 : étude rétrospective et prévisionnelle. **Revue de Bibliologie**: schéma et schématisation, n. 70, p. 161-186, 2010b.

ESTIVALS, Robert. Les systèmes politiques et la communication écrite. **Revue de Bibliologie : schéma et schématisation**, n., p. 7-13, 1991.

ESTIVALS, Robert. História de la bibliologia. **Revista de Biblioteconomia i Documentació**, Barcelona, n. 11, p. 25-41, 1992.

ESTIVALS, Robert. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set., 1981.

ESTIVALS, Robert. **La bibliologie**. Société de Bibliologie et de Schématisation, 1978a.

ESTIVALS, Robert. Luttés de classe et schématisation. **Schéma et schématisation**, n. 9, p. 5-10, 1978b.

ESTIVALS, Robert. Introduction à une échelle historique, artistique et politique de schématisation. **Schéma et schématisation**, n. 06, p. 93-100, 1977.

FALLIS, Don. Introduction: social epistemology and information science. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, p. 1-4, 2002.

FONSECA, Edson Nery da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. **R. Bras. Bibliotec. Doc.**, v. 12, n. 1/2, p. 23-28, jan./jun. 1979.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da In-**

formação., Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

HJORLAND, B. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. **Information Processing and Management**, v. 36, p. 501-531, 2000.

HORCH, Rosemarie E. Bibliografia textual. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, v. 11, n. 3 / 4, p. 147-154, jul./dez. 1978.

INGWERSEN, Peter. Cognitive perspectives of information retrieval interaction: elements of a cognitive IR theory. **Journal of Documentation**, v. 52, n. 1, p. 3-50, march. 1996.

JOSEPH, Miriam. **O Trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem. São Paulo: É Realizações, 2008.

LECKIE, Gloria ; GIVEN, Lisa ; BUSCHMAN, John (orgs). **Critical theory for library and information science**. Santa Barbara (EUA) : Libraries unlimited, 2010.

MOSTAFA, S. P. Filosofando sobre a área de informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação, 1996, Londrina. Simpósio Brasil-Sul de Informação. *Anais...* v.1. Londrina: UEL, 1996. p. 31-45.

MCKENZIE, D.F. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MORAES, Carlos Eduardo M. **Italiano versus latim**: Il cannocchiale aristotelico, capítulo VI. *Philologus*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2010.

MOREL, Eugène. **Bibliothèques** : essai sur le développement des bibliothèques publiques et de la librairie dans les deux mondes. Paris : Mercure de France, 1908.

MOSTAFA, Solange P. Ainda sobre metodologia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 171-201, set. 1986.

MOSTAFA, Solange P. Epistemologia da Biblioteconomia. 1985. 147 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

NITECKI, Joseph Z. **Philosophical ancestry of american library information science**. Nueva York: J. Z. Nitecki, 1997.

NITECKI, Joseph Z. **Philosophical aspects of library information science in retrospect**. Nueva York: J. Z. Nitecki, 1995.

NITECKI, Joseph Z. **Metalibrarianship**: A model for intellectual foundations of library information science. Nueva York: J. Z. Nitecki, 1993.

NITECKI, Joseph Z. The concept of information-knowledge continuum: Implications for librarianship. **Journal of Library History, Philosophy & Comparative Librarianship**, 20 (4), 387-407, 1985.

- NITECKI, Joseph Z. An idea of librarianship: An outline for a root-metaphor theory in library science. **Journal of Library History, Philosophy & Comparative Librarianship**, v. 16, n. 1/2, p. 106-120, 1981.
- NITECKI, Joseph Z. Metaphors of librarianship: A suggestion for metaphysical model. **Journal of Library History, Philosophy & Comparative Librarianship**, v. 14, n. 1, p. 21-42, 1979.
- NOVELLINO, Maria Sallet F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.
- ODDONE, N. Revisitando a “Epistemologia Social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.
- ORWELL, George. 1984. 2. ed. São Paulo: 1957.
- OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.
- PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Liboa: Guimarães Editores, 2000.
- PROCTOR, Robert E. A theory of the conceit? **MLN**, v. 88, n. 1, p. 68-94, jan. 1973.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Cuestiones epistemologicas de la ciencia bibliotecologica y la informacion. **Informare**: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.
- RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P. Otlet's Mundanenum and International Perspective in the History of Documentation and Information Science. In: HAHN, Trudi B.; BUCKLAND, Michael. **Historical studies in information science**. Medford, NJ: ASIS, 1998 (ASIS Monograph Series) p. 34-42
- ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**, v. 1. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998a.
- ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**, v. 2. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998b.
- RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P. Otlet's Mundanenum and International Perspective in the History of Documentation and Information Science. In: HAHN, Trudi B.; BUCKLAND, Michael. **Historical studies in information science**. Medford, NJ: ASIS, 1998 (ASIS Monograph Series) p. 34-42.
- SALDANHA, Gustavo S. Uma filosofia da Ciência da Informação: linguagem, trans-

gramáticas e organização dos saberes. 2012. Tese (doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SALDANHA, Gustavo S. Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Ludwig Wittgenstein. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2008.

SALDANHA, Gustavo S.; SOUZA, Rosali F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesaro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação** (Online), v. 22, p. 11-32, 2017.

SALDANHA, Gustavo; SILVEIRA, Naira C. Own name in Knowledge Organization Epistemology: a philosophical-theoretical debate. **Knowledge organization**, v. 43, p. 265-278, 2016.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SHANNON, Claude E; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: DIFEL, 1975.

SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980; 112 p. (Série Ciência da Informação), p. 91-105.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHERA, Jesse. **Sociological foundations of librarianship**. London: Asia Publishing House, 1970.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do conhecimento. In.: TOUTAIN, Lídia M. B. B. (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-124.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

PROCTOR, Robert E. Emanuele Tesaro: a theory of the conceito. **MNL**, v.88, n.1, p. 68-94, jan. 1973.

- RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- RANGANATHAN, S.R. **As Cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**; v.1 Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998a.
- ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**; v.2. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998b.
- SAMSOVA, Elena. Avant-propos. In: ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998. p. 7-18.
- SOUZA, Francisco das C. Os paradigmas da Biblioteconomia e suas implicações no ensino desta ciência. **Encontros Bibli**, Florianópolis, set. 1996.
- TESAURO, Emanuele. **Il Cannocchiale Aristotelico**. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.
- VIGNAUX, Georges. **O demônio da classificação**: pensar, organizar. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- ZANDONADE, Tarcísio. Social epistemology from Jesse Shera to Steven Fuller. **Library Trends**, v. 52, n.4, p. 810-832, 2004.

Apêndice

Sem e cem teorias críticas em Ciência da Informação (até 2012): a teoria social e o método da crítica nos estudos informacionais, uma bibliografia benjaminiana aberta

A partir de fontes nacionais e internacionais, encontramos nessa “biblioteca” todas as direções de uma teoria crítica, seja ela diretamente oriunda da fonte de Karl Marx, seja ela advinda de Frankfurt ou de Pierre Bourdieu, seja através dos conceitos de emancipação, exploração, dominação, poder, seja através das dinâmicas de lutas sociais, como feminismo, movimento negro. Abordagens, correntes, círculos, escolas são aqui reunidas em sua pluralidade revelando as potencialidades em curso de desenvolvimento contínuo via epistemologia histórica da teoria crítica na, para e da Ciência da Informação.

Em meio a estas e tantas outras ausentes figurações da teoria crítica dos estudos informacionais estão as abordagens teórico-críticas (ATC), os círculos teórico-críticos (CTC), as correntes teórico-críticas (TTC), as escolas teórico-críticas (ETC) e as teorias críticas (TC). Todas ainda abertas à provisória não-classificação, à autocrítica de seu próprio lugar na epistemologia histórica do campo.

Como toda lista, como toda bibliografia, como toda classificação, como toda teoria crítica, essa reunião de fontes é suspeita e gigantesca, é finita e aberta, é audaciosa e breve, é benjaminiana: passagens.

1. Emanuele Tesauro e a linguagem como transformação do mundo (1670)
2. Edward Edwards e a luta pela biblioteca como instituição de transformação social dos sujeitos (1850)
3. J. P. Quincy e o papel das bibliotecas abertas (1876)
4. W. I. Fletcher e a condição das bibliotecas públicas em comunidades industriais (1876)
5. W. C. Todd e a função histórica das salas públicas de leitura (1876)
6. Justin Winsor e o desenvolvimento da leitura nas bibliotecas populares (1876)
7. Robert Mara Adger e a bibliografia sobre a condição dos negros (1894)
8. Paul Otlet e o Repertório Bibliográfico Universal a partir da busca pela classificação das ciências sociais (1893)
9. W. E. Du Bois e a bibliografia do negro norte-americano (1905)
10. Eugène Morel e a construção do ideal da biblioteca popular na França (1908)

11. Eugène Morel e o movimento das bibliotecas públicas francesas (1910)
12. William F. Yust e a discussão biblioteconômica sobre a condição do negro no pensamento biblioteconômico (1913)
13. Nicolas Roubakine e a educação do proletariado para revolução, via seus 30 anos de estudo sobre a leitura (1922)
14. Monroe N. Work e o papel bibliográfico para o estudo dos negros a partir da *Bibliography of the Negro in Africa and America* (1928)
15. Louis S. Shores e o desenvolvimento de bibliotecas públicas para negros (1930)
16. Shiyali Ranganathan e a biblioteca como construção social pela via local (1931)
17. Yvonne Oddon e a luta pela leitura pública (1931)
18. Pierce Butler e a crítica ao humanismo e ao tecnicismo pela via das ciências sociais (1934)
19. Eric de Grolier e Georgette de Grolier e o desenvolvimento da Associação para o desenvolvimento da leitura pública e da Associação de bibliotecas proletárias, para lutar pela emancipação e pela denúncia das ideias burguesas (1934)
20. Arnold K. Borden e o início sociológico do movimento bibliotecário americano (1931)
21. Leon Carnovsky e o papel de inclusão da biblioteca dormitório (1931)
22. Augustus Frederick Kuhlman e o papel da preservação dos dados em pesquisa em ciências sociais (1931)
23. J. Periam Danton e a função democrática das bibliotecas (1931)
24. Jesse Shera e a epistemologia social como construção simbólica do real (1931)
25. Leon Carnovsky e os estudos comunitários de leitura nos subúrbios de metrópoles (1935)
26. E. W. McDiarmid, Jr. e os estudos históricos sobre condição da leitura nas classes trabalhadoras (1935)
27. Helen A. Ridgway e os estudos comunitários de leitura de adultos não usuários em bibliotecas públicas (1935)
28. Lowell Martin e a condição da biblioteca pública como instituição social (1937)
29. Douglas Waples e o fenômeno das condições sociais da leitura durante a depressão econômica (1938)
30. Lowell Martin e a oferta de obras sobre problemas sociais em bibliotecas públicas (1939)
31. Wallace Van Jackson e o desenvolvimento da bibliografia sobre negros (1940)

32. Eliza Atkins Gleason e a pesquisa sobre a condição do negro diante da biblioteca pública (1940)
33. Virginia Lacy Jones e a pesquisa sobre os problemas dos negros nas bibliotecas (1945)
34. Margaret Egan e o pensamento da epistemologia social como estrutura do campo (1951)
35. Joseph Nitecki e o interesse público na teoria biblioteconômica (1964)
36. Robert Estivals e a luta de classes via a dialética do documento e do esquema (1968)
37. E. J. Josey e a fundamentação da Biblioteconomia Negra (1970)
38. Elena Savova e as necessidades dos leitores na República Popular da Bulgária (1972)
39. Dominique Peignet e as relações entre o livro, a universidade e o socialismo (1977)
40. Didier Casalis e o papel de Bakthin e da sociolinguística nos estudos informacionais (1978)
41. Jean-Charles Gaudy e a crítica dialética no desenvolvimento da esquematização nos estudos informacionais (1979)
42. Michel Popov e a teoria da dinâmica social de Victor Zoltwiski e sua relação com os estudos informacionais (1979)
43. Henri Martin e a construção do circuito contestatório no campo informacional (1979)
44. Sônia de Conti Gomes e a fundamentação sociológica da biblioteca (1982)
45. Victor Vincent Valla e a construção da informação via o social e o local (1983)
46. Suzana Muller e a construção da função social das bibliotecas no tempo histórico (1984)
47. Solange Puntel Mostafa e a crítica ao neoliberalismo na conformação do campo após a segunda metade do século XX (1985)
48. Waldomiro Vergueiro e a condição do bibliotecário ao lado do povo (1988)
49. Ana Maria Rezende Cabral e a Lígia Maria Moreira Dumont e a extensão universitária a partir constituição social da Biblioteconomia (1990)
50. Francisco das Chagas Souza e a teoria da formação do trabalho no campo informacional (1990)
51. Hope Olson e a teoria feminista da classificação (1990)

52. Ana Maria Cardoso Andrade, a informação popular e a informação social (1991)
53. Bernd Frohmann e a crítica ao cognitivismo neutro das práticas de indexação (1992)
54. José Antonio Córdon Garcia e Emilio Delgado López Cózar e a problemática da censura no mundo informacional (1992)
55. Rafael Capurro e a ética intercultural da informação como diálogo possível na esfera informacional dividida (1992)
56. Eduardo Murguía e a crítica do poder institucional nos estudos informacionais (1992)
57. Soledad Díaz del Campo e a história das bibliotecas médicas em Cuba (1993)
58. Estela Morales Campos e a discussão do conceito de informação a partir da sociedade (1992)
59. Maria do Rosário Cysne e a dimensão socio-educativa do campo (1993)
60. Regina Marteleto e a Antropologia da informação como linha teórico-social do sujeito produtor-apropriador da informação (1993)
61. Sarita Albagli e as condicionantes da informação no desenvolvimento sustentável (1995)
62. Enilde Faulstich e a socioterminologia como estrutura para o desenvolvimento de fundo etnográfico de linguagens no campo informacional (1995)
63. Soren Brier e a teoria cibersemiótica como modo não opressor de compreensão da dinâmica informacional da web (1996)
64. Brenda Dervin e a teoria construtivista da formação do sentido nos estudos de usuários (1992)
65. Marcos Dantas e o valor-trabalho no caso do valor-informação (1996)
66. Birger Hjørland e a Análise de Domínio como modalidade pragmática de apreensão local e finita do real (1996)
67. Maria Nélide González de Gómez e o desenvolvimento das políticas de representação às políticas simbólicas (1996)
68. Miguel Ángel Rendón Rojas e a construção epistemológica via teoria crítica no campo informacional (1996)
69. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997) e a fundamentação do campo nas condicionantes da sociedade
70. Maria das Graças Targino e a condição do trabalho no campo a partir da filosofia da práxis (1997)

71. Antonio García Gutierrez e a dialética desconstrucionista da desclassificação (1998)
72. L. S. Lewis, C. L. Jordan, E. J. Josey, A. A. Schockley, A. P. Marshall, C. C. Robinson, R. B. Caldwell, H. H. Hill e a epistemologia histórica da biblioteconomia negra (2000)
73. Lídia Freitas e a crítica ao neoconservadorismo nos estudos informacionais (2000)
74. Sylvie Fayet-Scribe e a histórica social da documentação na França via seus aspectos revolucionários no campo público (2000)
75. Miriam Albuquerque de Aquino e a condição do negro no mundo informacional, com foco no desenvolvimento de políticas de informação para inclusão afrodescendente (2002)
76. Ian Cornelius e a crítica à filosofia da informação e à teoria da informação a partir dos aportes sociais (2002)
77. Hongladarom e a transculturalidade nos fenômenos informacionais (2002)
78. Steve Fuller e a crítica ao risco naturalista da epistemologia social (2002)
79. Tarcisio Zandonade e a compreensão da epistemologia social na síntese Shera-Fuller (2004)
80. Viviane Couzinet e a construção da noção de documento via historicidade e como método na pesquisa social (2004)
81. Ewa Callaban e a construção social das interfaces computacionais pela via do conceito de cultura e suas contextualidades (2005)
82. Caroline Haythornthwaite e Christine Hagar e o desenvolvimento dos mundos sociais na web (2005)
83. Arab Abdelhamid e a condição das bibliotecas argelinas sob a dominação francesa via a bibliologia política (2005)
84. Jean-Pierre Manuana Nséka e a aplicação da teoria da sociologia na bibliografia (2006)
85. Alistair Black e a construção da história da informação sob a via historiográfica de longa e de curta duração (incluindo do papel das bibliotecas ao mundo da vigilância nas redes digitais) (2006)
86. Fernando Baéz e a história da destruição cultural via o massacre de registros do conhecimento (2006)
87. Nanci Oddone e a compreensão da ecologia sociotécnica via epistemologia social (2007)

88. Fabrício José Nascimento da Silveira e Maria Aparecida Moura e a estética da recepção aplicada aos estudos de leitura com foco na emancipação do sujeito leitor (2007)
89. José Augusto Guimarães e a ética como forma crítica de desenvolvimento da organização do conhecimento (2008)
90. Christian Fuchs e a teoria crítica da informação (2008)
91. Ronald Day, a crítica culturalista e o criticismo da técnica via a informática crítica (2008)
92. Maged Ali e Laurence Brooks e a metodologia cultural situada nos estudos informacionais (2008)
93. Eddie Tambwe Kitenge Bin Kitoko e a teoria da bibliologia política na África negra, partindo dos construtos do poder e da informação (2003)
94. C. E. Lipscomb e a questão do racismo e a formação do campo informacional nos Estados Unidos (2004)
95. Lena Vania Ribeiro Pinheiro e a inclusão social via informação em arte (2005)
96. Bobo-Bercky Kitumu e a práxis bibliológica na África (2008)
97. Christian Fuchs e o marxismo no regime mundial de informação (2008)
98. Olivier Ertzcheid e a compreensão dos algoritmos racistas no mundo digital (2009)
99. Maria Aparecida Moura e as folksonomias como recurso culturalista na organização do conhecimento (2009)
100. Robert Darnton e a crítica ao domínio neoliberal da Google no acesso mundial aos registros digitais do conhecimento (2010)
101. Bob Bobutaka e a bibliologia psicológica de Roubakine em diálogo com a teoria da recepção de Jauss (2010)
102. Kathryn La Barre e o papel culturalista da teoria da análise facetada (2010)
103. Jean-Pierre Manuana-Nseka e as Pistes de recherche sur l'oeuvre de Paul Otlet dans le cadre de la Sociologie de la bibliographie (2010)
104. Fábio Pinho e a condição da Teoria Queer nas classificações internacionais (2010)
105. Maria da Graça de Melo Simões e o problema da representação de etnias, sob a condição culturalista, nos sistemas de organização do conhecimento (2010)
106. Jenny Samuelsson e o feminismo e a teoria feminista na Organização do Conhecimento (2010)

107. Globia Lecki e John Buschan e a teoria da necessidade de uma teoria criticamente constituída em Ciência da Informação (2010)
108. Michael Anglietta e a teoria da regulação nos estudos informacionais (2010)
109. Hans Dam Christensen e a teoria barthesiana da semiologia e da taxonomia para as práticas de representação do conhecimento (2010)
110. John M. Budd e o papel de um realismo crítico a partir de Roy Bhaskar (2010)
111. Lisa Hussey e a compreensão do campo informacional a partir do capital social e da violência simbólica via Pierre Bourdieu (2010)
112. Paulette Rothbauer e a construção da noção de resistência via Michel de Certeau nos estudos informacionais (2010)
113. Michael R. Olsson e a construção do poder e do discurso via Michel Foucault no campo informacional (2010)
114. Joseph Deodato e a crítica desconstrucionista de Derrida no desenvolvimento da descrição e da classificação bibliográfica (2010)
115. Martina Riedler e Mustafa Yuns Eryaman e a prática pedagógica informacional em bibliotecas baseadas na comunidade a partir do pensamento de Paulo Freire (2010)
116. Howard Rosenbaum e o papel da teoria social crítica de Anthony Giddens no campo informacional (2010)
117. Mustafa Yunus Eryaman e a biblioteca pública de empoderamento democrático (2010)
118. Douglas Raber e a construção do discurso sobre hegemonia e capitalismo na Ciência da Informação à luz de Antonio Gramsci (2010)
119. John E. Buschman e a categoria fundamental e a fonte da crítica para os estudos informacionais via o pensamento de Jürgen Habermas (2010)
120. Will Wheeler e a condição da documentação de relações humanas e não humanas a partir de Bruno Latour (2010)
121. Sanna Talja e a teoria prática de Jean Lave (2010)
122. Gloria J. Leckie e Lisa M. Given e as dialéticas espaciais nos estudos informacionais via Henri Lefevre (2010)
123. Ajit Pyati e os conceitos de utopia e revolução nos estudos informacionais via Herbert Marcuse (2010)
124. Joacim Hansson e a teoria do pluralismo agonístico de Chantal Mouffe e seu impacto nos estudos informacionais (2010)

125. Nick Dyer-Witheford e o papel do império no mundo informacional via Antonio Negri (2010)
126. Paul Salomon e o conceito de dualidade via Ferdinand de Saussure no desenvolvimento dos estudos informacionais (2010)
127. Rosamund K. Stooke e o estudo da textualidade via a sociologia das pessoas em Dorothy E. Smith (2010)
128. Hope A. Olson e Melodie Fox e o marxismo-feminista nos estudos informacionais (2010)
129. Rosa Maria Quadros Nehmy e Isis Paim Elisabeth Davenport e os métodos qualitativos de compreensão da busca informacional (2011)
130. Beatriz Casa Tiraio e a informação para os direitos humanos na América Latina (2011)
131. Saray Córdoba González e os repositórios de acesso aberto como forma de democratização (2011)
132. Jesús Francisco García Pérez e a propriedade intelectual como bem público (2011)
133. Rosa María Martínez Rider e o direito à informação como base das sociedades democráticas (2011)
134. Jaime Ríos Ortega e a informação como bem público e a biblioteca no foco da justiça social (2011)
135. Hugo Alberto Figueroa Alcántara e o uso social da informação por comunidades migrantes (2011)
136. Héctor Alejandro Ramos Chávez e a informação para democracia e transformação social (2011)
137. José de Jesús Hernández Flores e a condição da tolerância nas políticas e serviços de informação (2011)
138. Graciela Leticia Raya Alonso e os estudos da leitura na imagem a partir da imagem crítica da mulher leitora (2011)
139. Teresita Quiroz Ávila e a condição do mapa como objeto informacional para a ruptura epistemológica (2011)
140. César Augusto Castro Aliaga e os serviços bibliotecários para populações indígenas (2011)
141. Jaime Ríos Ortega e a condição das pluriétnias no desenvolvimento global do acesso aberto (2011)

142. Rodrigo Moreno Marques e a crítica marxiana nos estudos informacionais no contexto global (2011)
143. Mehenni Akbal e as reflexões sobre o pensamento de *Réflexions sur la pensée de Léopold-Auguste Constatin; éléments pour une praxeo-bibliothéconomie* (2012)
144. Bob Bobutaka e *Epistémologie génétique de Piaget: fondament théorique de la bibliologie et du schématisme, de l'éditologie et de la communicologie* (2012)
145. Eddie Tambwe Kitenge Bin Kitoko e *La bibliologie politique et l'Afrique noire décolonisée; pour un modèle explicatif global des phénomènes de l'écrit* (2012)
146. Liz-Rejane Issberner e as relações entre informação, economia e sustentabilidade (2012)
147. Carlos Alberto Ávila Araújo e o desenvolvimento dos estudos críticos da *Ciência da Informação* (2012)
148. Daniel Martínez-Ávila e a teoria crítica na organização do conhecimento (2012)

Posfácio

A ciência da informação, enquanto projeto de uma disciplina científica com esse nome, nasceu na década de 1960, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na União Soviética, diretamente ligada ao contexto do fim da segunda guerra mundial e do seu desdobramento com a guerra fria. As potências vencedoras do conflito, e que se envolveram numa nova disputa após sua conclusão, perceberam a centralidade do desenvolvimento científico e tecnológico para garantir as condições de hegemonia. Nasceu aí o interesse específico em se estudar a informação científica e tecnológica.

O projeto de construção de uma nova ciência dedicada à informação baseou-se sobretudo no modelo das ciências naturais. O objetivo era encontrar leis, propriedades estáveis, daquilo que era chamado “informação” para garantir maior velocidade, exatidão, eficiência e eficácia em sua transmissão/transferência dentro da comunidade científica. Nascia ali o projeto de uma ciência do controle, da otimização de processos, de um caráter estratégico diretamente ligada a interesses governamentais e militares. Eventos aconteceram, associações científicas foram criadas, artigos e livros foram publicados e pesquisas se desenvolveram a partir do programa proposto inicialmente sobre o que deveria ser essa ciência. A teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver e a teoria sistêmica se tornaram os fundamentos principais na construção do objeto e da agenda de pesquisa do campo.

Tal como formulada, nos moldes de uma ciência natural, a ciência da informação desde sua origem adotou uma postura epistemológica específica, que pode ser identificada com o positivismo: a transposição, para o estudo dos fenômenos humanos, do mesmo modo de raciocínio das ciências naturais. Isso implica a consideração basicamente dos fenômenos quantificáveis como cientificamente relevantes; da busca por regularidades e leis como única meta de teorização pertinente; e, no caso da informação, a eliminação das interpretações, das subjetividades, das apropriações, em prol do estudo de suas dimensões objetivamente acessíveis, externamente observáveis.

Ao longo das décadas seguintes, a ciência da informação realizou importantes movimentos epistemológicos que, em alguma medida, criticaram ou pelo menos buscaram expandir o modelo explicativo da área, tendo como referência o movimento epistemológico original.

O primeiro destes movimentos foi a busca da interdisciplinaridade, a tentativa de sua caracterização como uma ciência interdisciplinar. Tal movimento teve pequeno impacto epistemológico no campo, servindo mais para justificar a presença, no campo, de pesquisadores provenientes das mais distintas áreas. Mas, ainda que timidamente, abriu as fronteiras do campo para a incorporação de teorias e conceitos de outras disciplinas, o que contribuiu em alguma medida para a complexificação do conceito de informação posteriormente.

Um segundo movimento epistemológico deu-se na década de 1980 com a chegada do cognitivismo. Pesquisadores da ciência da informação reivindicavam o uso do conceito de “conhecimento” para se estudar a informação e, a partir daí, a área passou a se sustentar no tripé “dado-informação-conhecimento”. Tal movimento manteve bastante as características positivistas do modelo dos anos 1960, numa lógica de controle e de busca de leis, mas desta vez voltadas ao “cliente”, ao usuário, com o objetivo de construção de sistemas de recuperação da informação desenhados a partir das características cognitivas de seus utilizadores. De toda forma, representou uma ampliação do escopo de compreensão dos fenômenos informacionais.

O terceiro movimento foi o da tentativa de constituição da área como uma ciência pós-moderna. Ainda que tenha sido um movimento com pouca adesão no campo, centrou suas críticas no caráter da ciência da informação de uma ciência moderna, voltada para a compreensão e o “domínio” da natureza e sua manipulação conforme os interesses humanos, desde uma perspectiva que almejava a neutralidade científica. A discussão de uma ciência pós-moderna colocou para a ciência da informação a necessidade de se discutir seus usos e impactos na realidade, os interesses aos quais a área serve, e como consequência uma certa consideração dos aspectos éticos no campo.

O quarto movimento intelectual verificado no campo foi sua progressiva identificação como uma ciência humana e social. Foi, com certeza, o mais denso e reformulador, na medida em que trouxe uma reivindicação típica desse campo de conhecimento: a existência e legitimidade de correntes teóricas distintas, a convivência de modelos explicativos distintos dentro de uma ciência. Assim, a perspectiva positivista de natureza fisicista dos anos 1960 era tomada como apenas uma possibilidade de estudo, na companhia de outras, que possuíam a mesma

validade epistemológica. Surgiram então, ou se legitimaram, possibilidades de estudo da informação desde uma perspectiva hermenêutica, ou semiótica, ou fenomenológica, ou construtivista e, ainda crítica.

Um quinto movimento epistemológico da área foi a sua manifestação em outros países para além dos três mencionados acima. Ao se manifestar no restante da Europa, na América Latina, e também na Ásia e na África, a ciência da informação foi acionada para resolver outros tipos de problemas, foi construída a partir de outros referenciais teóricos. Esse movimento, que pode ser identificado como uma espécie de decolonização do campo, foi ao mesmo tempo um movimento intelectual, teórico e também geopolítico, e vem se dando num terreno de confrontações explícitas e implícitas sobre o fazer científico na atualidade.

Por fim, cabe mencionar um último movimento epistemológico, que é de certa forma devedor dos avanços dos movimentos anteriores. Trata-se da contínua construção de uma nova perspectiva de estudo da informação, que vem sendo chamada de sociocultural, pragmática ou social construcionista. Não há, na verdade, a proposição de um novo modelo geral, como nos anos 1960, mas o desenho de diferentes teorias e abordagens que ressaltam, cada uma de uma maneira, determinados aspectos dos fenômenos informacionais: sua inserção em contextos concretos; a intervenção ativa dos sujeitos em sua construção e apropriação; a natureza dialética da relação entre informação e conhecimento; sua ação constituidora da cultura e da memória, entre outros.

É na consolidação desta perspectiva contemporânea que um pensamento crítico sobre a informação ganha toda a sua potencialidade. O movimento intelectual crítico, cabe lembrar, é muito diverso do olhar positivista. Este entende o real como algo existente em si, e confia nos instrumentos científicos para sua captura tal como é. O pensamento crítico, ao contrário, é um pensamento da dúvida, da desconfiança: desconfia-se das aparências, dos instrumentos científicos e mesmo dos produtores de conhecimento. É o pensamento crítico que fornece elementos para se compreender fenômenos como a ideologia, a dominação, a alienação, a emancipação, a práxis, entre outros.

O desenho original da ciência da informação expulsou qualquer possibilidade de construção de um pensamento crítico sobre a informação, e a forma dessa primeira abordagem fez com que, por décadas, qualquer tentativa de estudo crítico da informação fosse vista como algo ilegítimo, algo de fora da área, algo marginal. O movimento interdisciplinar ajudou pouco, nesse sentido, e o cognitivismo nem um pouco. A discussão sobre pós-modernidade também trouxe alguma luz ao tema, mas foi apenas com o debate sobre a ciência da informação como ciência

social que as abordagens críticas efetivamente ganharam legitimidade, passaram a ser vistas como pertencentes ao campo. Isso se deu também com o movimento decolonial na ciência da informação. E, agora, é plenamente visível na construção das perspectivas contemporâneas de estudo da informação.

É nesse sentido que o livro “iKritika: estudos críticos em informação” é muito bem vindo à nossa área. Seus autores já vêm, nos últimos anos, atuando no sentido de questionar a autoridade do modelo original da ciência da informação e de forçar seus limites para a incorporação de problemas, questões, objetos e abordagens distintos. Ao contrário de outras áreas das ciências humanas e sociais, na ciência da informação fundamentar a perspectiva crítica ainda é uma tarefa necessária. E, mais ainda, nos dias atuais, em que novos fenômenos informacionais estão a demandar respostas de compreensão e intervenção: o fenômeno da pós-verdade, o crescimento do autoritarismo com o nacional-populismo no mundo todo e particularmente no Brasil, o monopólio e a opressão dos motores de busca e redes sociais, o efeito bolha, o crescimento do negacionismo científico, entre outros.

Sendo este texto um posfácio, não cabe aqui apresentar os capítulos que compõem este livro. Por isso a opção foi por situar sua compreensão no escopo da história da ciência da informação. Assim, esse texto não poderia terminar sem ressaltar a importância, para a ciência da informação, dos capítulos deste livro.

Correndo o risco de injustamente deixar de fora diversas outras possibilidades de leitura e contribuição, bem como fazendo aproximações com o quadro geral da ciência da informação, ressaltamos aqui a densa fundamentação feita por Arthur Coelho Bezerra da perspectiva da teoria crítica da informação a partir da teoria crítica da sociedade, portanto uma outra forma de se fazer ciência, um outro modelo epistemológico. Ele ressalta duas dimensões, a dos regimes de informação (em oposição portanto a uma perspectiva sistêmica, isolacionista, da informação) e a competência crítica em informação (em que emancipação é uma categoria em oposição à aquisição de conhecimentos pelos dados tal como no cognitivismo).

Já Marco Schneider apresenta a competência crítica em informação como alternativa aos estudos de competência informacional, operacionais, instrumentais, hierarquizantes, justamente para reconstruir a área de estudos desde uma perspectiva crítica. E o faz relacionando-a a um desafio contemporâneo da ciência da informação, o fenômeno da pós-verdade, o que permite inclusive desconstruir a ideia fundadora da ciência da informação de que o seu problema seria o acesso à informação ou a recuperação da informação – problemas que passam ao largo dos desafios de poder e de dominação, tal como formulados.

Em seu capítulo, Ricardo M. Pimenta parte de distintos entendimentos de visualização e visibilidade para questionar as diferentes formas de mediação (profissional, institucional, tecnológica, algorítmica). O exercício problematiza a própria noção de mediação, também tida de maneira instrumental no paradigma da transferência, e desemboca numa crítica à noção de sociedade da informação – também tomada como evidência óbvia de progresso pelo modelo hegemônico da ciência da informação da década de 1960.

Por fim, Gustavo Silva Saldanha realiza uma arqueologia das várias manifestações de pensamento crítico na ciência da informação, resultando tanto num mapeamento quanto na demonstração do acúmulo de conhecimentos desde essa abordagem, da ligação entre distintas contribuições, suas reivindicações e suas conquistas no cenário informacional. Sobretudo, deve-se destacar o registro de análises informacionais importantes realizadas antes da “inauguração” da ciência da informação – que evidenciam, entre outras coisas, que ela não nasce do nada, do zero.

Muitos outros aspectos deste livro poderiam ser destacados aqui e relacionados com a evolução da ciência da informação – mas isso daria um outro capítulo. Como conclusão, gostaria de destacar aqui o caráter de trabalho colaborativo dos quatro autores. Pertencentes à mesma instituição e comprometidos com um mesmo horizonte intelectual, eles vêm atuando na ciência da informação na perspectiva de uma “escola”. Nesse sentido, nada mais adequado do que pensar em outros movimentos semelhantes vivenciados em outras disciplinas: Escola dos Annales, Escola de Chicago, Escola de Birmingham e... Escola de Frankfurt. Constituir-se como escola é adotar um posicionamento intelectual e também político, é entender a ciência como movimento de compreensão e atuação no mundo, sem que isso signifique uma única maneira de pensar e produzir conhecimento – como evidencia a originalidade do pensamento de Adorno em comparação com Benjamin, Marcuse e outros teóricos da Escola de Frankfurt. Este livro, portanto, mais do que um produto científico, mais do que uma fundamentação epistemológica de uma abordagem, pode também ser lido como um manifesto. Produzir uma teoria crítica da informação pode e deve ser legítimo e pertinente. Mais do que isso, é absolutamente necessário. Os desafios contemporâneos no campo da informação exigem nossas respostas, mas exigem também nossas intervenções. Este livro é portanto um esforço analítico e também um agir no mundo. É práxis!

Carlos Alberto Ávila Araújo
Salamanca, julho de 2019.

Sobre os autores

Arthur Coelho Bezerra

Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCTIC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). Vice-representante da América Latina e Caribe no Conselho Consultivo do International Center for Information Ethics (ICIE). Líder do grupo de pesquisa Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos). Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (LaRHuD), da Rede de Competência em Informação (Rede CoInfo) e do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado também pela UFRJ. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi pesquisador visitante da Université Toulouse Jean Jaurès, França, professor substituto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor colaborador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É músico, com formação em Harmonia Funcional pelo Centro Ian Guest de Aperfeiçoamento Musical (CIGAM) e em Produção Fonográfica pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Autor do livro “Cultura ilegal: as fronteiras morais da pirataria” (Ed. Mauad X/Faperj, 2014).

Marco Schneider

Bolsista de Produtividade CNPq. Cientista do Nosso Estado Faperj. Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor associado do departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói-RJ). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Produção Editorial (ECO/UFRJ). Possui estágio pós-doutoral em Estudos Culturais, pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da UFRJ, onde atua como pesquisador convidado, supervisionando estágios pós-doutorais. Autor do livro “A Dialética do Gosto: informação, música e política”, publicado em 2015 pela Editora Circuito, com bolsa de auxílio a publicação da Faperj. Professor universitário desde 2003. Líder do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i). Representante da América Latina e Caribe no Conselho Consultivo do International Center for Information Ethics (ICIE). Membro dos grupos de pesquisa Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos) e Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (Emerge) e do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (Larhud). No biênio 2017-2018, foi Diretor Científico da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, capítulo Brasil, e Coordenador do PPGCI (IBICT-ECO/UFRJ). Músico e escritor.

Ricardo M. Pimenta

Doutor em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. Mestre em Memória Social e Documento (PPGCMS/UNIRIO), Especialista em História do Brasil (UCAM) e Historiador (UGF). É pesquisador 2 do CNPq (bolsa de produtividade) e Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2018-2020). Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). É líder do grupo de pesquisa Informação, Memória e Sociedade (IMeS/COEPE/IBICT) e membro dos grupos de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) e Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos). Coordenador do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais do IBICT (LARHUD/COEPE/IBICT). É coordenador da rede GO FAIR Brasil, pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ), visitante do Laboratório de Humanidades Digitais (Lab_HD) da Universidade Nova de Lisboa e realizou pós-doutorado pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da UFRJ. Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional.

Gustavo Silva Saldanha

Doutor em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), Mestre em Ciência da Informação (PPGCI UFMG), Especialista em Filosofia Medieval (FSB-RJ). Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq, bolsista Jovem Cientista do Estado (FAPERJ). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ) e em Biblioteconomia (UNIRIO). Líder do grupo de pesquisa *Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes* (IBICT). Pesquisador membro da equipe *Médiations en information communication spécialisée* do Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Lerass) da Université Toulouse III Paul Sabatier, França; da Rede Franco-Brasileira de Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) e do International Center for Information Ethics (ICIE). Realizou, sob o fomento da Capes, no período 2017-2018, o estágio pós-doutoral na Université Toulouse III, Toulouse, França.

Este livro reúne as contribuições para uma teoria crítica da informação dos últimos 50 anos, relacionando-a com sua história desde o século XIX e suas raízes na modernidade, dentro de um amplo quadro que engloba teorias e autores como Aristóteles, Kant, Hegel, Marx, Lukács, Escola de Frankfurt, Bourdieu, Foucault, Žižek, bem como os clássicos da biblioteconomia e da informação e da comunicação. O fio condutor desses textos é um pensamento social e crítico, ou seja, pensar a teoria da informação como inseparável de uma interpretação e prática dos processos sociais, econômicos e políticos dos processos comunicacionais e informacionais diante de transformações estruturais de opressão, controle, vigilância e discriminação que aparecem historicamente desde meados do século XX em relação às tecnologias digitais.

Rafael Capurro

ISBN 978-85-7617-487-5



9 788576 174875

